

revista

AnoXXIII • N° 48 • Quadrimestral • Abril de 2021 • Salvador - BA



UNIFACS
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES

EDITORA UNIFACS



UNIFACS

UNIVERSIDADE SALVADOR

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES*

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano

REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
A Revista de Desenvolvimento Econômico é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador – UNIFACS Laureate International Universities

Reitor

Abílio Gomes

Diretor da Unidade Salvador

Pedro Coutinho

Diretora da Unidade Feira de Santana

Annita Kelly Cardoso de Andrade Souza

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU

Prof. Carolina de Andrade Spinola

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alcides Caldas – USC (Es)

Prof. Dr. Benny Kramer Costa - USP;

Profa. Dra. Christine Nentwig Silva - UCSAL;

Profa. Dra. Débora Cordeiro Braga - USP;

Prof. Dr. Fernando Pedrão - UFBA;

Prof. Dr. José Antônio Cadima Ribeiro - UMINHO (Pt);

Prof. Dr. José Manoel G. Gândara - LASPALMAS (Es);

Prof. Dr. Laumar Neves de Souza – UNIFACS;

Prof. Dr. Luiz Gonzaga G. Trigo - USP;

Profa. Dra. Márcia Melo - UNIFACS;

Prof. Dr. Miguel de Almeida Chaves - NOVALISBOA (Pt);

Prof. Dr. Noelio D. Spinola - UB (Es);

Prof. Dr. Pedro Vasconcelos - UFBA;

Prof. Dr. Rossine Cruz - UNICAMP;

Profa. Dr. Regina Celeste de Almeida Souza - UFBA;

Profa. Dra. Rosélia Perissé da Silva Piquet - UFRJ;

Prof. Dr. Tomás Albuquerque Lapa - USP;

Prof. MSc. Vera Lúcia Nascimento Brito - UFBA;

Prof. MSc. Victor Gradin - UFBA.

Editor Redator Chefe

Prof. Dr. Noelio D. Spinola

Editor Adjunto

Prof. Dr. Laumar Neves de Souza

Prof. Dr. José Gileá de Souza

Capa

Iolanda Barros

Editoração Eletrônica

Nexodoc Consultoria em Tecnologia da Informação Ltda

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os direitos, inclusive de tradução, são reservados. É permitido citar parte dos artigos sem autorização prévia desde que seja identificada a fonte.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDENCIA

Rua José Peroba nº 251, 6º andar, sala 602 - STIEP

Salvador – Bahia

CEP 41770235

Tel: (71) 3273 8528

E-mail: unifacs@nexodoc.com.br -

spinolanoelio@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU

EXPEDIENTE E REGISTROS

INDEXAÇÃO

A Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE é indexada por:

- **Latindex** - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal;

- **GeoDados** - Indexador de Geografia e Ciências Sociais;

- **CLAS** - Universidad Nacional Autónoma de México CLASE Citas Latinoamericanas em Ciencias Sociales y Humanidades;

- **DOAJ** - Directory of Open Access Journals.

A RDE foi classificada pelo QUALIS da CAPES como B2 pelas áreas de Planejamento Urbano e Regional/Demografia (área do Programa responsável pela sua edição) e Arquitetura e Urbanismo.

FICHA CATALOGRÁFICA

RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico – Ano 1, n.1, (nov.1998). – Salvador: Departamento de Ciências Sociais Aplicadas 2 / Universidade Salvador, 1998.

Quadrimestral

ISSN 1516-1684

ISSN eletrônico 2178-8022

Ano I, n. 1 (nov. 1988); Ano I, n. 2 (jun. 1999); Ano 2, n. 3 (jan. 2000); Ano 3, n. 4 (jul. 2001); Ano 3, n. 5 (dez. 2001); Ano 4, n. 6 (jul. 2002); Ano 4, n. 7 (dez. 2002); Ano 5, n. 8 (jul. 2003); Ano 6, n. 9 (jan. 2004); Ano 6, n. 10 (jul. 2004); Ano 7, n. 11 (jan. 2005); Ano 7, n. 12 (jul. 2005); Ano 8, n. 13 (jan. 2006); Ano 8, n. 14 (jul. 2006); Ano 9, n. 15 (jan. 2007); Ano 9, n. 16 (dez. 2007); Ano 10, n. 17 (jan. 2008); Ano 10, n. 18 (jul. 2008); Ano 11, n. 19 (jan. 2009); Ano 11, n. 20 (jul. 2009); Ano 12, n. 21 (jul. 2010); Ano 12, ed. esp. (dez. 2010); Ano 13, n. 22 (dez. 2010); Ano 13, n. 23 (jun. 2011); Ano 13, n. 24 (dez. 2011); Ano 14, n. 25 (jun. 2012); Ano 14, n. 26 (dez. 2012); Ano 15, n. 27 (jun. 2013); Ano 15, n. 28 (dez. 2013); Ano 16, n. 29 (jun. 2014); Ano 16, n. 30 (dez.2014); Ano 17, n. 31 (jun. 2015); Ano 17, ed. esp. dez 2015); Ano 17, n. 32(dez. 2015); Ano 18, n. 33 (abr. 2016); Ano 18, n. 34 (ago. 2016); Ano 18, n. 35 (dez. 2016); Ano 19, n. 36 (abr. 2017); Ano 19, n. 37, n. 38 (dez. 2017); Ano 20, n. 39 (abr. 2018); Ano 20, n. 40 (ago. 2018), n. 41 (dez. 2018); Ano 21, n. 42 (abr. 2019); Ano 21, n. 43 (ago. 2019); Ano 21, n. 44 (dez. 2019); Ano 22, n. 45 (abr. 2020); Ano 22, n. 46 (ago. 2020); Ano 22, n. 47 (dez. 2020).

1. Economia – Periódicos. II. UNIFACS – Universidade Salvador. UNIFACS. CDD 330



SUMÁRIO

- 5 **EDITORIAL**
Noelio Dantaslé Spinola
- 6 **ORGANIZAÇÕES DE ECONOMIA CRIATIVA: UMA ANÁLISE DO TRABALHO NAS EMPRESAS PARTICIPANTES DO PROGRAMA RIO CRIATIVO**
Flora Thamiris Rodrigues Bittencourt, Daniela Longobucco Teixeira Balog, André Luís Faria Duarte, Deborah Moraes Zouain
- 31 **DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA INOVAÇÃO NA REGIÃO SUL DO BRASIL DE 2005 A 2015, A PARTIR DA ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE DADOS ESPACIAIS**
Adirson Maciel de Freitas Júnior, Pedro Henrique Batista de Barros, Alysson Luiz Stege, Cárilton Vieira dos Santos, Cleise Maria de Almeida Tupich Hilgemberg
- 60 **ANÁLISE ECONOMÉTRICA DA POBREZA EM SEU ASPECTO MULTIDIMENSIONAL NAS CINCO MESORREGIÕES DO ESTADO DE GOIÁS**
Amanda Barbosa Rêgo, Elianne Rodrigues Costa, Luiz Batista Alves
- 80 **DEPENDÊNCIA ECONÔMICA E A CULTURAL EM FURTADO E FAJNZYLBER: REVISÕES E PROPOSIÇÃO DE UMA NOVA AGENDA NO ALVORECER DO SÉCULO XXI**
Rafael Gonçalves Gumiero
- 108 **AS INTERPRETAÇÕES CAIO PRADO JÚNIOR E CELSO FURTADO: A HISTORIOGRAFIA ECONÔMICA BRASILEIRA EM PERSPECTIVA**
Sarah Regina Nascimento Pessoa
- 134 **A EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA E SEUS IMPACTOS SOBRE O CRESCIMENTO ECONÔMICO NO PERÍODO PÓS-1980: UMA SÍNTESE DO DEBATE COMO FONTE DE PERSPECTIVAS PARA O FUTURO**
Cryslaine Flavia da Silva Rodrigues
- 164 **DUALISMO E BIPOLARIZAÇÃO EM PAÍSES PERIFÉRICOS: ASPECTOS CENTRAIS DAS TEORIAS DE JULIUS BOEKE, JACQUES LAMBERT E MILTON SANTOS**
Gabriel Carvalho da Silva Leite
- 181 **HETEROGENEIDADES DOS BAIRROS SOTEROPOLITANOS E A PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA**
Mariane Reis Vila Verde, Leonardo Silvério Santana, Renato Barbosa Reis
- 198 **SOBRE ÁGUAS REVOLTAS... CRESCIMENTO E CRISE DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA NO PRINCÍPIO DO SÉCULO XXI**
Claudiana Guedes de Jesus, Leda Gitahy

- 215 **O CHÃO DO SERTÃO EM TRANSFORMAÇÃO: PLANO DIRETOR E DILEMAS INTRAURBANOS - UM FOCO DE ANÁLISE EM PICOS/PI**
Rógis Juarez Bernardy, Juscelino Gomes Lima
- 238 **TRABALHO NO RECÔNCAVO: AUGES, RUPTURAS E DINÂMICA RECENTE**
Josias Alves de Jesus, Elinaldo Santos Leal, Weslei Gusmão Piau Santana
- 269 **EFEITOS DOS GASTOS PÚBLICOS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA (UESB) E TRÊS MUNICÍPIOS BAIANOS (VITÓRIA DA CONQUISTA, JEQUIÉ E ITAPETINGA)**
Esdras Antunes do Nascimento, Elinaldo Leal Santos
- 291 **RESENHA CRÍTICA: A PRÁTICA DO URBANISMO**
Hugo Portela Silva

EDITORIAL RDE 48

Este número da RDE 48 reúne 13 artigos relacionados no sumário. Foram escritos antes da pandemia que assola o país e desarticula toda a sua estrutura social. Como se não fossem pequenos os calamitosos efeitos humanitários, econômicos e de saúde pública com o elevado número de mortos em todas as regiões do país, não há para onde fugir, assiste-se a uma insana e pouco racional disputa de poder com a ascensão ao governo da nação pela extrema direita que derrotou as esquerdas lideradas pelo PT destruindo uma hegemonia que perdurava por cerca de 20 anos. O País ficou dividido e sem lideranças políticas que pudessem se compor para formar uma frente racional e lógica capaz de enfrentar a peste do Covid e delinear um Norte para a população. Esta tragédia nos atingiu em todos os setores sociais e econômicos. A Universidade não ficou isenta de sofrer dramaticamente as consequências do conflito de lideranças que a mergulhou num contexto de inação. As aulas e todas demais atividades presenciais foram suspensas e foi lançada compulsoriamente no ambiente digital que supre precariamente os objetivos acadêmicos. Sobram apenas dúvidas e incertezas... Como a esperança é a última que morre, espera-se que possamos superar este quadro desalentado.

Noelio Dantaslé Spinola
Editor Chefe

ORGANIZAÇÕES DE ECONOMIA CRIATIVA: UMA ANÁLISE DO TRABALHO NAS EMPRESAS PARTICIPANTES DO PROGRAMA RIO CRIATIVO

Flora Thamiris Rodrigues Bittencourt¹
Daniela Longobucco Teixeira Balog²
André Luís Faria Duarte³
Deborah Moraes Zouain⁴

RESUMO

O conceito de economia criativa se refere a um conjunto de atividades que dependem do conteúdo simbólico, no qual está incluída a criatividade como matéria-prima. O artigo tem como objetivo analisar a dimensão organizacional do trabalho em empresas participantes do processo de incubação do programa Rio Criativo. Para cumprimento do objetivo, foi realizada pesquisa de campo de natureza qualitativa. Como coleta de dados, foi adotada pesquisa documental e entrevista semiestruturada. A análise foi baseada na análise de conteúdo. Os principais resultados obtidos se relacionam à relevância de uma incubadora para a consolidação de empresas do setor de economia criativa, ao incentivo para elaboração de projetos, ao trabalho desempenhado virtualmente ou em espaço de *coworking*, à importância das redes sociais e da relação do trabalho com a inovação. Ademais, as oportunidades para os negócios criativos são crescentes, mas o mercado interno precisa ser desenvolvido e estimulado. Portanto, ressalta-se que o desenvolvimento da economia criativa necessita de políticas públicas adequadas, que considerem a necessidade de linhas específicas de financiamento, diferenciação tributária e sistemas de normatização dos empreendimentos.

Palavras-chave: Economia Criativa; Organizações; Trabalho; Incubação; Programa Rio Criativo.

CREATIVE ECONOMY ORGANIZATIONS: AN ANALYSIS OF WORK IN COMPANIES PARTICIPATING IN THE RIO CRIATIVO PROGRAM

ABSTRACT

The concept of creative economy refers to a set of activities that depend on symbolic content, which includes creativity as a raw material. The article aims to analyze the organizational dimension of work in companies participating in the incubation process of the Rio Criativo program. To fulfill the objective, a qualitative field research was carried out. As data collection, documentary research and semi-structured interviews were adopted. The analysis was based on content analysis. The main results obtained are related to the relevance of an incubator for the consolidation of companies in the creative economy sector, the incentive to develop projects, the work performed virtually or in a coworking space, the

¹ Doutoranda em Administração pela Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO). Mestre em Administração pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: flora_thamiris@hotmail.com

² Doutoranda em Administração pela Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO). Mestre em Administração pela Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO) E-mail: dlongobucco@gmail.com

³ Analista em C&T na CNEN. Doutor em Administração. E-mail: alduarte@cnen.gov.br

⁴ Professora do PPGA/UNIGRANRIO. Doutora em Engenharia de Produção. E-mail: deborahzouain@gmail.com



importance of social networks and the relationship of work with innovation. In addition, opportunities for creative businesses are growing, but the domestic market needs to be developed and stimulated. Therefore, it is emphasized that the development of the creative economy needs adequate public policies, which consider the need for specific lines of financing, tax differentiation and systems for the standardization of enterprises.

Keywords: Creative Economy; Organizations; Work; Incubation; Rio Criativo Program.

JEL: J24; M13; O38

1 INTRODUÇÃO

A economia criativa tem se mostrado como um dos setores de desenvolvimento mais rápido na economia global, proporcionando crescimento da renda, novos empregos e receitas de exportação (ŠTREIMIKIENĖ; KAČERAUSKAS, 2020). A economia criativa tornou-se uma poderosa força transformadora no mundo, com vasto potencial de desenvolvimento, afirmando a identidade distintiva dos grupos onde ela floresce e melhorando a qualidade de vida onde ela existe (SUNG, 2015). Seu grande potencial transformador, em função do encadeamento com diversas atividades econômicas, além do grande potencial na geração de emprego, “fez dela um instrumento privilegiado na proposição e implementação de políticas públicas” (SERRA; FERNANDEZ, 2014, p. 368). Neste sentido, Londar et al. (2020) ressaltam que outro fator importante que determina as especificidades da economia criativa é a capacidade dos países em desenvolvimento de fortalecer sua posição no comércio internacional. Autores como Lazzaro (2021), lembram que programas de ensino superior e pesquisa dedicados à economia criativa estão se desenvolvendo em número, qualidade e variedade em todo o mundo.

Dentre todas as possibilidades de políticas públicas abertas pela economia criativa, a mais destacada é certamente o emprego, especialmente de jovens. No entanto, embora as atividades criativas sejam extremamente atrativas para essa parcela da população, suas exigências em relação a bons níveis de escolaridade e habilidades práticas limitam o acesso de profissionais a suas fileiras, em geral mais bem remunerado que a média (SERRA; FERNANDEZ, 2014). Além de exigir um novo perfil profissional, requerendo maiores investimentos na formação da força de trabalho, as atividades criativas são marcadas por relações de trabalho nas quais se destacam o *home work* e os trabalhadores *freelancers*, além de maior informalidade nos ambientes de trabalho (FLORIDA, 2012).

A noção de economia criativa é pautada por admitir que as práticas informacionais e comunicacionais constituem uma centralidade nessa economia. Essa foi também, de acordo com Reis (2008), a nomenclatura adotada pelo Banco Mundial ao considerar que as organizações desse tipo de economia já representam relevante porcentagem do PIB mundial e configuram um setor que deverá crescer significativamente nos próximos anos, mais do que os setores tradicionais.

Diferente da economia tradicional, Reis (2008) pondera que na economia criativa, os indivíduos têm papel principal e estão centrados no uso de plataformas tecnológicas, com objetivo de aplicar soluções inovadoras nas questões que envolvem a integração da ciência, tecnologia e arte. Tal transição se dá pela mudança de uma economia fundamentada no uso intensivo de capital e trabalho, orientada para a produção em massa, para uma economia na qual o capital tem base intelectual, fundamentando-se no indivíduo, em seus recursos intelectuais, na capacidade de formação de redes sociais e na troca de conhecimentos.

É fundamental ressaltar que em todas as atividades desempenhadas pelo homem existe um grau de criatividade, sendo ele maior ou menor de acordo com cada sujeito. A criatividade faz com que pessoas, firmas e regiões possuam características únicas. Jäger (2014) pondera que a criatividade é essencial para a atividade humana, podendo ser considerada o principal ativo intangível capaz de criar algo novo, inovador e valioso. Essas características, segundo o autor, também são importantes para desfechos de problemas e para a criação de novos produtos e processos no ambiente de trabalho. Ela está intimamente ligada à inovação, além de ser o elemento central no processo de fazer algo novo que possua mercado (JÄGER, 2014). Para a inovação, a criatividade é mais do que o elemento central, é a ignição do processo, ou seja, é o que dá início a todo processo inovativo.

Bendassolli e Borges-Andrade (2011) verificam que os trabalhadores da economia criativa, como grupo profissional, são, na média, mais jovens do que a força de trabalho geral; detêm taxas mais elevadas de desemprego e de diversas formas de subemprego, trabalho em tempo parcial, trabalho intermitente, poucas horas de trabalho por semana; e têm uma tendência maior do que a população ativa a ter dois empregos ou mais ao mesmo tempo. Em termos salariais, para os autores, esses profissionais ganham menos do que os trabalhadores em categorias ocupacionais comparáveis no que se refere a capital humano, isto é, qualificação,

experiência e posição hierárquica. Em resumo, ainda segundo os autores, predomina uma forte cultura de flexibilidade e uma organização do trabalho baseada em projetos.

Assim, o presente trabalho tem por objetivo analisar a dimensão organizacional do trabalho em empresas participantes do processo de incubação do programa Rio Criativo. A pesquisa foi delimitada no estado do Rio de Janeiro, com organizações de economia criativa situadas no Estado que concluíram o primeiro processo de incubação realizada pela incubadora Rio Criativo denominadas de primeira geração de empresas incubadas. O Rio Criativo está subordinado à Secretaria de Economia Criativa do estado do Rio de Janeiro. O motivo de a incubadora ser o Rio Criativo refere-se ao fato de essas organizações terem passado por um processo de seleção por meio de edital lançado pela incubadora do Estado, mais especificamente por intermédio de seu site. Ressalta-se ainda que, de acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2014), são treze os segmentos que essas organizações podem atuar dentro do setor: publicidade, arquitetura, design, moda, expressões culturais, patrimônio e artes, música, artes cênicas, editorial, audiovisual, pesquisa e desenvolvimento, tecnologia da informação e comunicação e biotecnologia.

Este estudo contribui para ampliar a discussão teórica e empírica sobre o trabalho em organizações de economia criativa, posto que este tema ainda seja pouco explorado na área de estudos organizacionais no país. Por mais que o conceito venha adquirindo notoriedade, a literatura que contextualiza o assunto no Brasil ainda é incipiente.

Com relação à dimensão prática, espera-se que este estudo colabore para um entendimento de novas formas de gestão às organizações de economia criativa e, conseqüentemente, seja capaz de possibilitar novas práticas de trabalho no ambiente laboral desse tipo de organização. Com a melhoria nos níveis de emprego e maior estabilidade, estima-se que os consumidores passem a investir e demandar mais serviços diferenciados, como espetáculos, moda e estética, gerando amplas oportunidades de inovação e diferenciação para empresas e empreendedores. Dessa forma, aplicar serviços das indústrias criativas torna-se um fator relevante para as empresas manterem seus níveis de competitividade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A economia criativa, que despontou como um conjunto de atividades econômicas ligadas às artes, à cultura, às novas mídias e à criatividade em geral, tem forte conteúdo de intangíveis e requer habilidades especiais da força trabalho, de acordo com Freitas et al. (2014), além de apresentar estreita relação com os avanços científicos e tecnológicos. De acordo com a *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD, 2010), as atividades econômicas criativas encontram-se no cruzamento das artes, da cultura, dos negócios e da tecnologia, compreendendo o ciclo de criação, produção e distribuição de bens e serviços que utilizam o conhecimento e a criatividade como seus principais insumos. Tais atributos e características a fazem integrante da economia do conhecimento.

De acordo com Sung (2015), uma economia criativa pode ser definida como aquela em que as empresas promovem a criatividade, a convergência do conhecimento e a tecnologia científica avançada, baseada na aprendizagem coordenada, a fim de criar novos mercados e novos empregos. É considerada fundamental para o desenvolvimento de diversos países e continentes na atualidade (CLOSS; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2017). Pode ser entendida como a área da economia que envolve processos que têm como input a geração de ideias, na criação, produção e distribuição de bens e serviços (VILLA-GARZÓN; GONZÁLEZ-BUSTOS; MAYORGA-MORATO, 2019). Para Oliveira et al. (2016), trata-se de um conceito baseado em potências criativas com capacidade de promover crescimento e desenvolvimento, sendo um dos setores com maior dinamismo da economia mundial (CARVALHAL; MUZZIO, 2015). Para Petry et al. (2020), não há uma definição única, pois se trata de um conceito subjetivo que vai se formando à medida que o entendimento evolui, a partir de ativos criativos com potencial para gerar crescimento e desenvolvimento econômico. Desta forma, as indústrias criativas tornaram-se um mecanismo importante para o desenvolvimento cultural, social e econômico (SCHMIDT et al., 2018).

A economia criativa, de acordo com Fachinelli, Carrillo e D'Arísbo (2014), incorpora e reciprocamente provoca profundas mudanças na vida social, organizacional, política, educacional e econômica, sendo um tópico que tem recebido atenção em diversas partes do mundo de pesquisadores e governos que buscam mudar seu modelo de desenvolvimento. Nesse sentido, os termos

"indústrias criativas" e "economia criativa" têm conquistado amplo interesse nos círculos acadêmicos e políticos (VLASSIS; DE BEUKELAER, 2019).

2.1 A quarta revolução industrial e a importância da economia criativa

O último século ficou marcado na história da sociedade por ter sido responsável pelas inúmeras transformações no âmbito mercadológico, industrial e tecnológico, tendo desencadeado grandes fenômenos políticos e sociais. Dentre as mais importantes, pode-se citar a inversão dos processos produtivos e da valorização dos aspectos cognitivos nas tomadas de decisão e na estratégia das empresas. É a chegada da era da informação e dos dados, com o advento da robótica e da inteligência artificial na produção de bens, o que vem sendo chamada de Quarta Revolução Industrial.

Para Barcellos, Botura e Ramirez (2016), as mudanças tecnológicas na comunicação têm estreita relação com o surgimento da economia criativa. Sendo assim, com processos industriais cada vez mais automatizados, cresce a importância dos setores criativos e da formação de indivíduos, colaboradores e empreendedores que detenham essas habilidades. Segundo os autores, “a economia do século XXI baseada no conhecimento, em sua expansão, deu espaço aos serviços criativos que mantêm uma trajetória ascendente exercendo forte influência nos mercados globalizados” (BARCELLOS; BOTURA; RAMIREZ, 2016, p. 142).

Esse fenômeno também vem sendo chamado em estudos acadêmicos e na mídia como, Indústria 4.0, que coloca a tecnologia como fator principal na transformação das empresas na atualidade. Trata-se do advento das máquinas inteligentes, da análise computacional avançada de dados e do trabalho colaborativo entre pessoas conectadas para gerar profundas mudanças e trazer maior eficiência operacional para setores industriais.

No documento gerado, em 2016, pós Fórum Econômico Mundial, ficou evidente a importância da discussão desse assunto entre as nações. A Inteligência Artificial (IA), Internet das Coisas (IoT), Robótica, a Neurociência, Big Data e a Nanotecnologia foram algumas das principais revoluções tecnológicas citadas como impulsionadores para a chegada desse novo momento na economia (REIS; HASAN, 2018).

A questão é que as organizações terão que se adaptar a esse novo momento e promover as devidas adequações a este cenário. Em meio a turbulenta fase econômica que o mundo vive, as organizações estão buscando soluções mais flexíveis, dinâmicas e economicamente viáveis (ROBLEK; MEŠKO; KRAPEŽ, 2016). O resultado é que um ambiente mais dinâmico, também traz empresas mais inovadoras, pois ao aplicarem processos mais enxutos e focados nas necessidades de mercado estão construindo suas missões e valores calcados no “trinômio: pessoas, indústria e ambiente” (ROBLEK; MEŠKO; KRAPEŽ, 2016).

Inovação tem uma relação direta e proporcional ao conhecimento, ou seja, quanto mais conhecimento, mais inovações, pois não há possibilidade de haver inovação sem conhecimento (BOBSIN et al., 2020). Dessa forma, o conceito de ecossistemas de inovação é importante, na medida em que “visa estabelecer um paralelo ou uma metáfora com a biologia e os ecossistemas naturais, onde a vida se cria, se adapta e evolui, com intensa interação e sinergia” (AUDY, 2017, p. 84). De acordo com Santos e Zen (2020, p. 1), ecossistema de inovação pode ser definido “como o resultado da interação entre múltiplas redes de atores, abrangendo tanto os recursos quanto as dinâmicas de cooperação, competição e relacionamento entre eles”.

Desta forma, a indústria criativa entra como importante peça nesse novo contexto no mercado de trabalho. Pois, a base da pirâmide da economia criativa são as pessoas, que propiciam a construção de ideias e projetos. Desta forma, o capital intelectual surge como principal fonte de matéria-prima e formação das chamadas Indústrias Criativas. Jones (2000) traça um paralelo entre as indústrias criativas a economia das ideias. Ele conclui que o compartilhamento de ideias corrobora com o avanço tecnológico e gera um aumento no “índice de tecnologia” das empresas e de um determinado país. Além disso, as ideias não estão apenas no patamar do aprimoramento tecnológico, mas também podem ser aplicadas em áreas como turismo, entretenimento, comunicação, educação, dentre outras (JONES, 2000).

Frente a essa nova realidade, um dos temas centrais dessa discussão é a estratégia para criação desses novos negócios e como promover o seu desenvolvimento. Um dos pontos principais já identificados para a formação desses *clusters* criativos é o foco na esfera local. Por consequência, as incubadoras de empresas se apresentam como organismos sociais que ocupam esse espaço para

dar suporte no processo de formação de empresas nascentes. (ZARDO; MELLO, 2012).

A pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), mostra que de cada dez empresas, seis não sobrevivem após cinco anos de atividade no Brasil. O que indica ser um índice bem superior ao de empresas que passam por um processo de incubação. Isto posto, identifica-se a importância do poder público, do ambiente universitário, dos centros de pesquisa e, mais recentemente, de empresas privadas, para a concepção e fomento das incubadoras, como instituições de formação de novos empreendedores e de empresas mais sustentáveis.

2.2 A Configuração do trabalho no setor de Economia Criativa

Na contemporaneidade, passa a ser central a ideia de que todo indivíduo tem a própria parcela criativa e que é preciso cultivá-la para buscar desenvolvimento pessoal e social. Isso ocorre, visto que, nos últimos anos, a criatividade se tornou a força motriz da economia (FIRJAN, 2014). A economia criativa está desencadeando mudanças na trajetória das organizações, uma vez que a tecnologia e a inovação, segundo Bach (2013), estão substituindo abordagens obsoletas de gestão e promovendo a solução de deficiências de mercado quanto à formulação de produtos e serviços.

O trabalho na área criativa, portanto, está relacionado aos padrões culturais, relacionais e estruturais desenvolvidos em suas dependências e, neste caso, a convergência entre os padrões administrativos organizacionais e as características do profissional que atua no setor.

Na atualidade são abordados, na mídia e no meio acadêmico, conceitos de criatividade e inovação. Essas questões estão sendo repercutidas e ganhando mais espaço nas pesquisas. A discussão sobre criatividade no ambiente laboral dos trabalhadores está sendo discutida nas pesquisas acadêmicas, conforme afirmam Freitas et al. (2014). Os processos econômicos relacionados com setores criativos viabilizam a geração de emprego e renda (MOTA; HANSEN, 2018). Nesse sentido, uma das características da economia criativa é que sua força de trabalho tende a ser jovem e autônoma (BIANCHI; FIGUEIREDO, 2016).

Em abordagem mais crítica sobre o assunto, Dinardi (2019) sustenta que as condições de trabalho nas indústrias culturais e criativas são em grande parte informais e precárias, e que o Brasil não é exceção, sendo a informalidade é uma característica fundamental do trabalho criativo no país. Para esse autor, a economia criativa do Brasil é um campo em construção, em rápido desenvolvimento e que ao longo da última década os seus setores culturais e criativos experimentaram um crescimento contínuo e gradual, atraindo um apoio político crescente. Em abordagem parecida, Bridges (2018) defende que a retórica da indústria criativa é expressa em fundações neoliberais e favorece o indivíduo como empreendedor, cujo trabalho pode ser comercializado e onde o risco econômico e social é transferido do capital e do Estado para o indivíduo.

Apesar da projeção do conceito e provimento do assunto, no que tange à economia criativa, a literatura que contextualiza o assunto no Brasil ainda é incipiente. Mesmo que o tema tenha atingido interesses públicos, principalmente em termos culturais, a dimensão acadêmica do tema ainda continua mínima, quiçá as relações de trabalho que ocorrem neste setor. Desse modo, este estudo busca ampliar a abordagem sobre o trabalho em organizações de economia criativa, posto que esse tema esteja ganhando destaque na área de Inovação, Tecnologia e Empreendedorismo no país.

3 METODOLOGIA

Primeiramente, salienta-se que este trabalho é de natureza qualitativa. É com essa perspectiva, abordagem qualitativa, que se pretendeu realizar essa pesquisa, pois se tratou de questões relacionadas com a dinâmica do trabalho em organizações pertencentes ao setor de economia criativa. De acordo com Minayo (2002), a presente pesquisa qualitativa foi dividida em três etapas: a) fase exploratória; b) trabalho de campo; c) análise e tratamento do material empírico e documental.

O Rio Criativo está subordinado à Secretaria de Economia Criativa do estado do Rio de Janeiro, criado em 2008 pela Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro/SEC-RJ. Em 2010 foi lançado o primeiro edital de seleção de dezesseis empresas que integraram o primeiro ciclo de incubação. O seu objetivo é ajudar na consolidação e sustentabilidade de empresas do setor de economia criativa do

Estado, além de qualificar os trabalhadores que atuam no setor. Em 2014 foi lançado o primeiro edital de ocupação do *Coworking (definir, no rodapé)* Rio Criativo. Tal escolha justifica-se por permitir aos empreendedores em economia criativa desenvolverem com maior segurança seus modelos de negócios em uma incubadora pioneira de promoção à cultura no estado do Rio de Janeiro.

Contudo, para o presente estudo, apenas dez empresas estudadas foram selecionadas para a realização da pesquisa, conforme figura 1. Ressalta-se que todas pertenceram ao primeiro ciclo de incubação do programa Rio Criativo, denominadas de primeira geração de empresas incubadas, sendo elas: Arissas Multimídia, Benfeitoria, Embolacha, Encontrarte, e-Trilhas, Julia Vidal, Mob Content, Ponte Plural, Rios de História e Rumori.

Figura 1 - Perfil dos sujeitos entrevistados

Entrevistados	Gênero	Formação	Idade	Tempo de trabalho na organização
E1 – e-Trilhas	Feminino	Turismo	37	9 anos
E2 – Encontrate	Masculino	Educação Física. Circence pela Escola Nacional de Circo.	40	15 anos
E3 – Arissas Multimídia	Feminino	Jornalismo	38	9 anos
E4 – Benfeitoria	Masculino	Administração de empresas e MBA em Marketing	38	6 anos
E5 - Embolacha	Masculino	Comunicação Social	35	6 anos
E6 - Julia Vidal	Feminino	Desenho Industrial	36	12 anos
E7 – Mob Content	Masculino	Comunicação Social	35	7 anos
E8 - Ponte Plural	Masculino	Direito. Mestre em Cultura e Territorialidades. Doutorando em Comunicação Social	33	7 anos
E9 – Rios de História	Masculino	Administração e História	46	8 anos
E10 – Rumori	Masculino	Técnico em música	38	13 anos

Fonte: Os autores (2021)

Para cumprimento da pesquisa, foi realizada a pesquisa de campo. As organizações escolhidas estavam inseridas em algum dos treze segmentos que compõem o setor dentre eles: publicidade, arquitetura, design, moda, expressões culturais, patrimônio e artes, música, artes cênicas, editorial, audiovisual, pesquisa e desenvolvimento, tecnologia da informação e comunicação e biotecnologia. Nesta etapa, segundo Minayo (2002), normalmente, combina-se como instrumentos de

coleta de dados: a pesquisa documental e a entrevista. Logo, a presente pesquisa utilizou dessas duas técnicas de coletas de dados, a fim de alcançar o objetivo proposto.

Considerando os documentos como peças fundamentais na construção da realidade, que são responsáveis por registrar descrições de locais e acontecimentos numa época específica, este trabalho empregou a pesquisa documental como um dos instrumentos de coleta de dados. De acordo com May (2004), as fontes dos documentos podem ser diversas, desde leis, estatutos e relatos até anais de congressos, registros, debates e relatórios. Segundo Vergara (2005), ao escolher um documento, o pesquisador deve estar atento a quatro critérios: autenticidade, credibilidade, representatividade e significado.

O levantamento de informações possibilitou compreender a configuração do setor de economia criativa, incluindo-se, dessa forma, os dados que condizem com as legislações vigentes e ao número de trabalhadores inseridos na categoria de economia criativa. Foi possível contextualizar as organizações dentro do atual cenário do setor, bem como apontar aspectos relativos aos segmentos da economia criativa e ao trabalho criativo. Os meses de julho a dezembro de 2018 foram destinados para a pesquisa documental, que foi realizada também por meio eletrônico nos sites dos seguintes órgãos: Ministério da Cultura, Sebrae, Rio Criativo, Secretaria de Cultura do estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Economia Criativa estado do Rio de Janeiro.

Na fase de entrevistas semiestruturadas, um elemento relevante que deve ser selecionado previamente são os sujeitos que foram entrevistados. Portanto, os indivíduos entrevistados foram os sócios que atuam nas organizações de economia criativa, localizadas no estado do Rio de Janeiro, RJ, e que, além disso, suas empresas estavam inseridas em algum dos treze segmentos existentes no setor. Como o foco da pesquisa é a configuração do trabalho nessa economia, os critérios de seleção utilizados foram: a) pertencer ao primeiro grupo de empresas incubadas pelo Rio Criativo, chamadas de empresas da primeira geração do processo de incubação do programa Rio Criativo; b) a função que desempenha na organização, tendo neste caso que ser o sócio da organização. Dessa forma, o total dos sujeitos entrevistados foi dez. Cabe ressaltar que todas as entrevistas foram realizadas por *Skype* com a permissão dos entrevistados para gravação.

O presente estudo fez uso da análise elaborada por Bardin (2010) e desta forma abordou as três etapas básicas: a) pré-análise; b) exploração do material e c) tratamento de dados e interpretação. A pré-análise consiste na seleção do material e definição dos procedimentos a serem seguidos. Já a exploração dos materiais refere-se à implementação desses procedimentos. O tratamento diz respeito à geração de inferências e dos resultados da investigação.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos resultados evidencia as dificuldades por que passam as empresas incubadas, no que se refere aos desafios enfrentados por esse tipo de empreendimento.

4.1 Descrição do processo de incubação

Ao analisar a descrição do processo de incubação foi possível perceber que a incubação contribuiu para o desenvolvimento de parcerias de trabalho entre as próprias empresas que estavam participando do processo. Ocorreu troca de contatos e algumas empresas puderam oferecer seus serviços a outras que estavam incubadas. Isso é evidenciado no trecho abaixo:

Não existe um projeto dessa pós-incubação, então, o que acontece é que a gente cria um *networking* lá, né, enfim, eu tenho uma boa relação lá, né, tanto com a gerência, quanto com outras empresas que foram incubadas. Inclusive, uma das empresas que foram incubadas, a Tipiti Soluções Culturais, é minha parceira, a gente tem um trabalho de educação juntas; a gente se conheceu lá e a gente começou a trabalhar juntas a partir da incubação. (E6 – representante da Julia Vidal).

Além disso, o Rio Criativo foi capaz de proporcionar a formação de empreendedores inseridos no setor de economia criativa, além de qualificá-los para que cada vez mais fossem capazes de empreender. O processo de incubação também foi capaz de oferecer capacitação às empresas por meio de consultorias e cursos que preparavam os gestores a administrar seus negócios.

Por último, constatou-se, no começo do processo de incubação, a falta de disponibilização de espaço físico para a realização do trabalho. As empresas ficaram sem a presença de uma sede para realizar o trabalho. Além disso, nunca foi

acordado, de forma contratual, a oficialização dessas empresas no processo de incubação do programa do Rio Criativo.

A figura 2 apresenta a síntese da descrição do processo de incubação das empresas pertencentes à primeira geração.

Figura 2 - Síntese da descrição do processo de incubação.

Categoria	Síntese
Descrição do processo de incubação	<ul style="list-style-type: none"> - Transcorreu de maneira incipiente; - Ocorreram problemas de organização; - Possibilitou às empresas a criação de ideias inovadoras para o setor de economia criativa; - Contribuiu para o fomento de parcerias entre as empresas incubadas; - Proporcionou negociações em momentos de crise; - Fomentou o empreendedorismo; - Houve a capacitação das empresas por meio de consultorias e oficinas gratuitas; - Problemas na disponibilização de espaço físico para a realização do trabalho; - Propiciou a legalização das empresas; - Ausência de contrato para oficialização da incubação.

Fonte: Os autores (2021)

Os resultados da análise dessa subcategoria indicam a relevância de uma incubadora para a consolidação de empresas do setor de economia criativa que pretendem se capacitar e obter consolidação no mercado, além dos trabalhadores se qualificarem para atuarem no setor. Muzzio e Paiva Júnior (2014) argumentam que diferentes perspectivas para a construção do conhecimento, processos inovadores de gestão, formas de trabalho mais flexíveis, além de ambientes laborais dinâmicos passam a configurar o espaço no qual o trabalhador deverá desempenhar o trabalho criativo. Logo, as organizações precisam estar em conformidade com as ideias inovadoras que surgem diariamente no espaço laboral e com as características dos profissionais que atuam no setor.

4.2 Dimensão organizacional

Ao examinar a descrição do trabalho foi possível perceber que as atividades diárias na empresa realizadas pelos sujeitos são atividades de cunho administrativo, como o preenchimento de planilhas, realização de pagamentos de contas bancárias, além de responder *e-mails* e fazer contato com clientes. Isso pode ser observado nos trechos a seguir: “Hoje eu faço desde operação na rua mesmo, visita de vendas,

até preenchimento de planilha, de fluxo de caixa, essas coisas...” (E9 – representante da Rios de História).

Eu fico com a questão do planejamento. Com tudo que é relacionado a novos negócios, montagem de projetos, adequação, incentivo, editais, administrativo também, questão de conta, pagamentos, relacionamento com o cliente. Toda essa parte administrativa financeira e de planejamento de negócios é comigo. (E2 – representante da Encontrarte).

Também foi observado que a ação de elaborar projetos, controle e submissão dos mesmos também faz parte da rotina dos indivíduos. Os trechos a seguir apontam isso: “Basicamente a captação de novos projetos, manutenção dos que já estão lá e buscando parcerias maiores. Hoje em dia é buscar embaixadores e possíveis patrocinadores para os projetos que estão na plataforma. ” (E5 – representante da Embolacha).

[...] operacional eu chamo de gerência de projetos e controle de caixa, pagamento. Gerenciamento de projetos é a gente tem que entregar o projeto X eu vou olhar se as coisas estão no prazo, se as pessoas estão entregando, se tá com qualidade. É basicamente um gerente de projetos mesmo. (E7 – representante da Mob Content).

A dinâmica de negociação e relacionamento com clientes e fornecedores também pode ser verificada. Os trechos corroboram com tal afirmação: “A nossa empresa é focada em áudio visual, então, por exemplo, agora a gente está em pré-produção da nossa primeira série de TV; são orçamentos, negociações, reuniões para negociar valores, assinando contratos, reuniões com advogado [...]” (E3 – representante da Arissas Multimídia).

É desde criar novos produtos para ter o que comercializar, a fazer relacionamento com clientes. É desenvolver estratégias para aparecer em mídias, mídias espontâneas. É dar palestras. É produzir material de divulgação, prospectos, vídeos etc. Tudo que possa gerar algum tipo de novo negócio. (E7 – representante da Mob Content).

Atividades de controle financeiro aparecem nas falas dos entrevistados, como patrocínio para projetos, despesas bancárias, controle de fluxo de caixa e montagem de orçamento.

Ao analisar as falas dos entrevistados verifica-se a presença de uma rotina basicamente voltada para a área comercial, de marketing, administrativa e

operacional. Nota-se a ausência de trabalho artístico nas falas dos entrevistados. O mundo do trabalho demanda por profissionais cada vez mais preparados, com capacidade para desenvolver novas habilidades e descobrir capacidades potenciais, de acordo com as mudanças na realidade externa (BATISTA-DOS-SANTOS et al., 2014). Contudo, as qualificações necessárias em uma economia flexível são de um novo tipo, baseadas em aptidões portáteis, como saber ouvir, trabalhar em equipe, ser criativo, participativo e estar aberto a novas experiências além de pronto para assumir riscos (BATISTA-DOS-SANTOS et al., 2014).

Ao verificar as características do ambiente de trabalho foi possível notar o trabalho realizado de forma virtual, tendo apenas a necessidade de se possuir computador com acesso à internet. O trecho, a seguir, corrobora com tal afirmação: “O dia a dia eu trabalho *online*.” (E1 – representante da e-Trilhas).

Uma outra questão percebida foi a realização do trabalho em ambientes de *Coworking*. Nesse tipo de ambiente estão presentes várias empresas que compartilham o mesmo local de trabalho. Ocorre interatividade entre as empresas por ser um ambiente dividido entre elas. O entrevistado explica isso, a seguir, em sua fala:

Hoje a gente está dentro da *coworking* que é em Botafogo, aqui na Barão de Lucena. A gente começou no ano passado em um salão compartilhado e o time foi crescendo e hoje a gente tem uma sala que fica aqui nesse espaço... Ele é bem bacana. É uma área comum onde tem outras empresas e tem muitas empresas de diversos trabalhos. Tem algumas salas que são as que ficam alocadas. Além disso, têm salas de reuniões, espaços compartilhados. Então, é legal porque tem um recorte interessante de empresas personalizadas. (E4 – representante da Benfeitoria).

Há também empresas que estão alocadas em incubadoras e consequentemente os funcionários realizam suas tarefas em um espaço de incubação. O trecho, a seguir, indica esse ambiente de trabalho:

Quando a segunda turma chegou, as empresas começaram a sair e a gente foi convidado a ficar, aqui na incubadora (...). Esse espaço aqui era uma sala de aula, a sala de aula foi dividida em duas, então o nosso espaço é equivalente à metade de uma sala de aula. É as salas lá foram divididas por uma porta de metal. Ou seja, por cada módulo, vamos chamar assim, a gente é vizinho de alguma empresa. Que já mudou... Que já foram algumas empresas nossas vizinhas. E é isso, e tem infraestrutura básica aqui, de eletricidade, ar condicionado, internet, internet que só é mais menos. E higiene, né, limpeza, segurança. A estrutura é essa. (E7 – representante da Mob Content).

Alguns entrevistados também relatam nas entrevistas que realizavam seu trabalho dentro de suas casas, isto é, trata-se de um emprego de *home office*. É possível identificar de acordo com os trechos, a seguir: “Olha, eu trabalho em casa, hoje é um *home office*. Eu trabalho aqui no meu escritório, aqui em casa”. (E9 – representante da Rios de História).

Hoje eu trabalho na minha casa. Eu construí um espaço, a casa e meu espaço de trabalho porque eu queria separar um pouco a minha parte comercial da minha parte de criação; porque antes eu vivia dentro quando eu estava com meu escritório. E aí me deixava muito presa às tarefas do dia a dia e aí eu ficava apagando mais incêndio, entendeu? (E6 – representante da Julia Vidal).

Já algumas empresas alugam salas comerciais e os funcionários realizam seu respectivo trabalho em salas alugadas.

Ao analisar os trechos exibidos acima, é possível reparar que, além de exigir um novo perfil profissional, requerendo maiores investimentos na formação da força de trabalho, as atividades dos trabalhadores da economia criativa são marcadas por relações de trabalho nas quais se destacam o *home work* e os trabalhadores *freelancers*, além de maior informalidade nos ambientes de trabalho (FLORIDA, 2012). Dado o papel decisivo da criatividade para as organizações no seu processo de lidar com a mudança, incerteza, instabilidade, concorrência, e promover de forma sistemática a inovação, é necessário que os dirigentes estejam atentos às condições prevalentes no seu ambiente de trabalho, no sentido de desfazer possíveis barreiras à criatividade, maximizando as oportunidades para a sua expressão (MUZZIO; PAIVA JÚNIOR, 2014; REIS, 2008).

A respeito dos aspectos tecnológicos do trabalho foi possível apontar que estão presentes aplicativos de gestão que facilitam o dia a dia das atividades realizadas pelos sujeitos, principalmente os que o Google oferece. Como alguns entrevistados trabalhavam em empresas de mídias e audiovisual e foi possível perceber a utilização constante de programas de design relacionados com seus respectivos trabalhos. Aplicativos de comunicação para facilitar o relacionamento com clientes e fornecedores, além de favorecer o desenvolvimento do trabalho também estavam presentes nas falas dos entrevistados.

Já ao refletir sobre o impacto das tecnologias da informação e comunicação no trabalho notou-se que há contribuição dessas tecnologias na divulgação dos

serviços oferecidos pelas empresas. Com relação à importância das redes sociais foi possível identificar que essas redes promovem a comunicação com os clientes e facilita a interação com as demais empresas do setor de economia criativa. As redes sociais também possuem papel relevante na execução do trabalho dos entrevistados, uma vez que eles também desenvolvem suas atividades por meio dessas redes. As redes sociais têm suma importância para o reconhecimento institucional das empresas, pois contribuem como sendo um veículo de propaganda das marcas. Outro quesito importante dessas redes é que elas atuam como fonte para novos colaboradores para novos projetos e divulgação.

Sobre a relação do trabalho com a inovação se reconhece que as empresas estão preocupadas com o viés da sustentabilidade. A realização de financiamento coletivo também esteve presente na fala dos entrevistados no que se refere à inovação, uma vez que ultimamente se tem verificado a criação de plataformas para captar recursos financeiros a projetos. O trecho indica essa inovação:

Então, desde quando a gente lançou a plataforma, foi a primeira plataforma de financiamento coletivo voltado especificamente para projetos de impacto. A primeira plataforma do mundo a não cobrar uma comissão definida de projetos, ou seja, todas as plataformas atuam da seguinte maneira de financiamento coletivo, você envia o seu projeto, se você consegue captar a plataforma fica com um percentual dessa comissão do valor. E o que a gente faz é não deixar um valor fixo e sim deixar aberto pra que o próprio cliente defina quanto que ele quer pagar. (E4 – representante da Benfeitoria).

Ao observar a forma de divisão do trabalho foi possível compreender que o trabalho é dividido de acordo com a especialização dos funcionários, conforme a sua respectiva função. Os trechos abaixo indicam isso: “Então, a gente consegue dividir isso a partir do planejamento de maneira muito transparente. Quando os colaboradores trabalham com a gente é mais fácil identificar que tarefa está com quem, porque tem pessoas fazendo tarefas específicas”. (E10 – representante da Rumori). “Eu tenho a parte de produção, né. Que aí cada uma na produção... Tem a pessoa que corta, a modelista, tem um pessoal que estampa, enfim, cada um tem a sua função, né”. (E6 – representante da Julia Vidal). “Como eu te falei, um cuida do financeiro, outro cuida da comunicação e outro cuida do artístico. O assistente foca nas questões operacionais desses três braços”. (E5 – representante da Embolacha).

Todavia, percebeu-se também que o trabalho, de início, é dividido entre os sócios respeitando a hierarquia da empresa. A fala, a seguir, identifica como ocorre essa divisão do trabalho pela parte societária:

No caso tem outros sócios também. Mais duas pessoas. E nós dividimos. Eu fico com a área comercial e capacitação de projetos. Um sócio fica com a parte de criação de ideias. Quando a gente vai desenvolver algum novo produto. Ou quando já tem um trabalho para ser feito. A gente tenta dividir essa produção. A outra sócia ajuda no administrativo e faz a parte da comunicação da instituição. (E2 – representante da Encontrarte).

Ao analisar os diálogos, foi possível perceber que há funcionários fazendo tarefas específicas, de acordo com um planejamento de divisão das atividades e que também essa forma de divisão fica restrita a como os sócios irão definir isso. Antunes (2008) discute sobre a relação organização versus indivíduo quando afirma que a trajetória das transformações do mundo do trabalho relaciona-se com as mudanças no processo de produção e de trabalho. Discussão essa também levantada por outro estudo de Antunes (2011) que complementa relatando que tais transformações afetaram a divisão de trabalho, as relações no interior das organizações e o mercado de trabalho. Este processo complexo entre trabalho e ciência produtiva impõe a necessidade de uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional.

Ao averiguar a forma de controle do trabalho foi possível inferir que ocorre de maneira participativa e que cada área da empresa fica responsável por tomar as decisões juntamente com seus respectivos trabalhadores. O trecho abaixo evidencia isso:

A gente não tem exatamente uma hierarquia, não. A gente chega a conclusões conjuntas, a gente procura ver o que é melhor para a empresa pensando sempre a médio e longo prazo, nunca pensando o que é melhor a curto prazo. Sempre que você vai tomar uma decisão, você precisa entender primeiro como está a economia do seu país e como está a política do seu país. (E8 – representante da Ponte Plural).

Contudo, foi possível destacar que as decisões também ficam centralizadas entre os sócios, por meio de reuniões entre eles para deliberação de alguns procedimentos. Os trechos a seguir destacam isso: “A tomada de decisão ela é feita em reunião societária e decidida pela maioria. Então, como são três se tiver dois votos a favor de alguma coisa isso é determinado. É maioria de votos” (E2 – representante da Encontrarte). “A gente tem reuniões semanais com os sócios onde

tudo que está em andamento e está acontecendo é posto na mesa e rola o devido encaminhamento”. (E5 – representante da Embolacha).

Outra forma de controle do trabalho identificada foi a baseada no histórico de experiências anteriores. Por meio de procedimentos realizados no passado, que foram satisfatórios para a empresa, é percebido que as empresas se espelham nessas ações de trabalho antigas para monitorar as atividades atuais, segundo a fala do entrevistado:

Tem que estar sempre preparado para os resultados dessas suas decisões. Falo isso porque pesquisas indicam que 80% das empresas tomam decisões por intuições e isso é um erro absoluto. Isso se faz entender porque 70% das empresas fecham em dois anos. Você não pode tomar decisão por intuição. Não pode. Você tem que entender que decisão é algo muito sério, tem que ser embasada em cima de pesquisas, em cima de fatos, você tem que sempre ter plano B e C e já sabendo que talvez, tenha que pensar em plano D em cima da hora que o que você planejou A, B, C talvez não aconteça. (E8 – representante da Ponte Plural).

Ainda que tenham sido apresentadas formas de controle participativa e baseada em experiências anteriores, há ainda decisões centralizadas apenas entre os sócios das empresas. Neste caso o funcionário fica sem poder de decisão. Lima (2014) entende que as alterações nas maneiras de se produzir, organizar e controlar despontou para novas configurações de trabalho. Desse modo, Coutinho (2009) defende que essas mudanças associadas ao trabalho contemporâneo reafirmam relevância do desenvolvimento de pesquisas sobre os sujeitos envolvidos nesse universo. A figura 3 apresenta a síntese da dimensão organizacional das empresas de Economia Criativa:

Figura 3 - Síntese da dimensão organizacional das empresas de Economia Criativa

Categorias	Síntese
Descrição do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de atividades técnicas administrativas; - Elaboração de projetos; - Execução de negociações com clientes e fornecedores; - Atividades de controle financeiro.
Características do ambiente de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho realizado virtualmente; - Dentro de um espaço de <i>coworking</i>; - Integrado a um espaço de incubadora; - Trabalho <i>home office</i>; - Sala comercial alugada.
Aspectos tecnológicos do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Tecnologias necessárias para a realização do trabalho; - Impacto das tecnologias da informação e comunicação no trabalho; - Importância das redes sociais; - Relação do trabalho com a inovação.
Forma de divisão do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Distribuído conforme a especialização dos funcionários de acordo com a respectiva função; - Dividido inicialmente entre os sócios respeitando a hierarquia da empresa.
Forma de controle do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Decisões tomadas de forma coletiva e participativa; - Decisões baseadas em experiências anteriores; - Forma de controle centralizada entre os sócios.

Fonte: Os autores (2021)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a configuração do trabalho realizado nas organizações de economia criativa, foi possível verificar o predomínio de atividades administrativas operacionais. Percebeu-se que o desempenho do trabalho artístico, de fato, fica em segundo plano, uma vez que para a empresa funcionar é preciso cuidar da parte operacional de gestão. A criação de redes de relacionamento (*networking*) entre as empresas incubadas e os profissionais é evidenciada. As parcerias formadas e o contato estabelecido entre os atores do processo podem se transformar em valiosa ferramenta estratégica com vistas a criar diferencial competitivo no mercado.

Com relação à dinâmica do setor, de modo geral, a economia criativa apresenta-se como um modo contemporâneo de produzir na sociedade do conhecimento. Funde-se na lógica da diversidade cultural, onde o emprego das novas tecnologias, associadas ao conhecimento e à criatividade, favorecem trocas virtuosas entre seguimentos econômicos. Há abertura de espaço para o tratamento empresarial de setores emergentes que alimentam modelos de negócios inovativos e competitivos.

No que tange à dimensão organizacional, percebe-se que a existência de um espaço físico próprio e individual para realização do trabalho não vem sendo muito

utilizado pelas empresas, já que ocorreu o surgimento de espaços compartilhados para realização do trabalho, o que promove maior interação das empresas situadas nesses *coworkings* e desenvolvimento de novas parcerias. Observou-se, também, a utilização de trabalho em casa (*home office*), que pode se tornar uma tendência, dependendo do tipo de trabalho a ser realizado e das tecnologias de informação e comunicação disponíveis.

Também foi possível evidenciar que determinadas tarefas são divididas coletivamente, ainda que em alguns casos essa divisão fique centrada apenas nos fundadores das empresas, incluindo também, nesse sentido, as tomadas de decisão. Percebe-se, desta forma, que apesar de uma propagada autonomia e pouca hierarquia, o processo de tomada de decisão fica por conta dos sócios, conforme verificado em algumas entrevistas.

Nota-se também a diminuição do trabalho contratado e regulamentado. Este trabalho, por ser mais formalizado, vem sendo substituído pelos mais distintos e diversificados modos de informalidade e precarização, como se pode verificar a existência de trabalhos terceirizados, informais, voluntários e o empreendedorismo. Essa característica pode ser considerada uma das que mais geram críticas ao processo de incubação de empresas na economia criativa.

A responsabilização dos indivíduos, as individualizações, os consultores, os parceiros, as metas, as competências, a participação no trabalho são questões que ocultam uma acentuada informalização e precarização do trabalho. Esses fatores estão relacionados com o advento da flexibilidade do trabalho, fenômeno este que interfere na desconstrução das leis trabalhistas, destruindo direitos conquistados pela classe trabalhadora.

Em suma, o desenvolvimento da economia criativa necessita de políticas públicas adequadas, que considerem a necessidade de linhas específicas de financiamento, de diferenciação tributária e de sistemas de normatização dos empreendimentos. Há urgência na melhoria do ambiente empresarial, no que tange a ferramentas e incentivos que atraiam profissionais e favoreçam a remuneração de bens simbólicos, intangíveis, lúdicos e imateriais. Nesse sentido, o conceito de ecossistema de inovação deve ser lembrado como uma real possibilidade de se concentrarem recursos com o objetivo de se alavancar a capacidade inovativa nesse ambiente.

Cabe ressaltar, também, que boa parte das dificuldades evidenciadas na presente pesquisa, é enfrentada por grande parte das empresas incubadas, sendo de economia criativa ou não.

Como sugestão de novas pesquisas, sugere-se entender o momento atual dessas empresas incubadas imersas no cenário de Pandemia e pós-pandemia e como a tecnologia vem auxiliando no desenvolvimento dos trabalhos. Outra sugestão refere-se à investigação acerca dos fatores de sucesso de organizações de economia criativa e seus impactos no mundo do trabalho, que poderia esclarecer alguns pontos referentes à valorização do trabalho criativo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Afinal, quem é a classe trabalhadora hoje? **Revista Rede de Estudos do Trabalho**, São Paulo, ano 2, n. 3, p. 1-9, 2008.

ANTUNES, R. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

AUDY, J. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 31, n. 90, p. 75-87, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.3190005>.

BACH, L. Exploring the convergence of the rationales underlying the policies for science, technology and innovation and for creative industries. In: BURGER-HELMCHEN, T. (Org.). **Economics of Creativity: ideas, firms and markets**. New York: Routledge, 2013.

BARCELLOS, E.; BOTURA JUNIOR, G.; RAMIREZ, C. The Creative Economy on the Environmental of the Technological Parks and Incubators. **International Journal of Innovation**, v. 4, n. 2, p. 140-154, 2016. DOI: <https://dx.doi.org/10.5585/iji.v4i2.52>

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BATISTA-DOS-SANTOS, A. C.; CARDOSO, M. F.; CALAZANS, D. L. M. S.; MÓL, A. L. R.; OLIVEIRA, J. A. O trabalho na contemporaneidade: estudo sobre as dimensões que trabalhadores de uma organização pública associam ao trabalho. **Revista Ciências Administrativas**, v. 20, n. 1, p. 347-379, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.5020/2318-0722.2014.v20n1p379>

BENDASSOLLI, P. F.; BORGES-ANDRADE, J. E. Significado do trabalho nas indústrias criativas. **Revista Administração de Empresas**, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 143-159, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902011000200003>

BIANCHI, C. G.; FIGUEIREDO, J. C. B. A Influência dos Mecanismos de Fomento no Processo de Internacionalização da Economia Criativa no Brasil: o caso da APEX no setor de arquitetura. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 1, n. 3, p. 174-186, 2016. DOI: <https://doi.org/10.21118/apgs.v1i3.1024>

BOBSIN, E. L.; OLIVEIRA, J. da S.; CASAGRANDE, R. F.; ALFONSO, T. O. da S.; SILVA, B. P. da. Avaliação do Ecossistema de Inovação de uma Universidade na Região Sul do Brasil. **Revista Gestão em Análise**, v. 9, n. 3, p. 66-80, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.12662/2359-618xregea.v9i3.p66-80.2020>.

BRIDGES, L. E. Flexible as freedom? The dynamics of creative industry work and the case study of the editor in publishing. **New Media & Society**, v. 20, n. 4, p. 1303-1319, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/1461444816688920>

CARVALHAL, F.; MUZZIO, H. Economia Criativa e Liderança Criativa: Uma Associação (Im)Possível?. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 659-688, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-2311.0032015.54929>

CLOSS, L. Q.; ROCHA-DE-OLIVEIRA, S. R. Economia criativa e territórios usados: um debate baseado nas contribuições de Milton Santos. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 2, p. 349-363, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395152437>

COUTINHO, M. C. Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 12, n. 2, p. 189-202, 2009. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v12i2p189-202>

DINARDI, C. Creativity, informality and cultural work in Rio de Janeiro's favelas. **International Journal of Cultural Studies**, v. 22, n. 2, p. 248-263, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/1367877918821232>

FACHINELLI, A. C.; CARRILLO, F. J.; D'ARISBO, A. Capital system, creative economy and knowledge city transformation: insights from Bento Gonçalves, Brazil. **Expert Systems with Applications**, v. 41, n. 12, p. 5614-5624, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.eswa.2014.02.012>

FIRJAN. **Mapeamento da indústria criativa no Brasil**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2014.

FLORIDA, R. **The rise of the creative class revisited**. New York: Basic Books, 2012.

FREITAS, E. C.; TONIDANDEL, M. C.; PINHEIRO, C. M. P.; BARTH, M. Cultura organizacional e gestão contemporânea: um estudo de caso em empresas de economia criativa. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 147-170, 2014.

IBGE. **Demografia das Empresas 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98073.pdf>. Acesso em: 14 Dez. 2020.

JÄGER, G. F. B. **Economia Criativa e seus indicadores**: uma proposta de índice para as cidades brasileiras. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade de São Paulo: São Paulo, 2014.

JONES, C. **Introdução à teoria do crescimento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LAZZARO, E. Linking the Creative Economy with Universities' Entrepreneurship: A Spillover Approach. **Sustainability**, v. 13, n. 3, p. 1078, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/su13031078>

LIMA, R. J. C. Dicionário de trabalho e tecnologia. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 12, n. 2, p. 457-459, 2014. <https://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462014000200014>

LONDAR, S.; LYTVYNCHUK, A.; VERSAL, N.; POSNOVA, T.; TERESHCHENKO, H. Investment in Human Capital Within the Creative Economy Formation: Case of the Eastern and Central Europe Countries. **Comparative Economic Research. Central and Eastern Europe**, v. 23, n. 4, p. 129-148, 2020. <http://dx.doi.org/10.18778/1508-2008.23.31>

MAY, T. **Pesquisa Social**: questões, métodos e processos. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOTA, C. T. D.; HANSEN, D. L. Economia Criativa sob a Ótica da Geografia: Avanços e a reorientação das atividades criativas correlacionadas ao espaço geográfico. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, n. 1, p. 160-174, 2018.

MUZZIO, H.; PAIVA JÚNIOR, F. G. A gestão na economia criativa e a identidade do indivíduo criativo inovador: em busca de uma convergência. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 38., 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2014.

OLIVEIRA, P. G.; FREITAS FILHO, W. B.; RIBEIRO, R. A.; CABRAL, A. C. A.; SANTOS, S. M. Economia criativa na produção científica brasileira em administração: mapeamento bibliométrico nas bases Anpad, Capes e Spell. **Revista GEINTEC-Gestão, Inovação e Tecnologias**, v. 6, n. 1, p. 2966-2981, 2016. DOI: <https://doi.org/10.7198/geintec.v6i1.841>

PETRY, J. F.; UCHÔA, A. G. F.; MENDONÇA, M. B. de; MAGALHÃES, K. de L.; BENCHIMOL, R. M. B. The creative economy: an ethnographic framework for handcrafts in the Alto Solimões region of the Brazilian Amazon. **International Journal of Social Economics**, v. 47, n. 12, p. 1651-1667, 2020. <https://doi.org/10.1108/IJSE-04-2020-0262>

REIS, C. F. **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento**: uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

REIS, J.; HASAN, N. Organizações Inovadoras que Utilizam a Revolução 4.0. **Interfaces Científicas - Exatas e Tecnológicas**, Aracaju, v. 2, n. 3, p. 9-20, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.17564/2359-4942.2018v2n3p9-20>

ROBLEK, V.; MEŠKO, M.; KRAPEŽ, A. A complex view of industry 4.0. **Sage Open**, v. 6, n. 2, p. 1-11, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/2158244016653987>

SANTOS, D. A. G. dos; ZEN, A. C. Orquestração de Atores e Recursos para o Desenvolvimento de Ecossistemas de Inovação. In: ENCONTRO DA ANPAD, 44., 2020, online. **Anais** [...]. ANPAD, 2020. p. 1-16. Disponível em: http://www.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=MjkkxMDA=. Acesso em: 10 abr. 2021.

SCHMIDT, S.; SCHREIBER, D.; BOHNENBERGERM. C.; PINHEIRO, C. M. P. Strategic design in small creative industry firms. **Creative Industries Journal**, v. 11, n. 3, p. 306-321, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/17510694.2018.1526606>

SERRA, N.; FERNANDEZ, R. S. Economia Criativa: da discussão do conceito à formulação de políticas públicas. **Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 355-372, 2014. DOI: <https://doi.org/10.11606/rai.v11i4.11253>

ŠTREIMIKIENĖ, D.; KAČERAUSKAS, T. The creative economy and sustainable development: The Baltic States. **Sustainable Development**, v. 28, n. 6, p. 1632-1641, 2020. <https://doi.org/10.1002/sd.2111>

SUNG, T. K. The creative economy in global competition. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 96, n. 1, p. 89-91, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2015.04.003>

UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development. **Creative Economy Report 2010**. A feasible development option. Genebra: UNCTAD/DITC, 2010. Disponível em: http://unctad.org/en/docs/ditctab20103_en.pdf. Acesso em: 16 jan. 2021.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VILLA-GARZÓN, B.; GONZÁLEZ-BUSTOS, J. P.; MAYORGA-MORATO, M. A. Production engineering immersed in the creative economy. **Visión electrónica**, v. 13, n. 1, p. 195-210, 2019. DOI: <https://doi.org/10.14483/22484728.14411>

VLASSIS, A.; DE BEUKELAER, C. The creative economy as a versatile policy script: exploring the role of competing intergovernmental organizations. **Media, Culture & Society**, v. 41, n. 4, p. 502-519, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/0163443718810913>

ZARDO, J. B. G.; MELLO, R. E. S. Rio Criativo-Incubadora de Empreendimentos da Economia Criativa do Estado do Rio de Janeiro: Análise Crítica da Universidade Empreendedora Executora de Política Pública. **Sistemas & Gestão**, v. 7, n. 2, p. 206-221, 2012. DOI: <https://doi.org/10.7177/sg.2012.V7.N2.A6>

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA INOVAÇÃO NA REGIÃO SUL DO BRASIL DE 2005 A 2015, A PARTIR DA ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE DADOS ESPACIAIS

Adirson Maciel de Freitas Júnior¹
Pedro Henrique Batista de Barros²
Alysson Luiz Stege³
Cárliton Vieira dos Santos⁴
Cleise Maria de Almeida Tupich Hilgemberg⁵

RESUMO

Este trabalho busca investigar a distribuição espacial da inovação tecnológica na região Sul do Brasil (PR, SC e RS) nos anos de 2005 e 2015. Esses anos foram escolhidos com o intuito de retratar um cenário anterior e outro posterior às leis estaduais de inovação dos estados do Sul, todas criadas após 2005. Utilizou-se como *proxy* o número de patentes de inovação nestes estados por estas serem capazes de captar os esforços em desenvolvimento tecnológico. Constatou-se, por meio da Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE), que as patentes não estão distribuídas espacialmente de forma aleatória, isto é, verificou-se uma autocorrelação espacial positiva para a inovação no Sul do Brasil. Também se encontrou evidências, por meio da análise bivariada, de que a inovação está relacionada espacialmente com outros fatores. Além disso, constatou-se que o Paraná perdeu relevância relativamente a Rio Grande do Sul e a Santa Catarina, sendo que o último concentrou o maior número de clusters significativos da região. Por fim, pode-se concluir que os estados que saíram na frente na criação de leis de inovação apresentaram um melhor desempenho na criação de patentes de inovação.

Palavras-chave: Sistema Regional de Inovação; Leis de Inovação; Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE); Região Sul do Brasil.

ABSTRACT

This paper aims to investigate the spatial distribution of technological innovation in Southern Brazil (PR, SC and RS) in 2005 and 2015. These years were chosen for the purpose of portraying a previous scenario and a subsequent one after the state innovation laws of the southern states, all created after 2005. The number of innovation patents in these states was used as proxy to capture the efforts in technological development. It was verified, through the Exploratory Analysis of Spatial Data (ESDA), that the patents are not spatially distributed in a random way, that is to say, a positive spatial autocorrelation was verified for the innovation in the South of Brazil. Evidence has also been found, through bivariate analysis, that innovation is spatially related to other factors. In addition, it was found that the Paraná lost relevance with respect to Rio Grande do Sul and Santa Catarina, with the latter concentrating the largest number of significant clusters in the region. Finally, the leading states in creating innovation laws have performed better in creating innovation patents.

Keywords: Regional Innovation System; Innovation Laws; Exploratory Analysis of Spatial Data.

JEL: O3, O31

¹ Mestrando Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: adirson52@gmail.com

² Mestrando Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: batistahpedro@gmail.com

³ Professor Adjunto do departamento de economia UEPG. E-mail: alyssonstege@gmail.com

⁴ Professor Adjunto do departamento de economia UEPG. E-mail: carlitosantos@gmail.com

⁵ Professor Adjunto do departamento de economia UEPG. E-mail: cmatupich@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico de um país está associado dentre outros fatores à sua capacidade de gerar conhecimento científico e tecnológico, pois estes são passíveis de se transformarem em inovações. Estas, por sua vez, geraram aumentos de produtividade e competitividade para a economia e, conseqüentemente levam ao aumento do produto.

A capacidade inovadora de um país ou região está associado ao nível de desenvolvimento de seu Sistema Nacional ou Regional de Inovação (FREEMAN, 1987; LUNDVALL, 1988; COOKE, 2004). Dentro desses sistemas, os institutos de pesquisa científica e tecnológica assumem um papel central na criação de inovações por serem um dos principais agentes geradores de conhecimentos que podem resultar em patentes.

O Brasil, reconhecendo a importância da inovação para o desenvolvimento, criou, em 2005, a chamada Lei de Inovação Brasileira (Lei nº 10.973 de 2005). Essa buscou estabelecer diretrizes legais específicas para o licenciamento de patentes de entidades públicas e criar uma maior segurança jurídica no patenteamento e seu posterior licenciamento a terceiros.

A insegurança jurídica pela falta de uma legislação clara sobre o assunto, no período anterior à criação da lei de inovação, inibiu o fortalecimento e desenvolvimento do sistema de inovação brasileiro e das inter-relações entre os agentes desse sistema (FUJINO; STAL, 2004).

Diversos estados brasileiros, devido às suas particularidades, desafios e oportunidades próprias, estabeleceram posteriormente leis locais para incentivar a consolidação de seus Sistemas Regionais de Inovação tendo como base a Lei de Inovação Brasileira. Esse é o caso dos três estados analisados neste trabalho. O primeiro deles foi Santa Catarina, que instituiu a Lei de Inovação Tecnológica Nº 14.328, de 15 de janeiro de 2008. Logo em seguida, o Rio Grande do Sul criou a Lei Nº 13.196, de 13 de julho de 2009. Finalmente, o Paraná estabeleceu a sua lei de inovação, a lei 17.314 de 24 de setembro de 2012.

Neste contexto, o presente trabalho tem como finalidade investigar a distribuição espacial da inovação tecnológica na região Sul do Brasil (PR, SC e RS) no ano de 2005 e 2015, por meio da análise do número de patentes criadas nos municípios da região após a criação da Lei de Inovação Brasileira e das leis de

inovação estaduais. Além disso, pretende-se verificar se houve uma concentração ou desconcentração da atividade inovadora na região.

Analisar as concentrações de diferentes atividades por métodos convencionais, inspeção visual de mapas e mesmo com regressões múltiplas, não são formas mais confiáveis de lidar com dados georreferenciados, pois podem detectar agrupamentos e padrões espaciais significativos de forma inadequada. Segundo Messner *et al.* (1999, p. 427), “a percepção humana não é suficientemente rigorosa para determinar agrupamentos significativos e, de fato, tende a ser enviesada para achar padrões, mesmo em dados espaciais aleatórios.” Dessa forma, optou-se pela utilização da Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE) como primeiro passo para revelar os padrões espaciais contidos nos dados e posteriormente empregar o método de investigação por análises bivariada dos dados.

A utilização do número de patentes como *proxy* para captar o desenvolvimento tecnológico tem sido amplamente utilizada por pesquisadores do tema (ALBUQUERQUE *et al.*, 2002; GONÇALVES, 2007; MIRANDA E ZUCOLOTO, 2015). Isso ocorre, segundo Miranda e Zucoloto (2015), porque as patentes são um importante indicador de que há uma presença de “conhecimento com perfil inovador”. Portanto, ao analisar o número de patentes dos municípios dos estados do sul do país, indiretamente pode-se inferir sobre a contribuição que cada um deles tem no desenvolvimento tecnológico do Sistema Regional de Inovação.

Este artigo está estruturado em mais quatro seções, além desta. A segunda aborda o referencial teórico sobre Sistemas de Inovação, tanto de uma perspectiva nacional quanto regional. Na terceira seção, buscou-se apresentar a metodologia e a base de dados utilizada no estudo. Os resultados encontrados e sua análise são realizadas na quarta seção. Finalmente, a quinta seção apresenta as considerações finais.

2 SISTEMAS DE INOVAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E NACIONAL

Segundo Cassiolato (1999), a inovação e o desenvolvimento de novas tecnologias não ocorrem de forma isolada no ambiente intrafirma. Para que haja desenvolvimento de novas tecnologias é necessário que exista influência de fatores externos como, por exemplo, as instituições dos países e das regiões nos quais a

empresa está inserida. Não é, portanto, resultado apenas de decisões tomadas pelos gestores das firmas, mas sim da soma de um conjunto de variáveis tanto internas quanto externas. Desta forma, o espaço é um elemento importante a se considerar em uma análise do processo de desenvolvimento inovativo.

Schumpeter (1939) identificou na capacidade inovativa o elemento essencial para o desenvolvimento econômico por ela ser capaz de gerar novas combinações no processo produtivo, inserindo novos produtos, meios e modos de produção que elevam a produtividade e, conseqüentemente, o aumento do produto per capita.

A ideia de Sistemas de Inovação (SI) surgiu a partir de estudos de autores conhecidos como neo-schumpeterianos, dentre eles, Freeman (1987), Nelson (1988) e Lundvall (1988), que caracteriza a inovação como resultado de um processo de interação entre diversos atores que podem servir tanto como incentivadores quanto como limitadores da dinâmica inovativa. Resumidamente, os SI são caracterizados por: “i) a importância da inovação como fonte de crescimento da produtividade e do bem-estar material; e ii) a compreensão da inovação econômica como um processo complexo e dinâmico que envolve diversas instituições” (SBICCA, 2001). Os desenvolvedores da noção de Sistema de Inovação foram fortemente influenciados pelos trabalhos de Friedrich List (1841), que já havia defendido ideias semelhantes no século XIX, além do próprio Schumpeter (1939).

List (1841), por exemplo, defendia que as indústrias deveriam se aproximar da ciência e da tecnologia, pois estas teriam o poder de melhorar seus processos produtivos e técnicos, ajudando-as na competição. Além disso, em seu livro *National System of Political Economy*, de 1841, ele critica autores clássicos, como Adam Smith, por não levarem em conta o papel da ciência e da tecnologia no crescimento das nações. List (1841), também defendeu que os diversos atores da sociedade, especialmente o Estado, deveriam criar uma infraestrutura mínima que incentivasse o desenvolvimento científico e tecnológico, enfatizando, principalmente, a necessidade de se aumentar o nível educacional e o treinamento técnico da população para que ela possa operar e, até mesmo, contribuir no processo de desenvolvimento tecnológico.

Apesar da inovação e do avanço científico e tecnológico já terem sido identificados como importantes para o desenvolvimento de um país, como mostraram List (1841) e Schumpeter (1939), a primeira referência explícita do

conceito de Sistema de Inovação foi feita por Freeman, em 1987, na sua obra *Technology Policy and Economic Performance: lessons from Japan*. Com ela, o autor buscou verificar quais fatores fizeram o Japão alcançar, em poucas décadas, um desenvolvimento econômico e tecnológico avançado relativamente ao atraso que o país se encontrava no fim da Segunda Guerra Mundial. O principal fator identificado por Freeman (1987) para o avanço do Japão foi devido ao grande esforço de pesquisa e desenvolvimento que esse país realizou, o que possibilitou suas firmas competirem e ganharem cada vez mais mercado no comércio internacional.

Num desenvolvimento posterior, Freeman (1988) defende que o Estado é uma peça chave na construção de um Sistema de Inovação bem-sucedido que consiga gerar inovações e desenvolvimento econômico. O autor destaca especialmente o papel do governo na articulação entre o sistema educacional e o setor produtivo, por meio de criação mão-de-obra qualificada, pesquisa básica e aplicada que, posteriormente, podem se transformar em avanços tecnológicos. Esses, por sua vez, podem ser empregados na produção, elevando a produtividade e a competitividade das firmas. A grande inserção do Japão, por exemplo, no comércio internacional, na segunda metade do século XX, é uma consequência dessa articulação bem-sucedida.

A relação entre os produtores de ciência e tecnologia e seus usuários é de extrema importância para o bom funcionamento de um sistema de inovação, conforme indicado por Lundvall (1988). Isso ocorre porque é por meio dessa interação que os resultados dos esforços despendidos em pesquisa e desenvolvimento se transformam em ganhos de produtividade, devido a mudanças no setor produtivo.

Lundvall (1988) identificou duas formas principais de interação entre os agentes inovativos e os produtivos. A primeira diz respeito a dentro do próprio processo de produção, pois existem componentes que possibilitam melhorias técnicas, como também novas formas de se realizar tarefas rotineiras, consistindo em formas de aprendizado. As mais relevantes, segundo o autor, são o *learning-by-doing* e *learning-by-using* que são formas dos usuários de determinada tecnologia aumentarem suas produtividades conforme ganham experiência, aprendendo as melhores formas de se manusear os instrumentos rotineiros no ambiente de

trabalho. A segunda, por sua vez, está relacionada com o poder das inovações em mudar e alterar o processo de produção, seja de forma incremental, seja radical, o que é mais dependente de atores externos à firma.

Nelson (1993) ressaltou a importância que a inovação, conseguida por meio de pesquisa e desenvolvimento (P&D), é o fator mais importante da dinâmica e desenvolvimento do capitalismo moderno. Esse desenvolvimento, porém, não se dá de forma isolada e independente, ele está relacionado com atitudes e caminhos tomados anteriormente, ou seja, está associado a uma construção histórica. O sistema de inovação, portanto, tem um caráter evolutivo, sendo que características passadas influenciam o comportamento futuro. Nelson (1996) também resalta a importância do P&D interno realizado nas empresas, assim como a interação que elas estabelecem com universidades e outros institutos de pesquisa. Quanto maior for a aproximação e a interação, maior será o potencial de desenvolvimento do sistema de inovação.

As universidades e institutos de pesquisa são, segundo Dosi (1988), os principais elementos de um sistema de inovação regional ou nacional. É por meio delas que ocorre a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. Essa difusão só ocorre, porém, se houver uma interação com os agentes produtivos do sistema. Nelson e Rosenberg (1993) também ressaltam a importância que as universidades desempenham num SI por atuarem como instituições que dão suporte às firmas.

A verificação da composição e da dinâmica de interação de um sistema de inovação em nível regional, segundo Johnson e Lundvall (2005), é essencial para o funcionamento do sistema nacional. As regiões que compõem um país podem possuir características diferentes entre si, influenciando de forma distinta o sistema como um todo. Uma localidade, por exemplo, pode ter o mesmo nível de universidades e centros de pesquisa que as demais e, mesmo assim, ter uma dinâmica inovativa maior devido a um melhor ambiente institucional que possibilita maior interação e sinergia entre os membros daquela determinada região. Esses fatores podem resultar no surgimento de padrões espaciais distintos entre as regiões.

Freeman (1998) também mostra que, ao estudar o funcionamento de um Sistema de Inovação, é importante focalizar as diversas regiões que o compõe,

buscando entender suas características próprias relativamente às demais. Analisar apenas o Sistema de Inovação nacional, ignorando seus componentes regionais, pode levar a dificuldades de se entender as razões e motivos para determinado comportamento do SI nacional. Cooke (1992) e Cooke *et al* (1997) buscaram aprofundar a abordagem regional para os Sistemas de Inovação. Os autores acreditam que empresas que se localizam próximas umas das outras, formando clusters, possuem vantagens em relação as demais que não pertencem.

Cooke (2004) enfatizou a importância que o governo regional tem no funcionamento de alguns sistemas de inovação locais. O autor os chamou de Sistemas Regionais de Inovação Institucional (*Institutional Regional Innovation System*). A atuação do governo regional nesses sistemas se dá principalmente, segundo Cooke (2004), por meio de instituições públicas geradoras de conhecimento científico e tecnológico, como universidades e institutos de pesquisa. Portanto, para melhor entender como é a dinâmica e funcionamento de um Sistema Regional de Inovação é importante entender como as universidades e institutos financiados pelo governo regional contribuem para o sistema local a partir de inovações.

Em relação ao Sistema de Inovação brasileiro, Albuquerque (1996) buscou caracterizá-lo e para isso buscou estabelecer diferenças básicas existentes entre os sistemas de inovação para posteriormente identificar em qual deles se encontra o Brasil, o autor os dividiu em três principais categorias, sendo elas:

i. A primeira categoria é composta por aqueles sistemas que possibilitam os países a se manterem na fronteira do desenvolvimento tecnológico e científico, com uma grande geração de conhecimento científico e tecnológico. É o caso, por exemplo, dos principais países capitalistas como os Estados Unidos, Alemanha e Japão.

ii. A segunda categoria é caracterizada por sistemas que têm como finalidade principal a difusão das tecnologias e conhecimentos gerados nos países que possuem sistemas de inovações mais robustos e consolidados.

iii. A terceira, por sua vez, é aquela que ainda está num estágio de consolidação, apresentando deficiências tanto na geração quanto na difusão de conhecimentos e tecnologias. Portanto, são sistemas ainda imaturos que não conseguem contribuir de forma significativa para o desenvolvimento do país.

O Brasil, segundo Albuquerque (1996) e Villaschi (2005), está inserido na terceira categoria de sistema de inovação, apresentando uma infraestrutura inadequada para o desenvolvimento científico e tecnológico, como também uma baixa interação dos agentes que compõem o sistema. Portanto, os autores caracterizam o Brasil como um sistema imaturo.

Em relação a análise da distribuição espacial da atividade de inovação do sistema brasileiro, destaca-se o trabalho de Gonçalves (2007). O autor realizou uma análise exploratória de dados espaciais (AEDE) para as microrregiões brasileiras e identificou a existência de autocorrelação espacial do patenteamento no país, isto é, regiões com alto nível de atividade tecnológica possuem vizinhos com valores similares. Além disso, Gonçalves (2007) encontrou um padrão espacial Norte-Sul da distribuição da atividade tecnológica brasileiro, ou seja, a região sudeste e sul se caracterizando como de alta atividade tecnológica enquanto a região Nordeste, Norte e Centro-Oeste como de baixa.

Freitas *et al.* (2010), por sua vez, buscando investigar a desigualdade interestadual no país no período de 1990 a 2001 também encontraram evidências de concentração espacial da inovação brasileira, com a existência de clusters espaciais significativos da atividade inventiva no país. Apesar disso, identificaram evidências da ocorrência de um processo de convergência entre os estados brasileiros, ou seja, regiões com sistemas de inovação menos desenvolvidos apresentaram uma taxa de crescimento maior em suas inovações do que regiões mais consolidadas.

Resultados semelhantes foram obtidos por Oliveira *et al.* (2016) e Rodriguez *et al.* (2017) que também identificaram uma concentração espacial da atividade inovadora no Brasil, além da ocorrência de um processo de *catching up* entre as regiões. Além disso, Rodriguez *et al.* (2017) encontrou evidências de que o Sistema de Inovação brasileiro está mudando sua distribuição espacial, deixando de ser concentrado no estado de São Paulo, com o deslocamento das inovações principalmente para o Sul do Brasil e para os demais estados do Sudeste.

Dessa forma, o presente trabalho buscará verificar a distribuição espacial da inovação no Sul do país com a finalidade de verificar se houve mudança na dinâmica do Sistema de Inovação da região, especialmente após as Leis de Inovação estaduais implementadas. Para tanto, na seção seguinte apresenta-se

uma discussão sobre a base de dados e a metodologia que permitem apresentar alguns ensaios sobre o tema proposto.

3 METODOLOGIA

3.1 BASE DE DADOS E MECANISMOS METODOLÓGICOS

Este trabalho faz uso da base de dados sobre número de patentes do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) para a Região Sul do Brasil. A análise abrange dois momentos, sendo que o primeiro, tratado como 2005, proveniente da média dos dados de número de patentes dos anos de 2004, 2005 e 2006, quando se totalizou 2410 patentes de inovações depositados no INPI. O segundo, tratado como 2015, provém da média dos dados dos anos de 2014, 2015 e 2016, quando se atingiu 3360 patentes de inovação depositadas. Segundo Gonçalves (2007), existem duas vantagens em se trabalhar com a média trienal de patentes: I) suavizar possíveis variações anuais dos dados e II) minimizar o efeito da ocorrência de zeros na variável de interesse.

A base de dados utilizada para a investigação do proposto, será a partir do recorte territorial da região sul, que compreende 1188 municípios a fim de realizar a análise exploratória verificando a existência de padrões espaciais. O principal propósito é confirmar ou não a hipótese dos dados estarem aleatoriamente distribuídos no espaço.

O banco de dados consiste em dados de criação de patentes e população dos municípios da região Sul. Os dados de depósitos de patentes foram adquiridos na Base de Dados Estatísticos de Propriedade Intelectual, gerada pelo INPI. São usadas informações de depósitos de patentes de inventores brasileiros com região de residência do inventor. Para população são utilizados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na autocorrelação bivariada, os dados utilizados foram o número de pesquisadores, o percentual da população vivendo em área urbana e o índice de desenvolvimento humano dos municípios (IDHM). Para número de pesquisadores que representam 2005 utiliza-se a média trienal de 2004, 2005 e 2006. A representação de 2015 é composta pela média de 2014, 2015 e 2016, dados estes extraídos do diretório nacional de pesquisa da CAPES. O percentual de população

urbana e o índice de desenvolvimento humano municipal foram obtidos utilizando-se o Censo Demográfico de 2000 e 2010, disponíveis no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017).

De posse desse banco de dados, construiu-se um indicador de criação de patentes normalizado pela população, formado pela razão entre a média trienal da criação de patentes no numerador e o quociente entre população (trienal) e a quantia de 10000 (dez mil) conforme indicado por Gonçalves (2007). Matematicamente expressa-se por:

$$\vartheta_i = \frac{(\sum P_{i_i}/\tau)}{(\sum Pop_i/\rho)} \quad (1)$$

Assim ϑ_i representa o indicador de criação de patentes trienal normalizado pela população no período i , sendo $\sum P_{i_i}$ o somatório de patentes criadas no triênio de análise, τ é o número de anos do somatório, neste caso três. A notação $\sum Pop_i$ representa o somatório da população no período i , e ρ é a divisão realizada pela população (no caso dez mil habitantes). Assim, os municípios com pouca população ganham maior peso na criação de patentes, quando comparados diretamente com municípios de grandes populações, medindo de forma eficaz a produtividade da população em termos de criação de patentes.

A partir da definição destes indicadores é possível elaborar a análise exploratória de dados espaciais como discutida na próxima seção.

3.2 ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE DADOS ESPACIAIS (AEDE)

A análise exploratória de dados espaciais (AEDE) consiste num conjunto de técnicas utilizadas para identificar efeitos espaciais, mais especificamente os de dependência e heterogeneidade espacial, contidos na amostra. O primeiro efeito está relacionado inversamente à distância geográfica, enquanto o segundo, por outro lado, diz respeito às características próprias das unidades espaciais, que por sua natureza, podem diferenciar entre si. Ambos, se identificados, devem ser devidamente controlados e tratados para evitar problemas no seu uso em modelos econométricos. Por isso, a AEDE é um instrumento valioso de auxílio no processo de especificação de modelos econométricos, pois, se a AEDE indicar que há algum

tipo de processo espacial, esse deverá ser incorporado ao modelo ou tratado da forma correta evitando problemas como viés e inconsistência nos parâmetros.

Deste modo, a AEDE consegue captar, por exemplo, padrões de associações espaciais (clusters espaciais), indicações de como os dados estão distribuídos, ocorrência de diferentes regimes espaciais ou outras formas de instabilidade espacial (não estacionariedade) e ainda identificar observações atípicas (*outliers*), conforme sugerido por ANSELIN (1996); PEROBELLI *et al.* (2007) e ALMEIDA (2012).

A dependência espacial significa que o valor de uma variável de interesse em uma região está relacionado no processo de dependência com o valor dessa mesma variável nas regiões vizinhas. Essa dependência ocorre em todas as direções, mas tende a diminuir seu impacto conforme se aumenta a distância geográfica. Por outro lado, a heterogeneidade espacial está relacionada com as particularidades das regiões e pode causar instabilidade estrutural, ou seja, cada localidade pode ter uma resposta distinta em sua variável dependente se ocorrer alguma alteração na variável explicativa. A heterogeneidade induz um modelo econométrico a apresentar problema de heterocedasticidade, o que torna as variâncias dos coeficientes com propriedades não assintóticas, inviabilizando os testes estatísticos realizados para verificar a consistência dos parâmetros e modelos (ALMEIDA, 2012).

No entanto, uma vez que o modelo apresenta tais problemas a forma sugerida por ALMEIDA(2012) para a sua resolução está na escolha da matriz de pesos espaciais discutidas na próxima seção.

3.2.1 Matriz de Pesos Espaciais

O primeiro passo para utilização da AEDE e as técnicas da econometria espacial é a definição de uma matriz de pesos espaciais, a qual expressa como o fenômeno em análise está arranjado espacialmente (TEIXEIRA; BERTELLA, 2015).

A literatura apresenta um grande número de matrizes como por exemplo a matriz rainha (*queen*), torre (*rook*) e k vizinhos, que normalmente são matrizes de contiguidade binária, isto é, se for vizinho recebe o valor um, se não for recebe zero.

Além disso, há aquelas que dão pesos diferenciados para cada região, como a matriz de distância inversa, que atribui um peso menor à medida que as regiões se tornam mais distantes.

A definição da matriz é de suma importância para a AEDE e na estimação do modelo econométrico, pois os resultados são sensíveis às diferentes matrizes, razão pela qual deve-se buscar a que melhor represente o fenômeno em estudo, ou seja, aquela que capta de forma mais fiel o processo espacial (ALMEIDA, 2012).

Neste trabalho optou-se pelo uso da matriz de peso espacial (W) de k vizinhos mais próximos, calculada por meio de uma métrica baseada no grande círculo entre os centros das regiões.

Seguindo a metodologia empregada por Gonçalves (2007), o procedimento de cálculo do I de Moran é realizado apenas para valores de patentes maiores que zero. Formalmente, esta matriz pode ser expressa por:

$$W_y(k) = 0 \text{ se } i = j$$

$$W_y(k) = 1 \text{ se } d_y \leq D_y(k) \text{ e } w_y(k) = \frac{w_y(k)}{\sum_j w_y(k)} \text{ para } k = 1, 2, \dots, n$$

(2)

$$W_{ij}(k) = 0 \text{ se } d_{ij} > D_i(k)$$

Onde W_y é a matriz de k vizinhos, sendo k o número de vizinhos. A medida da distância dos grandes círculos e os centros das regiões i e j é dado por d_{ij} . A anotação $D_i(k)$ representa a distância máxima para considerar regiões vizinhas de i , ou seja, é um valor crítico que define o valor de corte para cada região. Assim, as distâncias acima deste ponto não serão tomadas como vizinhas da região em questão.

O segundo passo na utilização da AEDE consiste em testar se há autocorrelação da variável entre as regiões, isto é, se os dados são dependentes espacialmente ou se estão distribuídos aleatoriamente. Uma forma de se verificar isso é por meio da estatística do I de Moran Global, que busca captar o grau de correlação espacial entre uma variável através das regiões.

O valor esperado dessa estatística é $E(I) = -1/(n-1)$ e valores estatisticamente maiores (menores) que esses esperados indicam autocorrelação espacial positiva (negativa). Matematicamente, pode-se representar a estatística pela seguinte fórmula:

$$I_t = \left(\frac{n}{S_0} \right) \left(\frac{z_t' W z_t}{z_t' z_t} \right) \quad t = 1, \dots, n \quad (3)$$

Onde n é o número de regiões, S_0 é um valor igual à soma de todos os elementos de W , z é o valor da variável de interesse padronizada, Wz corresponde aos valores médios da variável de interesse padronizada nos vizinhos segundo uma matriz de ponderação W . O indicador I_t acima é equivalente ao grau de associação linear entre o vetor de valores observados z e a média ponderada de valores vizinhos Wz .

Para se fazer inferências em relação ao I de Moran realizou-se a abordagem de permutações que consiste em gerar uma distribuição estatística (média e desvio padrão) empiricamente, isto é, utilizando os próprios dados da amostra, e, posteriormente, usando essa distribuição para verificar a significância estatística do I de Moran encontrado na amostra.

O procedimento de permutações consiste na reordenação aleatória entre as observações de todas as regiões, computando-se a estatística do I de Moran para cada nova amostra, as quais serão utilizadas para se chegar na distribuição empírica. Por fim, o valor do I de Moran original é comparado com a distribuição estatística encontrada, sendo que a hipótese nula é de ausência de autocorrelação espacial, isto é, as observações estão distribuídas aleatoriamente no espaço (ANSELIN, 1995).

Entretanto, a estatística I de Moran Global só consegue captar a autocorrelação global, não identificando a associação espacial num nível local. Por isso, foram desenvolvidas medidas complementares ao I de Moran Global que visam captar a autocorrelação espacial local, isto é, buscam observar a existência de *cluster* espaciais locais. As principais medidas são o diagrama de dispersão de Moran (*Moran Scatterplot*) e a estatística LISA (*Local Indicator of Spatial Association*).

3.2.1.1 Diagramas de Dispersão de Moran

O diagrama de dispersão de Moran, por sua vez, mostra a defasagem espacial da variável de interesse (Wy - média dos valores observados nos vizinhos) no eixo vertical e o valor da variável de interesse no eixo horizontal (y), ambas padronizadas, e representa o coeficiente da regressão linear entre essas duas variáveis.

O diagrama tem a capacidade de mostrar agrupamentos (*clusters*), e por isso é utilizado como complemento à estatística *I de Moran* Global. Ele consegue representar quatro tipos de associação linear espacial entre as regiões: Alto-Alto (AA), Baixo-Baixo (BB), Alto-Baixo (AB) e Baixo-Alto (BA). O *I de Moran* representa o coeficiente angular da reta de regressão entre a variável defasada espacialmente contra a variável de interesse. A representação da nuvem de pontos permite visualizar se a autocorrelação espacial é positiva, negativa ou ausente.

3.2.1.2 Indicadores Locais de Associação Espacial (LISA)

A estatística *I de Moran* Global, segundo ANSELIN (1995), só consegue captar a autocorrelação global, não identificando a associação espacial num nível local. Por isso, foram desenvolvidas medidas complementares ao *I de Moran* Global que visam captar a autocorrelação espacial local, isto é, que buscam observar a existência de cluster espaciais locais. As principais são o diagrama de dispersão de Moran (*Moran Scatterplot*) e a estatística LISA (*Local Indicator of Spatial Association*).

Para que um indicador seja considerado LISA, ele deve possuir duas características: i) para cada observação deve ter o poder de indicar a existência de *clusters* espaciais que sejam significativos e; ii) o somatório dos indicadores locais, em todos os locais, deve ser proporcional ao indicador de autocorrelação espacial global. O presente trabalho estimará a estatística do *I de Moran* Local, que pode ser representada matematicamente como:

$$I_i = z_i \sum_{j=1}^J w_{ij} z_j \quad (4)$$

Onde z_i representa a variável de interesse da região i padronizada, w_{ij} é o elemento da matriz de ponderação espacial (W) e z_j é o valor da variável de interesse na região j padronizada.

3.2.1.3 Autocorrelação espacial global bivariada

Na autocorrelação espacial global univariada, calcula-se a dependência espacial existente de uma variável com ela mesma defasada no espaço. Além disso, há como computar um indicador de autocorrelação no contexto de duas variáveis, isto é descobrir se uma variável possui relação com outra variável observada nas

regiões vizinhas (JUNIOR; ALMEIDA, 2009). Formalmente, o cálculo do *I de Moran* no contexto de duas variáveis (*I de Moran bivariado*) é feito seguindo a equação:

$$I^{yx} = \frac{n}{\sum_i \sum_j w_{ij}} \frac{\sum_i \sum_j (x_i - \bar{x}) w_{ij} (y_j - \bar{y})}{\sum_i (x_i - \bar{x})^2} \quad (5)$$

Assim como o *I de Moran* global, se o bivariado chegar a um valor positivo, isso indica que há autocorrelação espacial positiva. Se o valor for negativo, indica dependência espacial negativa. Por outro lado, se o valor não for estatisticamente diferente de zero isso indicará que não há relação espacial entre as variáveis.

A partir da construção metodológica acima torna-se possível a aplicação dos métodos definidos para a discussão dos resultados como apresentado na próxima seção.

4 RESULTADOS

A AEDE fornece informações sobre a existência ou não da dependência espacial e da heterogeneidade espacial no fenômeno estudado, como apresentado na seção anterior. Entretanto, uma análise descritiva prévia dos dados foi realizada ou, permanece antes da abordagem da AEDE relativas ao desempenho de criação de patentes pelos municípios, ou seja, sem levar em consideração a existência de autocorrelação espacial possivelmente presente nos dados.

A Tabela 1 traz o número de criação de patentes entre as 10 cidades com maior número de patentes da região Sul nos anos de 2005 (média do triênio 2004, 2005 e 2006), assim como a taxa de participação relativa no total de patentes da região Sul.

Tabela 1 - Número de patentes por município em 2005 (média de 2004, 2005 e 2006)

Município	UF	Ano 2005	
		Criação de Patentes	Taxa de Participação
Curitiba	PR	146	18,22%
Porto Alegre	RS	67	8,30%
Joinville	SC	54	6,68%
Florianópolis	SC	41	5,06%
Caxias do Sul	RS	34	4,27%
Passo Fundo	RS	31	3,82%
Maringá	PR	25	3,07%
Blumenau	SC	19	2,37%
Bento Gonçalves	RS	19	2,32%
Londrina	PR	17	2,07%
Total		453	56,18%

Fonte: Resultado da pesquisa, calculados a partir de dados básicos do INPI.

Observa-se que a soma do número de patentes na região sul do país no triênio em análise foi de 2410, com média de 803,3, os dez municípios com maior participação no total da região sul é de uma média para o período de 453 que corresponde a 56,18% do total de patentes criadas, dado que dos 1188 municípios que compõem a região apenas 215 criaram ou menos uma patente no período em análise ou seja, 0,8% dos municípios da região sul que criaram patentes, são responsáveis por mais da metade da criação de patentes de inovação em toda a região. Isso evidencia a existência de uma concentração das atividades inovativas nas regiões. Além disso, verifica-se a importância da cidade de Curitiba na participação na criação de patentes na região sul, a qual atingiu 18,22% em 2005 do total de patentes para o período. A tabela 2, por sua vez, indica o número de patentes em 2015 (média do triênio 2014, 2015 e 2016).

Tabela 2 - Número de patentes por município 2015, (média de 2014, 2015 e 2016)

Município	UF	Ano 2015	
		Criação de Patentes	Taxa de Participação
Curitiba	PR	197	17,59%
Porto Alegre	RS	115	10,30%
Caxias do Sul	RS	59	5,30%
Florianópolis	SC	52	4,64%
Joinville	SC	49	4,40%
Pelotas	RS	40	3,60%
Londrina	PR	29	2,56%
Chapecó	SC	26	2,35%
Maringá	PR	25	2,26%
Santa Maria	RS	20	1,79%
Total		789	54,79%

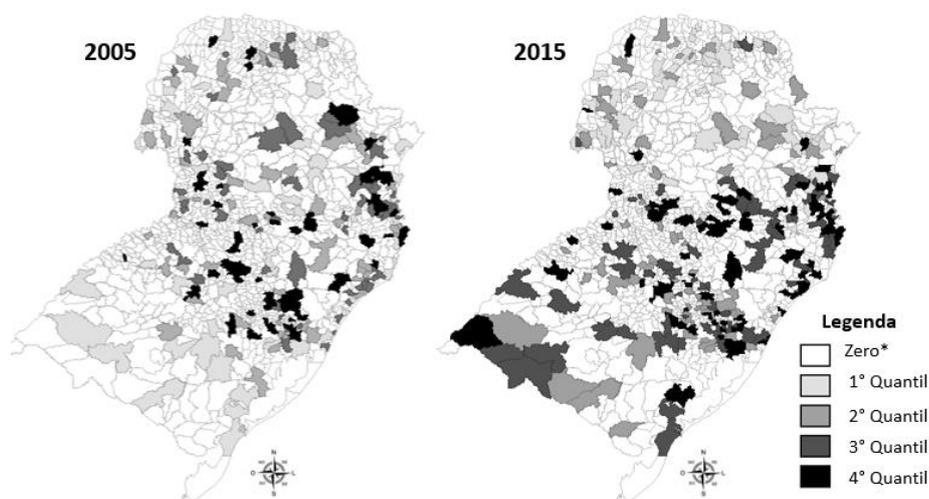
Fonte: Resultado da pesquisa, calculado a partir de dados básicos do INPI.

Observa-se, por meio da Tabela 2, que cidades como Curitiba, Joinville e Maringá perderam participação relativa na criação de patentes, enquanto, por outro lado, Porto Alegre, Caxias do Sul e Londrina, aumentaram sua participação relativa. Além disso, municípios como Blumenau e Bento Gonçalves deixaram de figurar dentre os maiores criadores de patentes da região, substituídos por Chapecó e Santa Maria.

Considerando a criação de patentes para as 10 principais cidades em número de patentes entre 2005 e 2015, houve um aumento 57,79% nas mesmas, que passaram de 453 para 789. Quando se considera o montante de patentes das dez maiores criadoras nos dois instantes de referência, observa-se que o valor de 56,18% do total atingido em 2005, passou para 54,79% em 2015. Isso representa uma perda de cerca de 1,39% na participação relativa no total, deste modo, ao comparar a tabela 01 e 02, verifica-se que as dez maiores criadoras de patentes perderam participação relativa na criação total de patentes nos três estados. Isso indica que o desenvolvimento tecnológico da região pode estar sofrendo um processo de convergência, ou seja, municípios com menor número de patentes estão tendo uma taxa de crescimento maior do que aqueles com número inicial maior de patentes.

A Figura 2 mostra o mapa de *quantis* do índice de criação de patentes normalizado pela população, isto é, o número de patentes por 100 mil habitantes para os anos de 2005 e 2015. Esse procedimento foi realizado para que se possa observar de forma mais clara quais municípios são os mais intensos no desenvolvimento de inovações, tirando o efeito população. Um município com uma grande população tende a ter um número alto de patentes mesmo que seus habitantes sejam menos produtivos do que aqueles de cidades menores.

Figura 2 - Número de criação média de patentes normalizado pela população – 2005 (média de 2004, 2005 e 2006) e 2015 (média de 2014, 2015 e 2016)



Fonte: Dados INPI, elaboração própria com base no software Geoda.

*Zero – Representa os municípios que não tiveram criação de patentes de inovação nos períodos de análise.

No triênio referenciado no ano de 2005 (média de 2004, 2005 e 2006), 943 municípios na região Sul do Brasil apareciam sem nenhuma patente de inovação. Entretanto, no triênio de 2015 (média de 2014, 2015 e 2016) esse número se reduziu para 876, ou seja, ocorreu um aumento dos municípios da região com atividade inovadora no período considerado. Isso fez com que os quantis que eram representados por 61 municípios em 2005 passassem para 78 em 2015.

Pode-se verificar que, no triênio de 2005, os municípios com maior número de criação média de patentes normalizado pela população (4º quantil) se encontravam equitativamente distribuídos entre os três estados, sendo o norte do Rio Grande do Sul, Norte de Santa Catarina e Sul do Paraná as regiões com maior adensamento de criação de patentes. No triênio de 2015, identifica-se que houve um processo de concentração espacial, sendo que Santa Catarina ficou com a maior parte dos criadores de patentes normalizado pela população. Isso pode ser indício de que a lei de inovação tecnológica Nº 14.328 de 15 de janeiro de 2008 Santa Catarina tenha induzido uma consolidação do sistema de inovação do estado.

A seguir as Tabelas 3 e 4, por sua vez, apresentam as dez principais cidades do Sul do país em termos de patentes por 100 mil habitantes, para os triênios de 2005 e 2015 respectivamente. O objetivo desta parte da análise é identificar municípios que são altamente produtivos em relação a população.

Tabela 3 - Número de Patentes Normalizado pela população, 2005 (média de 2004, 2005 e 2006)

Município	UF	Triênio 2005	
		Criação de Patentes	Taxa de Participação
Mato Castelhanos	RS	64,03	0,21%
Salvador das Missões	RS	51,30	0,17%
Vargem	SC	31,26	0,12%
São Pedro de Alcântara	SC	26,14	0,12%
Gentil	RS	20,01	0,04%
Bento Gonçalves	RS	18,22	2,32%
Ipiranga do Sul	RS	17,78	0,04%
Luzerna	SC	17,46	0,12%
Passo Fundo	RS	16,55	3,82%
Estação	RS	15,00	0,12%
CR10		277,75	7,08%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INIP e IBGE.

* Patentes por 100.000 habitantes.

Observa-se, na Tabela 3, que são produzidas 7,08% das patentes de todos os três estados do Sul nos 10 municípios com maior número de criação de patentes normalizado pela população. Destes municípios, nenhum está localizado no Paraná, apesar do estado em 2005 ter a cidade que mais produziu patentes (Curitiba).

Tabela 4 - Número de Patentes Normalizado pela população 2015, (média de 2014, 2015 e 2016)

Município	UF	Triênio 2015	
		Criação de Patentes	Taxa de Participação
Eugênio de Castro	RS	36,44	0,09%
São Manoel do Paraná	PR	30,58	0,06%
Luzerna	SC	29,23	0,15%
São Pedro de Alcântara	SC	24,82	0,12%
Alto Feliz	RS	22,04	0,06%
Salto Veloso	SC	21,85	0,09%
São João do Oeste	SC	21,30	0,12%
Ervai Grande	RS	19,20	0,09%
Coronel Pilar	RS	19,16	0,03%
Nova Roma do Sul	RS	18,71	0,06%
CR10		243,48	0,87%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INIP e IBGE.

* Patentes por 100.000 habitantes.

Na tabela 4, por outro lado, identifica-se que a participação desses municípios reduziu consideravelmente em 2015.

Com a finalidade de captar e revelar se há presença de autocorrelação espacial nos dados, computou-se, por meio do *software* GeoDa, a estatística I de

Moran. Foram calculados os coeficientes por meio das matrizes de peso espacial W com a convenção de 3, 5, 7 e 10 vizinhos mais próximos. A utilização de diversas convenções de cálculo para matriz de defasagem espacial buscou identificar aquela que capta da melhor forma o processo de autocorrelação espacial presente nos dados.

Deste modo, a Tabela 5 traz os coeficientes encontrados do I de Moran global, como também sua média, desvio padrão, z -value e o p -valor da estatística para a produção de patentes média normalizada pela população para os anos de 2005 e 2015 respectivamente.

Tabela 5 - Coeficiente I de Moran para o Número de Patentes Normalizado pela população, 2005 e 2015

Convenção	Valor	Média	Desvio-Padrão	Z-valor	P-valor
	2005				
3 Vizinhos mais próximos	0,0552	-0,0010	0,0207	2,7136	0,001749
5 vizinhos mais próximos	0,1077	-0,0009	0,0163	6,6488	0,000380
7 vizinhos mais próximos	0,0822	-0,0008	0,0140	5,9483	0,000600
10 vizinhos mais próximos	0,0527	-0,0008	0,0116	4,5951	0,001940
2015					
2 Vizinhos mais próximos	0,0842	-0,0007	0,0264	3,2193	0,003750
3 Vizinhos mais próximos	0,0811	-0,0009	0,0221	3,7190	0,001140
5 vizinhos mais próximos	0,0606	-0,0009	0,0173	3,5587	0,001390
7 vizinhos mais próximos	0,0743	-0,0008	0,0146	5,1380	0,000020
10 vizinhos mais próximos	0,0733	-0,0009	0,0122	6,0633	0,000010

Fonte: Resultado da pesquisa.

Nota: Pseudo- significado empírica baseada em 99999 permutações aleatórias.

A convenção da matriz espacial que apresentou maior estatística I de Moran global para o triênio de 2005 foi a matriz de 5 vizinhos, a qual apresentou um valor de 0,1077. Para o triênio de 2015, por outro lado, a convenção que apresentou o maior valor foi a matriz de 2 vizinhos, com um valor para estatística I de Moran de 0,0842. Esse valor é menor do que aquele encontrado para o ano de 2005, sugerindo, portanto, que ocorreu uma desconcentração espacial nas atividades inovativas entre os municípios da região Sul do Brasil, porém, agora, municípios mais próximos têm mais influência, quando comparado ao período anterior.

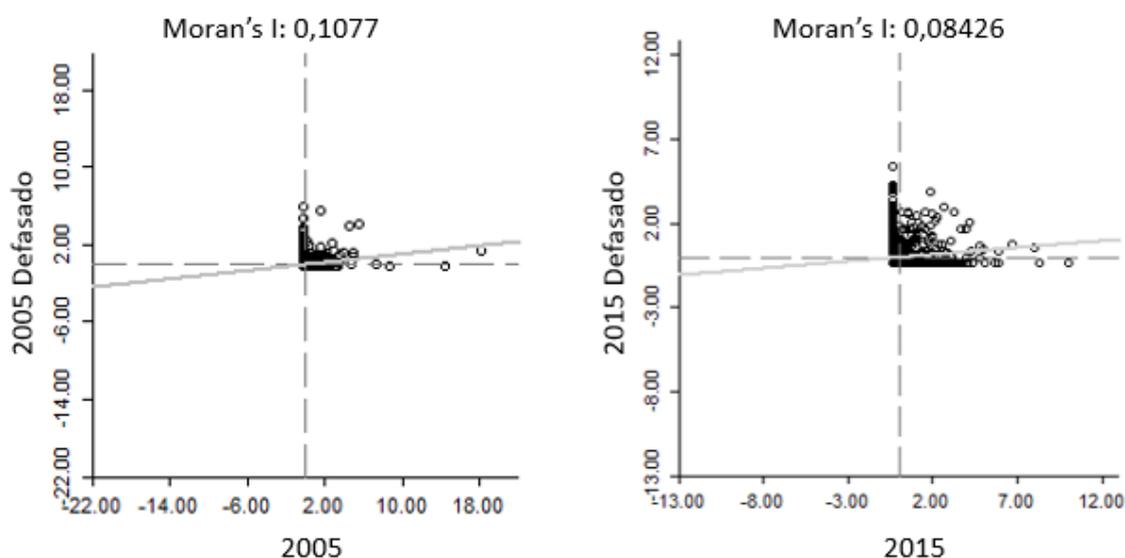
Os resultados para o diagrama de dispersão de Moran são utilizados como complemento para a estatística I de Moran, na tentativa de identificar padrões locais

de associação espacial contidos nos dados. A estatística I de Moran global não consegue captar tais relações de dependência espacial em nível local.

A Figura 3 mostra os diagramas de dispersão de Moran para a criação de patentes nos triênios de 2005 e 2015.

O primeiro diagrama de dispersão de Moran, da esquerda para direita, referente ao triênio de 2005, indica que 16,33% dos municípios que possuem criação de patentes, apresentaram uma associação espacial Alto-Alto; enquanto 63,72% foram identificadas como Baixo-Baixo. Para o ano de 2015, a mesma estatística revelou que houve uma queda para 14,81% de municípios com associação espacial Alto-Alto, assim como uma queda para 60,69% de municípios com configuração Baixo-Baixo.

Figura 3 – Diagrama de dispersão de Moran



Fonte: Elaboração própria por meio do software GeoDa.

Obs.: 2005/2015 – Patenteamento normalizado pela população no período de análise

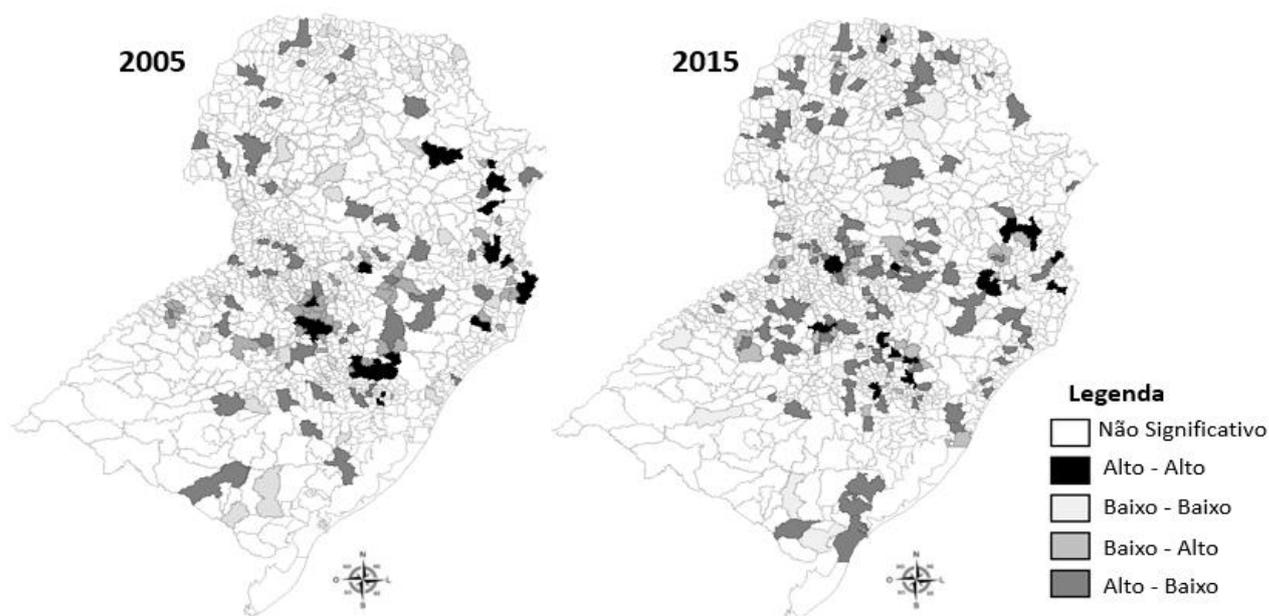
2005/2015 Defasado – Defasagem espacial do Patenteamento normalizado pela população no período de análise.

Entretanto, apesar do diagrama de dispersão de Moran fornecer os padrões locais de associação espacial, ele não é capaz de indicar a existência de *clusters* significativos na criação de patentes. Para tanto, faz-se o uso da estatística LISA que se mostra mais apropriada para identificar agrupamentos espaciais significativos (*Clusters*), assim como instabilidade local da medida de associação global da estatística I de Moran, revelada com a presença de valores espaciais extremos. A

hipótese nula da estatística LISA continua sendo a de ausência de associação espacial, embora passe agora a ser considerado o nível local e não mais o global.

A Figura 4 mostra o mapa de *clusters* (LISA) para a criação média de patentes durante os triênios de 2005 e 2015, identificando os quatro tipos de associações espaciais possíveis, isto é, os padrões Alto-Alto (AA), Baixo-Baixo (BB), Alto-Baixo (AB) e Baixo-Alto (BA). Cerca de 38% das estatísticas significativas ao nível de pseudo-significância de 5% caem nos quadrantes I ou III do diagrama de dispersão, os quais representam agrupamentos AA ou BB, indicando a formação local de *clusters*.

Figura 4 – Mapa de significância de Moran para patenteamento normalizado (LISA)



Fonte: Elaboração própria por meio do software GeoDa.

Ao analisar os clusters do tipo AA presentes no estado do Paraná em 2005, pode-se destacar as cidades de Colombo e São José dos Pinhais, as quais pertencem a região metropolitana de Curitiba, região com elevada escala urbana, econômica, base acadêmica e científica como identificada por Diniz e Gonçalves (2001). Esses mesmos autores destacaram um processo de fortalecimento do complexo automotivo da região entre 1970 e 1990, podendo ser uma das causas desse *cluster* AA no Paraná. Entretanto, evidencia-se a perda de relevância dos

clusters localizados no estado do Paraná ao se analisar o ano de 2015, pois o estado não apresentou nenhum cluster AA nesse período.

Em Santa Catarina, por sua vez, destacam-se três aglomerações do tipo AA a primeira representada pelos municípios de Timbé, Indaial, Blumenau, Gaspar e Brusque; a segunda pela grande Florianópolis, composta Governador Celso Ramos, São José, Palhoça e Florianópolis; e, por fim, a terceira aglomeração com os municípios de Herveral do Oeste e Erval Velho. Além disso, aparece, de forma isolada, o município de Campo Alegre, no norte do Estado.

Em 2015, por sua vez, houve o surgimento de mais um o *cluster* espacial AA nas cidades de Chapecó, Guatembu, Xanxerê, Xaxim. Além disso, o estado manteve os *clusters* AA identificados em 2005. Houve também a consolidação do *cluster* presente na região da grande Florianópolis, formando um “polígono” de alta atividade tecnológica na região metropolitana de Florianópolis e em seus vizinhos mais próximos, com a ampliação para áreas antes não significativas, como é o caso do Município de Biguaçu.

Pode-se inferir, dessa forma, a consolidação e a ocorrência de um processo de transbordamento tecnológico na região. Essa consolidação de Santa Catarina está de acordo com os resultados encontrados por Rodriguez *et al.* (2017) que identificou o estado como importante agente no Sistema de Inovação brasileiro. Além disso, houve um leve deslocamento do *cluster* AA localizado na região de Blumenau, que deixou de constar com municípios ao sul, como Gaspar e Brusque e incorporou, por sua vez, os municípios imediatamente ao norte como Pomerode, Jaraguá do Sul e Schroeder.

No Rio Grande do Sul, houve duas aglomerações espaciais do tipo AA que se sobressaíram em 2005. A primeira é composta pelos municípios de Caixas do Sul, Flores de Cunha, Farroupilha, Garibaldi, Bento Gonçalves, Veranópolis. A segunda, por sua vez, é composta por Marau, Gentil, Mato Castelhana, Passo Fundo. Gonçalves (2007) chamou essas aglomerações de “corredor inovativo” do Rio Grande do Sul, pois a região é caracterizada por uma alta concentração populacional e industrial. Para o ano de 2015 o primeiro *cluster* deixou de ser significativo, enquanto, por outro lado, houve o surgimento de um novo *cluster*, composto pelos municípios de David Canabarro, São Domingos do Sul, Serafina Corrêa e Piraí.

Em relação a Autocorrelação Espacial Global Bivariada utilizada com a intenção de analisar a dependência espacial entre variáveis distintas, no presente trabalho foi verificada sua existência entre o nível de patenteamento de um município em 2005 e 2015 e o nível de outras variáveis em seus vizinhos em períodos correspondentes. A finalidade principal foi verificar se alguns atributos específicos dos municípios vizinhos são necessários para tornar viável o processo de inovação em determinada localidade. As variáveis utilizadas, como mencionado na metodologia, foram o número de pesquisadores, o percentual da população em área urbana e o Índice de Desenvolvimento humano dos municípios.

Os resultados encontrados estão contidos na Tabela 6 e como pode ser observado nem todas as variáveis apresentaram correlação espacial significativa.

Tabela 6 - Indicador Global Bivariado de Autocorrelação Espacial

Variáveis	Vizinhos mais próximos				
	01	03	05	07	10
Ind1 x PU2000	0,0071	0,0154	0,0106	0,0131	0,0098
Ind2 x PU2010	0,0879**	0,0557**	0,0367**	0,0406**	0,0335**
Ind1 x IDHM2000	0,0845**	0,0772**	0,0673**	0,0676**	0,0661**
Ind2 x IDHM2010	0,1416**	0,1322**	0,1176**	0,1180**	0,1071**
Ind1 x B.Pes1	0,0302	0,0019	0,0068	0,0021	0,0013
Ind2 x B.Pes2	0,0323	0,0032	0,0014	-0,0016	-0,0026

Fonte: Elaboração própria por meio do software GeoDa

Notas: Ind1: Número de criação média de patentes normalizado pela população do triênio 2004, 2005 e 2006

Ind2: Número de criação média de patentes normalizado pela população do triênio 2014, 2015 e 2016

PU2000: Porcentagem da população urbana no ano 2000

PU2010: Porcentagem da população urbana no ano 2010

IDHM2000: Índice de desenvolvimento humano 2000

IDHM2010: Índice de desenvolvimento humano 2010

B.Pes1: Somatório bruto de pesquisadores com título acima de mestrado média do período 2004,2005 e 2006

B.Pes2: Somatório bruto de pesquisadores com título acima de mestrado média do período 2014,2015 e 2016

Nota: Pseudo- Significado empírica baseada em 99999 permutações aleatórias.

* indica 5% de significância

** indica 1% de significância

Na Tabela 6 as relações mais fortes estão vinculadas ao Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios (IDHM), variável significativa à 1% em ambos os períodos. Além disso, o grau de associação espacial se elevou consideravelmente no período, indicando que o desenvolvimento dos municípios vizinhos passou a exercer *spillover* ainda maior, influenciando o nível de inovação de uma determinada localidade.

O percentual de pessoas vivendo na área urbana, apesar de não ter apresentado um resultado significativo no primeiro período, passou a influenciar positivamente a inovação no segundo período, tornando-se uma variável relacionada com o nível de patenteamento dos vizinhos. Esse resultado é coerente com Gonçalves (2016), que encontrou que a geração de inovação tende a ocorrer em áreas com uma escala urbana mínima. O número de pesquisadores, por sua vez, não apresentou significância estatística em ambos os períodos, indicando que o número de pesquisadores nos municípios da região Sul não exerce *spillover* sobre as regiões vizinhas.

Por fim, nota-se que para todos os casos, com significância estatística, a influência positiva se manteve mais forte apenas para um vizinho mais próximo, diminuindo esse efeito conforme se aumenta o número de vizinhos da matriz de ponderação. Portanto, apesar da ocorrência de transbordamentos, ela tende a possuir apenas um pequeno raio de influência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou realizar uma análise exploratória dos dados para a atividade inovadora nos municípios da região Sul do Brasil, com o intuito de identificar padrões na evolução espacial e temporal no sistema de inovação da região, utilizando como *proxy* as patentes de inovação. Os anos analisados foram 2005 (média do triênio 2004, 2005 e 2006) e 2015 (média de 2014, 2015 e 2016). A utilização da média trienal se deveu a finalidade de minimização de flutuações aleatórias na produção de patentes da região, ou seja, buscou-se uma melhor representação estrutural da inovação no Sul do país, evitando perturbações não recorrentes.

A primeira conclusão do estudo a se destacar se refere à rejeição da hipótese de aleatoriedade na distribuição do patenteamento normalizado pela população para

os municípios pertencentes a região Sul do Brasil, isto é, constatou-se a existência de autocorrelação e dependência espacial. Os municípios com elevado número de criação de patentes são vizinhos de outros com valores também alto para esta variável, sendo o inverso também verdadeiro. Portanto, conclui-se que a localização espacial pode ser uma variável relevante para explicar a atividade de inovação na região.

A segunda evidência encontrada foi que os estados do Sul do Brasil registraram um ambiente relativamente propício para a inovação em 2005, assim como 2015. Entretanto, em 2015, Santa Catarina e Rio Grande do Sul passaram a se sobressair no que se refere à produção de patentes normalizada pela população. Rio Grande do Sul, por exemplo, conta com a maioria dos *clusters* encontrados e o estado de Santa Catarina possui o maior *cluster* da região em ambos os momentos considerados. O estado do Paraná, por outro lado, perdeu relevância relativa e passou a contar com nenhum *cluster* espacial significativo em 2015.

Por fim, devido à escassez de estudos dedicados à análise do Sistema Regional de Inovação do Sul, fica em aberto a questão sobre os motivos e determinantes das alterações aqui encontradas. Portanto, trabalhos futuros são necessários para o melhor entendimento do sistema de inovação da região.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E. et al. A distribuição espacial da produção científica e tecnológica brasileira: uma descrição de estatística de produção local de patentes e artigos científicos. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 1, n. 2, p. 225-251, 2002.

ALBUQUERQUE, Eduardo. **Notas sobre os determinantes tecnológicos do catching up**: uma introdução à discussão sobre o papel dos sistemas nacionais de inovação na periferia. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.

ALMEIDA, E. S. **Econometria espacial aplicada**. Campinas, SP: Alínea. 2012.

BRASIL. Lei Nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=76049&indice=1&totalRegistros=43> Acesso em: 11 set. 2017.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins. **Inovação, globalização e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins. Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul. Brasília: IBICT/MCT, 1999.

COOKE, Philip N.; HEIDENREICH, Martin; BRACZYK, Hans-Joachim (Ed.). **Regional Innovation Systems: The role of governance in a globalized world**. Psychology Press, 2004.

DA MOTTA, Eduardo et al. A distribuição espacial da produção científica e tecnológica brasileira: uma descrição de estatísticas de produção local de patentes e artigos científicos. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 1, n. 2 jul/dez, p. 225-251, 2009.

DOSI, Giovanni. Sources, procedures, and microeconomic effects of innovation. **Journal of economic literature**, p. 1120-1171, 1988.

FREEMAN, Christopher. Technical innovation, diffusion, and long cycles of economic development. In: **The long-wave debate**. Springer, Berlin, Heidelberg, 1987. p. 295-309.

FREEMAN, Christopher. **Technology Policy and Economic Performance: The Dynamics of Constructed Advantage**. London: Frances Pinter, 1987.

FREITAS, M. V.; GONÇALVES, E.; MONTENEGRO, R. L. G. Desigualdade tecnológica, convergência espacial e transbordamentos: uma análise por estados brasileiros (1990-2001). **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 4, p. 1-21, 2010.

GARNICA, Leonardo Augusto et al. Gestão de tecnologia em universidades: uma análise do patenteamento e dos fatores de dificuldade e de apoio à transferência de tecnologia no Estado de São Paulo. **Gestão & Produção**, v. 16, n. 4, p. 624-638, 2009.

GARNICA, Leonardo Augusto; OLIVEIRA, Rodrigo Maia de; TORKOMIAN, Ana Lúcia Vitale. Propriedade intelectual e titularidade de patentes universitárias: um estudo piloto na Universidade Federal de São Carlos-UFSCar. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 24., 2006, Gramado. **Anais...** Gramado, 2006.

GONÇALVES, E. A distribuição espacial da atividade inovadora brasileira: uma análise exploratória. **Estudos Econômicos**, v. 37, n. 2, p. 405-433, 2007.

Haddad, P. R.; Boisier, S.; Ferreira, C. M. C.; Andrade, T. A. **Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise**. Fortaleza, BNB/ETENE, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Malha digital do Paraná**, 2017. Disponível em <<https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais.html>>. Acessado em: 02 set. 2017

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). **Base de dado PI**, 2017. Disponível em <http://www.inpi.gov.br/so_bre/estatisticas/estatisticas>. Acessado em: 01 set. 2017.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **(PIB) per capita municipal**, 2017. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/pib_municipal.pdf. Acessado em: 02 set. 2017.

IPEADATA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Produto interno bruto (PIB) nominal**, 2017. Disponível em <www.ipeadata.gov.br>. Acessado em: 03 de setembro de 2017.

JOHNSON, Björn; LUNDEVALL, Bengt-Ake. Promovendo sistemas de inovação como resposta à economia do aprendizado crescentemente globalizada. In: LASTRES, HMM; CASSIOLATO, JE ARROIO, A. (Ed.). **Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento**). Rio de Janeiro: Editora UFRJ. p. 83-130

LUNDEVALL, Bengt-Åke; ANDERSEN, Esben Sloth. Small national systems of innovation facing technological revolutions: an analytical framework. In: LUNDEVALL, Bengt-Åke; FREEMAN, Christopher (Ed.). **Small Countries Facing the Technological Revolution**, 1988.

JUNIOR, A. A. B; ALMEIDA, E. Os principais fatores internos e as exportações microrregionais brasileiras. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 201-227, mai/ago 2009.

LIST, Friedrich. The National System of Political Economy 1841. Disponível em: <<http://oll.libertyfund.org/titles/list-the-national-system-of-political-economy>> Acesso em: 22 ago. 2017.

MIRANDA, Pedro; ZUCOLOTO, Graziela. **Conhecimento com perfil inovador nas infraestruturas científicas e tecnológicas no Brasil**, 2015.

NELSON, R. **Sources of Economic Growth**. Cambridge, Mass.: Harvard University, 1996.

NELSON, Richard R.; ROSENBERG, Nathan. Technical innovation and national systems. **National innovation systems: A comparative analysis**, v. 1, p. 3-21, 1993.

OLIVEIRA, P. M; GONÇALVES, E.; ALMEIDA, E.; Existe convergência de patenteamento no Brasil? **Rev. Bras. Inov.**, Campinas (SP), 15, n. 2, p. 335-364, jul/dez. 2016.

PARANÁ. Lei nº 17.314, de 24 de setembro de 2012. Dispõe sobre medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica em ambiente produtivo no Estado do Paraná. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=76049&indice=1&totalRegistros=43>> Acesso em: 11 set. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Nº 13.196, de 13 de julho de 2009. Estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, define mecanismos de gestão aplicáveis às instituições científicas e tecnológicas do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em:http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?%20Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=52917&hTexto=&Hid_IDNorma=52917> Acesso em: 30 out. 2017.

RODRIGUEZ, R. S. GONÇALVES, E.; Hierarquia e concentração na distribuição regional brasileira de invenções por tipos de tecnologias. **Rev. Bras. Inov.**, Campinas (SP), 16 (2), p. 225-266, jul./dez. 2017.

SANTA CATARINA. Lei Nº 14.328, de 15 de janeiro de 2008. Dispõe sobre incentivos à pesquisa científica e tecnológica e à inovação no ambiente produtivo no Estado de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.fapesc.sc.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/03092009lei_inovacao.pdf> Acesso em: 30 out. 2017.

SBICCA, Adriana. **Reflexões sobre a abordagem de Sistema de Inovação**, 2001. Disponível em: <<http://www.geocities.ws/adsbicca/textos/siinter.pdf>> Acesso em: 22 ago. 2017.

SCHUMPETER, J. A. *Business Cycles: A Theoretical, Historical, and Statistical Analysis of the Capitalist Process*, McGraw-Hill Book Company Inc., New York, 1939. STAL, Eva; FUJINO, Asa. As relações universidade-empresa no Brasil sob a ótica da Lei de Inovação. **RAI-Revista de Administração e Inovação**, v. 2, n. 1, 2005.

VILLASCHI, Arlindo. Anos 90: uma década perdida para o sistema nacional de inovação brasileiro?. **São Paulo em perspectiva**, v. 19, n. 2, p. 3-20, 2005. São Paulo em perspectiva, v. 19, n. 2, p. 3-20, 2005.

ANÁLISE ECONOMÉTRICA DA POBREZA EM SEU ASPECTO MULTIDIMENSIONAL NAS CINCO MESORREGIÕES DO ESTADO DE GOIÁS

Amanda Barbosa Rêgo¹
Elianne Rodrigues Costa²
Luiz Batista Alves³

RESUMO

A pobreza por longo período foi analisada somente sob a perspectiva da renda, mas a partir da década de 1980, começam a surgir mudanças nesse entendimento, e passa a ser observada em seu aspecto multidimensional, em que fatores como emprego, educação, saúde, e condições de moradia, também são considerados para sua caracterização. O objetivo deste trabalho é analisar como se configura a pobreza nas cinco mesorregiões do estado de Goiás em seu aspecto multidimensional. Pretende-se evidenciar quais condições se mostram insatisfatórias e que acabam por contribuir na manutenção e inclusão de uma parcela da população goiana na condição de pobreza. A pesquisa explana sobre o histórico da concepção de pobreza e apresenta modelos econométricos para cada mesorregião. Percebeu-se que em todas as mesorregiões do Estado de Goiás o nível de renda e a desigualdade social são fatores relevantes para explicar a porcentagem de pobres existente.

Palavras-chave: Pobreza multidimensional; Desenvolvimento regional; Desenvolvimento econômico.

ECONOMETRIC ANALYSIS OF POVERTY IN ITS MULTIDIMENSIONAL ASPECT IN THE FIVE MESOREGIONS OF THE STATE OF GOIÁS

ABSTRACT

For a long time, the term poverty was analyzed from the perspective of income. As of the 1980s, this understanding changed and poverty started to be observed in its multidimensional aspect, in which factors such as employment, education, health, infrastructure are also considered for its characterization. The objective of the work is to analyze how poverty is configured in the five mesoregions of Goiás in its multidimensional aspect. This is intended to highlight which areas are deficient and contribute to the maintenance and inclusion of a portion of the population of Goiás defined as needy. The research explained the history of the concept of poverty and presented econometric models with socioeconomic variables taken from renowned databases, for each mesoregion. It was

¹ Graduada em Direito na Universidade Federal de Uberlândia, servidora pública no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, vinculada à Universidade Estadual de Goiás e à Universidade Federal de Goiás, email: amandabrego@hotmail.com

² Vinculada à Universidade Estadual de Goiás, celetista em empresa privada, e-mail: elianne.rodrigues72@gmail.com

³ Doutor em Ciências Ambientais pela Universidade Federal de Goiás; docente e pesquisador titular na Universidade Estadual de Goiás; pesquisador em economia no Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos, conselheiro efetivo no Conselho Regional de Economia, email: lbalves@ueg.br



noticed that in all mesoregions the level of income and social inequality are relevant factors to explain the percentage of the existing poor.

Keywords: Multidimensional poverty; Regional development; Economic development.

JEI: C33; I32; R58

1 INTRODUÇÃO

A pobreza, de forma mais simples e cotidianamente conceituada, está associada ao nível de renda. Assim, é estabelecido um valor (linha da pobreza), e quando os ganhos das pessoas ficam abaixo dele, elas são consideradas pobres. Amartya Sen (1983), no entanto, ensina que a questão central seria a qualidade de vida. Desta maneira, o indivíduo é considerado pobre quando, além de não ter acesso a bens considerados essenciais à sobrevivência, ele é privado do direito de participar da sociedade em que está inserido, isto é, não consegue adotar as convenções sociais mínimas, tais como: ter um emprego, acesso à educação, condições de moradia adequadas, etc.

Observando os novos aspectos da pobreza, em meados de 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) criou os Índices de Pobreza Humana (IPH) e o estudo da pobreza em aspecto multidimensional ganhou força e propulsão. Nesse sentido, os estudos relacionados à pobreza passaram a levar em consideração não somente a renda populacional, mas também aspectos como a vulnerabilidade, infraestrutura, educação, saúde, trabalho e desigualdade social (VIEIRA et. al., 2016).

A pesquisa pretende trazer os fatores sociais e econômicos que podem explicar a pobreza para a realidade goiana. Porém, como as realidades regionais dentro do estado de Goiás podem ser plurais, optou-se por separar os modelos econométricos entre as cinco mesorregiões do estado, estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Assim, propõe-se evidenciar, em cada mesorregião de Goiás, quais as maiores deficiências estruturais do estado — que acabam por impedir que sua população saia do nível de pobreza. Com tais levantamentos de dados é possível ao gestor público observar, regionalmente, quais aspectos merecem maior atenção, para assim poder subsidiar seus planos de Políticas Públicas.

2 METODOLOGIA

O estudo faz uma explanação sobre a pobreza em seu aspecto multidimensional e traz algumas breves características das mesorregiões do estado de Goiás. Para tal, apresentam-se modelos econométricos utilizando-se de variáveis socioeconômicas, descritas nos modelos propostos para as estimativas.

O método da pesquisa, vale ressaltar, é o bibliográfico e documental. As análises foram subsidiadas pelas discussões teórico-metodológicas encontradas em livros e artigos científicos nacionais e internacionais — preferencialmente publicados nos últimos cinco anos.

Para delimitação territorial, considerou-se todos os municípios goianos agrupados em mesorregiões, de acordo com a resolução (PR) N°51 de 31/07/89 da Presidência do IBGE. As mesorregiões são denominadas: Centro Goiano, Leste Goiano, Noroeste Goiano, Norte Goiano, Sul Goiano (IBGE, 1990).

Foram coletados dados do IBGE, no Instituto Mauro Borges (IMB) e no Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), através do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro.

Os Índices obtidos do IBGE e do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil foram: renda per capita; índice de Gini; porcentagem de pobres; mortalidade infantil; taxa de analfabetismo 15 anos ou mais; porcentagem de empregados com carteira 18 anos ou mais e porcentagem de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados.

As instituições acima processaram dados que foram extraídos através dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. As tabelas elaboradas tiveram esse espaço temporal como recorte.

Para calcular a Renda per capita fez-se a somatória dos rendimentos de todos os indivíduos residentes no local de referência, no mês anterior à data do Censo, e dividiu-se pela quantidade de indivíduos residentes nesse local. Esse indicador tem como objetivo explicitar a capacidade média de aquisição de bens e serviços pela população de determinada localidade (PNUD et al., 2020).

Já o índice de Gini é aplicado para medir a concentração econômica de determinado grupo de pessoas. Seu valor varia de 0 a 1, de forma que no 0 temos

uma economia sem qualquer desigualdade social entre a população; e no 1, todo o patrimônio se concentra na mão de uma pessoa (WOLFFENBÜTTEL, 2004).

A porcentagem de pobres mostra a proporção de pessoas que possuem renda domiciliar per capita inferior a R\$140,00 (cento e quarenta reais) mensais (PNUD et. al., 2020). A mortalidade infantil traduz a quantidade de crianças que morreram com menos de 01 ano de idade a cada mil nascidos vivos. A respeito da taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais, ela é calculada pela razão da quantidade de pessoas acima de 15 anos que não sabem ler e nem escrever um bilhete simples, pelo total de pessoas nessa faixa etária, e então multiplica-se por cem (PNUD et. al., 2020).

A porcentagem de empregos com carteira assinada aos 18 anos ou mais se dá pela razão entre o número desses empregados e o número total de pessoas nessa faixa etária que estão ocupadas, multiplicado por cem. Já a porcentagem de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados refere-se aos indivíduos que vivem em domicílios nos quais o esgotamento sanitário não é realizado por rede coletora de esgoto ou fossa séptica, e o abastecimento água não provém de rede geral. O cálculo destes é feito pela razão da população total residente em domicílios particulares permanentes multiplicado por 100 (PNUD, et. al., 2020).

Para a análise econométrica, utilizou-se os modelos de regressão com dados em painel, em que as informações foram analisadas em seu aspecto temporal e espacial: “são um tipo especial de dados combinados nos quais a mesma unidade em corte transversal (por exemplo, uma família ou uma empresa) é pesquisada ao longo do tempo” (GUJARATI; PORTER, 2011, p. 47).

A vantagem de se utilizar esse método é que os dados em painel oferecem aspectos mais informativos e com maior eficiência. Assim, é possível controlar a heteroscedasticidade, diminuir a colinearidade, aumentar o número de graus de liberdade e além de permitir examinar a dinâmica das mudanças que tenham ocorrido (VIEIRA et. al., 2016).

Para o estudo, foram analisados os dados das 5 mesorregiões goianas para os anos de 1991, 2000 e 2010. A variável dependente/explicada utilizada foi a porcentagem de pobres. Já as variáveis explanatórias foram: a porcentagem de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário

inadequado, taxa de analfabetismo 15 anos ou mais, índice de Gini, mortalidade infantil, porcentagem de empregos com carteira 18 anos ou mais e renda per capita. Tais índices demonstram os aspectos de infraestrutura, educação, desigualdade social, saúde, trabalho e renda, os quais constituem elementos da pobreza em seu aspecto multidimensional.

Os softwares utilizados para a inserção e análise dos dados descritos foram o MS Excel 2013 e o *Econometric Views* versão 10 (EViews 10).

Uma vez apresentadas as variáveis seguem os modelos especificados:

$$Pob_t = \beta_0 + \beta_1 Infra_t + \beta_2 Analf_t + \beta_3 Gini_t + \beta_4 Mori_t + \beta_5 Trab_t + \beta_6 Renda_t + \mu_t$$

(1)

A hipótese esperada é que a porcentagem de pobres (Pob_t) reaja positivamente com a infraestrutura inadequada ($Infra_t$), com a taxa de analfabetismo ($Analf_t$), com o índice de Gini ($Gini_t$) e com a mortalidade infantil ($Mori_t$). Em relação à renda e ao trabalho, a hipótese é o contrário, pois com o aumento do trabalho formal ($Trab_t$) e dos ganhos da população ($Renda_t$), há a tendência de diminuir a porcentagem de pobres.

Existem quatro técnicas para estimar os dados em painéis, que seriam as seguintes:

a) Modelo para dados empilhados (MQO) (*pooled data*), no qual se empilha todas as observações e se estima uma regressão grande; porém, seu problema é desprezar a natureza do corte transversal e da série temporal;

b) Modelo de mínimos quadrados com variáveis *dummies* para efeitos fixos (MQVD). Nestes há a combinação das observações, mas cada unidade de corte transversal (cidade) terá a sua variável *dummy*. O problema dessa técnica é que há necessidade de se utilizar muitos graus de liberdade (inviabilizou sua aplicação neste estudo), não sendo, portanto, capaz de identificar os impactos das variáveis que não se modificam com o tempo;

c) Modelo de efeitos fixos (MEF) dentro de um grupo (*fixed effects within-group model*): as observações são combinadas, mas cada cidade tem seus valores corrigidos para a média;

d) Modelo de efeitos aleatórios (MEA): aqui pressupõe-se que as diferenças individuais de cada cidade se relacionam ao termo de erro, e que os

valores de intercepto sejam extraídos aleatoriamente de um número bem maior de cidades (GUJARATI; PORTER, 2011; VIEIRA, et. al., 2016).

Os testes utilizados para saber a relevância estatística do modelo foram: teste do valor p , análise do R^2 , da estatística F , de *Durbin-Watson* e o teste de *Hausman*. O teste do valor p , ou teste do valor da probabilidade, demonstra qual o nível de significância da variável dentro do modelo, assim, quanto menor o valor p encontrado, maior o seu nível de significância para os resultados encontrados (WOOLDRIDGE, 2016).

Enquanto que o valor p observa somente a variável, a análise do R^2 e o teste F determinam qual o grau de significação da equação como um todo. O R^2 demonstra o coeficiente de determinação do modelo, deste modo, quanto mais próximo de 1, melhor o poder de explicação das variáveis explanatórias. Já o teste F verifica a medida de significância geral da equação estimada, e para a confiabilidade do modelo, melhora os resultados próximos ou iguais a zero (GUJARATI; PORTER, 2011).

O teste de *Durbin-Watson* verifica se existe autocorrelação no modelo, ou seja, se há alguma dependência entre os valores sucessivos dos resíduos — o que é um grande problema em modelos econométricos. Diferente dos que foram citados anteriormente, nesse teste não existe somente um valor crítico que possa levar à aceitação ou rejeição da hipótese (WOOLDRIDGE, 2016). A respeito disso, “Durbin e Watson conseguiram determinar um limite inferior, d_L , e um superior, d_U , tal que, se o d calculado na equação estiver fora desses valores críticos, pode-se tomar uma decisão a respeito da presença de correlação serial positiva ou negativa” (GUJARATI; PORTER, 2011. p.436).

Por fim, o teste de *Hausman* visa demonstrar se os efeitos aleatórios estão correlacionados com um ou mais regressores. É um teste que ajuda a saber se entre o método de efeitos fixos e o de efeitos aleatórios, qual deles é o mais adequado (GUJARATI; PORTER, 2011).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceitos e Evolução de Pobreza

Os conceitos e noções de pobreza geralmente delimitam a linha ou limite da pobreza, que seria um valor mínimo que permite às pessoas suprir suas necessidades mínimas ou que garantam a sua subsistência. No século XIX, no período da industrialização, o modo de amenizar a pobreza com ações locais se mostrou insuficiente, pois cada vez mais a miséria passou a fazer parte da vida da classe trabalhadora. Logo, a temática da “pobreza” começa a ser objeto dos debates políticos que buscam compreender as suas causas, além de tentarem mensurar a sua dimensão (PEREIRA et al., 2018). Já a partir do século XX, surgem trabalhos mais ampliados sobre a concepção de pobreza. Nesse período, a linha da pobreza era definida por diferentes pontos de vista, sendo eles: o da sobrevivência, o das necessidades básicas e o da privação relativa.

A concepção de sobrevivência foi marcada por duas fases: a primeira por volta de 1890, com pesquisas trazidas por nutricionistas inglesas, que demonstraram que a renda dos mais pobres era insuficiente para assegurar o consumo de alimentos que garantissem o rendimento físico do indivíduo; a segunda fase ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, quando a pobreza deixou de ser “problema para a manutenção da coesão social e, torna-se assim, alvo de políticas públicas de Estado” (RAITANO; RIBEIRO, 2019, p. 04). Nesse sentido, as ações nacionais se concentram em manter o pleno de emprego para que todos acessem os recursos básicos, no caso a alimentação.

Essa linha de pensamento restringia a demanda por reformas sociais e mantinha o destaque no individualismo, o que era compatível com as ideias liberais. Uma das críticas sofridas por essa abordagem foi o fato de enfrentar apenas as questões de sobrevivência alimentar, ignorando como as pessoas se relacionam na sociedade e como se conectam com os bens imateriais (RAITANO; RIBEIRO, 2019).

Esses argumentos concedem maior espaço para a concepção das necessidades básicas, cujo surgimento se deu a partir de 1970 com a manifestação de novas privações das populações, tais como: água potável, saneamento básico, saúde, educação e cultura, isto é, necessidades que precisavam ser inseridas no desenvolvimento econômico e social de um país. O método de demanda básica

explicita as necessidades básicas de consumo das famílias. Tal fato gera a transição de uma abordagem unilateral para uma multidimensional de aferição da pobreza (VIEIRA, et. Al., 2016). Segundo Crespo e Gurovitz (2002), esse conceito começou a ser adotado por agências internacionais, principalmente aquelas pertencentes à Organização das Nações Unidas (ONU), que representam uma extensão da concepção de sobrevivência física.

O problema em se utilizar o conceito de “necessidades básicas”, trata-se de seu baixo potencial para detectar e avaliar as condições de uma determinada população. Por exemplo, as graves privações sofridas por minorias étnicas, mulheres, idosos, crianças e pessoas incapacitadas, não foram tratadas adequadamente. Percebe-se, pois, a indispensabilidade de se investigar a estrutura social (CODES, 2008).

Após 1980, a pobreza passou a ser compreendida como privação relativa, o que possibilitou um conceito com maior ênfase nos aspectos sociais. Uma mudança não somente nos indicadores mais observáveis de escassez social, mas também na descoberta de que as privações e renda mudam com o tempo e entre comunidades de diferentes territórios (CODES, 2008). O conceito de privação relativa evoluiu com a concepção de Amartya Sen, o ganhador do prêmio Nobel de Economia de 1999.

Na perspectiva de Amartya Sem (1999), a pobreza deve ser vista como privação das capacidades básicas ao invés de defini-la como uma falta de necessidades básicas. Condes (2008) compreende que:

[...] [a] disponibilidade de um bem, em um dado espaço, não garante que certos grupos de indivíduos tenham capacidade de adquiri-los por meio de mecanismos como a produção própria, a criação de empregos, sistemas de preços e a constituição de reservas públicas. A partir daí ele afirma que não é a escassez de bens que gera a miséria e a fome, mas a incapacidade de obtê-los (CONDES, 2008, p. 22).

Sem (1999) questiona as análises sobre as privações somente pela ótica da carência de renda. O autor não descarta que a renda é um meio de se alcançar as capacidades, tanto que esclarece que a ligação entre renda e capacidade é amplamente afetada pela idade do indivíduo, pelos papéis de gênero e sociais, pela localização, pelo status epidemiológico e outras mudanças sobre as quais o indivíduo não tem ou tem controle limitado. Essa relação entre renda e capacidade é ainda influenciada pela distância entre a pobreza real e a pobreza de renda, pela

distribuição de renda familiar para representar interesses e costumes e pela privação de renda relativa que levará à privação de capacidade absoluta (RAITANO; RIBEIRO, 2019).

Na análise relativa da pobreza, o papel da perspectiva da capacidade é o de aperfeiçoar a compreensão das causas da pobreza e da privação, mudando o foco dos meios para se chegar, para o propósito de que as pessoas têm o direito e a liberdade de alcançar o fim. Nesse ponto de vista, se uma pessoa deseja sair da pobreza e viver uma vida globalmente digna, deve desenvolver capacidades por meio de ações individuais e coletivas, melhorando, assim, as suas condições de vida, e até mesmo superando as condições desfavoráveis que a mantem em uma situação de carências e privações.

2.2 Goiás e suas Mesorregiões: Breve Descrição

Goiás está localizado na região Centro-Oeste do Brasil. De acordo com o Censo 2010, o estado tem uma população de 6.003.788 habitantes, que são distribuídos em 246 municípios, em uma área de 340.203,329 km², com densidade demográfica de 17,65 hab/km². Conforme resolução de 1989 do IBGE, Goiás passou a ser dividido por cinco mesorregiões, conforme ilustra a figura abaixo:

Figura 1 – Estados de Goiás e suas Mesorregiões

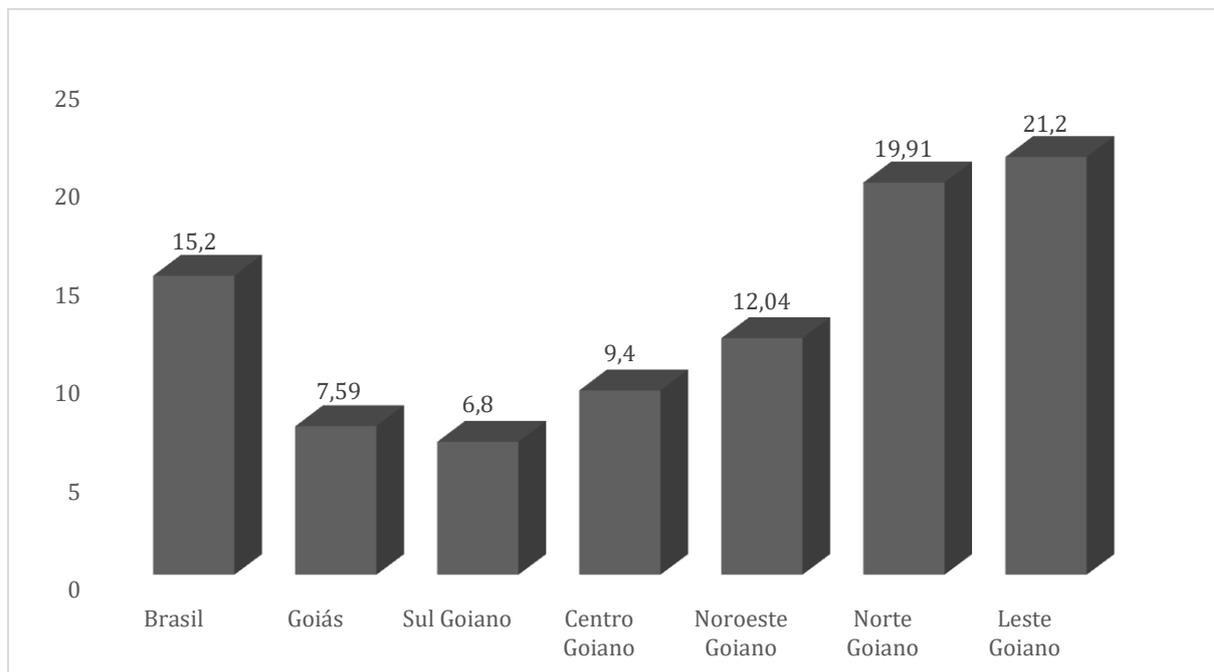


Fonte: IMB (2018).

A região do Leste Goiano é formada por 32 cidades, com uma área territorial de 55.519,417 km², e, segundo o Censo de 2010, tem uma população de 1.159.722 habitantes. A região Sul é constituída por 82 cidades, com uma área territorial de 131.588,765 km², e conta com uma população de 1.272.621 habitantes. A região Norte Goiano concentra 27 cidades e uma área territorial de 56.509,656 km², sua população é de 294.110 habitantes. No Noroeste Goiano existem 23 cidades com uma área territorial de 55.666,893 km² e uma população de 220.541 habitantes. Já o Centro Goiano contém 82 cidades e uma área territorial de 40.821,76 km², com população de 3.056.794, sendo a mais populosa e com menor área territorial do estado de Goiás (IMB, 2016).

Como a variável dependente estudada no trabalho é a porcentagem de pobres, torna-se interessante a construção do gráfico 01 abaixo, no qual é possível comparar a média desse índice encontrado nas 05 mesorregiões, no estado de Goiás e no Brasil:

Gráfico 1 – Média de Porcentagem de Pobres nas Mesorregiões Sul Goiano, Centro Goiano, Noroeste Goiano, Norte Goiano, Leste Goiano, Goiás e Brasil – 2010



Fonte: PNUD (2020). Elaborado pelos autores.

O gráfico 01 demonstra que somente a região do sul goiano tem porcentagem de pobres menores que a média estadual. Já as mesorregiões do norte e leste goiano contam com resultados superiores à média nacional e excedem em quase três vezes o resultado encontrado para o estado de Goiás.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Vale ressaltar, inicialmente, que não haviam dados sobre a porcentagem de empregados com carteira no ano de 1991. Por esse motivo, quando essa variável foi incluída no *software*, automaticamente desconsiderou-se todo esse período para a realização de suas operações, porém, sem comprometimento dos resultados encontrados para as análises propostas.

Região Leste Goiano

Os dados dessa região puderam ser processados conforme o método de dados empilhados, através do modelo de efeitos fixos e do modelo de efeitos aleatórios. Todas as equações encontradas obtiveram R^2 altamente significativo, acima de 0,948, mas também todas contaram com algum detalhe que merece atenção quando analisados os testes aplicados. No método por dados empilhados,

houve a necessidade de se retirar a variável do trabalho, pois em aproximadamente 50% dos casos esse coeficiente se mostrou irrelevante estatisticamente para explicar a porcentagem de pobres, além do que, quando estimado, ele se apresenta positivamente relacionado à variável explicada, o que parece ser ilógico.

Também não se utilizou o modelo de efeitos aleatórios, pois o teste de *Hausman* revelou que haveria somente 1,04% de chance de os efeitos aleatórios não serem correlacionados aos regressores, ou seja, trata-se de um modelo com utilização inadequada. Optou-se, então, pelo modelo de efeitos fixos, que permitiu utilizar todas as variáveis propostas, conforme demonstrado abaixo:

$$Pob_t = -1,59 + 0,15Infra_t + 1,27Analf_t + 38,54Gini_t + 0,25Mort_t + 0,11Trab_t - 0,04Renda_t$$

(2)

<i>p</i> valor:	0,038	0,037	0,000	0,001	0,101	0,324	0,000
$R^2 = 0,948$	<i>F</i> -statistic = 0,000			<i>Durbin-Watson</i> = 2,453			

No modelo, a variável trabalho conta com símbolo positivo. Isso significaria dizer que, quanto maior o nível de emprego, maior a quantidade de pessoas pobres, o que não parece ter sentido — proposição confirmada pelo *p*-valor dessa variável, que apresenta um *p* valor de 0,324, demonstrando que estatisticamente o parâmetro é nulo no modelo e, portanto, inadequado. Os valores de *p*-valor encontrados são altamente relevantes para as variáveis analfabetismo (educação), índice de Gini e nível de renda para porcentagem de pobres do leste goiano. Os parâmetros das variáveis infraestrutura inadequada (*Infr_t*) e mortalidade infantil (*Mort_t*) apresentam sinais positivos, e *p*-valor significativos, confirmando fortes indícios de suas influências na contribuição para o aumento de pessoas pobres. O R^2 apresentou valor expressivo, que foi confirmado pelo valor de *F*, e o teste de *Durbin-Watson*, informa que seu resultado é inconclusivo quanto à autocorrelação.

Norte Goiano

Foi possível manipular os dados conforme as metodologias para dados em painel de dados empilhados, efeitos fixos e efeitos aleatórios. Nos dados empilhados, a equação com inclusão da variável trabalho contou com resultados inadequados quando analisado o seu *p*-valor. E, novamente, ao realizar o teste de

Hausman, a utilização do método de efeitos aleatórios se mostrou inadequado para o estudo.

Empregou-se o método de efeitos fixos, que contou com resultado não esperado na variável trabalho; e o fator analfabetismo conta aí com insignificante papel dentro do modelo, quando considerado seu *p-valor*, apresentado abaixo:

$$Pob_t = 2,48 + 0,10Infra_t + 0,64Analf_t + 83,61Gini_t + 0,39Mort_t + 0,13Trab_t - 0,07Renda_t \quad (3)$$

p valor: 0,006 0,289 0,762 0,000 0,008 0,225 0,000

$R^2 = 0,935$ $F\text{-statistic} = 0,000$ $Durbin\text{-Watson} = 2,35$

Os resultados para esse método demonstram que as variáveis estatisticamente relevantes para explicar a pobreza na região seriam: o nível de renda, a desigualdade social e a taxa de mortalidade infantil (saúde). O R^2 do modelo (93,5%) e o teste F mostram a grande capacidade de explicação da carência populacional pela equação encontrada. Os parâmetros relacionados às variáveis infraestrutura inadequada ($Infra_t$) e analfabetismo ($Analf_t$) apresentaram sinais positivos, o que era esperado, porém, não-significativos, pois apresentam *p-valor* muito altos, e, portanto, estatisticamente nulos. O Durbin-Watson de 2,35 traz uma inconclusão, nos níveis de significância de 1% e 5%, quanto à existência de autocorrelação.

Noroeste Goiano

Os dados foram processados pelos três métodos. O modelo de dados empilhados trouxe resultados muito ruins, com quase todos os *valores p* muito elevados, e a taxa de analfabetismo com sinal negativo — o que não seria o esperado para a modelagem. Quando realizado o teste de *Hausman*, foi novamente excluída a possibilidade de utilização do modelo de efeitos aleatórios, pois evidenciou-se que haveria somente 0,7% de chance de os efeitos aleatórios não serem correlacionados aos regressores. Assim, a equação com o modelo de efeitos fixos é a apresentada abaixo:

$$Pob_t = 4,41 + 0,01Infra_t - 0,4Analf_t + 88,15Gini_t + 0,24Mort_t - 0,4Trab_t - 0,06Renda_t \quad (4)$$

p valor: 0,006 0,921 0,255 0,000 0,160 0,033 0,000

$R^2 = 0,928$ $F\text{-statistic} = 0,000$ $Durbin\text{-Watson} = 1,803$

O modelo tem quase todos os sinais esperados, com exceção do analfabetismo, o qual enuncia que, quanto maior a quantidade de pessoas analfabetas, menor a quantidade de pessoas carentes na região — o que se mostra bastante ilógico. Quando se olha para o *valor-p* desta variável, com 0,255, conclui-se que, estatisticamente, o parâmetro é nulo, e, portanto, irrelevante para o modelo. Ainda com atenção ao *valor-p*, verifica-se que o índice de Gini e a renda per capita são muito relevantes para explicar a porcentagem de pobres nesta região. Os parâmetros relacionados às variáveis infraestrutura inadequada ($Infr_t$) e mortalidade infantil ($Mort_t$), apresentaram sinais positivos, o que era esperado, porém, não-significativos, pois apresentam *p-valor* muito altos, e, portanto, estatisticamente nulos. O R^2 mostra que o modelo como um todo consegue explicar a variável dependente em 92,8%, representando alto poder explicativo. Além disso, a probabilidade F, no valor de zero, ratifica esse resultado. O teste de *Durbin-Watson* se mostra inconclusivo quanto à existência de autocorrelação nos níveis de significância de 1% e 5%.

Centro Goiano

Novamente foi possível aplicar os modelos de dados empilhados, de efeitos fixos e efeitos aleatórios. No método MQO foram encontrados todos os sinais esperados para as variáveis, *valores p* satisfatórios e relevante R^2 . Ocorre que, quando realizado o teste de *Hausman*, este indicou que há mais de 80% de chance de os efeitos aleatórios não serem correlacionados aos regressores, e, por isso, trata-se de um modelo com adequada utilização. Para essa região, optou-se, então, pelo método de efeitos aleatórios, exposto abaixo, pois, como informado na metodologia, o método de dados empilhados desconsidera as características do corte transversal e da série temporal:

$$Pob_t = -9,05 + 0,13Infra_t + 0,2Analf_t + 75,12Gini_t + 0,41Mort_t - 0,04Trab_t - 0,04Renda_t \quad (5)$$

p valor: 0,027 0,18 0,188 0,000 0,000 0,304 0,000

$R^2 = 0,898$ *F-statistic* = 0,000 *Durbin-Watson* = 1,99

As variáveis explicativas, com exceção do trabalho, dispõem de bons resultados quando observado o *valor-p*. A desigualdade social, nível de renda e mortalidade infantil (saúde) demonstram-se estatisticamente importantes para

explicar a porcentagem de pobres na região. O R^2 encontrado de 0,898 é expressivo e confirmado pela estatística F. A variável $Trab_t$ apresenta sinal negativo, que é o esperado, porém, é não-significativo, pois apresenta um $valor-p = 0,304$. O valor de *Durbin-Watson* calculado em 1,99 também tem um bom desempenho no teste, cujo resultado é de que não há autocorrelação nos níveis de significância de 1% e 5%.

Região Sul

Os dados foram processados pelos modelos dados empilhados, método de efeitos fixos e o método de efeitos aleatórios. No primeiro método, quando incluída a variável trabalho, o modelo foi rejeitado pelo teste F. Realizada nova tentativa, retirando esse fator, encontrou-se uma equação com sinais problemáticos, como o aumento da infraestrutura inadequada e da mortalidade infantil sendo fatores que diminuem a pobreza na região. Assim, os resultados dos dois modelos encontrados pelo método de dados empilhados se mostraram muito imprecisos, e, por esse motivo, não serão apresentados.

Quando realizado o teste de *Hausman* nas duas equações testadas para o método de efeitos aleatórios, constatou-se que estes eram correlacionados aos regressores, o que inviabiliza a utilização desse procedimento. Assim, para a região Sul, o modelo mais adequado também foi o de efeitos fixos:

$$Pob_t = 2,58 + 0,07Infra_t + 0,32Analf_t + 77,66Gini_t + 0,03Mort_t + 0,2Trab_t - 0,05Renda_t \quad (6)$$

p valor: 0,000 0,412 0,081 0,000 0,834 0,005 0,000

$R^2 = 0,849$ F -statistic = 0,000 $Durbin-Watson = 1,93$

Com exceção do sinal positivo para a variável trabalho, o modelo apresenta resultados esperados. Pelo teste de significância p -valor, percebe-se a relevância do nível de renda e da desigualdade social para o nível de pobreza da população desta região. O R^2 mostra que o modelo explica a carência das pessoas no sul goiano em quase 85% dos casos, o que é reafirmado pela probabilidade F, que demonstra valor zero. No teste de *Durbin-Watson*, chegou-se ao resultado de não haver autocorrelação nos níveis de significância de 1% e 5%.

Estado de Goiás

Por fim, também foi realizada modelagem da porcentagem de pobres para o Estado de Goiás. Considerou-se relevante comparar os resultados encontrados nas mesorregiões com o descoberto a nível estadual, para que se perceba quais são os fatores que mais prejudicam o pleno desenvolvimento social e econômico de sua população.

Os dados de Goiás também foram processados conforme o método de dados empilhados, pelo modelo de efeitos fixos e pelo modelo de efeitos aleatórios. Todas as equações encontradas obtiveram R^2 altamente significativo, acima de 0,87, mas quando os testes foram feitos, eliminou-se os dois últimos mencionados. Realizado o teste de *Hausman*, houve a eliminação do modelo de efeitos aleatórios, pois apurou-se que havia 100% de confiança de que os efeitos aleatórios eram correlacionados aos regressores. Já no método de efeitos fixos, quando aplicado o teste de *Durbin-Watson*, ficou evidente que havia dependência entre os valores sucessivo dos resíduos. Assim, para o estado de Goiás utilizou-se o MQO:

$$Pob_t = -5,52 + 0,12Infra_t + 0,33Analf_t + 82,80Gini_t + 0,18Mort_t + 0,01Trab_t - 0,05Renda_t \quad (7)$$

p valor: 0,015 0,007 0,000 0,000 0,001 0,654 0,000
 $R^2 = 0,891$ *F*-statistic = 0,000 *Durbin-Watson* = 1,995

É evidente a inadequação do sinal da variável trabalho, que como visto, significaria dizer que quanto maior o nível de emprego, maior a quantidade de pessoas pobres, o que não parece ter sentido, proposição confirmada pelo *p*-valor desta variável (0,654). Segundo o *valor-p*, são altamente relevantes as variáveis analfabetismo (educação), índice de Gini, nível de renda, mortalidade infantil (saúde) e infraestrutura básica para a porcentagem pobres do estado de Goiás. O R^2 trouxe valor expressivo, o que foi confirmado pela probabilidade F. Além disso, o teste de *Durbin-Watson*, informa que não há correlação no modelo, aos níveis de significância de 1% e 5%.

Com os dados expostos acima, pode-se elaborar tabela para comparação e melhor visualização dos resultados. As variáveis grifadas referem-se àquelas que contam com o *valor-p* estatisticamente relevantes:

Quadro 1 – Porcentagem de Pobres e Modelos Econométricos da Pobreza Multidimensional para as 05 Mesorregiões do Estado de Goiás e de Goiás

Espacialidade	% - Pobres (Média)	Equação Encontrada
Goiás	7,59	$Pob_t = -5,52 + 0,12Infra_t + 0,33Analf_t + 82,80Gini_t + 0,18Mort_t + 0,01Trab_t - 0,05Renda_t$
Sul Goiano	6,8	$Pob_t = 2,58 + 0,07Infra_t + 0,32Analf_t + 77,66Gini_t + 0,03Mort_t + 0,2Trab_t - 0,05Renda_t$
Centro Goiano	9,4	$Pob_t = -9,05 + 0,13Infra_t + 0,2Analf_t + 75,12Gini_t + 0,41Mort_t - 0,04Trab_t - 0,04Renda_t$
Noroeste Goiano	12,04	$Pob_t = 4,41 + 0,01Infra_t - 0,4Analf_t + 88,15Gini_t + 0,24Mort_t - 0,4Trab_t - 0,06Renda_t$
Norte Goiano	19,91	$Pob_t = 2,48 + 0,1Infra_t + 0,64Analf_t + 83,61Gini_t + 0,39Mort_t + 0,13Trab_t - 0,07Renda_t$
Leste Goiano	21,2	$Pob_t = -1,59 + 0,15Infra_t + 1,27Analf_t + 38,54Gini_t + 0,25Mort_t + 0,11Trab_t - 0,04Renda_t$

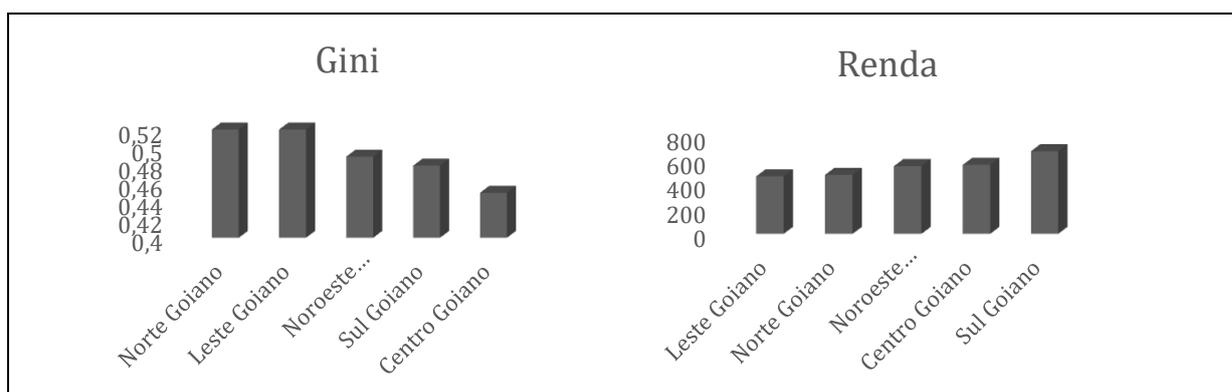
Fonte: Elaborado pelos autores.

É interessante observar que todas as equações apontam que a desigualdade social e o nível de renda são variáveis explanatórias relevantes para explicar a porcentagem de pobres nos recortes territoriais propostos. O índice escolhido para representar o âmbito da saúde (mortalidade infantil) é questão relevante a ser enfrentada em todo o estado de Goiás, principalmente nas regiões do Norte e Centro Goiano. No Leste Goiano, assim como em todo o estado, também deve ser dada maior atenção à educação de sua população. A infraestrutura é relevante quando agregados todos os dados, e, além disso, a variável trabalho se mostrou desnecessária em todas as espacialidades, provavelmente ocasionada pela incompletude de dados a seu respeito.

Dados do Atlas Brasil (PNUD, 2020), mostram que em 2017, ao ser ranqueado, o Estado de Goiás teve a 8ª maior renda per capita do País, sendo o 6º estado com menor porcentagem de pobres e o 7º com menores níveis de desigualdade social. Se analisarmos o gráfico 01, em conjunto com o gráfico 02, observa-se que o nível de renda e a porcentagem de pobres são exatamente

relacionadas: as regiões com menores rendas são as que contam com maior porcentagem de pobres.

Gráfico 2 – Média do Índice de Gini e Renda Per Capita nas Mesorregiões Sul Goiano, Centro Goiano, Noroeste Goiano, Norte Goiano, Leste Goiano, Goiás e Brasil – 2010



Fonte: PNUD (2020). Elaborado pelos autores.

Já quando observada a desigualdade social, percebe-se que a relação não é totalmente exata, mas muito semelhante. As regiões com maior parcela de pobres são as que contam com maior índice de Gini. Os gráficos, então, além de retratarem os dados consolidados, corroboram com os resultados encontrados nas modelagens apresentadas anteriormente neste estudo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, percebeu-se uma ampliação do conceito de pobreza, sendo que, no início, ele era relacionado somente à necessidade básica de alimentação. Com estudos posteriores, o conceito passou a abranger diversos outros fatores, tais como: inclusão social, direitos políticos, acesso ao trabalho, educação e saúde. Assim, de uma pobreza vinculada somente à renda, passa-se a uma pobreza multidimensional.

Verificou-se, ainda, que o método de efeitos fixos foi o mais utilizado (em quatro equações), pois o teste de *Hausman* rejeitou a utilização do método de efeitos aleatórios em cinco das seis equações elaboradas. O método de dados empilhados se mostrou o mais apropriado somente no modelo do Estado de Goiás. O teste de *Durbin-Watson* apontou que três equações apresentadas se mostraram

inconclusivas quanto à autocorrelação, mas houve a insistência em apresentá-las, diante da inadequação das demais encontradas.

Mesmo que alguns modelos econométricos exibam sinais diferentes do esperado, os resultados demonstraram que a equação proposta para explicar a pobreza multidimensional no Estado de Goiás e em suas mesorregiões se mostra acertada, pois os R^2 encontrados apontam que todas as equações possuem níveis superiores a 84% de correspondência com a realidade que se pretende explicar.

Conforme os dados apresentados, também foi possível perceber a desigualdade existente entre as regiões do estado de Goiás. Sendo assim, enquanto que o Sul Goiano tem uma porcentagem de população carente de 6,8%, o leste goiano conta com 21,2% de seus habitantes vivendo com menos de R\$140,00 por mês.

As modelagens apresentadas podem aclarar quais são as áreas deficientes e as regiões que necessitam de maior atenção, para que as políticas públicas sejam tomadas com maior assertividade. Com ações adequadas, é possível proporcionar a todos os cidadãos goianos, não somente o necessário para sobreviver, mas também o acesso aos instrumentos sociais e econômicos que os permitam ter um real desenvolvimento e uma vida digna.

REFERÊNCIAS

CODES, A. L. M. **A Trajetória do Pensamento Científico Sobre Pobreza**: em direção a uma visão complexa. Brasília: IPEA, 2008. (Textos para discussão nº 1332)

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A Pobreza como um Fenômeno Multidimensional. **RAE – Eletrônica**, v. 1, n.2, p. 1-12, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03.pdf>. Acesso em: set. 2020.

GOIÁS. Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Econômicos. **Mapa das mesorregiões do estado de Goiás** - IBGE. Goiânia, 2018. Disponível em: http://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=96&catid=32&Itemid=179. Acesso em: 27 mar. 2020.

_____. Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Econômicos. **Banco de Dados Estatísticos de Goiás**. Goiânia, 2016. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/bde/>. Acesso em: set. 2020.

GUJARATI, Damodar; PORTER, Dawn C. **Econometria básica**. 5. Ed. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Brasil, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2020.

_____. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro, 1990. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2269_1.pdf>. Acesso em: 07 set. 2020.

PEREIRA, O. L. F. et al. Pobreza, desenvolvimento e comportamento humano: análise e conceituação sob o enfoque da economia comportamental. **Revista Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, v. 30, n. 4, p. 1-12, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/34267/18562>. Acesso em: set. 2020.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada; Fundação João Pinheiro. **Atlas de desenvolvimento humano do Brasil**. 2020. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>. Acesso em: 05 set. 2020.

RAITANO, Felipe Camargo; RIBEIRO, Marcelo Gomes. **Pobreza: conceitos e métodos**. INCT Observatório das metrópoles. Rio de Janeiro. 2019. Disponível em: https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2019/11/TD-004-2019_Felipe-e-Marcelo_Final.pdf. Acesso em: set. 2020.

SEN, Amartya. Poor, relatively speaking. **Oxford Economic Papers**, v. 35 n. 1, p.153-169, Mar. 1983.

SEN, Amartya. **Development as Freedom**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

VIEIRA, et al. Análise econométrica da pobreza multidimensional nos municípios do Rio Grande do Sul 2000-2010. In: SEMINÁRIO DE JOVENS PESQUISADORES EM ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO (SJPE&D). 4., 2016, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria, 2016. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/seminarioeconomia/images/anais_2016/ANLISE-ECONOMETRICA-DA-POBREZA-MULTIDIMENSIONAL-NOS-MUNICIPIOS-DO-RIO-GRANDE-DO-SUL-2000-2010.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. O que é? Índice de Gini. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, v.1, n.4, p.01, nov. 2004. IPEA.

WOOLDRIDGE, JEFFREY M. **Introdução à econometria: uma abordagem moderna**. Trad. Priscilla Rodrigues da Silva Lopes e Livia Marina Koepl. Rev. Heloisa Pinna Bernardo. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2016.

DEPENDÊNCIA ECONÔMICA E A CULTURAL EM FURTADO E FAJNZYLBER: REVISÕES E PROPOSIÇÃO DE UMA NOVA AGENDA NO ALVORECER DO SÉCULO XXI

Rafael Gonçalves Gumiero¹

RESUMO

O tema do subdesenvolvimento foi notório principalmente após a Segunda Guerra Mundial e nos anos 1970 intensificaram as formas de acumulação pela inserção das empresas transnacionais e pelo capital financeiro nos países periféricos. Dentro do universo composto pelas interpretações do subdesenvolvimento, o objetivo é analisar a ressignificação de subdesenvolvimento na teoria de Celso Furtado e na tese de Fernando Fajnzylber. Para o balanço desse fenômeno foram selecionadas as categorias de análise realizada em suas produções bibliográficas: a) de formação do subdesenvolvimento na América Latina; b) a dependência econômica; c) a dependência cultural; d) a renovação da concepção de desenvolvimento no século XXI. O diálogo é mobilizado para Furtado sob a ênfase de que a transformação para o desenvolvimento transita do Estado, pela racionalidade do planejamento, para o indivíduo e a cultura como epicentro das transformações e mudanças estruturais. E, para Fajnzylber a concepção de transformação está na função do Estado, elegida como prioritário a concessão da cidadania e educação, como geração de inovações tecnológicas para aperfeiçoar a competitividade dos países no comércio internacional.

Palavras-chave: Dependência cultural; América Latina; Democracia; Competividade; Criatividade.

ECONOMIC AND CULTURAL DEPENDENCE IN FURTADO AND FAJNZYLBER: REVIEWS AND PROPOSING A NEW AGENDA AT THE DAWN OF THE 21ST CENTURY

ABSTRACT

The theme of underdevelopment was notorious mainly after the Second World War and in the 1970s the forms of accumulation intensified through the insertion of transnational companies and financial capital in peripheral countries. Within the universe composed by the interpretations of underdevelopment, the objective is to analyze the reframing of underdevelopment in the theory of Celso Furtado and in the thesis of Fernando Fajnzylber. To assess this phenomenon, the categories of analysis carried out in their bibliographic productions were selected: a) the formation of underdevelopment in Latin America; b) economic dependence; c) cultural dependency; d) the renewal of the concept of development in the 21st century. Dialogue is mobilized for Furtado under the emphasis that the transformation towards development moves from the State, through the rationality of planning, to the individual and culture as the epicenter of structural transformations and changes. And, for Fajnzylber, the concept of transformation is in the role of the State, which

¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Pós-doutor em Sociologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Docente Adjunto na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), atuando no curso de graduação em Ciências Econômicas e Coordenador e Docente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia (PPGPAM). E-mail: gumiero84@gmail.com



has chosen to grant citizenship and education as a priority, as the generation of technological innovations to improve the competitiveness of countries in international trade.

Keywords: Cultural dependency; Latin America; Democracy; Competitiveness; Creativity.

JEL: Z13; B52.

1 INTRODUÇÃO

A concepção do subdesenvolvimento sofreu diferentes interpretações no século XX, o que nos permite apontar diferentes teses, que podem ser complementares ou ressignificadas uma em relação à outra, abrindo a ideia de dimensão de diálogos entre os teóricos pela circulação de ideias, a partir da leitura crítica do sistema capitalista e mediadas pelas particularidades da formação e modernização econômica, social e política nos países da periferia.

A teoria do subdesenvolvimento recebeu importantes contribuições no século XX, no qual permitiu identifica-la como uma produção intelectual que foi reverberada dos países centrais para os periféricos e ressignificada de acordo com a estrutura econômica e social dos países da América Latina. Pioneiramente nos anos 1930 e 1940, as teses do subdesenvolvimento foram produzidas pelos teóricos do centro capitalista, como Manoilescu, Rosenstein-Rodan, Gerschenkron e Maldelbaum², autores do leste da Europa, e Perroux na França, que formularam pioneiramente crítica à teoria do *mainstream* da hermenêutica das ciências econômicas, no caso a escola neoclássica, e que propôs dentro dessa área de conhecimento avanços sobre a apreciação do diagnóstico do atraso econômico e para a formulação de uma primeira versão do conceito de subdesenvolvimento.

No final dos anos 1940 e anos 1950, foi preconizada a teoria do subdesenvolvimento produzida na periferia pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), sob a batuta de Raúl Prebisch, e posteriormente aprimorada por Celso Furtado, que produziu o diagnóstico do subdesenvolvimento no Brasil, o que permitiu apontar alternativas para a saída desse fenômeno, determinada pela sua Teoria do Desenvolvimento.

O objetivo desse artigo é apresentar os movimentos de ressignificação que o conceito de subdesenvolvimento perpassou no pensamento de dois teóricos latino-

² Ver Manoilescu (1931), *Theoria do Protecionismo e de Permuta Internacional*; Roseinstein-Rodan (1943), *Problems of Industrialization of Eastern and South-Eastern Europe* e (1944) *The International Development of the Economically Backward Areas*; Perroux (1955), *O conceito de Pólos de Crescimento*.

americanos, Celso Furtado e Fernando Fajnzylber, entre as décadas de 1970 e 1980. O conceito de subdesenvolvimento, antes fundamentalmente hegemonizado pela interpretação das ciências econômicas passou a ter uma conotação na dimensão cultural na teoria de Celso Furtado e na tese de Fernando Fajnzylber no período referido. Para realizar o balanço comparativo entre os dois autores supracitados buscou-se analisar em suas produções bibliográficas as seguintes categorias analíticas: a) a formação do subdesenvolvimento na América Latina e o conceito de dependência econômica; b) A reverberação da dependência econômica para a cultural dos países periféricos, como movimento diacrônico; c) A renovação do discurso para ressignificar o desenvolvimento no início do século XXI.

O balanço comparativo entre Furtado e Fajnzylber não foi realizado de maneira aleatória e obedeceu às seguintes justificativas. Celso Furtado possui uma longa trajetória intelectual composta por uma extensa produção bibliográfica somada a posição ocupada como *intelligentsia* na Cepal, em instituições do governo brasileiro como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), a Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste (SUDENE), o Ministério do Planejamento, a Ministério da Cultura, membro da Universidade das Nações Unidas (UNU) e da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento (CMCD), e ocupou assento na Academia Brasileira de Letras. Portanto, é possível dividir essa trajetória intelectual combinada com a sua atuação prática em diferentes fases.

Na interpretação de Cepêda é possível dividir o pensamento de Furtado em diferentes fases: 1. Produção da Teoria do Desenvolvimento; 2. Revisão crítica do mito do Subdesenvolvimento; 3. Autobiográfica. Ao longo da obra furtadiana a evolução do seu pensamento é ressignificada consoante aos eventos ocorridos na ordem mundial que impactaram o Brasil e a América Latina. No artigo *Contextos e funções da democracia no pensamento furtadiano (1944-1964)*”, da referida autora, é aprimorada a divisão do pensamento de Furtado, adicionada a terceira fase, como memorialista da trajetória desenvolvimentista, de Celso Furtado na trilogia de obras autobiográficas: *A fantasia organizada* (1985), *A fantasia desfeita* (1989) e *Os ares do mundo* (1991). E, finalmente a quarta fase, que compreende o período de 1990 a 2004, considerada como a revisão do subdesenvolvimento diante dos novos desafios impostos pelo capitalismo globalizado (CEPÊDA, 2001; CEPÊDA, 2015).

Após o falecimento de Celso Furtado, a curadoria e organização do seu acervo pessoal de documentos, além do da sua biblioteca pessoal, foi cuidadosamente tutelado por Rosa d'Águiar Freire, a sua esposa e viúva. A organização de uma importante coletânea de obras³ re(publicadas) e inéditas apresentou um novo acervo para antigos pesquisadores(as), mas possibilitou apresentar a uma nova geração a herança furtadiana e a prospecção da Teoria do Desenvolvimento confiada a uma nova geração, dentre elas, estudantes de cursos de graduação e pós-graduação das Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas, nos anos 2000.

Adiciono mais uma fase do pensamento furtadiano, além dos elucidados e trabalhados por Cepêda sobre o pensamento de Celso Furtado⁴, de 2004 até a atualidade, em 2021, composta pela sequência de produções de pesquisadores do *mainstream*, mas principalmente da incorporação de novos pesquisadores que desenvolveram monografias, dissertações, teses, livros e artigos sobre o pensamento de Celso Furtado, impulsionados pela nova coletânea organizado e publicado por Rosa de d'Águiar Freire.

Nesse artigo optou em estabelecer como prioridade a segunda fase da sua produção bibliográfica, constituída pela revisão do subdesenvolvimento e a ideia de cultura como eixo nodal para o desenvolvimento. Segundo Rosa d'Águiar Freire (2009) o período de 1970 a 1990 abrange quatro momentos de trajetória intelectual de Celso Furtado em que a ideia de cultura ocupou o centro da sua produção teórica e sua atuação em instituições. Nos anos 1970, Furtado permaneceu como professor da faculdade de economia da Universidade de Paris I e foi convidado para participar

³ A coletânea organizada por Rosa d'Águiar Freire é composta: a) pelas obras inéditas Correspondências Intelectuais, de 2021 e Diários Intermitentes, de 2019; b) pela coletânea organizada por Carlos Brandão, Celso Furtado Essencial, de 2013; c) pelas obras republicadas e versões definitivas Obra autobiográfica. (A fantasia organizada; A fantasia desfeita; Os ares do mundo), 2014; Criatividade e dependência na civilização industrial, de 2008; A economia latino-americana, de 2007; Formação econômica do Brasil, de 2006; e a Edição comemorativa, 50 anos, de 2009; d) os arquivos Celso Furtado formados pelos livros Arquivos 1: Ensaio sobre a Venezuela: o subdesenvolvimento com abundância de divisas; Arquivos 2: Economia do desenvolvimento: curso dado na PUC em 1975; Arquivos 3: A saga da Sudene e o Nordeste; Arquivos 4: O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento; Arquivos 5: Ensaio sobre a cultura e o Ministério da Cultura; e, Arquivos 6: Anos de formação 1938-1948.

⁴ Sobre esse aspecto é importante destacar a tese inaugural de Vera Alves Cepêda sobre a função da política no pensamento e na Teoria do Desenvolvimento de Celso Furtado, encontrado em sua dissertação *Raízes do Pensamento Político de Celso Furtado: desenvolvimento, nacionalidade e Estado democrático*.

da UNU⁵, sede em Tóquio. Nos anos 1980, Furtado regressou ao Brasil e ocupou a posição de Ministro da Cultura, no governo Sarney, instituiu a primeira legislação brasileira de incentivos fiscais à cultura, democratizando o acesso à cultura. Nos anos 1990, ingressou na Comissão Mundial da Cultura e Desenvolvimento, iniciativa conjunta da Unesco com a ONU. No início da década de 1990, em um cenário de ampliação das desigualdades sociais e veracidade do alcance da teoria do desenvolvimento, foi formulado o relatório *Our Creative Diversity*, combinou a ideia de cultura com a desenvolvimento, ampliou o horizonte e ampliou o escopo da teoria do desenvolvimento. No final dos anos 1990, Furtado foi convidado a ocupar uma das cadeiras na Academia Brasileira de Letras, e em suas conferências retomou os autores clássicos das ciências sociais brasileira.

A tese de Fernando Fajnzylber ocupou posição de destaque na produção teórica da Cepal, no período de 1970 a 1990, e desempenhou uma função fundamental na renovação da teoria neo-estruturalista. A reestruturação do discurso da Cepal no início dos anos 1990 emparelhou a sua teoria com os eventos desencadeados no mundo, imposta pela globalização e a era das empresas transnacionais. O repertório da produção bibliográfica de Fajnzylber abordou diferentes temas, todos relacionados com a questão do desenvolvimento da América Latina, divididos em: desenvolvimento produtivo e empresarial na América Latina; balanço comparativo de estilos de crescimento, determinados pelas experiências dos países; transformação produtiva com equidade e a educação como o eixo do desenvolvimento.

Segundo Olivos (2012) o pensamento de Fajnzylber pode ser apresentado em quatro fases em relação as temáticas desenvolvidas, de modo que pode ser considerada como sínteses analíticas para a reflexão sobre o escopo teórico do subdesenvolvimento na América Latina. A primeira fase é de 1970 a 1976, denominada pelas pesquisas sobre as estratégias de exportações das manufaturas e das empresas transnacionais na América Latina. A segunda fase é de 1977 a 1991, neste momento Olivos pondera que a linha cronológica temporal está dividida em diferentes segmentos analíticos, tendo como ênfase a análise comparativa entre os países desenvolvidos e emergentes na economia global, dedicando se aos

⁵ A UNU funcionou como uma agência *think-tank* do pensamento mundial e foi composta por pesquisadores que se reuniam em Conferências interdisciplinares.

estudos de trajetórias da Alemanha e o Japão. Nesse período Fajnzylber ocupou o cargo técnico de funcionário da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI), no México, de 1977 a 1983, e posteriormente, regressou para o Chile, onde passou a ocupar cargo técnico na Cepal, de 1984 a 1988. A terceira fase do pensamento deu prosseguimento aos estudos sobre as insuficiências do modelo de industrialização adotado na América Latina em análise comparativa com os casos de sucesso, ressaltando a industrialização truncada e a impossibilidade de gerar progresso técnico autônomo, definiu conceitos importantes como *caja negra* e o síndrome do *casillero vacío*. A quarta fase de 1988 a 1991, atuando na Cepal, formulou uma política de desenvolvimento econômico e social com fundamentos da transformação produtiva com equidade com equidade, e o papel da educação como estratégia neste processo.

A proposta de fazer uma análise comparativa dos conceitos de formação do subdesenvolvimento na América Latina, a dependência econômica, a dependência cultural, a renovação da concepção de desenvolvimento na teoria de Furtado com a tese de Fajnzylber frisou os enfoques: i) o recorte bibliográfico cronológico, nos anos 1970 a 1992, foi realizado em ambas produções desses autores; ii) as agendas de pesquisa dos teóricos se aproximaram por conta dos temas trabalhados, revisão do modelo de desenvolvimento da América Latina, o estudo sobre o modelo de desenvolvimento realizado pelos países desenvolvidos (Estados Unidos, Japão); a era das empresas transnacionais na economia mundial, a dependência econômica e cultural dos países da América Latina, o papel decisivo das políticas educacionais e cultural para o desenvolvimento; iii) ambos ocuparam importantes funções em instituições internacionais nos anos 1970-1992 e atuaram como promotores de políticas de desenvolvimento na América Latina; iv) a ação desses teóricos na prática combinado com a teoria permite classifica-los como *intelligentsia*, ou seja, foram atores que determinaram a ressignificação do conceito de desenvolvimento na América Latina nos anos 1980 e 1990.

As obras selecionadas dos referidos autores no período de 1970 a 1992 foram, as de Furtado, referentes a segunda fase do seu pensamento: *O mito do desenvolvimento econômico*, de 1974; *Criatividade e dependência na civilização industrial*, de 1978; *Cultura e Desenvolvimento em época de crise*, de 1984; e *Brasil a construção interrompida*, de 1992. A seleção da produção bibliográfica de

Fajnzylber foi: *La industrialización Trunca*, de 1983; *Reflexões sobre os limites e potencialidades econômicas da democratização*, de 1986; *Industrialización en América Latina: de la 'caja negra' al 'casillero vacío'*: comparación de patrones contemporáneos de industrialización, de 1990; *Transformación productiva con equidad*, de 1990; *Educación y conocimiento: eje de la transformación productiva con equidad*, de 1992.

A organização do artigo está dividida em quatro tópicos, além da introdução e considerações finais. No primeiro apresenta brevemente algumas notas da metodologia aplicada por Furtado e Fajnzylber nas obras analisadas. No segundo tópico houve a comparação da concepção de formação do subdesenvolvimento na América Latina em Furtado e Fajnzylber. O terceiro tópico se refere aos conceitos de dependência econômica e cultural na obra dos referidos autores. O quarto tópico finaliza a análise de comparativa de ambos os autores pela percepção sobre a noção de desenvolvimento para o século XXI.

2 NOTAS SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA E CULTURAL DE FURTADO E FAJNZYLBER

A trajetória das construções teóricas é compreendida como um processo em constante movimento, que seja de circulação de ideias, que envolve a recepção (discussão e debates) e ressignificação (reformulação e adição de novas variáveis) dos conceitos, o que permite a teoria avançar na sistematização e apreciação de novos fenômenos oriundos da complexificação das formas de acumulação de capital e conseqüentemente revisitar o tema do subdesenvolvimento e o analisar sob o enfoque de novas variáveis.

Segundo Rodriguez (2006) há na trajetória intelectual de Celso Furtado um elemento que não o prescindiu no cânone do estruturalismo da Cepal, se trata da cultura como parâmetro para o desenvolvimento. O autor referido compreende que o desenvolvimento implica em acionar a dimensão da cultural, que posiciona a capacidade criativa do indivíduo, por intermédio da geração de inovações. Em Furtado os processos de criatividade e de inovação são cumulativos e integram feixes do sistema da cultura.

No sistema de cultura proposto por Furtado o primeiro âmbito identificado por Rodriguez (2006) é a cultura material, referente aos aspectos econômicos que se

reverbera como um processo duplo de acumulação de capital. As inovações ampliam os excedentes gerados pelo intercâmbio comercial, que proporciona o favorecimento do uso deste recurso para o consumo exacerbado. Concomitantemente, a operação desse processo retroalimenta e moldam um padrão de consumo, propagado no sistema econômico como o hegemônico. O segundo âmbito é o da cultura não material, que é constituído pela criatividade política, geradora de ideias e valores para o avanço de inovações nos planos social e institucional, para solucionar as tensões sociais geradas pelas formas de acumulação material. O terceiro âmbito concerne a cultura não material e está dedicada a formar o sistema da cultural, baseado em ideias e valores que se fundem para a realização de atividades de reflexões filosóficas, criação artísticas e investigações científicas.

A respeito do âmbito da dependência cultural material Bianconi e Coutinho (2019) colaboram ao apreender o conceito excedente econômico e a sua relação com a estrutura social na periferia. O fluxo de capital em economias subdesenvolvidas ocorre de forma desequilibrada entre os setores produtivos, e os dinâmicos mobilizam os excedentes gerados e a estrutura social detentora dos processos de acumulação de capital, identificados pelos empresários industriais, latifundiários e a elite social direcionam esse excedente não para acumulação interna, mas sim para o exterior na importação de bens suntuosos. Para a(o) autor(a) referidos a estrutura social é heterogênea nessas economias e a concentração de renda, a ausência de poupança e problemas em formação de capital inviabilizam a estabilidade do crescimento econômico.

Sobre o âmbito da dependência não material para Bolaño (2021) a dependência é resultante de alguns movimentos desse processo, dos quais as classes sociais são a ponta da lança desse fenômeno deletério do subdesenvolvimento no Brasil. Um primeiro movimento identificado pelo autor supracitado é a ruptura das classes dominantes à cultura pregressa, denominada como barroca, para adesão à cultura dos colonizadores, porém, o povo brasileiro continua com autonomia pela cultura popular, desvencilhada à cultura dominante, consolidada no século XX como cultura nacional popular. O segundo movimento é apreendido no final do século XX por meio da capilarização da indústria transnacional da cultura veiculada pelo oligopólio dos meios de comunicação em

massa do Brasil, cuja modernização da dependência preponderou sob a classe média e foi proeminente na descaracterização da cultura popular. A resistência em Furtado estava na expectativa de conscientização da classe média sobre a importância dos valores culturais de origem popular, que poderia ser a mediação para o exercício do povo pela cultura popular e a democracia direta (em específico na redemocratização) como aliança para o desenvolvimento.

No caso de Fernando Fajnzylber é reconhecido pela contribuição na vertente sobre competitividade sistêmica, com forte lastro no pensamento neoschumpeteriano. A sua contribuição sobre desenvolvimento industrial e inserção internacional pela competitividade, priorizou o preâmbulo crescimento com criatividade pelo núcleo tecnológico endógeno com equidade distributiva, com ênfase na autenticidade produtiva. Na percepção de Suzigan e Fernandes (2004) a interpretação de Fajnzylber fortaleceu os estudos sobre a retomada das discussões de crescimento econômico a longo prazo e novas estratégias de desenvolvimento alinhadas na transformação produtiva e justiça social.

Na interpretação de Bielschowsky (2010), o neoestruturalismo foi consolidado nos anos 1998 a 2008, seguindo a agenda iniciada no início dos anos 1990 por Fajnzylber. O esforço do autor chileno possibilitou demarcar não só a agenda de pesquisas e a reformulação metodológica do campo epistemológico, mas deixar como legado a denominada segunda fase da agenda de pesquisas pautada pela transformação produtiva com equidade. A fase da CEPAL dos anos 1990, houve a ressignificação da metodologia histórico estruturalista pela neoestruturalista. O cabedal teórico da Cepal renova a sua agenda para temas de pesquisa sobre a equidade social e a educação, como poderosos instrumentos para o desenvolvimento e a geração de inovações tecnológicas.

3 A FORMAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO E AS DERIVAÇÕES DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA NA AMÉRICA LATINA

O subdesenvolvimento na concepção de Celso Furtado está relacionado ao processo de acumulação de capital, impulsionado pelas inovações tecnológicas gestados pelos países centrais e aplicados na captação de recursos e geração de excedentes em países periféricos, e que concomitantemente caracterizou as

desigualdades econômicas e sociais, sob novos fenômenos no espaço por intermédio das forças de dominação dos países centrais nos periféricos.

O ponto de ignição para a concepção do subdesenvolvimento para Furtado foi a eclosão da I Revolução Industrial propagada pela lógica do sistema centro e periferia, no qual foi montado o quadro das desigualdades interpretado pela análise escalar desses efeitos. As consequências do avanço do capitalismo moderno em países periféricos desarticulam as economias pré-capitalistas e impôs um ritmo de organização produtiva orientada pela demanda do comércio internacional, proveniente dos países centrais. A escala global abrangeu as concepções de desenvolvimento e a de subdesenvolvimento, como dimensões do processo histórico do capitalismo e a ideia de dependência está interligada nesse processo, como forte intensidade no plano econômico e cultural para a permanência das forças de dominação do centro na periferia (FURTADO, 1961; FURTADO, 1992).

O processo de aceleração da acumulação e geração de excedente pelos países centrais se fundamentaram em dois pontos de análise, a partir da I Revolução Industrial. O primeiro foi compreender que as inovações tecnológicas foram direcionadas para intensificar os modos de produção e aceleração da geração de excedentes pelos países detentores desse *know-how*. A propagação desse processo para periferia impôs uma racionalidade do mundo do trabalho, do qual sobrepôs e destruiu as formas senhorial, corporativa e artesanal de organização da produtiva. Esse processo formou o sistema econômico, do qual o local passou a estar integrado ao internacional, pela divisão do trabalho imposto pelas formas modernas de produtividade (FURTADO, 1992).

O segundo ponto foi a formação das relações comerciais condicionadas pela implantação de um sistema de divisão de trabalho inter-regional. Neste enfoque a região é o cerne da análise, do qual houve penetração e absorção por algumas regiões de formas de produtividade alinhadas a industrialização, no qual teceu o ritmo da circulação e fluxo de capitais no mercado nacional, sendo posicionadas como os núcleos de intensificação de acumulação e passou a adotar padrões de consumo modernos. Nas regiões marginalizadas a chegada da modernização foi concebida pela incorporação dos modos de consumo padronizados às do centro, e posteriormente, a industrialização substitutiva foi implantada, mas esteve reguladas pelas leis de mercado, ou seja, do circuito econômico estabelecido pela divisão do

trabalho inter-regional, no qual reforçou as estruturas sociais desiguais existentes, e a abundância da oferta de mão de obra que pressionou para baixo o salário médio da população, pela baixa diversificação produtiva e grande massa de trabalhadores (FURTADO, 1992).

Outro efeito originário da I Revolução Industrial no comércio internacional para os países periférico foi o aumento da produtividade do trabalho e do excedente, que intensificou a acumulação e elevou o padrão de consumo das elites. Para Furtado (1984) a divisão internacional do trabalho permite que os países especializados em exportação de produtos primários ter acesso à modernização tecnológica pela via do acesso do padrão de consumo, mesmo sem núcleos endógenos de inovações de tecnologia para ampliar a produtividade. O processo de modernização dependente inaugurou a utilização do excedente, gerado pela especialização na exportação de produtos primários, para importar modelos de consumo estimulados pela compra de manufaturas destinadas ao consumo.

O distanciamento entre elite e povo será a característica marcante do quadro cultural que emerge nesse período. As elites, como que hipnotizadas, voltam-se para os centros da cultural europeia, de onde brotava o fluxo de bens de consumo que o excedente do comércio exterior permitiria adquirir (FURTADO, 1984, p. 23).

A respeito do processo de intensificação do crescimento econômico com geração de desigualdades regionais no Brasil, faço reminiscência à obra clássica de Furtado, *A Operação Nordeste*, de 1959. Nesse livro o diagnóstico da economia brasileira houve a inserção da industrialização balizada pelo Estado desenvolvimentista no Brasil gerou preferência por investimentos no eixo Centro Sul, ao passo que, em outras regiões do Brasil, como a Nordeste herdou uma economia fragmentada pelo fim do ciclo da cana-de-açúcar e permaneceu estagnada e desarticulada do Brasil. A integração do mercado interno nordestino buscou implementar a industrialização autônoma, porém, a relação inter-regional minou essa alternativa, provocou uma relação de complementação da produção do Nordeste à região Centro-Sul (FURTADO, 1959).

O subdesenvolvimento brasileiro foi interpretado por Furtado como *sui generis*, determinado pelo fenômeno do dualismo estrutural, que emplacou duas dinâmicas econômicas no Brasil, especificamente uma em relação à economia do

Nordeste e a outra em relação ao Centro-Sul, consequência das desigualdades econômicas e sociais e das heranças das suas estruturas e histórico de formação. Enquanto, a economia do Centro-Sul recebeu prioridades nos investimentos do Estado para a industrialização subjacente à estrutura incipiente de indústria de base formulada pelo complexo cafeeiro em São Paulo. No Nordeste, o fim do ciclo da cana de açúcar no final do século XIX determinou o destino da estagnação da economia nordestina submissa à coerção política das elites regionais e da indústria da seca, pouco favorável às mudanças estruturais propostas pela SUDENE (FURTADO, 1959).

O fenômeno da dependência é mais geral que o subdesenvolvimento, toda economia subdesenvolvida é dependente, pois o subdesenvolvimento é originado da dependência. O custo da tecnologia e a aceleração do progresso técnico favoreceu a infiltração de grandes empresas internacionais, propalou a difusão dos novos padrões de consumos surgidos no centro do sistema e intensificou os vínculos de dependência (FURTADO, 1974).

O avanço do subdesenvolvimento no Brasil, como reverberação das formas de dominação do centro capitalista, se desdobrou dos limites da industrialização formulada pelo modelo de *substituição de importações*, propalada como estratégia pelos países latino-americanos. O acesso à inovação tecnológica ficou comprometido por intermédio desta estratégia e resultou em uma industrialização de base realizada com base na imitação. A industrialização brasileira não alterou a organização produtiva, e as inovações tecnológicas foram tomadas por empréstimos pelos processos produtivos imitativos do centro capitalista, e a produção de bens duráveis no Brasil permitiu a ampliação da divisão do trabalho, porém com ausência de inovações tecnológicas, submisso à demanda do mercado externo e à acumulação de capital pelo capital financeiro, na figura das empresas transnacionais. Nesta etapa as consequências da modernização a la *way of life* em países periféricos, potencializou a dependência na dimensão econômica, mas sobretudo na dimensão cultural com os países centrais.

Na obra *Mito do Desenvolvimento*, de 1974, Furtado aborda o conceito de subdesenvolvimento, como resultante da acumulação de capital e propagação desse processo pela financeirização da economia, postas por outras variáveis, como a questão ambiental designada pelo efeito demonstração na assimilação de padrões

de consumo do exterior e o limite dos recursos naturais disponíveis em escala mundial. A dependência ocorre também dos países centrais em relação aos periféricos, estimulada pela demanda por recursos não renováveis, oriundas da extração mineral e agricultura. A hipótese de Furtado contraria a ideia de que o desenvolvimento poderia ser universalizado, pois se todos os países consumissem segundo o padrão dos Estados Unidos, não haveria recursos não renováveis disponíveis para a demanda mundial. A pressão sobre os recursos não renováveis e a agressão ao meio ambiente seriam exponenciais e comprometeria a sustentabilidade ambiental e o sistema econômico mundial entraria em colapso (FURTADO, 1974).

O intercambio entre países centrais e periféricos permaneceu desfavorável aos produtores de produtos primários e a acumulação ficou concentrada no centro, o que constituiu um grupo de países em distintos graus de industrialização. O mercado internacional passou a ser controlado por grupos empresariais, cartelizados em graus diversos. Para Furtado o processo de industrialização nos países periféricos foi condicionado para completar o sistema econômico internacional, e não para formar um sistema econômico nacional autônomo, com características específicas na base de produtividade, por intermédio da expansão das exportações, não acessando a autonomia do processo de acumulação e da criação e aplicação dos avanços tecnológicos. *O que cria a diferença fundamental e dá origem à linha divisória entre desenvolvimento e subdesenvolvimento é a orientação dada à utilização do excedente engendrado pelo incremento de produtividade* (FURTADO, 1974, p. 24 e 25).

Na obra *La Industrialización Trunca da América Latina*, de 1983, de Fajnzylber (1983) o processo de industrialização adotado na América Latina pode ser determinado por algumas importantes caracterizações, que corroboraram para definição de uma industrialização truncada e dependente dos países desenvolvidos. A primeira característica é a estrutura da engenharia industrial, balizada pelo padrão de industrialização dos países avançados, representada pela química e metal mecânica, e a inserção dos hábitos de consumo estrangeiros. A matriz energética do petróleo é a conexão entre o mesmo modelo de produção adotado pelos países da América Latina em relação ao dos países avançados. A industrialização na América Latina se diferenciou em relação aos países avançados, primeiro, pela alta taxa de

crescimento populacional e, segundo, é concentrada grande inversão de capital na região.

A segunda característica da industrialização na América Latina foi a presença do capital exterior, que representou a precariedade do empresariado nacional e de outras forças sociais que contribuíram para definir a política industrial, deixando nas mãos do capital estrangeiro os setores líderes e particularmente aqueles setores que são determinantes para o crescimento do país. A ausência do potencial endógeno para a industrialização na América Latina foi determinada pela implantação das empresas transnacionais e a importação de processos produtivos, e do padrão de consumo difundido pelas empresas transnacionais, que reverbera para a estrutura produtiva nacional desmobilizando as capacidades produtivas inovativas e retirando os processos decisórios dos agentes nacionais e os transferindo para os representantes das frações do capital estrangeiro (FAJNZYLBER, 1983).

Outra característica marcante na análise de Fajnzylber (1983) é em relação aos modelos de protecionismo praticados no Japão, denominado de aprendizagem, e o na América Latina chamado de frívolo. No caso latino-americano o protecionismo se amparou pela reprodução em pequena escala, truncada em seu componente de bens de capital, lideradas por empresas que a longo prazo eram adversas das condições locais e a inovação proveio dos países de origem.

Subjacente a característica referida, a inserção das empresas transnacionais determinou efeitos irreversíveis para a economia e a sociedade latino-americana. A adoção de padrões adotados pela periferia em relação aos países avançados não se limitou ao modelo de indústria e aos hábitos de consumo, mas ao incorporar padrões da engenharia industrial dos países avançados reverberou na periferia na destruição de bens existentes e da inovação tecnológica local, pela nova técnica importada, como um processo de “criação destruidora” de Schumpeter, porém sem gerar novas inovações tecnológicas nos países da América Latina (FAJNZYLBER, 1983).

Em síntese, para Fajnzylber a dependência econômica está relacionada com o déficit gerado pelo setor industrial na periferia: 1) na irracionalidade das estruturas produtivas, via exportação de matérias primas, da agricultura, energia e extração de minérios subjacente ao déficit no setor manufatureiro, devido ao protecionismo frívolo e na precariedade do empresariado industrial nacional; 2) as taxas elevadas de rentabilidade no mercado interno induziram as iniciativas de exportação; 3) o

atraso da indústria de bens de capital e o mimetismo do padrão de consumo e das formas de produção interna dos países desenvolvidos; 4) o fator institucional associado a liderança exercida pelas empresas transnacionais, exercem em seus países de origem superávits comerciais do setor de manufaturas; 5) a contínua e inevitável erosão da competitividade dos produtos exportados do leste asiático, conjugam tecnologia com mão-de-obra barata, afetando o rendimento da economia latino-americana (FAJNZYLBER 1983; FAJNZYLBER 1990).

4 A DEPENDÊNCIA CULTURAL COMO DIACRÔNICA À DEPENDÊNCIA ECONÔMICA NOS PAÍSES PERIFÉRICOS

A interpretação sobre os limites impostos aos países da América Latina para alcançar o desenvolvimento foi fortalecido pela metodologia aplicada por Fajnzylber. O cerne da questão evidenciada pelo autor referido é a de que a industrialização na América Latina não foi capaz de completar o quadro da industrialização com geração de inovações tecnológicas. A expressão *casillero vacío* tem por referência uma matriz em que na vertical consta crescimento e na horizontal consta distribuição de renda. Na América Latina não houve países que simultaneamente foram dinâmicos e tiveram boa distribuição de renda: é o *casillero vacío* ou conjunto vazio nesses países (FAJNZYLBER, 1990).

A metodologia de Fajnzylber (1990) aplicada para análise comparativa dos países é composto por quatro dimensões: 1) o crescimento, dinamismo gerado pelo ritmo de expansão dos países avançados nos últimos vinte anos, 2,4% anuais do PIB por habitante; 2) equidade, composta pela relação entre a renda dos 40% da população de renda mais baixa e os 10% da população com renda mais alta ; 3) competitividade, determinada pela relação entre exportação e importação de manufaturas pela média alcançada no período 1979-1981; 4) o grau de austeridade é resultado do padrão de consumo, composto pela densidade de consumo de automóveis ou bens industrializados.

Para Fajnzylber (1990) o desenvolvimento é a combinação dessas quatro dimensões supracitadas. O autor referido faz a inflexão no paradigma de que o crescimento é o objetivo principal do processo de desenvolvimento e a equidade é causalidade desse movimento de causa e efeito. Nesse raciocínio, a inequidade é resultante do padrão de consumo, das tensões sociais e da escassez de

investimentos que derivam desse fenômeno. Mesmo que em um país apresente ritmo elevado de competitividade, a ausência das outras dimensões coibirá em um sistema de crescimento frágil e esporádico.

La dimensión estrictamente económica no basta para explicar las diferencias observadas en las distintas evoluciones, sobre todo cuando se trata de países de entornos geopolíticos y de universos culturales diferentes, de donde se desprende la necesidad de incorporar al análisis las dimensiones referidas a los procesos históricos y al medio social, político y cultural. En el ámbito estrictamente económico, el encadenamiento entre equidad, austeridad, crecimiento y competitividad parecería explicar el éxito de algunos países. La competitividad refuerza la equidad, legitima la austeridad y apoya el crecimiento, desencadenando los respectivos circuitos autorreforzantes. Cuando faltan algunos de estos elementos el proceso se retrasa o modifica, independientemente de los sistemas socioeconómicos, por falta de transformación en la estructura agraria, excesivo consumo suntuario o usufructo fácil de una renta proveniente de los recursos naturales o de posiciones hegemónicas internacionales. El dinamismo adquiere entonces en algunos casos un carácter esporádico y en otros asintótico al estancamiento (FAJNZYLBER, 1990, p. 152).

O conceito efeito-demonstração mesmo sob outra denominação na interpretação de Fajnzyber representa o grau de austeridade do padrão de consumo, que é posicionado como variável chave para interpretar o processo de dependência dos países periféricos em relação aos centrais.

A dependência econômica está relacionada diretamente com a dependência cultural dos países periféricos dentro do circuito das formas de acumulação de capital, que se assevera para uma forma de dominação estabelecida nesse estágio do capitalismo, determinado pela autonomia das empresas transnacionais, dos países centrais, em formular inovações tecnológicas. Há dois movimentos em curso. O primeiro, relacionada aos países centrais que determinam o fluxo de novos produtos e da elevação dos salários que permite a expansão do consumo de massa. A outra é na periferia, é o fenômeno do mimetismo cultural, uma forma derivada do efeito demonstração, que concentra a renda nas elites e incide nelas o desejo para obter o padrão de consumo dos países centrais (FURTADO, 1974).

Fajnzyber (1990) busca enquadrar o diagnóstico do subdesenvolvimento para o caso dos países da América Latina e em sua análise compactua com a Furtado em relação a inserção do método de política de substituição de importações, que

gerou como um dos seus efeitos o déficit na produção intelectual de inovações tecnológica nas indústrias nacionais. Portanto, uma das linhas que definiu a sua via de desenvolvimento foi a insuficiente incorporação do progresso técnico aliada a uma base de recursos humanos pouco qualificada, consequência de baixos indicadores de educação da população. A ausência de um projeto de desenvolvimento original capacitada para a transformação econômica e social posicionou os países latino-americanos no quadrante vazio, dentro do esquema metodológico constituído pelas matrizes de crescimento econômico combinada com a da equidade, o que não permitiu a eles abrirem a caixa preta do progresso técnico.

A abertura da *caixa negra* não se restringe ao âmbito industrial e empresarial, extrapola o campo econômico e é determinada pela valorização social da imaginação criativa, que é responsável em formular alternativas que deem conta de superar as carências e promover a transformação econômica e social, à reboque da substituição da elite tradicional, inserindo novos valores que sejam disseminados na população (FAJNZYLBBER, 1990).

Na interpretação de Furtado (1974) a natureza do subdesenvolvimento combina dois processos. O primeiro é o de produção, que condiz com a alocação de recursos e gera o excedente adicional e a forma de apropriação dele. O segundo é de circulação, utilização do excedente em novas formas de consumo copiadas de países centrais, e a dependência cultural resultado dessas duas variáveis e que está na base da reprodução das estruturas sociais correspondentes. O termo modernização é reposicionado por Furtado para designar a adoção de padrões de consumo sofisticados, sem transformação no processo de acumulação de capital e nos métodos produtivos.

A importância do processo de modernização, na modelação das economias subdesenvolvidas, só vem à luz plenamente em fase mais avançada quando os respectivos países embarcam no processo de industrialização; mais precisamente, quando se empenham em produzir para o mercado interno aquilo que vinham importando. As primeiras indústrias que se instalam nos países subdesenvolvidos concorrem com a produção artesanal e se destinam a produzir bens, simples destinados à massa da população. Essas indústrias quase não chegam a construir o núcleo de um sistema industrial. É em fase mais avançada, quando se objetiva produzir uma constelação de bens consumidos pelos grupos sociais modernizados, que o problema se coloca. [...] Ao impor a adoção de métodos produtivos com alta densidade de capital, a referida

orientação cria as condições para que os salários reais se mantenham próximos ao nível de subsistência, ou seja, para que a taxa de exploração aumente com a produtividade do trabalho (FURTADO, 1984, p. 81 e 82).

Para Furtado (1974) o comportamento de grupos sociais que se apropriam do excedente é balizado pela situação de dependência cultural e tende a ser agravada pelas desigualdades sociais, devido ao avanço na acumulação. O referido teórico ressalta que a reprodução das formas sociais, no subdesenvolvimento está associada com as formas de comportamento condicionados pela dependência. Os grupos que se apropriam dos excedentes para reproduzir as formas de consumo está balizado pela diversificação do consumo e determina a orientação da tecnologia adotada.

No processo de subdesenvolvimento Fajnzylber (1990) aponta para uma importante questão, a dependência dos países periféricos em relação aos centrais se fortalece pela associação de formas tradicionais de regimes políticos ocupados pela elite tradicional, com os valores e ideias, que são importados de maneira intrínseca aos produtos industrializados ou bens suntuosos. Há ausência de valores, imaginação criativa da população capazes de gerar um projeto de desenvolvimento autenticamente nacional. Complementa Furtado que uma das formas derivadas dessa dependência da periferia em relação ao centro capitalista é a dimensão cultural, que reverbera a partir do efeito demonstração e suprime formas de manifestações de desenvolvimento formuladas pela estrutura histórica econômica e social do país.

A perspectiva política da dependência cultural perpassa pela ausência de democracia nos países da América Latina, no qual esteve presente durante as ditaduras militares nos anos 1960 a 1980, e requer ampliação das alianças sociais para deslocar o centro de gravidade das tomadas de decisões para os setores sociais majoritariamente popular. A coalizão política deve ser encampada pela participação de atores políticos representativos da população, articulados com os movimentos políticos e sociais para o enfrentamento das concepções neoliberais e do autoritarismo das ditaduras nos países latino-americanos. Fajnzylber (1986) reforça que a condição dos países do Cone Sul está limitada a exportadores de recursos naturais e importadores de uma modernização de aparência, que pulveriza a dimensão criativa. Para tanto, a dimensão da criatividade mobiliza importantes

conceitos para o desenvolvimento, como o de eficiência, que é baliza para superar as carências sociais e para a transição para padrões tecnológicos, desvencilhados do mimetismo da engenharia industrial dos países avançados, para a geração de inovações nos países latino-americanos, como estratégia para promover a educação, integração regional e o desenvolvimento cultural.

Furtado (2008) na obra *Criatividade e Dependência*, de 1978, reconheceu que países que entraram tardiamente no processo de modernização industrial ingressaram sob a modalidade de dependência tecnológica dos países que largaram como vanguarda das revoluções industriais. Complementa o autor referido sobre a dificuldade em formar instituições políticas e sindicais democráticas na América Latina, que em sua trajetória de formação houve períodos de populismo e autoritarismo, considerados regime de tutela para os trabalhadores. A criatividade política para Furtado é o disparador para fomentar inovações institucionais a longo prazo, como por exemplo as leis trabalhistas. Concomitante, o teórico aponta a necessidade de atividades culturais e políticas que renovem o programa de desenvolvimento das sociedades dependentes.

Para Furtado (2008) a compreensão dos problemas das economias dependentes requer a utilização da visão histórica e estrutural do capitalismo industrial. O avanço do processo de acumulação e da tecnologia capacitou alguns países da Europa a assumirem formas de dominação externa. A situação de dependência estrutural foi gestada pelo mercado em expansão dos países europeus que se industrializaram e operou como uma válvula de sucção, dando origem a um fluxo crescente de intercâmbio com o exterior. Concomitantemente os países que tiveram acesso ao mercado em expansão da Europa teve a penetração de valores materiais da civilização industrial. O grau de acumulação e os produtos exportados dos países da Europa refletiram o avanço em relação aos países que importaram produtos primários e possuíam baixo grau de acumulação e maior abundância de recursos naturais. O comércio exterior fomentou a especialização produtiva e a divisão do trabalho, ampliou o fosso entre os níveis de acumulação.

5 DI(CON)VERGÊNCIAS NAS INTERPRETAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO EM FURTADO E FAJNZYLBER

No documentário *O Longo Amanhecer*, de José Mariani, sobre a cinebiografia de Celso Furtado, é exposto pelo referido autor, que na última década de sua vida, nos anos 1990 e início dos anos 2000, a sua maior preocupação foi retomar a agenda sobre a permanência e os contornos assumidos pelo subdesenvolvimento gerados pela globalização, por intermédio da publicação dos livros: *Brasil: a construção interrompida*, de 1992; *O capitalismo global*, de 1998; *O Longo Amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*, de 1999; *Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*, de 2002; e, *Raízes do subdesenvolvimento*, de 2003. Essas obras impulsionaram a influência de Furtado nos anos 1990 para uma nova geração de estudantes a retomar a agenda sobre o desenvolvimento no Brasil.

Nos anos 1990, o reposicionamento do tema do subdesenvolvimento por Furtado, avançou na sistematização de ideias e priorizou importantes aspectos do desenvolvimento, para o início o século XXI. Furtado na obra *Brasil: construção interrompida*, de 1992, aconselha a geração futura de pesquisadores(as) seguir uma agenda de pesquisa sobre ideias novas que podem iluminar os caminhos ásperos e espinhosos para superação do subdesenvolvimento: a) a pobreza é a privação dos direitos, usando as terminologias de Amartya Sen, e é necessário habilitar a população a ter acesso a distribuição da renda e ter acesso à moradia; b) ampliar o cânone democrático da participação popular, com novas formas de organização social, capazes de incorporar segmentos da população inertes; c) investir recursos em educação, como peça fundamental para alfabetização e formação de capital humano por intermédio da poupança manuseada pelo governo; d) gerar o hibridismo entre as formas de conhecimento da cultura produtiva e popular com as inovações no campo da biotecnologia do espaço e do território; e) reconstruir o projeto de nação por meio de uma concertação social e político da população.

O prognóstico para a América Latina nos anos 1990 é complementada pelo documento "*Transformación productiva con equidad*", da Cepal, organizado por Fajnzylber, o qual apresenta duas espécies de problemas, os internos e os externos. No plano interno trata-se de aprofundar e consolidar a democracia, a coesão social, a equidade, a participação, em suma a cidadania moderna. No externo, o

aprimoramento da competitividade das empresas nacionais no comércio mundial por intermédio das matérias primas e a busca pelo acesso aos bens e serviços modernos. Nesses países há déficit manufatureiro nos segmentos de maior dinamismo e alto conteúdo tecnológico como bens de capital, indústria química e automotiva (CEPAL, 1990).

O padrão de consumo dos países desenvolvidos, em específico dos Estados Unidos, reproduzido na América Latina pela demanda de produtos industrializados, no uso da plataforma energética petróleo, na comercialização, nas comunicações e no financiamento do consumo, apresenta como limite para sustentar esse padrão de consumo da população dos Estados Unidos e de outros países, a quantidade de recursos naturais disponíveis na natureza (CEPAL, 1990).

Na América Latina o fenômeno de mimetismo do padrão de consumo dos Estados Unidos derivou efeitos deletérios na sociedade. A adaptação da cultura material foi realizada numa velocidade maior no plano da infraestrutura do que no da superestrutura, isto é, dos conhecimentos e das instituições necessários para produzi-los na economia local. O aprendizado de novas técnicas e da valorização da cultura popular nacional foi marginalizada e ocupou o seu lugar a importação de produtos e métodos prontos. Esse é o círculo da dependência estrutural que prende os países da América Latina com os desenvolvidos.

A expansão da produção primário-exportadora pelos países periféricos não exigiu transformações nos métodos produtivos, reforçando o imobilismo das estruturas sociais. O aumento do excedente reforçava o sistema de dominação social, pelo aumento dos gastos de consumo e diversificação pela elevação do nível de vida das elites, subjacente às alianças externas (FURTADO, 2008).

Em Fajnzylber a renovação do prognóstico para o desenvolvimento é descrita no documento da CEPAL *Educación y conocimiento: eje de la transformación productiva con equidad*, de sua autoria, que pode ser conduzido pela articulação produtiva e social interna que amplia os canais de participação na economia internacional. Os eixos da transformação produtiva com equidade de países subdesenvolvidos é a abertura da “caixa preta” do progresso técnico, determinada por políticas públicas promovidas pelo Estado nas áreas de educação e conhecimento (CEPAL, 1996).

A orientação da estratégia, segundo Fajnzylber segue três importantes pontos: i) do ponto de vista político, trata-se de conceber as atividades de produção e difusão de conhecimento como tarefas estratégicas de longo prazo, que requer o comprometimento dos atores sociais com o financiamento para o seu desenvolvimento; ii) do ponto de vista dos conteúdos, trate-se de concentrar nos resultados da educação, da capacitação e da ciência e tecnologia, e em sua articulação com as exigências do desempenho das pessoas, das empresas e das instituições nos diferentes âmbitos da sociedade; iii) do ponto de vista institucional, trata-se de romper o isolamento dos estabelecimentos de ensino e de geração e transmissão de conhecimento e de oferecer oportunidades para a participação dos atores locais no processo decisório (CEPAL, 1996).

O legado de Furtado (1992) é um desafio de superação do subdesenvolvimento na escala global, em outras palavras, é determinar a mudança do curso da civilização, transitando da racionalidade dos meios para acumulação, para uma função do bem estar social da população, desempenhada pela liberdade e cooperação entre os povos. Portanto, Furtado compreende que novas prioridades devem ser incorporadas pela concepção de desenvolvimento, capaz de gerar igualdade e acessos aos direitos para população e o equilíbrio ecológico. A mudança seria convertida pela substituição das formas de consumo de produtos suntuosos pelas minorias, para conceder o direito as necessidades da população e a educação como desenvolvimento das potencialidades humanas.

O meio ambiente é adicionado na concepção de desenvolvimento como urgência, nos anos 1990, e a Conferência do Rio 1992, foi uma oportunidade para congrega a responsabilidade pelos países causadores do custo de degradação do meio ambiente motivado pelo avanço das forças produtivas e aumento da geração do excedente para ampliar a escala produtiva dos países centrais (FURTADO, 1992).

A criatividade é outro aspecto que fundamenta a concepção de desenvolvimento e que é utilizada de forma imprecisa para tal objetivo, atendendo apenas a acumulação econômica e o poder militar pelas inovações tecnológicas. No entanto, o uso da criatividade deve estar direcionado para buscar a felicidade e para a realização das potencialidades dos indivíduos e comunidades de forma solidária (FURTADO, 1992).

Segundo Furtado a cultura é compreendida como estoque ou fluxo de capital. A cultura é compreendida como herança do passado e se assemelha à analogia de estoque de capital de um país, mas se observamos a cultura como criatividade, é considerada um fluxo que permite implementar renovações e rupturas com o passado, no qual remete as possibilidades de superação de estruturas estáticas do subdesenvolvimento e que se intensificam de acordo com o metamorfoseamento da acumulação de capital realizado pela financeirização da economia pelos países desenvolvidos nos países subdesenvolvidos. De modo que para Furtado é imprescindível relacionar o que é considerado estático com a dinâmica, no qual é na função da criatividade que está a ruptura com o passado e a renovação por intermédio da nova geração de jovens economistas.

Furtado (1984) definiu a matriz da dependência econômica e cultural o controle das empresas internacionais na criação de tecnologia, o que concede autonomia a elas delimitarem um padrão de consumo a população. Nos países periféricos a utilização do excedente é definida por conta desta cooptação que é cultural, ao passo que a sociedade civil é reduzida a uma massa de consumidores. A alternativa para superação desta dependência é a modificação das bases sociais de sustentação desse poder. A ampliação da participação efetiva da população em processos políticos pode assegurar a democratização da participação popular na esfera política, especialmente da classe trabalhadora. Para Furtado o atraso está vinculado à dimensão política e não a dimensão econômica.

Quadro 1 – Análise comparativas entre Furtado e Fajnzylber

Categorias/conceitos	Furtado	Fajnzylber
Formação e modernização do subdesenvolvimento	Formação do subdesenvolvimento. Divisão internacional do trabalho; sobreposição da estrutura produtiva moderna na pré-capitalista; dominação política e econômica das formas de acumulação na periferia.	Modernização do subdesenvolvimento pelo mimetismo da engenharia industrial; permanência da matriz energética do petróleo; inserção de padrões de consumo e alta taxa de crescimento demográfico.
Dependência econômica como limites da industrialização substitutiva e efeito demonstração	a) Limites da política de substituição de importações; b) desigualdades regionais e o dualismo estrutural; c) tensões psicossociais.	a) Protecionismo frívolo; b) ausência do potencial endógeno e de inovações tecnológicas; c) criação destruidora – de bens existentes e das técnicas de inovação tecnológica local.

Dependência cultural como incorporação da civilização industrial moderna na periferia	a) Mimetismo cultural pela apropriação do excedente pelas elites e uso dele para o consumo; b) a ausência de criatividade política impede que exista inovações institucionais e direitos; c) forma de dominação política do centro na periferia pela inserção dos valores materiais da civilização industrial.	a) <i>Casillero vacío</i> ou conjunto vazio – ausência de crescimento econômico com equidade social (baixos indicadores de educação) e inovações tecnológicas; b) associação de formas tradicionais de regimes políticos pelas elites tradicionais, pela transposição de ideias e valores; c) há ausência de imaginação criativa pela população.
A renovação da agenda do Desenvolvimento	a) Agenda social e política do desenvolvimento; b) uma nova civilização formada pelos valores endógenos; c) cultural como estoque de capital aliada à criatividade como dinâmica; d) o legado para nova geração.	a) Democracia e equidade com competitividade; b) transformação produtiva com equidade; c) educação como o eixo para o desenvolvimento e geração de inovações tecnológicas.

Fonte: Elaborado pelo autor.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As trajetórias intelectuais de Furtado e Fajnzylber podem ser analisadas pela perspectiva cronológica do tempo, considerando as datas de publicações das suas respectivas obras abordadas neste artigo. Evidentemente, que essa relação sincrônica, é um caminho tangível de análise, porém, há outras, possibilitadas pela perspectiva acrônico, ou seja, o desenvolvimento dos conceitos com intersecções temporais, considerando a abrangência e ressignificação teórica. Nesse artigo, buscou tratar do diálogo entre esses autores, pelo prisma sincrônico, porém com ênfase acrônico para análise dos conceitos propalados pelas noções de modernização do subdesenvolvimento, dependência econômica e cultural e renovação da agenda do desenvolvimento.

A ideia de diálogo entre esses teóricos partilha do ponto de partida em comum, a adoção da metodologia histórico estruturalista, como fundamento para desenvolvimento das análises empíricas, lastreadas pelos conceitos que dão vida à interpretação do subdesenvolvimento na América Latina. Para Furtado o conceito de desenvolvimento, é a priori fortalecida pela perspectiva de atuação do Estado na sociedade, pela racionalidade do planejamento, e transita para a compreensão que é pelo movimento do indivíduo por intermédio da cultura e a ação coletiva, pelo

mobilização para a ampliação das arenas participativas de tomadas de decisões, o epicentro das transformações e mudanças estruturais.

E, para Fajnzylber a concepção de transformação está na função do Estado designada pelos investimentos na engenharia industrial aninhada à intensificação da educação para geração de inovações tecnológicas, alinhada às leis do mercado designadas pelo aperfeiçoamento da competitividade no comércio internacional entre os agentes produtivos, e posteriormente, o retorno para a sociedade civil.

Há convergência entre as interpretações de Furtado e Fajnzylber sobre os limites do processo de industrialização para superação do subdesenvolvimento na América Latina. Porém para Furtado a dependência econômica e cultural impactou na base material e imaterial da sociedade, de modo que as tensões psicossociais foram incisivas no campo cultural ao gerar a liquidação dos meios produtivos da população local e principalmente ao sobrepôr a importação de padrões de consumo, oriundo do efeito demonstração nas elites e posteriormente propagada pela popularização do consumo em massa para a população, sem distribuição de renda e direitos sociais e políticas.

O modelo de desenvolvimento implementado pelas políticas de substituição de importações de produtos industrializado solapou o desenvolvimento pelo núcleo endógeno dos territórios e a acumulação de capitais ficou restrita às empresas transnacionais e as elites locais dos países periféricos, retroalimentando esse ciclo pelo uso do excedente em consumo de bens suntuosos. A ilusão do desenvolvimento via industrialização e consumo ao modo *american way of life* foi identificada como uma falácia por Furtado, ao relacionar o padrão de consumo mobilizado pelos países centrais como insustentáveis a longo prazo pelos países periféricos, devido à quantidade finita de recursos naturais e pela homogeneização produtiva no circuito da divisão do trabalho e na hegemonia gerada pela cultura do consumo.

Para Furtado a superação da dependência econômica e cultural do subdesenvolvimento seria realizada pelo choque provocado pela cultura ao instaurar uma nova racionalidade, mobilizada pelo *ethos* da civilização balizada pelas especificidades estruturais do país. Em outras palavras, o desenvolvimento seria formulado pelas bases culturais endógeno e a ampliação do cânone

democrática seria formulado pelas novas formas de organização de processos deliberativos participativos da população.

Na concepção Fajnzylber a renovação do discurso da Cepal manteve importantes bases fundamentais, como a ação do Estado na sociedade e a incorporação do progresso tecnológico como alternativa para superação da pobreza, mas desta vez, articulada o seu núcleo produtivo endógeno pela inserção internacional dos países da América Latina na competitividade capitalista. Ampliou o cânone teórico da Cepal, ao reposicionar como prioritário a função da cidadania e educação, como canais para o desenvolvimento e geração de sinapses para as inovações tecnológicas, antes muito concentrada na dimensão de investimentos do Estado na economia. A elevação das inovações e da produtividade proporciona a distribuição de renda através do crescimento econômico potencializando os seguintes pontos desse sistema: competitividade autêntica, inserção internacional, articulação produtiva e papel dinâmico dos agentes. O tratamento de cada um destes elementos está inter-relacionado com os demais sendo a geração e difusão do progresso técnico a centelha deste processo que apresenta organicidade propícia ao alcance da transformação produtiva com equidade.

A revisão do subdesenvolvimento segundo as contribuições de Furtado e Fajnzylber permitiu apontar como novidade a inserção no repertório da teoria econômica da dimensão social e cultural, que combinada com os subsídios teóricos das décadas anteriores possibilitaram compreender a complexidade do subdesenvolvimento. Esse fenômeno mantém as estruturas e formas de dominação presas ao sistema político autoritário e concentrador de renda da periferia, aliado à sua filiação de maneira subalterna ao capital financeiro, que emplaca e amplia a acumulação de capital sob novas dinâmicas gestadas pelo capitalismo, ampliando o quadro de desigualdades econômicas e sociais entre países centrais e os periféricos.

REFERÊNCIAS

BIANCONI, R.; COUTINHO, M. O desenvolvimento como processo de mudança cultural: as conexões entre excedente e estruturas sociais na visão de Celso Furtado. **Nova Economia** (UFMG), v. 29, p. 1141-1169, 2019.

BIELSCHOWSKY, R. **Sesenta años de la CEPAL: textos seleccionados del decenio 1998-2008**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010.

BOLAÑO, César. Celso Furtado e a antropologia: notas para o diálogo entre economia política e estudos culturais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil**, n. 78, p. 223-239, abr. 2021.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). **Transformación productiva con equidade**. Santiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 1990.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). **Educación y conocimiento**: eje de la transformación productiva con equidad Cepal – UNESCO. UNESCO: Lima, mar. 1996.

CÊPEDA, Vera Alves. O Pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento e democracia. In: PEREIRA, L. C. B. (Org.). **A grande esperança em celso furtado**: ensaios em homenagem aos seus 80 anos. São Paulo: Editora 34, 2001.

_____. Contextos e funções da democracia no pensamento furtadiano - 1944-1964. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, Unesp, Araraquara, v. 46, p. 187-215, 2015.

FAJNZYLBBER, Fernando. **La Industrialización trunca de América Latina**. México, D.F: Centro de Economía Transnacional/Editorial Nueva Imagen, 1983.

_____. Reflexões sobre os limites e potencialidades econômicas da democratização. **Revista de Economia Política**, v. 6, n. 1, jan./abr. 1986.

_____. **Industrialization in Latin America**: from the "black box" to the "empty box": a comparison of contemporary industrialization patterns. Santiago: United Nations, Economic Commission for Latin America and the Caribbean, 1990. (Cuadernos de la CEPAL ; 60).

FURTADO, Celso. **A operação nordeste**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959.

_____. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1963.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

_____. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

_____. **Brasil**: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura. In: FREIRE, Rosa d'Aguiar (Org.). Rio de Janeiro, RJ: Contraponto. **Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento**, 2012.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas [Manifesto Latino-Americano]. In: GURRIERI, A. (Org.) **O Manifesto dos Periféricos e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto, Centro Celso Furtado, 2011.

RODRÍGUEZ, Octavio. Furtado y la renovación de la agenda del desarrollo. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 177-211, 2006.

SUZIGAN, Wilson e FERNANDES, Suzana C. Competitividade sistêmica: a contribuição de Fernando Fajnzylber. **Revista História Econômica e História de Empresas**, v. 2, 2004.

TORRES, M. (org.). **Fernando Fajnzylber – una visión renovadora del desarrollo de América Latina**. Santiago de Chile: CEPAL, 2006.

AS INTERPRETAÇÕES CAIO PRADO JÚNIOR E CELSO FURTADO: A HISTORIOGRAFIA ECONÔMICA BRASILEIRA EM PERSPECTIVA

Sarah Regina Nascimento Pessoa¹

RESUMO

As obras históricas de Caio Prado Júnior e Celso Furtado são consideradas bases necessárias para compreensão da formação e evolução da economia brasileira. Este trabalho busca evidenciar as perspectivas dessas interpretações, apontando suas divergências e afinidades no tocante ao período colonial, independência política e abolição do trabalho servil. Em linhas gerais, foi possível observar a convergência desses autores sobre o sentido da colonização. No entanto, eles divergem sobre a manutenção deste caráter na evolução brasileira. As consequências do tratado comercial entre Portugal e Inglaterra em 1810 são analisadas de forma sensivelmente diferente pelos dois autores, bem como as primeiras décadas pós independência. Prado Júnior sintetiza esse período sob ótica de contradição que permeia sua obra: mudança com continuidade. Por sua vez, Furtado não nega a limitação imposta a autonomia do governo luso-brasileiro, porém, delega outros motivos ao insatisfatório nível de desenvolvimento da economia. Sobre o lento processo de abolição da escravidão, os dois autores reconhecem que as condições da época não estavam maduras para abolição imediata do trabalho servil.

Palavras-chave: Caio Prado; Celso Furtado; Historiografia Econômica.

THE INTERPRETATIONS OF CAIO PRADO JÚNIOR AND CELSO FURTADO: THE BRAZILIAN ECONOMIC HISTORIOGRAPHY IN PERSPECTIVE

ABSTRACT

The historical books of Caio Prado Júnior and Celso Furtado are indispensable references for understanding the evolution of Brazilian economy. This work seeks to highlight the perspectives of these interpretations, pointing out their divergences and affinities not with regard to the colonial period, political independence and the abolition of servile labor. To sum up it was possible to observe the convergence of these authors on the meaning of colonization. However, they differ on the maintenance of this sense in the Brazilian evolution. The consequences of the trade treaty between Portugal and England in 1810 are analyzed differently by the two authors, as well as the first decades after independence. Prado Jr. synthesizes this period under the perspective of contradiction that permeates his work: change with continuity. In turn, Furtado does not deny the limitation imposed on the autonomy of the Portuguese-Brazilian government, but delegates other reasons to the unsatisfactory level of development of the economy. On the slow process of abolishing slavery, the two authors acknowledge that the conditions of the time were not ripe for the immediate abolition of servile labor.

¹ Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: sarah_pessoa89@hotmail.com



Keywords: Caio Prado; Celso Furtado; Economic Historiography.

JEL: B31, N01

1 INTRODUÇÃO

Caio Prado Júnior e Celso Furtado são amplamente reconhecidos por suas contribuições para o desenvolvimento da historiografia brasileira, tendo em vista a originalidade e fecundidade de suas obras. Em suas clássicas interpretações – Formação do Brasil Contemporâneo (1942) e História Econômica do Brasil (1945) de Caio Prado Júnior e Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII (1948) e Formação Econômica do Brasil (1959) de Celso Furtado – são apreciadas não só os fatos históricos cronologicamente, como também os diversos elementos que conformaram esta economia.

Os distintos marcos teóricos utilizados apontam para um rico campo de debate. A história do pensamento de Caio Prado Júnior – historiador, geógrafo e militante do Partido Comunista – foi marcada por sua criatividade teórica e independência política. Prado Júnior usou suas raízes políticas como uma ferramenta crítica e não dogmática na construção de um pensamento que confrontava o pensamento dominante da esquerda brasileira (baseado na transposição dos esquemas de análise soviéticos para o Brasil), e tornou-se pioneiro na utilização do materialismo histórico de Marx na apreensão da formação econômica e social do Brasil.

Bielschowsky (2009) denomina o livro Formação Econômica do Brasil de Celso Furtado como obra prima do estruturalismo cepalino, ademais, esta obra faz uso do aparato analítico keynesiano. O pano de fundo de sua investigação – que veio a constituir-se como “problema” central da pesquisa furtadiana – é a compreensão do atraso brasileiro e as especificidades do subdesenvolvimento. Furtado (2007) elucida que o foco desta obra volta a análise dos processos econômicos e não para reconstituição dos eventos históricos.

O presente trabalho propõe-se a confrontar as interpretações destes dois autores no que diz respeito as seguintes variáveis: i) sentido da colonização; ii) conformação e evolução da economia colonial; iii) processo de independência e iv) o fim do trabalho servil, de modo a evidenciar as consonâncias e divergências de suas

obras, que são bases necessárias para compreensão do processo de formação econômica e social do Brasil.

Para tanto, estruturou-se o trabalho em cinco seções, além dessa breve introdução. Primeiramente, discorrer-se-á sobre o sentido da colonização - marco interpretativo cunhado por Caio Prado Júnior em sua obra de 1942 e posteriormente incorporado por Celso Furtado em sua tese de doutorado de 1948. No segundo momento, trata-se dos principais elementos de conformação e da evolução da economia colonial, no tocante a economia do açúcar, as transformações políticas e econômicas no século XVII, a economia mineira, o ressurgimento da agricultura e a falsa euforia do fim da época colonial. Em seguida, apresenta-se a discussão do processo de independência e, na sequência, o debate sobre fim do trabalho servil. Por fim, são tecidas algumas considerações finais.

2 O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO

Nas preocupações iniciais da investigação de Caio Prado Júnior está compreensão do sentido colonização do Brasil. O autor argumenta que a indagação do sentido da evolução de um povo é fundamental para entender suas particularidades. Assim, ele aponta que é necessário ir além da captação da conformação da economia e sociedade brasileira – baseada na grande propriedade, escravidão e monocultura – pois ela revela a aparência. Para a apreensão da essência é preciso levar em consideração “[...] a iniciativa dela, os motivos que a inspiraram e determinaram, os rumos que tomou em virtude daqueles impulsos iniciais se perdem de vista” (PRADO JÚNIOR, 2011, p.17). Ou seja, compreender a lógica em que esse fato histórico está inserido.

A colonização portuguesa na América não se constitui um fato isolado. Ela se situa em um contexto de expansão ultramarina europeia, fruto do desenvolvimento do comércio continental. Prado Júnior revela que a revolução na arte de navegar e nos meios de transporte por mar, no século XIV, gerou profundas transformações na medida em que deslocou a primazia comercial dos territórios centrais do continente para aqueles que formam a faixa oceânica.

Os portugueses foram pioneiros nesse processo. Eles buscaram rotas alternativas, procurando empresas que não encontrassem concorrentes mais antigos instalados. Assim, chegaram a costa ocidental da África e, posteriormente,

se desenhou um plano mais amplo, de encontrar a passagem que permitiria o contato com a Índia. Neste contexto, Caio Prado aponta a inicial falta de interesse dos portugueses em povoar a América, dado as oportunidades mercantis que o Oriente poderia proporcionar.

Segundo o autor, a ocupação com povoamento efetivo em terras brasileiras surgiu como contingência. Portugal também foi pioneiro nesse processo, na medida que a colonização era entendida como estabelecimento de feitorias comerciais. A princípio, a ocupação dos territórios se deu com base no extrativismo (madeira, peles e pesca) e, posteriormente, sob uma base mais estável e ampla: a agricultura.

A forma como se organizou a produção tropical brasileira – isto é, grandes unidades produtoras que reúne um número elevado de trabalhadores – foi resultante do contexto de “insuficiência” populacional que se encontrava Portugal em meados do século XVI, com áreas incultas e abandonadas, e pela crescente utilização de mão de obra escrava – inicialmente, dos mouros e depois os africanos. Prado Júnior (2011) alega que este cenário colocou o colono europeu em uma única posição que lhe competia: de dirigente e grande proprietário rural.

Nas demais colônias tropicais, inclusive o Brasil, não se chegou nem a ensaiar o trabalhador branco. Isto porque nem na Espanha, nem em Portugal, a que pertencia a maioria delas, havia, como na Inglaterra, braços disponíveis, e dispostos a emigrar a qualquer preço (PRADO JÚNIOR, 2011, p.30).

Caio Prado se vale da interpretação de Leroy-Beaulieu (*De la colonisation chez les peuples modernes*, de 1874), no qual faz uma distinção entre as colônias de povoamento e exploração, para argumentar sobre o sentido da colonização brasileira. As primeiras, localizadas zonas temperadas, foram constituídas por motivos de ordem políticas, econômicas e religiosas² e sua lógica se distanciou dos objetivos comerciais. Prado Júnior (2011, p.27) explica que esses colonos tinham em vista “[...] construir um novo mundo, uma sociedade que lhes ofereça garantias que no continente de origem já não lhes são mais dadas”. O resultado foi “[...] uma sociedade, que, embora com caracteres próprios, terá semelhança pronunciada à do continente de onde se origina. Será pouco mais que simples prolongamento dele”.

² Pelo lado econômico, destaca-se o deslocamento em massa da população tendo em vista o cercamento dos campos na Inglaterra. As lutas político-religiosas mobilizaram diversos grupos para a América, como os: *puritanos* e *quakers* da Inglaterra, *huguenotes* da França, *morátdos*, *schwenkfelders*, *inspiracionalistas* e *menonitas* da Alemanha meridional e Suíça.

Por outro lado, o que se verificou nas zonas tropicas foi a colonização de exploração. Caio Prado Júnior argumenta que seu sentido toma o aspecto de uma vasta empresa comercial destinada a explorar os recursos naturais em proveito do comércio europeu. Dessa forma, a formação brasileira tem como base o caráter mercantil, com interesses voltados para fora do país.

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto (PRADO JÚNIOR., 2011, p.31).

A linha argumentativa que permeia a obra de Caio Prado é de contradição, sua interpretação da evolução brasileira se configura pela ótica da mudança com continuidade. Ele argumenta que o caráter da colonização se conserva na evolução país.

É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Este início, **cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira, se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país [...] O "sentido" da evolução brasileira que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização** (PRADO JÚNIOR, 2011, p.32, grifo nosso).

Em linhas gerais, a interpretação de Celso Furtado sobre o sentido da colonização é convergente com a Caio Prado Júnior, que vê a colônia portuguesa como uma grande empresa produtora de bens tropicais destinados ao mercado europeu. Furtado (1948) evidencia o papel passivo que o Brasil desempenhou em sua formação e também as consequências nefastas dessa lógica tanto para Portugal quanto para a colônia.

A manutenção da mesma linha política, que engajou o reino português nas aventuras com as Índias, tornara-os dependentes estritamente da produção da colônia pra cobrir suas importações. O comércio era a única atividade lucrativa, na medida em que a agricultura, o artesanato e indústrias locais se processara em decadência.

Como também destacado por Caio Prado, Furtado aponta para a primazia dos interesses do comércio frente aos da colônia, colocando, assim, o centro da gravidade econômica fora do país. O grosso dos benefícios do trabalho realizado na colônia fora desviado para além das fronteiras. Segundo o autor, a pequena fração de renda que permanece era absorvida no âmbito da vida privada de uma pequena minoria e administração se voltara apenas para segurança externa e os interesses do comércio.

No entanto, Celso Furtado não compartilha da visão de continuidade de Caio Prado. Para ele há uma ruptura com o processo de industrialização brasileira, na medida em que a economia se “volta para dentro”. Contudo, Furtado (1948) indica alguns atavismos bloqueadores para a construção de uma sociedade democrática e incluyente, que são: concentração de renda e riqueza; atraso tecnológico e o patriarcalismo.

3 CONFORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DA ECONOMIA COLONIAL

Esta seção encontra-se dividida em quatro subseções. A primeira apresenta uma caracterização geral sobre a economia colonial do açúcar em sua fase inicial. A segunda abrange o debate sobre as modificações políticas e econômicas, pela de absorção de Portugal na Espanha, e também o processo de decadência da produção açucareira. Em seguida, apresenta-se a discussão sobre a economia colonial mineira. E, por fim, examina-se o ressurgimento da agricultura no final do século XVIII.

3.1 Economia Colonial do Açúcar

A ocupação efetiva das terras brasileiras se deu com base na produção do açúcar. O seu grande valor comercial na Europa, a prévia experiência dos portugueses nas ilhas do Atlântico (Madeira e Cabo Verde) e o clima altamente favorável são alguns dos elementos destacados por Caio Prado Júnior (1970) e Celso Furtado (2007) para justificar a escolha deste produto.

Segundo os autores, concorrem para o êxito desta primeira empresa colonial europeia a utilização do trabalho escravo e o poder financeiro dos holandeses. Esses últimos contribuíram não só com capitais para refinar e comercializar os produtos, como também financiaram a instalação produtiva e importação de mão de

obra escrava. Prado Júnior e Furtado argumentam que a utilização de trabalhadores europeus tornaria inviável economicamente a empresa colonial, tendo em vista as grandes inversões requeridas e o contexto assinalado anteriormente - de escassez de mão de obra e utilização crescente do trabalho escravo em Portugal no século XVI.

Como reflexo do caráter da colonização, a organização da produção tropical foi fundada na grande propriedade, monocultura e trabalho escravo. Como já mencionado, a escravidão é tida como uma questão de extrema relevância para ambos os autores. Caio Prado Júnior (1970) relata como uma “necessidade” e Furtado (2007) como “condição de sobrevivência para o colono europeu na nova terra”.

Ao abordar a escravidão indígena, Caio Prado (1970, p.35) aponta os motivos que inviabilizaram a utilização dessa mão de obra nas grandes plantações de cana de açúcar. Em suas palavras, “Além da resistência que ofereceu ao trabalho, o índio se mostrou mau trabalhador, de pouca resistência física e eficiência mínima. Nunca teria sido capaz de dar conta de uma tarefa colonizadora levada em grande escala”. A substituição do índio pelo escravo africano é a solução deste problema. Prado Júnior também discute a guerra entre os colonos e os indígenas, que perdura o período colonial. A caça ao índio, segundo o autor, é um dos principais fatores de grandeza do Brasil.

A abordagem de Celso Furtado (2007) põe em evidência a importância da utilização do trabalho escravo nativo na etapa inicial da colonização, na medida em que o esforço inicial de acumulação de riqueza é maior. Para ele, o escravo africano chegou para a expansão da empresa já instalada. Superados as dificuldades de instalação – quando a rentabilidade da empresa comercial é assegurada– ele se torna base desse sistema de produção.

Celso Furtado (2007) apresenta uma análise singular no que se refere as características da economia colonial do açúcar, questionando suas possibilidades efetiva de expansão e evolução estrutural. Como já feito referência, utiliza-se um recorte estruturalista e keynesiano, tendo como pano de fundo a investigação do atraso brasileiro.

Ao examinar o processo de formação de renda e acumulação de capital, Furtado destaca o elevado montante de capitais investido na pequena colônia ao

final do século XVI, estimado em 1,8 milhão de libra aproximadamente. Por sua vez, a renda gerada na colônia estava fortemente concentrada nas mãos dos proprietários de engenho (cerca de 90%) e apenas uma pequena parte se destinava a gastos com transporte, armazenamento, assalariados dos engenhos, gado para tração e lenha para fornalhas.

Furtado (2007) esclarece que parte considerável dessa renda era despendida com bens de consumo importados. No entanto, existia nessa economia uma enorme capacidade de capitalização, sendo suficiente para duplicar a capacidade produtiva a cada dois anos. Segundo o autor, a superprodução foi evitada tendo em vista a íntima coordenação entre as etapas de produção e comercialização. Em outras palavras, na medida em que grande parte dos capitais pertenciam aos comerciantes, parte da renda permanecia fora da colônia na mão de não residentes.

As possibilidades de expansão e evolução estrutural da economia exportadora escravista são examinadas por meio de uma comparação dos efeitos de inversão nela e em economia industrial. Nesta última, o investimento aumenta a renda da coletividade em quantidade idêntica à mesma, na medida em que se transforma em pagamento de fatores de produção.

Por outro lado, em uma economia colonial exportadora escravista parte da inversão se transforma em pagamentos feitos no exterior, com a importação de mão de obra, equipamentos e materiais de construção. Entretanto, a maior parte da inversão é originada na utilização do trabalho escravo. Na medida em que o custo de reposição e manutenção dessa mão de obra e o valor do produto desse trabalho é lucro para o empresário, a nova inversão fazia crescer a renda apenas no montante de lucro. Segundo Furtado, o incremento da renda não tinha expressão monetária, tendo em vista que não era objeto de pagamento.

De forma similar estão os gastos com o consumo. Uma parte gasta no exterior, através da importação de artigos de consumo, e outra na utilização da força de trabalho escravo para realização de serviços pessoais, não dando origem também a um fluxo de renda monetária. Observada em seu conjunto, a renda monetária da economia colonial revertia-se em sua quase totalidade as mãos do próprio empresário. Esta renda expressava-se no valor das exportações e a quase totalidade dos dispêndios no valor das importações. Por turno, a diferença entre o dispêndio total e o valor das importações era traduzido pelo movimento das reservas

monetárias, entrada líquida de capitais e serviços financeiros de fatores de produção de não residentes (FURTADO, 2007).

Frente a esta conformação, Furtado argumenta que o crescimento da empresa escravista tendia a ser puramente em extensão, isto é, sem qualquer modificação sensíveis na estrutura do sistema. Ele também alega que não havia nenhuma possibilidade de que o crescimento com base no impulso externo originasse um processo de desenvolvimento de autopropulsão. A economia escravista dependia, quase exclusivamente, da procura externa, entretanto, sua estrutura tornava-se bastante resistente aos períodos de arrefecimento a procura.

A unidade exportadora estava assim capacitada para preservar a sua estrutura. A economia açucareira do Nordeste, com efeito, resistiu mais de três séculos às mais prolongadas depressões, logrando recuperar-se sempre que o permitiam as condições de mercado externo, sem sofrer nenhuma modificação estrutural significativa (FURTADO, 2007, p. 91).

Além da já descrita caracterização da produção tropical, Prado Júnior (1970) discorre sobre a organização das grandes propriedades rurais da colônia açucareira. Ele aponta o engenho - conjunto da propriedade canavieira com suas terras e culturas - como elemento central. Metaforicamente, é um mundo em miniatura que concentra e resume a vida dessa parcela da humanidade.

Segundo o autor, o engenho é um estabelecimento complexo, que compreende diversas construções e aparelhos mecânicos: moenda, caldeira, casa de purgar, além da habitação dos senhores (casa grande) e dos escravos (senzala). O número de escravos é variável e os trabalhadores livres são raros, apenas em funções de direções e nas especializadas. Caio Prado (1970) destaca a produção de aguardente, um subproduto da cana de açúcar. Ele caracteriza como uma produção mais simples, menos dispendiosa e mais democrática que o aristocrático açúcar. No entanto, havia destiladas com um número elevado de mão de obra escrava. Este produto e juntamente com tabaco serviram no escambo e aquisição de escravos na costa da África.

Para Caio Prado Júnior, a análise da economia de subsistência é muito importante por apresentar características próprias, mas também por fornecer conclusões de grande relevo na vida e evolução econômica da colônia. Subjacente ao setor exportador, essa economia apresenta outras formas e tipos de organização. No meio rural, a produção de gêneros alimentícios, de um modo geral, era

caracterizada por sua autonomia em provê suficientemente a sua subsistência. Incluídas no próprio domínio da grande lavoura, praticava-se subsidiariamente no terreno dedicado a cultura principal ou em terras a parte destinados a esse fim. Segundo Prado Júnior, formou-se um tipo de exploração rural diferente, cuja organização se aproxima do tipo camponês europeu. Esse autor afirma que a população indígena teve um papel importante para essa classe de pequenos produtores, que raramente possuía algum escravo.

A pecuária - atividade ligada subsistência – se desenvolveu sertão nordestino, com vistas ao abastecimento do litoral norte, e também no Rio de Janeiro e São Vicente, para o abastecimento nos núcleos coloniais do sul. Por apresentar uma posição secundária, a ocupação no Nordeste se estabeleceu em terras desfavoráveis para realização dessas atividades. Caio Prado evidencia as precárias condições e qualifica a produção nordestina por seu pouco valor, baixa produtividade e ínfima qualidade (fornecia no máximo 120 kg por animal). Na região sul, o produto apresentava uma maior qualidade, tendo em vistas as condições naturais mais favoráveis.

O caráter da colonização é novamente evidenciado por Caio Prado Júnior ao discorrer sobre a economia de subsistência. Na medida em que a economia colônia está sujeita aos interesses comerciais como grande empresa agrícola, todo o resto está destinado e amparado para tornar possível sua realização. O foco do autor se volta as repercussões na vida econômica e social da colônia. Para ele, o quadro da vida colonial é marcado por dois extremos: abundância e fome.

A população colonial, com exceção apenas das classes mais abastadas, viverá sempre num crônico estado de subnutrição. A urbana naturalmente sofrerá mais; mas a rural também não deixará de sentir os efeitos da ação absorvente e monopolizadora de cana-de-açúcar, que reservara para si melhores terras disponíveis [...] (este é o) quadro característico da vida colônia: de um lado abundância, propriedade e grande atividade econômica; doutro, a falta de satisfação da mais elementar necessidade da grande massa da população: a fome (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 44).

A expansão da pecuária como reflexo do crescimento da atividade açucareira é uma narrativa tanto de Caio Prado Júnior quanto de Celso Furtado. Ambos também ressaltam a importância da mão de obra indígena nesta atividade. A análise de Furtado (2007), por sua vez, volta-se para as possibilidades de crescimento da atividade criatória. Ele indica a disponibilidade de terras como condição fundamental

de sua existência e expansão, e afirma que os limites a essa expansão estavam ligados apenas ao lado da procura. Segundo o autor, não houve obstáculos no que se refere a capacidade empresarial nem limitantes pelo lado da oferta.

3.2 Transformações Políticas e Econômicas no século XVII

Entre 1580 a 1640 a coroa portuguesa esteve reunida à da Espanha. Este fato histórico é visto, tanto por Caio Prado Júnior e Celso Furtado, com extrema importância para compreender as subseqüentes transformações políticas e econômicas vivenciadas por Portugal e sua colônia. Os autores destacam a frágil posição dos portugueses ao fim da dominação espanhola, com sua marinha destruída e seu império colonial esfacelado. Efetivamente, como descrito por Caio Prado (1970), só lhe restaram a colônia brasileira – em que a soberania portuguesa corria risco – e algumas posses na África, que valia apenas como fornecedores de escravos.

A análise de Prado Júnior se direciona para a apreensão das mudanças na política de Portugal com sua colônia. Segundo esse autor, a existência do reino português passou a depender exclusivamente da colônia brasileira, assim, eles buscaram tirar o maior proveito possível dessa relação.

Com empobrecimento de Portugal houve, em meados do século XVII, uma considerável emigração para o Brasil. As consequências desse processo foram, inicialmente, um crescimento populacional e expansão da colonização, invadindo áreas que legitimamente era das Espanha. Posteriormente, um grande distúrbio do equilíbrio econômico e social da colônia, tendo em vista os conflitos gerados pela concorrência dos recém-chegados com os já estabelecidos. Como reflexo desse processo, Caio Prado observa uma centralização da política e administração metropolitana com relação ao Brasil enfraquecendo, por consequência, as autoridades locais. Atrelado a isto, estava a nova política econômica, que reservava exclusivamente aos portugueses o comércio e o direito de se estabelecer no Brasil.

O pacto colonial impedia a produção de qualquer gênero que não interessasse à metrópole e o seu comércio, ou que fizesse concorrência a produção local. Prado Júnior (1970) afirma que a nova política da metrópole, que substituíra o liberalismo do passado, buscou compensar o que se perdera no setor oriental. Tal objetivo só seria alcançado com um regime de restrições econômicas e opressão

administrativa, em contrapartida, abafou a maior parte das possibilidades para o país.

A interpretação de Celso Furtado (2007) põe luz em outros elementos desse processo. Ao reconhecer a posição débil que Portugal encontrara ao final da dominação espanhola, ele indica não só fatores econômicos - com a perda do comércio oriental e desorganização do mercado do açúcar - como também os fatores políticos, dado o não reconhecimento da independência de Portugal pela coroa espanhola por mais de ¼ e século.

Furtado elenca como principal acontecimento na história da América no século XVII, sob a perspectiva brasileira, o surgimento de uma poderosa economia concorrente no mercado de produtos tropicais. A produção nas Antilhas francesas e inglesas têm uma enorme influência dos holandeses, que após sua expulsão da costa brasileira se empenharam em formar fora do Brasil um importante núcleo de produção de açúcar.

Segundo Furtado, as consequências da ruptura do sistema cooperativo dos portugueses com os holandeses foram mais duradouras que a ocupação militar no litoral nordestino. O resultado foi a desarticulação do sistema e a perda de monopólio de produção.

A etapa de máxima rentabilidade da empresa agrícola-colonial portuguesa havia sido ultrapassada. O volume das exportações médias anuais da segunda metade do século XVII dificilmente alcança cinquenta por cento dos pontos mais altos atingidos em torno de 1650. [...] Tudo indica que a renda real gerada pela produção açucareira estava reduzida a um quarto do que havia sido em sua melhor época (FURTADO, 2007, p.44).

Em meio a fragilidade econômica e política da coroa portuguesa, Furtado (2007) descreve como inevitável a alienação de parte sua soberania a Inglaterra, grande potência imperialista. Segundo o autor, os acordos que estruturaram essa aliança, que datam 1642, 1654 e 1661, marcaram profundamente a vida política e econômica de Portugal e do Brasil durante os dois séculos seguintes. Por turno, eles permitem explicar a persistência do pequeno e empobrecimento reino como grande potência colonial na segunda metade XVII e sua recuperação no século XVIII.

Referenciando Alan K. Manchester, Celso Furtado (2007) denota Portugal como vassalo comercial da Inglaterra. No entanto, ele ressalta que essas garantias

de sobrevivência não solucionavam o problema fundamental de decadência da colônia, tendo em vista a desorganização do mercado do açúcar. As dificuldades econômicas continuavam a se agravar e repetiam-se as desvalorizações monetárias. Contudo, o desenvolvimento da produção do ouro, no primeiro decênio do século XVII, modificara os termos desse problema.

3.3 Economia Colonial Mineira

Em 1696 fazem-se as primeiras descobertas de ouro no centro do Brasil. Os achados se multiplicam e foi atingido, em meados do século XVIII, a maior área de extensão geográfica e seu mais alto nível de produtividade. Caio Prado Júnior (1970) destaca a mineração por seu regime minucioso e de rigorosa disciplina, diferente do que se deu na agricultura.

[...] para dirigir a mineração, para fiscalizá-la e cobrar o tributo (o quinto, como foi denominado) criava-se uma administração especial, a Intendência de Minas, sob direção de um superintendente; em cada capitania em que se descobrisse ouro, seria organizada uma desta intendências, que independia inteiramente de governadores e quaisquer outras autoridades da colônia, e se subordinava única e diretamente ao governo metropolitano de Lisboa (PRADO JÚNIOR., 1970, p. 58).

Caio Prado apresenta dois tipos de organização da indústria mineradora. O primeiro é o das lavras (organização que corresponde ao período áureo da mineração), que são estabelecimentos que dispunham de um alto aparelhamento especializado, sob única direção reunia vários trabalhadores, majoritariamente escravos africanos. Do lado oposto estão os faiscadores, que são indivíduos isolados munidos de instrumentos rudimentares caracterizador por serem nômades. Este autor afirma que em maior ou menor proporção a atividade desse segundo tipo sempre existiu na mineração. Seu volume tendeu a aumentar com a decadência do ouro. Alguns dos faiscadores eram trabalhadores livres e outro eram escravos, que tinham que entregar uma fixa quantidade de ouro para seus senhores.

Prado Júnior também destaca a produção de diamante no Brasil, que contam com os primeiros achados em 1729. Essa exploração que, inicialmente, era outorgada para algumas pessoas que eram obrigadas a pagar uma quantia fixa pelo

direito de exploração, passou a ser exclusiva da Real Fazenda em 1771³. A decadência do diamante foi mais ou menos paralela a do ouro. Por turno, ele enumera algumas causas.

O fator principal foi o esgotamento das jazidas⁴. Outro importante ponto refere-se a deficiente técnica de exploração, que não permitiu dedicar-se a pesquisa e entranhar-se no solo para encontrar depósitos mais profundos. A terceira causa refere-se ao sistema geral de regulamentação da atividade.

Não se deu um passo para introduzir na mineração quaisquer melhoramento; em vez de técnicos para dirigi-la, mandava-se para cá cobradores fiscais. O pessoal com que se formava as intendências eram burocratas gananciosos e leigos incumbidos de interpretar e aplicar os complicados regulamentos que se destinavam, quase unicamente, a garantir os interesses do fisco. Não se encontra nelas, durante um século de atividades, uma só pessoa que entendesse de mineração. E enquanto os mineradores se esgotavam com o oneroso tributo que sobre eles pesava, qualquer crítica, objeção ou simples dúvida era imediatamente punida com castigos severos (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 63)

Em sua interpretação, Celso Furtado (2007) destaca algumas diferenças da economia mineira com a açucareira. A forma de organização do trabalho permitia que o escravo circulasse em um meio social mais complexo. Embora a base da economia fosse o trabalho escravo, o autor destaca que em nenhum momento eles chegaram a ser maioria da população. Referente ao homem livre, as possibilidades de sua ascensão social eram significativamente maiores nessa economia. Outro elemento de diferenciação se relaciona a organização de toda economia, que é caracterizada pela modalidade da empresa, capital fixo reduzido (dado a incerteza), alta lucratividade e, por consequência, elevada especialização.

Na análise sobre o fluxo de renda desta economia, Furtado (2007) argumenta que mesmo apresentando uma renda média inferior quando comparado a renda da economia açucareira, seu mercado apresentava maiores potencialidades. Nesta economia a renda estava muito menos concentrada, tendo em vista que a proporção da população livre era muito maior. Esses fatores induziam uma composição da

³ Na área da atual cidade de Diamantina (MG) demarcou-se o distrito Diamantino, local que foi encontrado os primeiros diamantes. Além desta região, foram encontrados diamantes no rio Jequitinhonha (MG), no rio Claro e Pilões (GO), sudoeste da Bahia e Alto Paraguai (MT). Estas áreas também foram isoladas para exploração exclusiva da corte portuguesa.

⁴ Ele explica que o ouro brasileiro é, em sua grande maioria, de aluvião e se encontra no leito do curso das águas e em suas margens. "Ele resulta de um processo geológico milenar em que a água, tendo atacado as rochas matizes onde antes de concentrava o metal, o espalhou por uma área superficial extensa" Caio Prado (1970, p.62).

procura em que encontraria maior espaço o mercado de bens de consumo corrente. Além disso, a população estava em grande parte reunida em aglomerações urbanas ou semi-urbanas, e a distância dos portos encarecia os produtos importados. Tudo isto favorecia o desenvolvimento de atividades ligadas ao mercado interno, ao contrário do que se terá na região açucareira.

Para Furtado, essa oportunidade de desdobramento e aprofundamento do tecido econômico é perdida, em maior medida, pela incapacidade técnica dos imigrantes para iniciar atividades manufatureiras em escala apreciável. Celso resgata o *Tratado de Methuen* (1703) e argumenta que este destruiu o pequeno desenvolvimento manufatureiro português em fins do século anterior. Em menor medida, ele aponta à proibição de instalação de manufaturas no Brasil em 1785.

Houvesse chegado ao Brasil imigrantes com alguma experiência manufatureira, e o mais provável é que as iniciativas surgissem no momento adequado, desenvolvendo-se uma capacidade de organização e técnica que a colônia não chegou a conhecer (FURTADO, 2007, p.126).

Furtado argumenta que na ausência da capacidade técnica, o afluxo do ouro brasileiro beneficiou a Inglaterra, reforçando sua posição manufatureira e seu setor bancário. Por turno, esse país era dotado de melhores condições para abastecer o mercado luso-brasileiro em rápida expansão. Dessa forma, não se criou na região mineira, formas permanentes de atividade econômica, à exceção de uma pequena agricultura de subsistência. O declínio do ouro se traduziu na atrofia econômica rápida e geral, desarticulando a mineração, decaindo os núcleos urbanos e dispersando a população na economia de subsistência de baixíssima produtividade.

Na interpretação de Caio Prado Júnior (1970) não fica claro que a atividade mineira apresentava possibilidades de desdobramento maior que a economia açucareira. Para ele, a inibição do desenvolvimento industrial brasileiro deve-se a política metropolitana. Esta tem como fundo sua análise sobre o sentido da colonização. Assim, Prado Júnior vê a economia mineira sob a perspectiva meramente fiscalista da metrópole, refletindo em uma sociedade marcada pela ignorância e incapacidade de organização.

3.4 Ressurgimento da agricultura e a falsa euforia do fim da época colonial

Para Caio Prado Júnior e Furtado, os diversos acontecimentos políticos e econômicos no final do século XVIII - Guerra da Independência dos EUA, Revolução Francesa, posteriormente as guerras napoleônicas, o colapso do Haiti, dentre outros - foram muito importantes para o renascimento da agricultura brasileira.

Ambos os autores destacam o papel da Companhia Geral do Comércio do Grã Pará e do Maranhão como fator importante ao progresso do plantio do algodão na região. Ao perceber a crescente importância deste produto no comércio internacional, a companhia se antecipou e forneceu crédito, escravos e ferramentas para o desenvolvimento da cultura.

Caio Prado Júnior afirma que esse progresso foi facilitado pela simplicidade da produção. Esta se disseminará pelo território brasileiro, alinhando colônia entre os grandes produtores mundiais. No entanto, esse acesso é momentâneo. O autor elenca a queda dos preços no começo do século XIX, a crescente produção americana e o não acompanhamento do desenvolvimento da técnica, como fatores que contribuíram para restringir a atividade no Brasil.

Entretanto, o renascimento dos produtos tropicais brasileiros (algodão, açúcar, arroz) é visto pelos autores sob uma perspectiva de precariedade. Prado Júnior (1970) afirma que embora considerável é um processo em termos mais quantitativo do que qualitativo. Segundo o autor, no terreno do aperfeiçoamento técnico o progresso da agricultura era nulo.

Continuava em princípios do século XIX, e mais por muito tempo, com os mesmos processos que datavam do início da colonização. Processos bárbaros, destrutivos, explicáveis e mesmo insubstituíveis na primeira fase de ocupação; mas começavam já, pela insistência neles, a fazerem sentir seus efeitos devastadores (PRADO JÚNIOR, 1970, p.94).

O baixo nível técnico das atividades agrárias brasileira, segundo Prado Júnior, não é fruto apenas da incapacidade do colono. Ele argumenta que a problemática está no próprio sistema. Em suas palavras “[...] um sistema de agricultura extensiva que desbaratava com mãos pródigas uma riqueza que não podia repor” (PRADO JÚNIOR, 1970, p.98). Assim, a solução do problema é de difícil solução, pois não se tratava apenas de educar os colonos e aperfeiçoar suas técnicas. A questão é mais

densa, sendo necessário modificar o sistema através de profundas reformas econômicas e sociais.

Seja como for, é em condições precárias, apesar do bafejo providencial de conjunturas favoráveis, que a economia brasileira entra no século XIX; século que a liberdade e a livre concorrência pô-la-iam, em campo aberto, em face de adversários infinitamente mais bem aparelhados (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 98).

Nesta mesma perspectiva, Celso Furtado argumenta

Entretanto, essa prosperidade era precária, fundando-se nas condições de anormalidade que prevaleciam no mercado mundial de produtos tropicais. Superada essa etapa, o Brasil encontraria sérias dificuldades, nos primeiros decênios de vida como nação politicamente independente, para defender sua posição nos mercados dos produtos que tradicionalmente exportava (FURTADO, 2007, p.141).

4 A INDEPENDÊNCIA POLÍTICA DO BRASIL

Ao examinar as obras dos intérpretes do Brasil aqui estudados, verifica-se duas periodizações temporais nas análises sobre o século XIX. De um lado, Caio Prado Júnior faz uso de uma divisão mais “clássica” na literatura, na qual apontam a transferência da Coroa portuguesa para o Brasil como marco do fim do período colonial. De forma categórica, ele afirma “[...] a era colonial termina propriamente para o Brasil em 1808, embora a separação oficial date de quatorze anos depois” (PRADO JÚNIOR, 1970, p.250). Como esse marco inicial, Caio Prado subdivide sua narrativa em dois momentos: i) 1808 a 1850, que corresponde ao ajustamento a independência política e autonomia econômica; ii) a segunda metade do século XIX, que está relacionado a consolidação da transformação na estrutura econômica.

A análise de Celso Furtado extrapola os limites dos oitocentos e abarca o último quartel dos setecentos. Na quarta parte do livro *Formação Econômica do Brasil*, intitulada “Economia de Transição pra o Trabalho Assalariado, século XIX”, o autor subdivide o período de 1775-1899 em dois, a saber: i) 1775-1850, caracterizado pela inexistência de um mercado interno, fraco desempenho do setor exportador⁵ e transição política; ii) a segunda metade do século XIX, marcado pelo

⁵ Como já destacado, os adventos do fim do último quartel do século XVII, como a Guerra da Independência dos Estados Unidos, Revolução Industrial da Inglaterra e o colapso da produção antilhana beneficiou todos os produtos da colônia. No entanto, Celso Furtado (2007) qualifica que tal prosperidade foi precária, pois estavam fundadas em condições de anormalidade do mercado. A

crescimento das exportações, liderados pelo café, e formação de um mercado interno, com a introdução do trabalho livre. Desdobrando-se, portanto, em uma transição econômica⁶.

Um ponto em comum na análise de Caio Prado e Celso Furtado é a diferenciação entre “período/era” colonial e o caráter colonial da economia. Como já descrito, no livro *Formação do Brasil Contemporâneo, colônia* de 1942, Prado Júnior consagra o marco interpretativo “sentido da colonização”, categorial tal que foi incorporada por Furtado em sua tese de doutorado. No livro *A Economia Brasileira* de 1954, Celso Furtado qualifica seu entendimento sobre sistema de economia colonial. Para ele: “[...] aplica-se àquele que não pode crescer senão por indução do crescimento de um outro sistema, melhor ainda àquele que não é capaz de criar o seu próprio impulso de crescimento” (FURTADO, 1954, p.15).

Para ambos, o período colonial vigorou até a independência política em 1822. Já o caráter colonial da economia foi além. Na visão de Caio Prado, o caráter da colonização se conserva na evolução país. Já para Celso Furtado, a economia tem um caráter colonial se a dinâmica de crescimento estiver atrelada a demanda externa pelas exportações. Portanto, o fim de tal sistema se dará quando a evolução da economia estiver ligada aos impulsos do mercado interno.

A análise da independência política do Brasil não pode ser realizada de forma descasada dos acontecimentos externos à colônia. Segundo Furtado (2007), as perturbações políticas na Europa no fim do século XVIII influenciaram decisivamente os movimentos emancipacionistas nas colônias americanas, bem como contribuíram para prolongar as dificuldades econômicas que se iniciara com a decadência do ouro no Brasil.

É consensual na literatura econômica a visão de que o fim do pacto colonial foi o estopim do processo que transferiria a tutela econômica e política que antes era de Portugal – dado o exclusivismo metropolitano – para a Inglaterra. Caio Prado Júnior (1970) argumenta que o declínio do sistema colonial, fundado no pacto colonial, foi resultado de uma transformação econômica profunda: o surgimento do capitalismo industrial em substituição ao decadente capitalismo comercial.

prosperidade vivida pelo Maranhão havia sido de efeitos locais e não houve repercussões para o resto da economia.

⁶ De acordo com Oliveira (2009), tal periodização subverte aquelas até então adotadas. Essa divisão temporal se baseia no modelo assumido por Celso Furtado para explicar a evolução histórica da economia brasileira.

Outro elemento que vai ao encontro das forças exteriores e gerais que condicionaram o processo de independência política do Brasil é, segundo Prado Júnior, o limite da capacidade colonizadora de Portugal. Caio Prado aponta que esta obra se encontrava terminada e que o reino se tornara um parasita de sua colônia.

A fuga da coroa portuguesa para o Brasil e, por conseguinte, a abertura dos portos (1808), representou um rompimento efetivo dos laços da colônia com a metrópole. Caio Prado esclarece

Destruía-se assim, de um golpe, a base essencial em que assentava o domínio colonial português. Medida de tamanho alcance, tomada assim de afogadilho, explica-se pelas circunstâncias do momento, pois o comércio português ultramarino achava-se virtualmente interrompido pela ocupação inimiga do território metropolitano; e a menos de isolar completamente o Brasil do mundo exterior, não havia senão franqueá-lo ao comércio e a navegação de outros países (PRADO JÚNIOR, 1970, p.135).

Caio Prado Júnior e Celso Furtado pautam alguns desdobramentos desse episódio. O primeiro autor destaca as medidas econômicas que, segundo ele, libertaram a colônia de entraves ao seu livre desenvolvimento e estimularam as atividades econômicas do país, que foram: construção de estradas, reformas dos portos, introdução de novas espécies vegetais, promoção de imigração de colonos europeus, etc. Por sua vez, Celso Furtado (2007) traz uma reflexão sobre a preservação da unidade territorial, que resultou da forma peculiar como se processou a independência política, mediante a ausência de conflito bélico.

Destaca-se como ponto de divergência, entre esses autores, a interpretação sobre as consequências do tratado comercial firmado entre Portugal e Inglaterra em 1810. Neste tratado foi estabelecido uma tarifa geral *ad valorem* de 15% sobre as importações de produtos ingleses, 16% sobre produtos portugueses e 24% aos demais. Após a independência política, o governo imperial estendeu esse tratamento para outras nações (1827)⁷ e apenas em 1844 esse tratado foi modificado.

Sobre a possibilidade de desenvolvimento sob esses acordos, Caio Prado argumenta “[...] enquanto perdurou a tarifa primitiva, tornou-se impossível desenvolver a produção nacional num país como Brasil, pobre de recursos, de defeituosa organização produtiva, frente à concorrência quase sem restrições da produção estrangeira” (PRADO JÚNIOR, 1970, p.144). Dentro dessas

⁷ São elas: França, Áustria, Prússia, Hamburgo, Luberck, Bremen, Dinamarca, Estados Unidos, Países Baixos e Bélgica.

circunstâncias, o autor afirma que as alternativas para produção brasileira se restringiram a especialização cada vez mais em poucos gêneros agrícolas destinados à exportação. Destarte, passado as restrições do regime colonial, operava-se a partir de então uma liberdade comercial no sentido de assegurar uma organização econômica disposta somente a produzir tais bens, relegando, assim, a viabilidade das indústrias que tinha conseguido de estabelecer no Brasil (têxtil e metalúrgica).

A interpretação de Celso Furtado sobre o tratado comercial de 1810 segue outra linha. Embora ele reconheça as limitações econômicas impostas, especialmente do lado financeiro tendo em vista a queda na arrecadação fiscal, este autor argumenta que “[...] seria um erro supor que aos privilégios concedidos à Inglaterra cabe a principal responsabilidade pelo fato de que o Brasil não se haja transformado numa nação moderna já na primeira metade do século XIX” (FURTADO, 2007, p.144). Deste modo, ele aponta para outros elementos para explicação do nível insatisfatório de desenvolvimento da economia brasileira.

Diante da ausência de uma classe comerciante de significativa importância na colônia, os grandes proprietários rurais eram a única classe com expressão. Furtado (2007) afirma que qualquer que fosse a maneira que se processasse a independência política, estes ocupariam o poder, como aconteceu em 1831. O visconde de Cairu, denotado por este autor como o representante mais lúcido da *intelligentzia* da classe agrícola, indica a posição liberal adotada por essa classe. Neste momento, a grande agricultura tinha em mente o quão oneroso era o entreposto português e quão vantajoso seria a liberdade de comércio para os mesmos, tendo em vista a redução nos preços das importações, maior abundância de suprimentos, facilidade do crédito, etc.

Celso Furtado afirma que os conflitos entre a classe agrícola brasileira e os ingleses no início do século XIX -que contribuíram de forma indireta para a criação de consciência da necessidade de lograr a independência política – não foram originados das divergências de ideologia econômica.

Resultaram principalmente da falta de coerência com que os ingleses seguiam a ideologia liberal. O tratado de comércio de 1810 [...] constitui, na verdade, um instrumento criador de privilégios. Por outro lado, os ingleses não se preocuparam em abrir mercados aos produtos brasileiros, os quais competiam com os de suas dependências Antilhas. **Aplicadas unilateralmente, a ideologia liberal passou a criar serias dificuldades à**

economia brasileira, exatamente na etapa em que a classe de grandes agricultores começava a governar o país (FURTADO, 2007, p.145, grifo nosso).

A ausência de um desenvolvimento econômico intenso nesse período, segundo Furtado, não pode ser atribuída aos acordos de 1810, tendo em vista as possibilidades que o país teria em um contexto de plena liberdade de ação para utilizar instrumentos protecionistas. O insatisfatório desenvolvimento da economia brasileira deve-se a opção deliberada da classe que agrária que assumiu o poder.

A forma peculiar com que se processou a independência política brasileira, de acordo com Furtado, teve consequências importantes em seu desenvolvimento posterior. Ao resumir as dificuldades por que passou a economia brasileira neste período, este autor menciona a crise fiscal, que resultou da queda da receita governamental e os elevação dos gastos com a instalação da corte portuguesa, e as dificuldades econômicas, que foram provocadas pela queda nos preços dos *tradeables* (açúcar, algodão) e redução das atividades da região Sul pela decadência da economia do ouro.

A interpretação de Caio Prado Júnior sobre as décadas seguintes a independência política se apresenta sob a perspectiva de contradição, que se faz presente em toda sua obra. Ao resumir esse período ele aponta para as continuidades na estrutura política “O império independente, que sob muitos aspectos não será mais que um prolongamento da situação anterior” (1970, p.147) e na estrutura econômica “[...] um organismo econômico primário, destinado a produzir alguns gêneros tropicais para o comércio internacional” (1970, p.149). Entretanto, ele também ressalta as mudanças ao afirmar que o país entrava em um período distinto.

É aliás na base das contradições geradas por aquela estrutura na nova situação e ordem para ela criadas que evoluirão os acontecimentos. Existe um de acordo fundamental entre o sistema econômico legado pela colônia e as novas necessidades de uma nação livre e politicamente emancipada. [...] Ela nos levará a uma evolução também contraditória: de um lado, como vimos, assistiremos à ampliação considerável das forças produtivas e progresso material acentuado e rápido. Para este progresso concorrem também [...] o desenvolvimento técnico do século XIX, que permitirá aparelhar convenientemente o país e impulsionar as atividades econômicas [...] Mas ao par daquele progresso econômico sofremos também, com vimos, um desequilíbrio profundo, que afeta todos os setores da nossa vida e que se agrava sem cessar. Esta situação se prolonga até meados do século, quando, então, mercê de circunstancias surgidas deste mesmo processo contraditório de evolução que acabamos de ver, entramos numa nova etapa de relativo ajustamento (PRADO JÚNIOR, 1970, p.150).

5 O LENTO PROCESSO DO FIM DO TRABALHO ESCRAVO

Diante das profundas modificações na base do sistema – com o surgimento do capitalismo industrial – achava-se consumada a condenação do tráfico de escravos no início do século XIX, movimento encabeçado pela Inglaterra. Para além das razões morais, Furtado afirma que a coroa inglesa também procurava defender os interesses antilhanos, que viam no trabalho escravo no Brasil o motivo da redução do preço do açúcar.

A eclosão e desenvolvimento do espírito antiescravista no Brasil, segundo Caio Prado, prende-se a fatores internacionais. A partir da independência política em 1822, a escravidão vai perdendo cada vez mais sua base moral em diversos setores da opinião pública. No entanto, não era uma questão amadurecida nos círculos de maior projeção política e social neste período. Prado Júnior aponta que a posição escravista é reforçada após a independência, tendo em vista que a ascensão ao poder e a direção política do novo Estado da classe dos proprietários rurais.

Com base na ascendência que então gozava junto ao soberano, a diplomacia britânica empenhou-se para obter a extinção do tráfico de escravos. Uma sucessão de tratados e acordos foram estabelecidos. Em 1810, a coroa portuguesa se comprometeu em cooperar na campanha contra o tráfico, através da proibição da captura de escravos fora de seus territórios africanos. Em 1815, os países europeus aboliram o tráfico negreiro ao norte do equador. Como contrapartida do reconhecimento da independência brasileira, foi assinado em 1826 um tratado que estabelecia que o comércio de escravos fosse considerado pirataria, no prazo de três anos após sua ratificação⁸. No ano de 1831, o Brasil promulga a lei 7 de novembro, em que o tráfico africano é proibido, considerando-se livres os indivíduos que desembarcam a partir daquela data. Contudo, essas leis e acordos, segundo Prado Júnior, ficaram letra morta por parte das autoridades brasileiras. Em agosto de 1845 foi baixado, de forma unilateral, o *Bill Aberdenn Act*, que permitia de forma lícita o confisco de qualquer embarcação de tráfico africano, pela frota inglesa.

A falta de comprometimento das autoridades brasileiras com esses acordos agravou sua relação com a Inglaterra, dando origem a sucessivas questões diplomáticas. Caio Prado aponta que só a partir de 1850 que foram adotadas

⁸ Esta ratificação ocorreu em 1827 e, para além, assinou-se um tratado comercial de 15 anos de duração, até o ano de 1842.

medidas efetivas de repressão ao tráfico, com leis mais eficientes (Lei Eusébio de Queiroz) e ações mais severas e continuada. Um elemento que veio em favor das pressões inglesas foi a posição financeira que os traficantes africanos alcançaram. Embora o desprestígio social que os cercava, sua riqueza fazia sombra aos proprietários rurais que, em regra, eram seus devedores.

Caio Prado argumenta que com a abolição do tráfico de escravos foi encerrado a fase de transição que se estendia desde a transferência da corte portuguesa em 1808. A partir de então, tem-se uma nova etapa no desenvolvimento brasileiro.

Por sua vez, o processo de abolição do trabalho servil esteve baseado em fatores internos. Após extinção do tráfico de escravos, esse debate emergiu com mais força, embora o caráter cauteloso das manifestações. A lei do ventre livre, aprovada em 28 de setembro de 1871, aponta como essa problemática foi tratada de forma gradual. Com a radicalização dos movimentos abolicionistas na década de 1880, arrolaram-se uma sucessão de medidas que desembocaram na Lei Áurea, sancionada em 13 de maio de 1888, extinguindo a escravidão no Brasil.

Sobre esse lento processo, Caio Prado argumenta que é necessário reconhecer que as condições da época não estavam maduras para a abolição imediata do trabalho servil. Ele aponta que a escravidão constituía a mola mestra da vida do país e que nela repousavam todas as atividades econômicas, não havendo, assim, um substituto aparentemente possível.

Celso Furtado reforça esta ideia e aponta o temor de uma abolição precipitada, “Mesmo os espíritos mais lúcidos e fundamentalmente antiescravistas, como Mauá, jamais chegaram a compreender a natureza real do problema e se enchiam de susto diante da proximidade dessa ‘hecatombe’ [social] inevitável” (FURTADO, 2007, pp.198-199). Ele argumenta que prevalecia uma ideia de escravo como “riqueza” e a abolição, por conseguinte, poderia acarretar o empobrecimento do setor da população responsável pela criação da riqueza do Brasil. No entanto, este autor destaca que a abolição do trabalho servil não constitui nem criação nem destruição de renda, ela apenas redistribui a propriedade dentro da coletividade.

Por fim, Celso Furtado afirma que a abolição do trabalho escravo foi uma medida mais política do que econômica, tendo em vista que esta tinha mais importância como base do sistema regional de poder do que como organização da

produção. Uma vez extinto, Furtado expressa que não houve modificações de real significado na forma de produção e distribuição de renda. Entretanto, a eliminação dessa viga básica do sistema colonial constituiu um importante avanço, na medida que o trabalho escravo era um fator de entorpecimento do desenvolvendo econômico brasileiro.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Reis (2002, p. 10), “Interpretar é atribuir sentido a um mundo histórico e determinado em uma época determinada”. A interpretação é fundamental, pois é através dela que se racionaliza, ou melhor, é possível dar sentido aos fatos históricos. Por meio das suas obras históricas de síntese, Caio Prado Júnior e Celso Furtado realizam o esforço de pensar o Brasil em perspectiva histórica pois, por meio da compreensão do seu passado, torna-se possível entender o presente e repensar o futuro. Para Caio Prado (1972), a historiografia tem um papel essencial neste processo, pois através da sistematização da experiência coletiva do homem e a sua teorização, busca-se orientar e conduzir a ação humana.

Sem a pretensão de exaurir o assunto, o presente trabalho buscou evidenciar as divergências e afinidades das interpretações de Caio Prado e Celso Furtado no tocante ao período colonial, o processo de independência política e abolição do trabalho servil. As obras destes contemporâneos são amplamente reconhecidas e consideradas, ao lado de Roberto Simonsen, o tripé da historiografia econômica brasileira (IGLÉSIAS, 1959).

A riqueza de tal confronto está não apenas nas semelhanças, mas especialmente nas diferenças. As diferentes técnicas, approach teórico, fontes e conceitos utilizados por cada autor explicam as distintas visões sobre os mesmos fatos históricos. Não se pretende aqui retomar todas as considerações realizadas, contudo, torna-se importante destacar que um dos principais pontos que diferenciam a narrativa Caio Prado e Celso Furtado é a difícil transição entre economia colonial e nacional, cerne das análises posteriores do primeiro autor.

Em oposição a Furtado, que vê no processo de industrialização (anos 1930), a mudança do “centro dinâmico” da economia brasileira e, portando, o fim do sistema econômico colonial. Caio Prado Júnior segue realçando o caráter colonial da economia, destacando os momentos de conservação na história econômica

brasileira. Assim, observa-se que a dependência, justificada com o fato de voltar-se para fora, subsistiu a todas as mudanças econômicas e políticas – Independência, República, Abolição, Industrialização, etc. Ele realça que tais transformações foram fundamentais para economia brasileira, na medida em que sua evolução passou a ser baseada no impulso e comando do desenvolvimento capitalista, e não mais condicionada por um caráter cíclico. Contudo, ele afirma que o Brasil mantém a mesma posição relativa nessa nova ordem, “[...] de uma área periférica e simples apêndice exterior e marginal dos centros nevrálgicos e propulsores da economia internacional” (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 55).

A despeito das revisões de alguns tópicos de suas interpretações, as obras de Caio Prado Júnior e Celso Furtado se mantêm como leituras necessárias para uma rica e crítica compreensão da dinâmica econômica brasileira.

REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Formação Econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino. In: **50 anos de Formação Econômica do Brasil**: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

FURTADO, C. **A economia brasileira**: contribuição à análise do seu desenvolvimento. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.

FURTADO, C. **Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII**. São Paulo: Hucitec, 2001.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IGLÉSIAS, F. **Historiografia econômica brasileira**. Introdução à historiografia econômica. Belo Horizonte: FCE-UMG, 1959.

OLIVEIRA, M.T.R de. O Século XIX, Segundo Furtado. **Economia, Selecta**, Brasília, v. 10, n. 4, p.887–904, dez. 2009.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

PRADO JÚNIOR, C. **História e Desenvolvimento**: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1972.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

REIS, J. C. **As Identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

A EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA E SEUS IMPACTOS SOBRE O CRESCIMENTO ECONÔMICO NO PERÍODO PÓS-1980: UMA SÍNTESE DO DEBATE COMO FONTE DE PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Cryslaine Flavia da Silva Rodrigues¹

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo central realizar uma síntese do controverso debate acerca da evolução da indústria brasileira e seus impactos sobre o crescimento econômico do país no período pós-1980. Na tentativa de oferecer ao leitor um referencial teórico que possibilite uma melhor compreensão e reflexão sobre o debate, tomamos como ponto de partida uma sumária apresentação da abordagem de Nicholas Kaldor (1966) sobre o crescimento econômico. Tendo em vista este referencial teórico kaldoriano, consideramos neste trabalho que a apresentação do supramencionado debate empírico, por mais controverso que seja, nos permite construir perspectivas um tanto quanto preocupantes no que diz respeito ao crescimento e desenvolvimento da indústria e da economia brasileira no período de longo de prazo.

Palavras-chave: Kaldor; Indústria; Crescimento econômico; Brasil.

THE EVOLUTION OF THE BRAZILIAN INDUSTRY AND ITS IMPACTS ON ECONOMIC GROWTH IN THE POST-1980 PERIOD: A SUMMARY OF THE DEBATE AS A SOURCE OF PERSPECTIVES FOR THE FUTURE

ABSTRACT

This paper aimed to summarize the controversial debate about the evolution of Brazilian industry and its impact on the country's economic growth in the post-1980 period. In an attempt to offer the reader a theoretical framework that allows a better understanding and reflection on the debate, we take as a starting point a brief presentation of Nicholas Kaldor's (1966) approach about the economic growth. In view of this Kaldorian theoretical framework, we consider in this work that the presentation of the aforementioned empirical debate, however controversial, allows us to construct somewhat worrisome perspectives on the growth and development of the Brazilian industry and economy in the long term.

Keywords: Kaldor; Industry; Economic growth; Brazil.

JEL: L60; O14

¹ Mestra em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Atualmente é doutoranda em Economia do Desenvolvimento pelo programa de pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: crys-cg@hotmail.com.



1 INTRODUÇÃO

Contando inicialmente com a adoção de importantes medidas no âmbito da política macroeconômica, e mais especialmente a partir de 1950, com a implantação de sucessivos planos nacionais de desenvolvimento, conforme diversos autores da literatura econômica apontam, ao longo do período 1930-1979 a economia brasileira vivenciou um significativo aprofundamento do seu processo de industrialização, o qual se consubstanciou em elevadas taxas anuais de crescimento econômico (em média, 6,38%, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2015).

Não obstante a tal fato, a partir de meados da década de 1980 a participação da indústria de transformação brasileira no PIB nacional passou a apresentar um grande revés. Ao mesmo tempo em que o setor de serviços ampliou sustentada e significativamente a sua participação no PIB (chegando ao ano de 2013 com uma participação relativa em torno de 70%), a participação da indústria de transformação passou de 32% em 1986, para 13,2% no ano de 2013 (IPEADATA, 2014). Comportamento similar, embora não na mesma intensidade, também sendo verificado em relação à participação no emprego total.

De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED (2014, *apud* Alderir da Silva, 2014), a participação da indústria de transformação no emprego formal total passou de 23,8%, em 1996, para 20,7%, em 2013. Já o setor de serviços elevou a sua participação de 69,1%, em 1996, para 74,7%, em 2013.

Uma vez isto posto, o presente artigo tem como objetivo central realizar uma síntese desse controverso debate acerca da evolução da indústria brasileira e seus impactos sobre o crescimento econômico do país no período pós-1980. De um modo geral, consideramos que a apresentação de tal debate nos permite construir um importante mapa das perspectivas que devemos ter em relação ao desenvolvimento da indústria e da economia brasileira numa perspectiva de longo de prazo. E assim sendo, também consideramos que este trabalho representa mais uma janela aberta para uma reflexão sobre as medidas de políticas que necessitam ser adotadas no país.

Na tentativa de oferecer ao leitor um referencial teórico que possibilite uma melhor compreensão e reflexão sobre o debate e perspectivas apresentadas, a

construção deste artigo toma como ponto de partida a realização de uma breve retomada da abordagem kaldoriana sobre o crescimento econômico, a qual destaca o setor industrial como sendo um motor-chave do crescimento econômico.

Tendo em vista alcançar tais objetivos, o presente artigo está estruturado em mais quatro seções principais. A seção 2 é dedicada à retomada da abordagem kaldoriana do crescimento. A rigor, a apresentação desta abordagem é aqui também vista como importante porque a redução da participação da indústria no produto e emprego total da economia, ao vir se constituindo desde meados da década de 1980 um fenômeno verificado não só nos países desenvolvidos, mas também em diversos países em desenvolvimento da América Latina, África e Índia, pode erroneamente nos levar a pensar que a indústria deixou de ser um setor relevante para o processo de crescimento econômico.

A seção 3 busca apresentar uma síntese do debate sobre o comportamento da indústria e seus impactos sobre a economia brasileira no período pós-1980. Tomando como base os argumentos que compõem o supramencionado debate, buscamos, já na seção 4, elaborar algumas perspectivas importantes acerca do desenvolvimento da indústria e da economia brasileira no longo prazo. Por fim, na seção 5 se tem as considerações finais.

2 UMA BREVE RETOMADA DA ABORDAGEM KALDORIANA SOBRE O CRESCIMENTO

Conforme coloca Thirlwall (2005), os economistas não apresentam, em hipótese alguma, uma unanimidade sobre quais forças movem o processo de crescimento e quais as principais restrições a esse crescimento. A abordagem neoclássica do crescimento, por exemplo, além de ser muito orientada para o lado da oferta, considerando a oferta de fatores (capital e trabalho) dada exogenamente, também é muito agregativa, não destacando explicitamente nenhum setor como especialmente importante.

Entretanto, conforme ressalta Thirlwall (2005), na prática, o crescimento agregado se relaciona naturalmente com a taxa de expansão do setor que tem as características mais favoráveis ao crescimento. E segundo o mesmo, Nicholas Kaldor foi um dos primeiros economistas a abordar seriamente essa questão, ao

destacar a indústria e, mais particularmente, a indústria manufatureira como sendo o motor do crescimento econômico capitalista.

A explicação sobre tal importância do setor industrial foi proposta pela primeira vez por Kaldor em sua aula inaugural intitulada “Causas do Ritmo Lento do Crescimento Econômico do Reino Unido [no período pós-guerra]”, realizada na Universidade de Cambridge, em 1966. Neste trabalho, Kaldor subdividiu a economia em três setores básicos (o primário, o industrial e o terciário) e apresentou uma série de “leis” ou generalizações empíricas que tentavam explicar as taxas de crescimento diferenciadas entre países capitalistas avançados, mas que também são aplicáveis aos países em desenvolvimento (THIRLWALL, 2005; FREITAS, 2002).

A primeira “lei” identificada por Kaldor foi a existência de uma associação positiva entre a taxa de crescimento do produto e a taxa de crescimento do setor manufatureiro, aonde a direção da causalidade vai da taxa de crescimento do setor manufatureiro para a taxa de crescimento do produto². Dado tal fato, é importante ressaltar que Kaldor (1978[1966] *apud* Freitas, 2002) também usou seus dados para mostrar que o crescimento do produto da economia como um todo não tem estrita relação com o crescimento de outros setores. O autor não achou nenhuma correlação entre o crescimento do PIB e o crescimento do produto do setor primário. Segundo o mesmo, a correlação entre o crescimento do PIB e o crescimento dos serviços é mais forte, no entanto, há razões para crer que a direção de causalidade pode ser inversa, indo do crescimento do PIB para o crescimento dos serviços, isto porque a demanda de muitos serviços deriva da demanda da própria produção manufatureira.

Uma vez identificada a primeira “lei” e dado que Kaldor considerava que as diferenças entre as taxas de crescimento dos países refletiam, fundamentalmente, discrepâncias nas suas taxas de crescimento da produtividade do trabalho, o passo seguinte de Kaldor foi encontrar alguma hipótese geral que explicasse como a taxa

² De acordo com Kaldor (1978[1966] *apud* Freitas, 2002), a relação em questão não se deve ao fato de o produto do setor manufatureiro ser uma parcela significativa do produto das economias capitalistas desenvolvidas por ele investigadas. Para provar que a relação entre o crescimento do PIB e o crescimento da produção manufatureira não consiste numa correlação espúria, o autor colocou que é preciso fazer testes colaterais; nesse sentido, seus dados revelaram a existência de uma correlação empiricamente significativa entre o crescimento do produto e a diferença entre o crescimento do setor manufatureiro e o crescimento do setor não manufatureiro.

de crescimento do produto do setor manufatureiro/industrial seria capaz de influenciar a taxa de crescimento da produtividade do trabalho da economia como um todo. Para dar conta desta tarefa, o autor fez uso de duas outras regularidades empíricas, conhecidas na literatura como sendo a segunda e a terceira “leis” de Kaldor (FREITAS, 2002, p. 68).

A segunda “lei” encontrada por Kaldor destaca a existência de uma forte relação causal entre o crescimento da produção manufatureira (variável explicativa) e o aumento da produtividade no setor manufatureiro (variável explicada). De acordo com o mesmo, a supramencionada regularidade decorria da existência, no setor industrial/manufatureiro, de retornos crescentes de tipo tanto estáticos (referentes ao tamanho e à escala das unidades de produção) quanto dinâmicos (referentes aos rendimentos crescentes acarretados pelo progresso tecnológico “induzido” pela aprendizagem na prática, por economias externas na produção e assim por diante). Neste ponto, Kaldor recuperou a contribuição do seu professor na Escola de Economia de Londres, Allyn Young, o qual enfatizava os rendimentos crescentes como um fenômeno macroeconômico resultante da interação das atividades no processo de expansão industrial generalizada.

A segunda “lei” de Kaldor também é conhecida na literatura como Lei de Verdoorn, decorrente do artigo (intitulado “Fatores que regulam o desenvolvimento da produtividade do trabalho”) que Verdoorn publicou em italiano, no ano de 1949, destacando justamente a supramencionada regularidade empírica (THIRLWALL, 2005, p. 46).

Já a terceira “lei” de Kaldor afirma a existência de uma forte correlação positiva entre a velocidade de expansão do setor manufatureiro (variável explicativa) e o aumento da produtividade do trabalho no setor não industrial (variável explicada), como, por exemplo, dos setores primário e terciário.

De acordo com Kaldor (1978[1966] *apud* Freitas, 2002, p. 69-70), no que se refere ao setor primário, a influência do crescimento do setor industrial sobre o crescimento da produtividade do trabalho dependeria da existência de um excedente de força de trabalho (como, por exemplo, desemprego disfarçado) na agricultura. Neste caso, a expansão do setor industrial poderia provocar direta ou indiretamente (ao induzir o crescimento do setor terciário) a absorção deste excedente. E uma vez que na visão de Kaldor, a redução destas reservas de trabalho não afetaria a

produção do setor, então sua absorção estaria associada a um aumento da produtividade do trabalho no setor primário.

Já no que se refere ao setor terciário, a relação em questão era explicada pelo fato de que nas atividades comerciais (ou de distribuição) o crescimento da demanda geraria automaticamente um crescimento da produtividade do trabalho. Ou seja, uma vez que Kaldor sustentava que a expansão da demanda pelos serviços produzidos por estas atividades dependia significativamente do crescimento da indústria, então esta última variável também seria capaz de influenciar o crescimento da produtividade do trabalho no setor terciário.

Tendo em vista tais “leis” que evidenciam o maior ou menor crescimento de um país pelo maior ou menor crescimento do seu setor manufatureiro/industrial, conforme coloca Freitas (2002, p. 70), restou a Kaldor explicar – também como base em investigações empiricamente observáveis – por que o crescimento do setor manufatureiro/industrial em algumas economias é maior do que em outras. E ao explicar que fatores tanto do lado da oferta como do lado da demanda explicam a expansão do setor industrial, a importância da indústria como setor-chave da economia aparece reforçada.

Do ponto de vista da demanda, Kaldor sustentou que nos estágios iniciais do desenvolvimento, o que determina o crescimento do setor manufatureiro é a demanda proveniente da agricultura, à medida que este se desenvolve; já nos estágios posteriores de desenvolvimento, é necessariamente o crescimento das exportações (THIRLWALL, 2005). Conforme expõe Freitas (2002), de acordo com Kaldor, é possível que o crescimento, durante breve período, seja impulsionado pelo consumo, pelos investimentos ou gastos governamentais, entretanto, esses componentes da demanda, além de dependerem do crescimento da própria renda (como no caso do consumo e do investimento), também têm um conteúdo de importações, necessitando, portanto, de receitas de exportação para custear o conteúdo de importações dos demais componentes dos gastos; caso contrário, a demanda tem que ser cerceada. Desse modo, o balanço de pagamentos aparece na abordagem kaldoriana como sendo o principal fator do lado da oferta que pode restringir o crescimento.

De acordo com Kaldor, a restrição de balanço de pagamentos existiria quando a uma determinada taxa de crescimento econômico corresponde uma taxa de

crescimento das importações superior à taxa de crescimento das exportações. Assim sendo, e uma vez que as taxas de crescimento dos coeficientes de importação e de exportação de um país refletem o dinamismo dos mercados dos bens e serviços que compõem, respectivamente, sua pauta de importações e de exportações, Kaldor sustentou que os países industrializados inevitavelmente levariam vantagem sobre os países não industrializados. Isto porque os produtos industriais, sobretudo, os tecnologicamente mais avançados, ao apresentarem elasticidade-renda da demanda maior que a unidade, possuem demanda mais “dinâmica” que os produtos primários, os quais apresentam elasticidade-renda da demanda inferior a unidade.

Na verdade, Kaldor interpreta a supramencionada restrição de balanço de pagamentos como se fosse uma condição de equilíbrio em relação ao nível de produto, e somente mais tarde tais ideias foram formalizadas por Thirlwall (1979) num modelo de crescimento restrito pelo balanço de pagamentos. Por outro lado, conforme Freitas (2002) enfatiza, tais considerações críticas não desqualificam a abordagem de Kaldor – testada empiricamente pelo mesmo – acerca da centralidade da indústria no processo de crescimento.

É verdade que a tese de Kaldor acerca da importância da indústria tem sido bastante desafiada pela experiência vivenciada nos últimos 30 anos pelos principais países em desenvolvimento (como por exemplo, vários países da América Latina – dentre eles o Brasil –, da África e também Índia). Estes, conforme coloca Dasgupta e Singh (2006), ao virem apresentando tendências estruturais de longo prazo desindustrializantes a um nível de *renda per capita* muito baixo em relação ao observado historicamente nos países avançados de hoje³, fizeram emergir uma

³ Conforme nos mostra o padrão histórico dos atuais países desenvolvidos, é perfeitamente normal que a partir de elevados nível de *renda per capita*, os mesmos comecem a vivenciar um intenso processo de *desindustrialização* – definido por perdas de participação relativa tanto no emprego (Rowthorn e Ramaswamy, 1999) como no produto total da economia (Tregenna, 2009). De acordo com tais autores, tal fenômeno ocorre porque, conforme já previsto pela conhecida Lei de Engel, a partir de determinado elevado nível de *renda per capita*, a elasticidade-renda da demanda de serviços tende a aumentar significativamente, se tornando maior que a elasticidade-renda da demanda por produtos manufaturados, levando, conseqüentemente, a um aumento da participação do setor de serviços tanto no emprego como no PIB, e concomitantemente, a uma redução da participação relativa da indústria. E lembrando também que a produtividade do trabalho cresce bem mais rapidamente na indústria do que no setor de serviços, o emprego industrial como proporção do emprego total da economia também tenderá a declinar. Desse modo, conforme colocam Rowthorn e Ramaswamy (1999) e Tregenna (2009), a desindustrialização em economias avançadas não necessariamente constitui sinônimo de destruição da indústria, mas sim apenas uma conseqüência

questão importante, qual seja: se houve uma ruptura fundamental com regularidade observada no passado, devido, talvez, à introdução de novas tecnologias revolucionárias, como as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), podendo isso levar o setor de serviços (em especial os relacionados com as TICs, telecomunicações, serviços de negócios e finanças) a substituir ou complementar a manufatura como um motor do crescimento econômico.

Dada a supramencionada questão, o trabalho de Dasgupta e Singh (2006) buscou testar, através de regressões lineares com dados de corte para 48 países em desenvolvimento⁴, não só a validade no período recente (1990-2000) de cada uma das três leis de Kaldor, mas também a hipótese de que algumas atividades de serviços podem ajudar a tornar o setor de serviços um motor adicional de crescimento.

Os resultados obtidos através das estimações realizadas⁵ indicaram que o setor manufatureiro, em linha com a abordagem kaldoriana, continua sendo um setor importante para o crescimento. Entretanto, conforme os mesmos ressaltam, a correlação do crescimento do PIB com o setor de serviços também se mostrou

“natural” do processo de desenvolvimento exibido por seus países. Nesse ponto, conforme coloca Dasgupta e Singh (2006), há de se destacar que a maior produtividade do setor manufatureiro, ao fazer com que os preços das manufaturas aumentem muito mais lentamente, ou até mesmo caiam em comparação a uma ampla gama de serviços, acaba contrabalançando o efeito das elasticidades-renda supramencionado e, por sua vez, acaba tornando muito improvável que a demanda por manufaturados e serviços variem muito; e assim sendo, a indústria continua se apresentando como setor bastante importante da economia.

⁴ Os países selecionados foram: Argélia, Argentina, Bangladesh, Barbados, Belize, Bolívia, Botsuana, Brasil, Burkina Faso, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, Egito, El Salvador, Gana, Granada, Guatemala, Honduras, Índia, Indonésia, Jamaica, Quênia, Coréia, Malásia, Ilhas Maurício, México, Namíbia, Nepal, Nicarágua, Paquistão, Panamá, Paraguai, Peru, Filipinas, Santa Lúcia, Singapura, Sri Lanka, Suriname, Tailândia, Trinidad e Tobago, Uruguai, Venezuela, Vietnam, Zâmbia.

⁵ As equações estimadas por Dasgupta e Singh (2006) foram as seguintes: 1) a taxa de crescimento do PIB em função da taxa de crescimento do valor adicionado (VA) pela manufatura; 2) a taxa de crescimento do PIB em função da taxa de crescimento do VA pela agricultura; 3) a taxa de crescimento do PIB em função da taxa de crescimento do VA pelos serviços; 4) a taxa de crescimento da produtividade total da economia em função da taxa de crescimento do VA pela manufatura e da taxa de crescimento do emprego no setor não-manufatureiro; 5) a taxa de crescimento da produtividade em função da taxa de crescimento do VA pela manufatura e da taxa de crescimento do emprego na agricultura; e por fim, 6) a taxa de crescimento da produtividade em função da taxa de crescimento do VA pelos serviços e da taxa de crescimento do emprego na agricultura. Para todas as equações estimadas foram realizados o teste funcional F, o teste de normalidade Jarque-Bera e o teste de White para heterocedasticidade. Tais testes demonstraram que apenas a equação 4 não apresentou os resultados esperados em termos da abordagem kaldoriana.

bastante forte. Seguindo a linha de argumentação de Kaldor, isto facilmente poderia ser creditado ao fato de a indústria demandar uma grande maioria dos serviços, como por exemplo, serviços de varejo e transporte. Entretanto, conforme ressalta Dasgupta e Singh (2006), essa consideração kaldoriana não é tão obviamente aplicável às modernas atividades de serviços como *software*, programação de computadores ou até mesmo outras de tecnologias de uso mais geral relacionadas com as TICs. Na verdade, os serviços relacionados ou envolvidos com as TICs em particular, parecem funcionar mais como indutores da expansão da produção industrial do que o contrário.

Assim sendo, a conclusão geral obtida por Dasgupta e Singh (2006) pode ser sintetizada da seguinte forma. Em linha com a abordagem kaldoriana, a indústria continua sendo um setor crítico no processo de crescimento e desenvolvimento econômico dos países. No entanto, o setor de serviços, e mais especificamente, os serviços relacionados ou envolvidos com a produção das TICs, não devem ser desconsiderados como um relevante fator adicional de crescimento.

Na verdade, de acordo com Dasgupta e Singh (2006), a perda de participação da indústria na produção e/ou emprego total da economia verificada nos diversos países de baixo nível de renda *per capita*, longe de significar a perda de importância da indústria no processo de crescimento econômico, está relacionada a dois problemas fundamentais: 1) a mudança do velho regime de substituição de importações por outro que a partir da década de 1990, combinou uma rápida liberalização comercial e financeira da economia com políticas macroeconômicas que em geral, mantêm a taxa de câmbio real muito baixa (explicação aplicável no caso mais específico dos países da América Latina), e 2) o enfrentamento do aumento da concorrência nos mercados mundiais, como consequência da entrada, por exemplo, da China, da Índia e de outros países (explicação aplicável ao caso tanto dos países latino americanos e africanos como da economia indiana). Problemas estes que, na visão de Dasgupta e Singh (2006), revelam significativa urgência de políticas industriais bem formuladas e articuladas institucionalmente no âmbito dos referidos países.

Deste modo, finalizamos esta seção apontando três pontos fundamentais que a abordagem kaldoriana do crescimento aqui destacada nos permite considerar.

Primeiro, a importância da indústria como setor-chave continua sendo justificada não só pela sua grande capacidade de gerar aumentos de produtividade na economia, mas também pelo seu grande potencial de geração de emprego; capacidade para, por exemplo, gerar mudanças tecnológicas na economia (conforme pode ser percebido, ainda que indiretamente, na segunda “lei” de Kaldor) e promover, no sentido da abordagem pioneira de Hirschman (1958), efeitos de encadeamentos para trás e para frente; gerar ganhos pelo comércio e permitir o relaxamento da restrição externa ao crescimento de longo prazo, uma vez que a elasticidade-renda da demanda dos produtos manufaturados é maior do que a elasticidade-renda da demanda dos produtos primários. Portanto, se justifica pelo grande potencial de dinamismo e sustentabilidade que pode conferir ao processo de crescimento e desenvolvimento econômico (PREBISCH, 1949; FURTADO, 1961; THIRLWALL, 2005).

Segundo, esta capacidade de liderança do setor industrial deve, entretanto, ser dividida em parte com o setor de serviços (DASGUPTA e SINGH, 2006).

E terceiro – fazendo-se uma soma dos dois pontos anteriores –, em termos contemporâneos, nos parece ser mais adequado falar não numa indústria moderna para o crescimento econômico, mas sim, numa estrutura produtiva moderna (englobando, portanto, o setor industrial e o de serviços) (OCAMPO, RADA E TAYLOR, 2009; ALDERIR DA SILVA, 2014).

3 O DEBATE SOBRE A EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA E SEUS IMPACTOS SOBRE O CRESCIMENTO ECONÔMICO NO PERÍODO PÓS-1980

Conforme já comentamos na seção 2 (vide nota de rodapé), de acordo com Rowthorn e Ramaswany (1999) e Tregenna (2009), a desindustrialização nem sempre constitui um fenômeno negativo, sinônimo de destruição da indústria, mas sim apenas uma consequência “natural” do processo de desenvolvimento exibido pelos países. Entretanto, no que se refere ao caso brasileiro, os diagnósticos em relação às causas e implicações deste processo sobre o crescimento econômico do país são bastante confusos e controversos.

Conforme coloca Alderir da Silva (2014), de um modo geral, o debate está organizado basicamente em quatro principais teses. No âmbito da heterodoxia se destacam duas teses: uma que acredita na desindustrialização precoce causada

principalmente pela sobreapreciação cambial e outra que acredita que a desaceleração da indústria brasileira esteja mais relacionada com a redução da taxa de investimento que acompanhou a queda do crescimento pós-1980. Já no âmbito da ortodoxia, se destacam as outras duas, onde uma acredita na desindustrialização devido à perda de competitividade da indústria nacional e a outra argumenta sequer existir um processo de desindustrialização no Brasil.

Inserindo-se numa perspectiva mais heterodoxa, de acordo com Palma (2005), desde meados da década de 1980, o Brasil e outros países da América Latina vêm passando por um significativo processo de desindustrialização que longe de constituir um resultado natural do processo de desenvolvimento, se constitui um fenômeno precoce (dado o baixo nível de renda *per capita* do país) e, conseqüentemente, bastante nocivo para o processo de crescimento e desenvolvimento de longo prazo da economia. Segundo este autor, o Brasil e outros países da América Latina têm passado por um processo de desindustrialização via uma nova “doença holandesa”⁶, sendo esta gerada, especificamente no caso destes países, em decorrência de uma drástica mudança do velho regime de substituição de importações por outro que, a partir da década de 1990, combinou rápida liberalização comercial e financeira da economia com políticas macroeconômicas que em geral, mantêm a taxa de câmbio real muito baixa. Fatos estes que acabaram obstruindo a transição destes países rumo a uma forma de industrialização mais madura em termos de desenvolvimento tecnológico e, em consequência, de exportações.

Argumentos similares a esse de Palma (2005) foram desenvolvidos não só por Dasgupta e Singh (2006)⁷, mas também por autores novo-desenvolvimentistas como Oreiro e Feijó (2010) e Bresser-Pereira e Marconi (2008). Estes últimos também enfatizam que a desindustrialização brasileira via doença holandesa foi reforçada pela valorização, sobretudo, a partir do ano de 2004, dos preços internacionais das principais *commodities* exportadas pelo Brasil.

⁶ O termo “doença holandesa” originalmente foi utilizado para se referir à perda de competitividade e regressão da diversificação industrial (em ramos intensivos em trabalho, capital e tecnologia) da economia holandesa, em decorrência da apreciação cambial trazida, na década de 1970, pela descoberta e exportação de gás natural explorado no Mar do Norte.

⁷ Vide seção 2.

Em consequência dos fatos supramencionados, Bresser-Pereira e Marconi (2008) ressaltam que o Brasil, entre os anos de 1992 e 2007, apresentou uma grande melhoria no saldo superavitário da balança comercial das *commodities* independentemente do comportamento da taxa de câmbio; isto ao mesmo tempo em que houve uma expressiva piora do déficit relativo dos manufaturados associada ao câmbio valorizado. Além disso, entre os anos de 1996 e 2005 verificou-se um significativo aumento da participação relativa das *commodities* no valor adicionado total da economia, em face de um inexpressivo aumento da participação do setor de manufaturados.

De acordo com Coutinho (1997), como consequência das mudanças produzidas pela abertura da economia surgiu uma “especialização regressiva” da estrutura produtiva industrial brasileira em direção a bens menos intensivos em capital e tecnologia. Esta expressão também foi citada por Carneiro (2002, p. 316) e, nas palavras do mesmo, representa “[...] um antagonismo claro com o processo histórico de crescimento da economia brasileira cuja trajetória, até os anos 80, havia sido a diversificação e a redução da dependência de importações, incluindo os setores de meios de produção”.

Segundo Shafaeddin (2005), as rápidas transformações estruturais ocorridas a partir da década de 1980 acabaram resultando nos países da América Latina (inclusive o Brasil) não só num processo de desindustrialização precoce, mas também num lento crescimento das exportações de manufaturados, sendo ambos os fatos acompanhados pelo aumento da vulnerabilidade da economia e, particularmente do setor manufatureiro, na medida em que a dependência das importações está em causa. Assim sendo, de acordo com Shafaeddin (2005), uma das principais diferenças entre os novos países industrializados da Ásia Oriental e os países da América Latina é que pelo menos até recentemente, no primeiro grupo de países a reforma econômica, e em particular a liberalização do comércio, tem ocorrido de forma gradual e seletiva, como parte de uma política industrial de longo prazo, e assim sendo, vem ocorrendo depois de terem atingido um determinado nível de industrialização e desenvolvimento.

Inserindo-se também no âmbito do debate heterodoxo, se verifica o trabalho de Serrano e Summa (2012), o qual, embora não desconheça a influência negativa do câmbio sobrevalorizado, coloca que a desaceleração da indústria brasileira está

mais fortemente relacionada com a redução da taxa de investimento que acompanhou a queda do crescimento econômico pós-1980.

Reforçando mais recentemente este posicionamento, Serrano e Summa (2015) argumenta que graças a um forte crescimento da demanda agregada doméstica – gerado especialmente pela expansão do crédito público e privado, forte criação de empregos no setor formal, aumentos do salário real, crescentes transferências do setor público para as famílias e crescimento do consumo e dos investimentos públicos –, foi possível se verificar ao longo do período 2004-2010 uma expressiva expansão do investimento privado induzido. Expansão esta que fez com que mesmo num cenário macroeconômico de câmbio apreciado, a indústria de transformação brasileira apresentasse um crescimento médio (3,6%) bastante próximo da taxa média de crescimento do agregado da economia (4,4%) no mesmo período.

Entretanto, uma vez que em decorrência de medidas de política macroeconômica, a desaceleração da demanda agregada no período 2011-2014 levou a uma significativa queda do investimento privado induzido, foi possível verificar que nesse mesmo período a indústria de transformação e o agregado da economia brasileira apresentaram, respectivamente, um crescimento médio de -0,9% e 2,1% apenas, isto em que pese um cenário macroeconômico de câmbio depreciado neste mesmo período (SERRANO; SUMMA, 2015).

Por outro lado, autores como Bonelli e Pessôa (2010) colocam que a perda de participação da indústria de transformação no PIB (e conseqüentemente, o debate sobre desindustrialização) deve ser observada com cautela, pois ao longo dos últimos anos as séries do valor adicionado (VA) na indústria e no PIB foram alvo de significativas mudanças metodológicas. No que se refere aos anos entre 1989-1990 e entre 1994-1995, por exemplo, o Sistema de Contas Nacionais do IBGE aumentou o tamanho dos demais setores que não a indústria pela reavaliação do valor de algumas atividades, especialmente os serviços; diminuindo, portanto, o tamanho relativo da indústria. Além disso, o IBGE, ao revisar os valores do PIB a preços correntes em 1995, não corrigiu os valores da série a preços correntes para os anos anteriores, fato este que inviabiliza comparações das séries anteriores e posteriores ao ano de 1995.

Tendo em vista contornar as referidas mudanças metodológicas e tornar as séries comparáveis, Bonelli e Pessôa (2010) adotaram o critério de usar as variações percentuais dos valores nominais dos sistemas antigos e aplicar essas taxas retroativamente ao resultado de 1995. Os resultados obtidos demonstram que a desaceleração da indústria ocorre desde meados da década de 1970 (Figura 1). Fato semelhante também foi verificado quando os autores analisaram a série utilizando preços constantes.

Figura 1 – Participação percentual da indústria de transformação no PIB a preços básicos (1947- 2008) – Séries original e corrigida (% baseado em valores a preços correntes)



Fonte: BONELLI e PESSÔA (2010, p.16).

Entretanto, segundo estes autores (os quais se inserem numa perspectiva teórica mais ortodoxa), a desaceleração apresentada pela indústria brasileira não representa um problema para o país, pois se trata apenas de uma convergência natural à média mundial, já que o Brasil nos anos 1970 se encontrava “sobreindustrializado”, dadas as características nacionais como grau de desenvolvimento, demografia, tecnologia, dotação de recursos naturais, etc. Em outras palavras, a desindustrialização brasileira não significa sinônimo de destruição da indústria nacional. Posicionamentos estes também corroborados por Bonelli e Pinheiro (2012) e Bonelli, Pessôa e Matos (2013).

Outras teses de cunho mais ortodoxo são também verificadas nos seguintes trabalhos: a) Nassif (2008) e Squeff (2012), os quais destacam que a valorização do câmbio, ao invés de prejudicar a indústria nacional, acabou favorecendo uma

modernização da mesma, já que o câmbio valorizado barateou a importação de máquinas e equipamentos modernos; e b) Pastore (2012) e Bacha (2013), nos quais o principal argumento consiste na visão que a desindustrialização precoce no Brasil decorre da perda de competitividade, já que o crescimento dos salários acima da produtividade da economia verificado ao longo do governo Lula resultou em custos de produção elevados para a indústria nacional.

O crescimento dos salários acima da produtividade, ao possibilitar um crescimento da demanda nacional, poderia, por outro lado, representar um estímulo à produção industrial do país, contrabalançando, assim, o efeito custo. Entretanto, conforme Pastore, Gazzano e Pinotti (2013) destacam, parte do crescimento da demanda nacional vazou para o exterior na forma de importações líquidas, provocando, deste modo, deficits no saldo comercial. Apesar de não se enquadrarem no âmbito de uma abordagem ortodoxa da economia, Lamonica e Feijó (2013, p. 113), ao analisarem o desempenho da economia brasileira nos anos 1990 e 2000, também destacam tal fato. Segundo os mesmos, o efeito do câmbio apreciado, somado às políticas distributivas ao longo dos anos 2000, levaram ao vazamento da demanda para o exterior, enfraquecendo assim, o efeito *feedback* do aumento da renda sobre a estrutura produtiva do país.

Dadas as grandes discordâncias existentes no debate sobre desindustrialização acima brevemente exposto, Alderir da Silva (2014) buscou identificar as razões da desaceleração industrial do país, especialmente no período pós-1995, a partir da análise de uma grande quantidade de indicadores (inclusive em nível de *quantum*, quando possível, e em termos da matriz insumo-produto) e também da consideração de uma divisão das atividades industriais em quatro categorias segundo a intensidade tecnológica: baixa, média-baixa, média-alta e alta intensidade tecnológica.

Conforme o próprio autor destaca, o seu estudo se revela importante porque, até então, o foco do debate, em sua grande maioria, se encontra em torno de indicadores muito agregados para a indústria de transformação, de modo que mudanças intra-indústrias, sejam benéficas ou não, não são capturadas pela análise. Além disso, a análise em termos de *quantum* se torna relevante porque as análises baseadas em valores podem estar sendo influenciadas pelo movimento dos

preços, não refletindo adequadamente o movimento das quantidades físicas, cuja captura seria fundamental para que as conclusões fossem mais precisas.

Os resultados obtidos por Alderir da Silva (2014) nos mostram que se por um lado ainda é muito difícil afirmar que o país vive efetivamente um processo de desindustrialização de caráter precoce, por outro, identifica-se, no mínimo, alguns sinais preocupantes sob o ponto de vista do desenvolvimento industrial e crescimento do país.

Dentre os resultados que parecem inconsistentes com as teses da desindustrialização se encontram, por exemplo, os dados de emprego. Conforme Alderir da Silva (2014), os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios para o período entre 1992-2011, revelam que o emprego da indústria de transformação se manteve relativamente estável, com leve tendência de crescimento até pelo menos 2008, tendo ocorrido uma redução mais brusca em 2009, a qual se manteve nos anos seguintes. Entretanto, de acordo com o autor, essa redução pode ser explicada pela desaceleração no crescimento das economias internacionais a partir de 2008.

Falta de suporte semelhante para a tese de desindustrialização também é encontrada quando se observa a composição do emprego e do valor adicionado na indústria de transformação segundo a intensidade tecnológica. De acordo com Alderir da Silva (2014), à exceção do segmento de baixa intensidade que apresentou redução (-2,6%) da sua participação no emprego da indústria de transformação, os segmentos de alta, média-alta e média-baixa intensidade tiveram ganhos de participação de 0,3%, 1,5% e 0,7%. Já no que se refere à composição do valor adicionado, o mesmo destaca que se por um lado se observa a perda de participação dos segmentos alta (-1,4%) e baixa (-6,6%) intensidade entre os anos 2000 e 2009, por outro, se percebe ganhos de participação nos segmentos de média-alta (1,4%) e média-baixa (1,4%). De um modo geral, se verifica que a soma dos valores adicionados dos segmentos de menor intensidade em 2009 é praticamente idêntica ao valor apresentado no ano 2000, o mesmo também sendo válido para a soma dos segmentos de alta e média-alta intensidade.

Entretanto, conforme Alderir da Silva (2014) ressalta, os próprios dados supramencionados da composição do valor adicionado não deixam de ser inquietantes. Pois, uma vez que os segmentos de maior intensidade tecnológica têm

a capacidade de gerar maiores efeitos multiplicadores sobre a renda e o emprego, os referidos dados significam dizer que o Brasil está atrasando seu processo de *catch-up* tecnológico em relação aos países desenvolvidos e, portanto, o seu próprio crescimento e desenvolvimento.

De acordo com Alderir da Silva (2014), outros fatos preocupantes são constatados quando se observa, por exemplo, os seguintes indicadores internos:

a) Ao mesmo tempo em que a produção física do setor de serviços apresentou sustentadamente ganhos de participação (próximo de 17%) na produção física total do período entre 1970-2013, houve uma redução (de aproximadamente 7%) da participação da produção física da indústria de transformação. Conforme o mesmo, embora essas reduções na participação sejam menores em termos físicos do que em valores, as mesmas devem ser vistas com cuidado, pois demonstram que a queda persistente na participação da indústria de transformação no PIB não se trata de uma mera “ilusão estatística” devido a qualquer efeito preço. Assim sendo, vale ressaltar também que as décadas de 1980 e 2000 foram as que apresentaram maiores reduções, 2,7 e 2,2 p.p., respectivamente. Pois, durante a crise da dívida ocorreu um favorecimento à produção de bens primários para exportação e no período mais recente ocorreu algo semelhante devido à forte demanda da China por esses bens; o que, portanto, pode nos levar a inferir que a economia brasileira parece sofrer de uma espécie de doença holandesa relativa, a qual pode se tornar mais aguda com a exploração de petróleo na camada do pré-sal nos próximos anos.

b) No período entre 2000 e 2008, ou seja, antes do agravamento da crise financeira internacional, a produtividade do trabalho na indústria de transformação por intensidade tecnológica apresentou quedas expressivas em todos os segmentos. O segmento de média-alta intensidade apresentou a maior redução (-10,4%), seguido pelo de média-baixa (-7,0%), baixa (-2,6%) e alta intensidade (-2,1%). Dado tal fato, Alderir da Silva (2014, p.113) chama atenção que o problema não se encontra especificamente no aumento de custo salarial, mas sim no impacto que este gera sobre a taxa de câmbio real. Conforme o mesmo, como o crescimento dos salários foi superior ao crescimento da produtividade, dados a taxa de câmbio nominal e os preços internacionais, o resultado foi a apreciação da taxa de câmbio real, de modo que essa apreciação, ao diminuir a demanda interna e externa às indústrias brasileiras, desestimula novos investimentos nas mesmas.

c) No período 1996-2007 houve uma nítida tendência de concentração do investimento na indústria de transformação nos segmentos de média-baixa intensidade e, sobretudo, no de refino de petróleo e coque no período pós-1999. De acordo com Alderir da Silva (2014), o investimento nos segmentos de média-baixa intensidade e, sobretudo, no de refino de petróleo e coque responderam por mais de 70% do investimento em 2007, e assim, mais que o dobro do apresentado em 1996. Já no que se refere aos investimentos nos segmentos de alta e média-alta intensidade tecnológica, os mesmos caíram drasticamente no mesmo período. O segmento de média-alta caiu de 27,6% para 17,8%, enquanto o de alta intensidade caiu de 7,1% para 3,5%. Conforme coloca o autor, essa concentração do investimento na indústria de transformação nos setores com baixa intensidade de capital pode ter aumentado o grau de especialização da indústria brasileira em setores com menor intensidade tecnológica e, conseqüentemente, ser interpretado como um indicador de desindustrialização precoce no Brasil.

d) No período 2000-2009 também é possível verificar, através de uma análise da matriz insumo-produto, a perda de elos importantes na indústria de transformação brasileira. Segundo Alderir da Silva (2014), a indústria de transformação continua sendo um grande setor indutor do crescimento para os demais setores, fato este que ocorre, porém, em menor escala no que se refere à própria indústria de transformação, já que da retração de 53,7% das relações de insumo-produto, 52,4% foi provocado pelo setor dinâmico da economia. No mesmo sentido, também houve uma menor demanda dos demais setores por insumos industriais, sendo responsável por parte da retração deste setor. Assim sendo, estes dados parecem corroborar a hipótese de que no Brasil pode estar ocorrendo um processo de substituição de insumos domésticos por importados.

Fatos reveladores de uma tendência preocupante para a indústria e a economia brasileira também podem ser observados quando se considera a evolução de uma série de indicadores externos do país. De acordo com Alderir da Silva (2014):

1) No período entre 1996-2012, à exceção dos produtos não-industriais, todos os segmentos da indústria de transformação por intensidade tecnológica perderam participação na pauta de exportações. Portanto, e considerando mais especificamente que 38,6% da pauta de exportação em 2013 foi derivada de

produtos não-industriais (percentual que aumenta para cerca de 80% se considerarmos os segmentos de média-baixa e baixa intensidade), Alderir da Silva (2014) nos mostra parecer haver evidências de que a pauta de exportação brasileira tem se “reprimarizado”. Entretanto, uma vez que o comportamento dos referidos dados pode estar sendo influenciado pelo efeito do aumento dos preços das *commodities*, uma análise em termos de *quantum* se torna imprescindível.

2) Conforme o autor, a mesma tendência supramencionada é observada em relação ao *quantum* exportado por fator agregado. A exportação de manufaturados supera o *quantum* exportado dos bens básicos em 1986, quando sua participação alcançou 36% da pauta de exportação. Essa participação volta a ficar abaixo dos produtos básicos no final de 2001, ameaçando se recuperar a partir de 2003. Entretanto, depois de 2007, a participação dos produtos manufaturados cai drasticamente em relação aos produtos básicos. Assim, chega-se a outubro de 2013 com a pauta de exportação formada em mais de 41% por produtos básicos, 26% por manufaturados e 33% por semimanufaturados. E uma vez que a apreciação do câmbio foi significativa no período 2006-2010, o autor não desconsidera a contribuição da variável câmbio neste processo.

3) Os indicadores, em termos de *quantum*, da participação das importações por categoria de uso, nos mostram que parte significativa do consumo doméstico tem sido atendida por importações. Conforme destaca Alderir da Silva (2014), a participação dos bens de consumo nas importações inicia sua trajetória de crescimento sobretudo depois da abertura comercial, quando detinha uma participação de 25% em 1992. Contudo, esse processo perdeu força entre 1995 e 2003, voltando a crescer em 2004 de forma exponencial, aumentando sua participação de 32%, em 2004, para 51%, em 2011.

4) A análise, em termos de *quantum*, da razão entre as importações de bens intermediários e a produção da indústria de transformação e entre a produção de bens intermediários doméstica, traz fortes evidências de que a indústria brasileira parece estar se tornando cada vez mais maquiladora. Pois, no período entre agosto de 1993 e outubro de 2013 estes indicadores passaram a apresentar valores acima de 100.

5) No que concerne ao saldo balança comercial no período 1996-2013, desde 2006 o superavit comercial tem se deteriorado significativamente. Em 2013, por

exemplo, o superavit comercial caiu para US\$ 2,5 bilhões, uma queda de 86,8% em relação a 2012. Além disso, o saldo da mesma esteve excessivamente concentrado em bens de baixa intensidade tecnológica e bens não industriais. Valendo salientar também que ao mesmo tempo em que o segmento de alta e média-alta foi deficitário em todo o período em estudo (exceto em 2005), o segmento de média-baixa intensidade, após apresentar um crescimento do seu saldo até 2006, tornou-se deficitário em 2010.

Dado o comportamento de todos os indicadores supramencionados, Alderir da Silva (2014) conclui que independentemente de se ter uma conclusão clara acerca da existência de desindustrialização precoce no Brasil, o fato é que o país precisa urgentemente de uma política industrial forte, sob pena de caso contrário, apresentar não só um processo de desindustrialização precoce (se este já não estiver ocorrendo), mas também baixo crescimento econômico na segunda década dos anos 2000.

Considerações que corroboram a importância e necessidade da implementação de políticas voltadas para o desenvolvimento industrial brasileiro também são encontradas no trabalho de Arend (2014). O mesmo argumenta que o reduzido dinamismo industrial verificado no Brasil desde a década de 1980, longe de constituir apenas um fato conjuntural, reflete sérios problemas estruturais da economia brasileira. Nas suas próprias palavras:

[...] coincide, **internamente**, com o fim das políticas industriais, com a liberalização comercial e financeira e com a sobrevalorização cambial; **externamente**, com uma nova revolução tecnológica e industrial, com uma nova geografia industrial, comandada por forte atuação estatal em determinados países, e por novas formas globais de produção e comercialização de mercadorias. [E assim sendo,] Logicamente que uma inserção internacional menos subordinada não se daria somente pelas forças do mercado (ARENDA, 2014, p. 420, grifo nosso).

Conforme Arend (2014) destaca, com o esgotamento das possibilidades de inversão nos complexos metal-mecânico-químico (paradigma fordista) já nos anos 1970, os países centrais logo buscaram se reestruturar tecnológica e produtivamente, fazendo emergir no topo da matriz industrial o complexo eletrônico (paradigma microeletrônico) como principal responsável pela dinâmica de crescimento das economias centrais a partir da década de 1980. Deste modo, ressalta-se que embora as indústrias núcleo do paradigma anterior tenham continuado sendo extremamente importantes, o peso do complexo eletrônico nas

estruturas industriais dos países desenvolvidos passou a ser expressivamente crescente, chegando a superar inclusive a participação do complexo automobilístico na estrutura industrial.

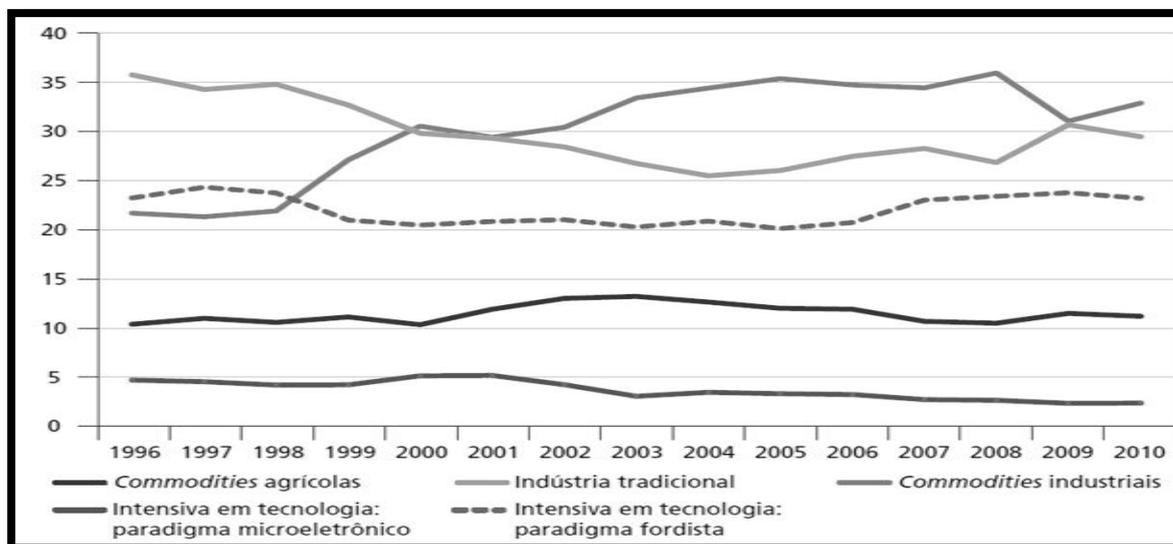
Entretanto, ao realizar um estudo da evolução da matriz produtiva brasileira por grupos industriais segundo sua especificidade tecnológica (*commodities* agrícolas, *commodities* industriais, indústria tradicional intensiva em mão de obra, intensiva em tecnologia do paradigma fordista e intensiva em tecnologia do paradigma microeletrônico), Arend (2014) nos mostra que a mesma, a partir da década de 1980, passou a evoluir de maneira extremamente diversa daquela ocorrida tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento que melhor se adaptaram ao novo paradigma microeletrônico.

De acordo com Arend (2014), constatou-se a existência de uma heterogeneidade estrutural na evolução da indústria brasileira por grupos, em direção a ganhos de participação de setores intensivos em recursos naturais e de setores tecnologicamente emblemáticos da revolução tecnológica suplantada pelos países avançados há três décadas.

Além disso, também se verificou que a heterogeneidade da estrutura produtiva brasileira claramente se reflete em seu desempenho comercial, caracterizado por elevada participação dos grupos de *commodities* primárias e industriais na corrente de comércio da indústria e ínfima participação de setores típicos do paradigma microeletrônico.

A título de melhor qualificar as suas afirmações sobre a configuração da estrutura industrial brasileira, Arend (2014) se utilizou de uma série de dados, dentre os quais os apresentados nas Figuras 2 e 3.

Figura 2 – Evolução da estrutura industrial do Brasil (Valor da Transformação Industrial) segundo grupos industriais de acordo com sua especificidade tecnológica (1996-2010) (em %)

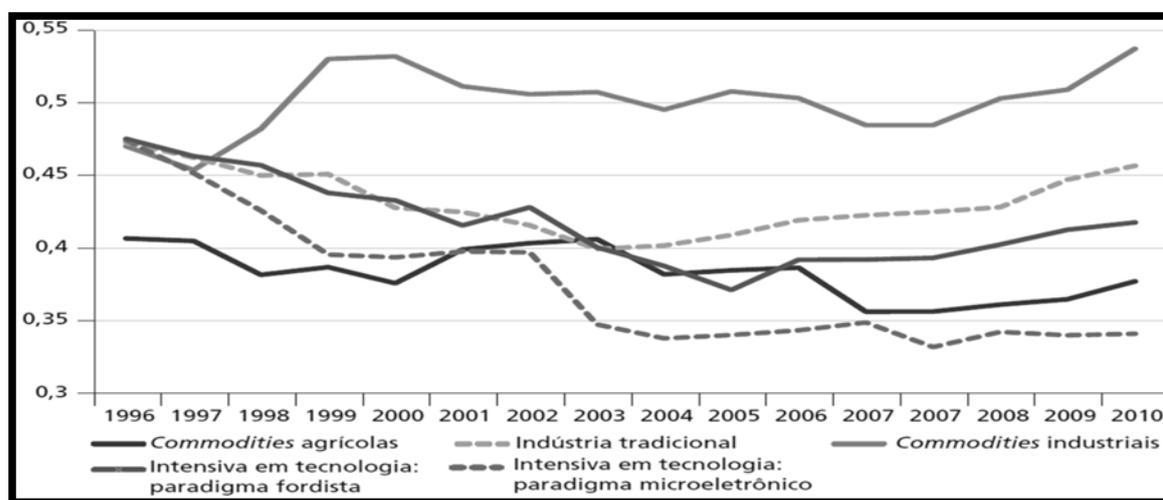


Fonte: AREND (2014, p.378).

Através da Figura 2, percebe-se que ao mesmo tempo em que o grupo das *commodities* industriais, da indústria tradicional intensiva em mão de obra e das *commodities* agrícolas correspondia, em 2010, a aproximadamente 74% do parque industrial, bem como o grupo que corresponde aos setores intensivos em tecnologia típicos do paradigma fordista (metal-mecânico-químico) chega ao referido ano com uma participação de 23%, o grupo referente aos setores industriais intensivos em tecnologia do paradigma microeletrônico (complexo eletrônico) exibiu uma participação de apenas 2,4% na estrutura produtiva no ano de 2010, além de ter apresentado tendência à queda durante todo o período analisado (1996-2010).

Já no que se refere à Figura 3, a mesma nos mostra que o grupo de maior adensamento produtivo no ano de 2010 foi justamente o das *commodities* industriais (0,53), seguido pela indústria tradicional (0,46) e pelos setores característicos do paradigma fordista (0,42). Já o grupo correspondente aos setores relacionados ao paradigma microeletrônico apresentou constante esvaziamento produtivo no período entre 1996-2010 (ficando tal índice em torno de 0,34 no ano de 2010).

Figura 3 – Evolução do adensamento produtivo (Valor da Transformação Industrial/Valor Bruto da Produção Industrial) da indústria brasileira segundo grupos industriais de acordo com sua especificidade tecnológica (1996-2010)



Fonte: AREND (2014, p. 381).

Em relação aos reflexos da estrutura industrial brasileira sobre o seu padrão de comércio exterior, Arend (2014) nos mostra que os mesmos também nos ajudam a entender a problemática forma de inserção do Brasil nas cadeias globais de valores (CGVs) – analisada através de dois indicadores: a) o indicador para trás da cadeia produtiva, que revela a participação de insumos estrangeiros contidos nas exportações nacionais; e b) o indicador para frente da cadeia produtiva, que mostra a parcela de insumos produzidos em determinado país que são incorporados nas exportações de outros países.

Conforme o mesmo, o Brasil nitidamente se insere de forma mais robusta nas CGVs assumindo uma posição de ofertante de insumos que acabam sendo empregados nas exportações de outros países, ou seja, através de elevado indicador para frente (em torno de 35%). Em 2009, o indicador para trás foi de apenas 9%, a sugerir que 91% do valor adicionado de suas exportações correspondiam a bens e serviços de sua própria produção doméstica. Entretanto, nas próprias palavras de Arend (2014, p. 391, grifo nosso):

[O problema está no fato que] O elevado indicador para frente não reflete uma especialização exportadora de componentes eletrônicos e bens de capital, pois o Brasil somente mantém elevados *superávits* comerciais por meio da exportação de *commodities* industriais, agrícolas e minerais. Também, isto ajuda a entender o valor adicionado doméstico elevado das exportações brasileiras, ou o seu baixo indicador para trás; ou seja, a economia brasileira não depende tanto da importação de insumos e bens

intermediários para realizar suas exportações, pois sua especialização repousa em recursos naturais. [...] [Deste modo, se percebe que] o Brasil insere-se nas cadeias globais de valor como um fornecedor de insumos para empresas de outros países adicionarem mais valor na cadeia produtiva.

Assim sendo, Arend (2014) enfatiza que a problemática inserção brasileira no novo paradigma tecnológico trouxe como consequência não só um acentuado processo de desindustrialização precoce para o país, mas também um reduzido potencial de ganhos de produtividade e crescimento para a economia brasileira.

Uma vez isto posto, convém aqui destacar que a discussão sobre a importância da conexão entre a estrutura produtiva e o crescimento econômico brasileiro constituiu um ponto fundamental de análise para Carbinato (2010). Neste trabalho, a mesma buscou testar empiricamente, para o período entre 1962-2006, a relação existente entre os padrões setoriais (microeconômicos) e a restrição externa ao crescimento brasileiro. Para tanto, adotou-se a versão da Lei Multi-setorial de Thirlwall, elaborada por Araujo e Lima (2007) no trabalho intitulado “*A structural economic dynamics approach to balance-of-payments constrained growth*”.

Uma vez isto posto, os estudos empíricos empreendidos por Carbinato (2010) permitiram obter as seguintes conclusões aqui consideradas como sendo extremamente relevantes:

i) a Lei de Thirlwall Multi-setorial, mais uma vez, mostrou-se uma boa aproximação para explicar o desempenho econômico de longo prazo; ii) o padrão setorial importa para o crescimento econômico de longo prazo e a cada perfil setorial associa-se uma diferente taxa de crescimento de longo prazo; iii) o desempenho econômico relacionado a determinado padrão setorial está condicionado pelo tipo de inserção que a economia possui no mercado internacional; iv) setores mais intensos em tecnologia possuem maiores elasticidades-renda e elevadas participações relativas o que justifica esforços no sentido de internar [sic] estas cadeias produtivas (CARBINATO, 2010, p. 15-16, grifo da autora).

A força destas conclusões se encontra não só nos resultados que a mesma obteve para as elasticidades-renda das exportações e importações – os quais demonstraram que o Brasil concentra sua pauta de exportação (importação) em setores de baixa (alta) elasticidade-renda da demanda –, mas, sobretudo, nos exercícios de estática comparativa realizados para os anos de 1962, 1973, 1984, 1996, 2006. A partir do referido exercício, Carbinato (2010) obteve diferentes taxas de crescimento de longo prazo, as quais se encontram demonstradas na Tabela 1.

Tabela 1 – Lei de Thirlwall multi-setorial: Brasil (1962-2006)

Ano	Lei de Thirlwall multi-setorial
1962	3,40
1973	4,48
1984	8,58
1996	7,20
2006	7,39

Fonte: Carbinato (2010, p. 14).

Uma vez isto posto, passemos para a seção seguinte deste artigo.

Os resultados demonstraram que a realização do Plano de Metas permitiu ao país crescer, de acordo com a restrição estrutural de balanço de pagamentos, até 3,4% no ano de 1962. Uma vez que a taxa de crescimento efetiva do período foi superior, percebe-se que o alívio conjuntural da conta de capital foi importante neste período. Ao final do “milagre econômico” (em 1973), a taxa de crescimento de longo prazo, de acordo com lei de Thirlwall multi-setorial, foi de 4,48%, o que implica dizer que a ampliação da participação no comércio internacional, mesmo sem mudança estrutural, foi importante para o alívio da restrição externa ao crescimento. No ano de 1984 a taxa de crescimento de longo prazo experimentou expressivo aumento (para 8,58%), o que demonstra, portanto, que a mudança estrutural da economia promovida pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento aliviou significativamente a restrição estrutural de balanço de pagamentos (CARBINATO, 2010, p. 14).

Já a retração da taxa de crescimento de longo prazo do país no ano de 1996 pode ser explicada pela reestruturação produtiva brasileira, a qual, segundo Carbinato (2010, p. 14), correspondeu a uma (re)especialização em direção à setores de baixa elasticidade-renda, o que, possivelmente, teve seus rebatimentos no comércio internacional. Por fim, no que se refere ao ano de 2006, uma vez que a taxa de crescimento compatível com a Lei de Thirlwall multi-setorial ampliou-se em pequena escala, a autora considera que os bons resultados comerciais do referido período possuem um caráter apenas conjuntural.

4 ALGUMAS PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO DA INDÚSTRIA E DA ECONOMIA BRASILEIRA NO LONGO PRAZO

Apesar do debate exposto na seção 3 ser controverso, queremos finalizar este trabalho apontando ser possível extrairmos do mesmo algumas perspectivas importantes em relação ao desenvolvimento da indústria e da economia brasileira no longo de prazo.

De um modo geral, consideramos que debate deixa claro que, independentemente de ser ter uma conclusão clara acerca da existência (e causas) de uma desindustrialização na economia brasileira, a realidade é que a trajetória de desenvolvimento apresentado pelo setor industrial brasileiro vem se mostrando um tanto quanto preocupante quando se tem em vista o crescimento econômico do país no longo prazo.

O debate acaba deixando evidente para o leitor que o padrão de especialização da estrutura produtiva brasileira ainda é fortemente marcado pela baixa presença de indústrias modernas ligadas à nova fronteira tecnológica e, assim, à produção de produtos de alto valor agregado. Refletindo tal padrão de especialização da estrutura produtiva nacional, o debate também destaca que a inserção brasileira no comércio internacional se apoia numa pauta exportadora ainda bastante concentrada em produtos primários e/ou de baixo valor agregado; já a pauta importadora se concentra essencialmente em produtos manufaturados de maior valor agregado. Fatos estes que – salvos nos raros períodos de valorização dos preços das *commodities* no mercado internacional –, tendem a gerar crescentes déficits no saldo das transações correntes do país.

Assim sendo, consideramos que uma conclusão fundamental possível de ser derivada dos argumentos utilizados no debate aqui exposto é a necessidade da realização de uma profunda transformação estrutural da economia brasileira, devendo a mesma ser induzida pela implementação de uma eficiente política industrial.

Tendo em vista os argumentos que chamam atenção para os efeitos nocivos das políticas macroeconômicas que em geral mantêm a taxa a taxa de câmbio real muito baixa, de acordo com o debate aqui exposto, a implementação de um novo modelo de gestão de política macroeconômica no Brasil também se faz relevante.

Nesta perspectiva, gostaríamos de finalizar esta seção enfatizando que o atual modelo de gestão da política macroeconômica do país, ao combinar metas de superávit primário, elevadas taxas de juros (de efeito recessivo) e taxa de câmbio valorizada, de um modo geral, acaba tornando inviável/inconsistente a adoção bem-sucedida de qualquer política industrial no país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando como ponto de partida a adoção de um referencial teórico kaldoriano, o presente artigo teve como objetivo central construir uma síntese do controverso debate que vem se desenvolvendo ao longo dos últimos anos acerca da evolução da indústria brasileira e seus impactos sobre o crescimento econômico do país no período pós-1980. Conforme sinalizado na introdução deste artigo, a principal para a realização deste trabalho consistiu na consideração de que a apresentação do supramencionado debate também nos permitiria construir um mapa importante das perspectivas que devemos ter em relação ao desenvolvimento da indústria e da economia brasileira no longo de prazo.

Tendo em vista alcançar os nossos objetivos, este artigo se estruturou em quatro seções principais, afora a introdução. A partir de uma breve apresentação da abordagem kaldoriana, a seção 2 constituiu a fundamentação teórica do nosso trabalho.

Na seção 3, nos voltamos para a exposição do debate sobre propriamente dito. Através de tal exposição foi possível notarmos que o debate sobre desindustrialização no Brasil, de fato, é bastante controverso, havendo divergências inclusive não só entre os estudiosos heterodoxos, mas também os economistas ortodoxos. Não obstante a tal fato, na seção 4 apontamos ser possível extrair do supramencionado debate algumas perspectivas preocupantes no que diz respeito ao desenvolvimento futuro da indústria e da economia brasileira como um todo.

Consideramos que uma conclusão fundamental possível de ser derivada dos argumentos utilizados no debate exposto é a necessidade da realização de uma profunda transformação estrutural da economia brasileira, devendo a mesma ser induzida pela implementação de uma eficiente política industrial. A introdução de um novo modelo de gestão de política macroeconômica no Brasil também foi destacada como sendo importante.

REFERÊNCIAS

ALDERIR DA SILVA, J. **Desindustrialização no Brasil**: teorias e evidências para o debate. 2014. 148 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – UFRN – Natal, 2014.

AREND, M. A industrialização do Brasil ante a nova divisão internacional do trabalho. In: CALIXTRE, A. M. B; CINTRA, M. A. M. (Ed.). **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014, p. 375- 421.

BACHA, E. Bonança externa e desindustrialização: uma análise do período recente 2005-2011. In: BACHA, E.; BOLLE, M. (Ed.). **O Futuro da Indústria no Brasil**: desindustrialização em debate. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BONELLI, R.; PESSÔA, S. A. **Desindustrialização no Brasil**: um resumo da evidência. Brasília: Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) / Fundação Gétúlio Vargas (FGV), Texto para Discussão, n. 7, 2010.

_____. R.; PINHEIRO, A. C. Competividade e Desempenho Industrial: mais que só câmbio. In: FÓRUM NACIONAL, 24. Rio de Janeiro, 2012.

_____. R.; PESSÔA, S.; MATOS, S. Desindustrialização no Brasil: fatos e interpretação. In: BACHA, E.; BOLLE, M. (Ed.). **O Futuro da Indústria no Brasil**: desindustrialização em debate. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONI, N. Existe doença holandesa no Brasil? In: FÓRUM DE ECONOMIA DA FGV, 4., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2008.

CARBINATO, D. de A. Crescimento econômico e estrutura produtiva no Brasil: análise das relações entre padrão setorial e restrição externa. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA (AKB), 3., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2010.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise**: A economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: UNESP, IE – Unicamp, 2002.

COUTINHO, L. A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. In: VELLOSO, J.P.R. (Org.). **Brasil**: desafios de um país em transformação. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

DASGUPTA, S.; SINGH, A. Manufacturing, services and premature deindustrialization in developing countries: A Kaldorian analysis. In: **Research Paper**, United Nations University (UNU) – World Institute for Development Economic Research (WIDER), n. 49, 2006.

FREITAS, F. N. P. de. **Uma Análise da Evolução das Idéias de Kaldor sobre o Processo de Crescimento Econômico**. 2002. 127f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, UFRJ – 2002.

FURTADO, C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. 1961. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. v. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 239-262.

HIRSCHMAN, A. **The strategy of economic development**. New Haven, Conn.: Yale University Press, 1958.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Ipeadata**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acessado em: 23 de junho de 2015.

KALDOR, N. Further Essays on Economic Theory. N. York: Holmes & Meier. 1978. Apud FREITAS, F. N. P. de. **Uma Análise da Evolução das Idéias de Kaldor sobre o Processo de Crescimento Econômico**. 2002. 127f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, UFRJ – 2002.

_____. N. Causes of the Slow Rate of Economic Growth in the United Kingdom. 1978[1966]. Apud FREITAS, F. N. P. de. **Uma Análise da Evolução das Idéias de Kaldor sobre o Processo de Crescimento Econômico**. 2002.

LAMONICA, M. T.; FEIJÓ, C. A. Indústria de transformação e crescimento: uma interpretação para o desempenho da economia brasileira nos anos 1990 e 2000. **Revista Economia & Tecnologia**, v. 9, n.1, p. 20-40, jan/mar 2013.

NASSIF, A. Há evidências de desindustrialização no Brasil? **Revista de Economia Política**, v. 28, n. 1, 2008.

OCAMPO, J. A.; RADA, C.; TAYLOR, L. **Growth and Policy in Developing Countries: a Structuralist Approach**. New York: Columbia University Press, 2009.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2, p. 219-232, abril-jun., 2010.

PALMA, G. Quatro fontes de desindustrialização e um novo conceito de doença holandesa. In: CONFERÊNCIA DE INDUSTRIALIZAÇÃO, DESINDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. FIESP e IEDI. Agosto, 2005.

PASTORE, A. C. Por que a indústria parou de crescer nos últimos anos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 8 abr. 2012.

_____. A. C.; GAZZANO, M.; PINOTTI, M. C. Por que a produção indústria não cresce desde 2010? In: BACHA, E.; BOLLE, M. (Ed.). **O Futuro da Indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

PREBISCH, R. O desenvolvimento da América Latina e alguns de seus problemas principais. 1949. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 69-136. (v. 1).

ROWTHORN, R.; RAMASWANY, R. **Growth, trade and desindustrialization**. Washington D. C.: Internacional Monetary Fund, 1999.

SERRANO, F.; SUMMA, R. A desaceleração rudimentar da economia brasileira desde 2011. **Revista OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 166-202, 2012.

_____. F.; SUMMA, R. Demanda agregada e a desaceleração do crescimento econômico brasileiro de 2011 a 2014. **Center for Economic and Policy Research – Cepr**. 2015.

SHAFIYEDDIN, S. M. Trade liberalization and economic reform in developing countries: structural change or de-industrialization. In: **Discussion Papers**, n. 179, United Nations Conference on Trade and Development, Apr. 2005.

SQUEFF, G. **Desindustrialização**: luzes e sombras no debate brasileiro. PEA. Brasília, 2012. (Texto para Discussão 1747).

THIRLWALL, A. P. **A Natureza do Crescimento Econômico**: um referencial alternativo para compreender o desempenho das nações. Brasília: IPEA, 2005.

TREGENNA, F. Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. **Cambridge Journal of Economics**, v. 33, n. 3, maio 2009.

DUALISMO E BIPOLARIZAÇÃO EM PAÍSES PERIFÉRICOS: ASPECTOS CENTRAIS DAS TEORIAS DE JULIUS BOEKE, JACQUES LAMBERT E MILTON SANTOS

Gabriel Carvalho da Silva Leite¹

RESUMO

Este artigo empreende uma reflexão acerca das noções de dualismo estrutural e de bipolarização enquanto importantes contribuições teóricas que influenciaram decisivamente os estudos de desenvolvimento e subdesenvolvimento em países periféricos nos anos 1950, 1960 e 1970. A partir da análise das proposições de J. H. Boeke, Jacques Lambert e Milton Santos, procura-se ressaltar os aspectos centrais das teorias dualistas e de bipolarização, cujas premissas repercutem ainda hoje nos estudos de desenvolvimento. Por fim, o artigo busca mostrar que, a despeito da importância das questões levantadas por esses teóricos, a globalização e as profundas transformações sociais a partir das últimas décadas do século XX impõem a necessidade de atualizações e revisões críticas dessas teorias, de modo a atender para novas realidades, tais como a metropolização e a maior difusão das finanças, da ciência e da tecnologia.

Palavras-chave: Dualismo estrutural; Bipolarização; Julius Boeke; Jacques Lambert; Milton Santos.

DUALISM AND BIPOLARIZATION IN PERIPHERAL COUNTRIES: CENTRAL ASPECTS OF JULIUS BOEKE'S, JACQUES LAMBERT'S AND MILTON SANTOS' THEORIES

ABSTRACT

This article engages in a reflection on the notions of structural dualism and bipolarization as important theoretical contributions that have decisively influenced the development and underdevelopment studies in peripheral countries in the 1950s, 1960s and 1970s. Through the analysis of J. H. Boeke's, Jacques Lambert's and Milton Santos' propositions, it is intended to highlight the central aspects of the dualistic and bipolarization theories, whose premises still reverberate in the development studies in the present days. Finally, the article intends to show that, despite the importance of the questions raised by these theorists, the globalization and the deep social transformations since the last decades of the 20th century impose the necessity of updates and critical reviews of these theories, in order to attend to new realities, such as the metropolization and the widest diffusion of the finances, science and technology.

Keywords: Structural Dualism; Bipolarization; Julius Boeke; Jacques Lambert; Milton Santos.

JEL: O10; O18

¹ Graduado em Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestrando em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). E-mail: gabrielcarvalholeite16@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

Desde os estudos pioneiros de J. H. Boeke sobre a Indonésia, em 1953, as premissas básicas do dualismo estrutural foram introduzidas nas teorias de modernização e nas interpretações sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento em países periféricos. Apesar das críticas direcionadas a essa noção, ela exerceu grande influência nas pesquisas das décadas de 1950, 1960 e 1970 e, ademais, seus pressupostos teóricos nunca deixaram de reverberar nos esforços interpretativos dedicados a estudar a mudança social nas sociedades periféricas.

Dada a necessidade de um escrutínio mais cuidadoso das teorias e noções influentes nos estudos de desenvolvimento, o presente artigo caminhará no sentido de empreender uma reflexão sobre a noção de dualismo estrutural e de bipolarização a partir de três autores eleitos pela importância e pela repercussão que obtiveram nas comunidades científicas. A questão-problema a que se dedica este texto, portanto, pode ser assim formulada: quais os aspectos centrais e as premissas básicas que orientam as teorias dualistas e de bipolarização na interpretação da mudança social em países periféricos?

A fim de responder a questão colocada, o artigo está estruturado em duas seções, às quais se seguem as considerações finais. A primeira seção apresenta o dualismo estrutural como uma noção influente nas teorias e nos estudos sobre modernização em países periféricos, procurando demonstrar suas premissas básicas subjacentes. Por seu turno, a segunda seção subdivide-se em três subseções, respectivamente dedicadas a elucidar aspectos centrais das teorias de J. H. Boeke, Jacques Lambert e Milton Santos.

Enquanto o primeiro dos autores supramencionados é considerado o pioneiro na formulação da noção de dualismo estrutural a partir de seus estudos na Indonésia, o segundo é responsável por uma das mais conhecidas interpretações de uma formação social periférica – o Brasil – à luz das premissas da teoria dualista. Por fim, apresenta-se também a teoria dos circuitos da economia urbana, do geógrafo brasileiro Milton Santos, como um esforço interpretativo que, apesar de tributário das discussões a respeito do dualismo estrutural, pretende ser uma alternativa a essa noção, afastando-se deliberadamente de algumas das premissas dessa vertente teórica.

Finalmente, as considerações finais apontam para a necessidade de revisitação crítica das teorias dualistas e de bipolarização, elaboradas ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, à luz da globalização contemporânea e das importantes mudanças pelas quais vêm passando as formações sociais periféricas desde as últimas décadas do século XX. São sugeridos, assim, como elementos imprescindíveis à análise e atualização crítica: a) as novas dinâmicas de regionalismo, dentre as quais se destaca a metropolização; b) os novos conteúdos dos setores modernos/circuito superior e dos setores tradicionais/circuito inferior face à maior difusão das finanças, da informação, da ciência e da tecnologia; e c) a importância crescente assumida por agentes e atividades cujos moderados graus de capitalização e organização parecem sugerir, para alguns, o abandono da ideia de bipolarização em prol de uma noção de *continuum*.

2 O DUALISMO ESTRUTURAL COMO NOÇÃO INFLUENTE NAS TEORIAS DE MODERNIZAÇÃO NOS PAÍSES PERIFÉRICOS

Nos esforços de Rostow (1974 [1960]), empreendidos no sentido de propor uma teoria geral do desenvolvimento econômico das sociedades na história moderna, subjaz a ideia de que o transcurso das etapas que conduzem à modernização pode engendrar situações transitórias e híbridas, nas quais o tradicional e o moderno conformam duas faces de uma mesma formação social.

Embora não tenha falado propriamente em dualismo, esse autor americano oferece claros subsídios ao pensamento supramencionado ao afirmar que, na etapa de transição em que se constituem as condições para o arranco (*take-off*), a sociedade tradicional persiste ao lado das emergentes atividades econômicas modernas e que, por conseguinte:

[...] toda essa atividade [moderna] [...] se processa em ritmo limitado dentro de uma economia e de uma sociedade ainda caracterizadas sobretudo pelos métodos tradicionais de baixa produtividade, pela estrutura social e pelos antigos valores, bem como pelas instituições políticas com bases regionais que evoluíram com aqueles (ROSTOW, 1974 [1960], p. 17).

Evidente está, portanto, no pensamento de Rostow, uma ideia-força que encontra seu fundamento nas chamadas teorias do dualismo estrutural, a saber: a premissa segundo a qual leva tempo para a transformação integral de uma sociedade tradicional de modo tal a ela poder desfrutar plenamente dos benefícios

da ciência moderna e da acumulação dos juros compostos, afastando assim os rendimentos decrescentes das atividades tradicionais que operavam com um teto de volume de produção *per capita* (ROSTOW, 1974 [1960]). A etapa das condições para o arranco deixa vislumbrar, portanto, a transição entre a sociedade tradicional e o arranco propriamente dito, estágio na qual as forças de modernização difundem-se de forma mais generalizada nas sociedades.

A mesma ideia-força aparece em publicação de Kerr et al. (1969), intitulada “*Industrialism and industrial man*”. Para esses autores, a industrialização é a grande transformação na história da humanidade, mais rápida e mais universal que qualquer outra anteriormente alcançada; não conhecendo fronteiras nacionais, a sociedade industrial está destinada a ser uma sociedade mundial (KERR et al., 1969). Após traçarem cinco tipos ideais de elites industrializantes, cada qual responsável por uma estratégia modernizadora própria, os autores apontam os constrangimentos por eles encontrados nas condições preexistentes das sociedades tradicionais:

Some elements of the pre-existing culture are more resistant than others to the penetration of industrialisation. [...] In modern times the elites encounter resistance to change, but concurrently they are assisted by strong aspirations for rapid improvement in living standards. The strategy and success of the different industrialising elites are thus affected in part by the strength and rigidity of the pre-industrial culture and in part by the revolution of the rising aspirations. But in the end the new culture of industrialism successfully penetrates and changes the old order (KERR et al., 1969, p. 6).

A modernização – neste caso reduzida ao industrialismo – aparece como destino inexorável de todas as sociedades, embora sua difusão se dê com importantes defasagens em cada nação. Os constrangimentos enfrentados pelas elites modernizantes, os quais incluem, mas não se limitam, à disponibilidade de capital, aos recursos naturais do país, ao estágio de desenvolvimento educacional, ao nível e à taxa de crescimento da população e à capacidade de empenho no comércio de exportação (KERR et al., 1969), acabam por conformar diferentes e híbridos estados de desenvolvimento.

Essas teorias e esforços interpretativos que podem ser designados, para fins de simplificação, de “teorias de modernização”, influenciaram amplamente os estudos sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento em países periféricos sob pelo menos duas maneiras. Em primeiro lugar, as teorias de modernização ofereceram um quadro explicativo acerca do processo de mudança social que parte

da premissa de que o desenvolvimento da periferia reproduzirá, mais cedo ou mais tarde, as etapas que caracterizaram as transformações históricas dos países centrais.

Em segundo lugar, essas teorias já apontavam para uma espécie de coexistência dos elementos de modernidade e de tradição nas formações sociais periféricas em fase de transição. Essa premissa tácita ou explicitamente assumida fundamenta-se na própria ideia central das teorias de dualismo estrutural, as quais se voltaram para análises mais específicas das estruturas produtivas e sociais internas dos países ditos subdesenvolvidos.

Cardoso e Faletto (1970) consideram que as teorias dualistas também são tributárias das análises tipológicas que caracterizaram os estudos de desenvolvimento e mudança social nos países periféricos, em geral, e na América Latina, em particular. Essas análises formulam modelos ou tipos ideais de formações sociais, estando a sociedade tradicional em um extremo e a sociedade moderna na extremidade diametralmente oposta. As mudanças sociais são vistas, nesse esquema, como a transição de um tipo ideal para outro; no entanto, no curso desse processo de mudança social:

[...] pareceria que, antes de se constituir a sociedade moderna, forma-se um padrão intermediário, híbrido, que caracteriza as sociedades dos países “em desenvolvimento”. Quando não, formam-se situações estanques entre um setor da sociedade que se moderniza e outros que permanecem arcaicos. Invoca-se então a noção de “dualismo estrutural”. Na realidade, metodologicamente, trata-se de uma renovação da velha dicotomia “comunidade-sociedade” em sua formulação clássica em Tönnies (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 17).

Como aponta a observação de Cardoso e Faletto, a existência de um padrão intermediário e híbrido resultante do fato de que um setor da sociedade se moderniza, enquanto outros permanecem arcaicos ou tradicionais, constitui a proposição elementar das teorias dualistas. Subjacente a essa afirmação, está o pressuposto – tácito ou não – de que “as pautas dos sistemas político, social e econômico dos países da Europa ocidental e dos Estados Unidos antecipam o futuro das sociedades subdesenvolvidas” (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 19) e, por conseguinte, o processo de desenvolvimento não seria senão a reprodução das sucessivas etapas que caracterizaram as mudanças sociais daqueles países.

Passemos então, nos tópicos subsequentes, à análise de duas expressivas e influentes teorias dualistas e também de outra proposta teórica que, apesar de tributária do tema do dualismo estrutural, procura se apresentar como uma alternativa a essa noção consolidada.

3 DUALISMO E BIPOLARIZAÇÃO: VARIAÇÕES SOBRE UM MESMO TEMA

3.1 A Teoria Dualista de J. H. Boeke

Aos estudos do holandês Julius Herman Boeke sobre o Sudeste Asiático, em especial acerca da Indonésia, antiga possessão colonial holandesa, é geralmente atribuído o pioneirismo da formulação sistemática da teoria do dualismo estrutural em formações sociais periféricas, que viria a ser o quadro conceitual de referência da sociologia do subdesenvolvimento e da modernização nos anos 1950 e 1960 (MEDEIROS, 1994). Fundamentado metodologicamente na proposta teórica de Werner Sombart, Boeke (1953) considera que um sistema socioeconômico pode ser caracterizado pelo inter-relacionamento de três aspectos elementares, a saber: a) o espírito social; b) as formas organizacionais; e c) as técnicas dominantes².

A evolução histórica “normal” – isto é, aquela ocorrida nos países centrais – leva a uma homogeneização da sociedade após um período transicional no qual os diferentes sistemas socioeconômicos misturam-se um ao outro, resultando em apenas um sistema coeso. A sociedade homogênea existe, portanto, nos termos de Boeke (1953), quando um único sistema social prevalece em seu interior, resultando em um processo de progressão social endógeno. Tal não é o caso das sociedades dualistas, nas quais a “importação” do capitalismo ocidental penetrou brutalmente na comunidade agrária pré-capitalista, sem com isso ter conseguido extinguir este renitente sistema socioeconômico anterior. Nas sociedades dualistas, portanto, dois sistemas socioeconômicos diferentes podem existir simultaneamente:

Dualistic economics should be the economic theory of the interaction of two apparently different social systems – precapitalistic agrarian community and Western capitalism imported from abroad – within the borders of one society (BOEKE, 1954 apud ITAGAKI, 1960, p. 15).

² “These three aspects are interdependent and in this connection typify a society, in this way that a prevailing social spirit and the prevailing forms of organisation and of technique give the society its style, its appearance, so that in their interrelation they may be called the social system, the social style or the social atmosphere of that society” (BOEKE, 1953, p. 3).

Para Boeke (1953), a resistência tenaz oferecida pelo sistema socioeconômico anterior aos vetores transformadores e desestruturadores da modernização funciona como uma força que sustenta o atraso econômico nos países asiáticos. Itagaki (1960), em análise crítica da teoria desse autor, chega a considerá-la como uma manifestação de sua visão pessimista acerca da possibilidade de modernização econômica da sociedade asiática.

O evidente contraste entre um sistema socioeconômico pré-capitalista – no qual prevalecem necessidades e desejos limitados, a ausência da busca de lucro, a organização primitiva e os métodos tradicionais de produção – e um “importado” sistema capitalista ocidental – caracterizado por desejos e necessidades crescentes, ilimitada busca de lucro, organização racional e métodos científicos de produção – é apontado por Boeke (1953) como uma estrutura social dual no contexto da qual não há processo transicional de um sistema social para o outro.

3.2 Os “Dois Brasis”, de Jacques Lambert

Publicado em 1957 pelo sociólogo e demógrafo francês Jacques Lambert, o livro “Os dois Brasis” representa o mais conhecido esforço de estudo da sociedade brasileira a partir da perspectiva de uma teoria dualista. Utilizando dados estatísticos das décadas de 1940 e 1950, a obra é um testemunho intelectual de um momento histórico particular pelo qual passava o Brasil, no contexto do qual assumia a presidência do país o mineiro Juscelino Kubitschek. Essa contemporaneidade leva, inclusive, Leão e Ogama (2017) a reconhecerem no livro uma apologética do desenvolvimento econômico que seria a marca do governo que então se iniciava.

O argumento central da obra é que a sociedade brasileira, apesar de compartilhar uma cultura e um sentimento de nacionalidade comuns, está dividida em dois sistemas de organização econômica e social, diferentes tanto nos níveis como nos métodos de vida (LAMBERT, 1973 [1957]). Esses dois sistemas não apresentam entre si uma diferença de natureza, mas de idade, pois que não evoluíram no mesmo ritmo e nem atingiram a mesma fase. São, por assim dizer, coexistentes, mas não contemporâneos.

Na proposição de Lambert (1973 [1957]), o Brasil reproduz internamente as diferenças e contrastes existentes entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos no plano internacional. De um lado, uma sociedade arcaica, principalmente, mas não

exclusivamente rural, de hábitos e tradições coloniais arraigadas e marcada por uma estabilidade renitente. De outro, uma sociedade moderna móvel e evoluída, tributária das novas formas de agricultura, da emergência da grande indústria, do afluxo de imigrantes europeus, da concentração de capitais nacionais e internacionais e do desenvolvimento dos transportes. A primeira deita raízes nos primeiros séculos da colonização; a segunda emerge, pontual mas firmemente, a partir de finais do século XIX.

O Brasil arcaico encontra seu domínio na porção setentrional do país, nas comunidades esparsas pelo interior dos sertões nordestinos ou agrupadas na costa cujas estruturas sociais são fortemente hierarquizadas; o Brasil novo, por outro lado, nasce no Sul, nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte e nas dinâmicas zonas agrícolas paulistas de estruturas sociais menos hierarquizadas, mas mais complexas.

No entanto, alerta Lambert (1973 [1957]) que os dois Brasis não são propriamente entidades geográficas, pois o Brasil arcaico resiste ainda no Sul e o Brasil novo espraia-se nos centros urbanos do Nordeste em que as novas atividades industriais impõem-se mais vigorosamente. Embora cada um dos dois Brasis tenha seu domínio próprio, eles estão presentes por toda parte e frequentemente mantêm contato:

Mantendo por toda parte estreito contato, os dois Brasis, tão diferentes, estão unidos pelo mesmo sentimento nacional e por muitos valores comuns; não constituem duas civilizações diversas, mas sim, uma em face da outra, duas épocas de uma mesma civilização: os dois Brasis são igualmente brasileiros, mas estão separados por vários séculos (LAMBERT, 1973 [1957], p. 103).

A enorme distância – menos espacial que temporal – dos dois Brasis relaciona-se, para o autor, à violenta e brusca importação da civilização industrial para um país onde os esparsos e pouco numerosos centros de povoamento, isolados entre si, ressentiam-se ainda da escassez de meios adequados de transporte e comunicação. Foi assim que a modernização que passou a caracterizar o Estado de São Paulo a partir de 1880, cada vez mais sintonizado com os movimentos da sociedade ocidental, só muito superficialmente viria a atingir o restante do Brasil após a Primeira Guerra Mundial:

Entre o velho Brasil e o novo existem séculos de distância; no correr dos anos a diferença dos ritmos de evolução ocasionou a formação de duas sociedades, diferentes porque não são contemporâneas [...] A economia dualista e a estrutura social dualista que acompanha não são novas, nem caracteristicamente brasileiras [...] No Brasil, entretanto, o contraste entre as duas sociedades é hoje particularmente acentuado, porque a evolução de uma parte do país é extraordinariamente rápida e porque a imensidão do país e as dificuldades de comunicações tornam mais lenta a difusão dos novos traços culturais (LAMBERT, 1973 [1957], p. 105).

O dualismo apontado por Lambert é, de fato, estrutural, pois a despeito da diversidade dos modos de vida – dos criadores das caatingas ressecadas do Nordeste e dos ribeirinhos dos cursos de água da Amazônia aos colonos das plantações de café de São Paulo e camponeses do tipo europeu de Santa Catarina ou do Rio Grande do Sul – todos esses sujeitos pertencem a um ou outro Brasil cujas características foram destacadas pelo autor.

A obra de Lambert foi, enfim, mais do que um diagnóstico do Brasil; pretendeu ser também um prognóstico. Para o autor, o complexo arcaico se demonstrava tão forte e tão resistente que “não era o Brasil atrasado que temia ser vencido e eliminado, mas o país novo que receava não conseguir arrastar em sua evolução o resto do país” (LAMBERT, 1973 [1957], p.108). A derrota do país novo era, no entanto, provisória, pois, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, as forças do movimento pareciam ganhar espaço sobre as de resistência. Lambert considerava que o Brasil continuaria a ser, por longo tempo, um país desigualmente desenvolvido – aspecto reforçado pelo ritmo rápido da evolução do Sul –, embora a derrota do complexo arcaico fosse o destino inevitável de uma sociedade em processo de modernização.

3.3 Os dois circuitos da economia urbana, de Milton Santos

A proposição da existência de dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos constitui um esforço do geógrafo brasileiro Milton Santos em oferecer uma alternativa às teorias dualistas. Apresentada inicialmente em “*Les Villes du Tiers Monde*” (1971) e, de maneira mais abrangente e sistematizada, em “*L’espace partagé*”³ (1975), a teoria propôs que “a cidade dos países subdesenvolvidos não funciona como um aparelho maciço ou, dito de outro modo, como um bloco” (SANTOS, 2008 [1979], p.38). Reconheceu, assim, a segmentação

³ No Brasil, o livro foi publicado pela primeira vez no ano de 1979, com o título “O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos”, aqui referenciado como Santos (2008 [1979]).

do sistema urbano em dois subsistemas, resultado do impacto desigual das modernizações tecnológicas⁴ e das exacerbadas desigualdades de renda que caracterizam os países subdesenvolvidos.

Para Milton Santos, o período inaugurado posteriormente à Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) foi caracterizado pela difusão das modernizações elaboradas nos centros do sistema mundial para os espaços periféricos, por isso mesmo qualificados como “derivados”. A consagração da informação e do consumo como variáveis-chave do novo período – responsável por deformar a estrutura da demanda e impor as novas modalidades de consumo – e a difusão seletiva das modernizações tecnológicas de alto coeficiente de capital para os espaços periféricos constituem os elementos históricos mobilizados pelo autor para compreender a formação de dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos (SANTOS, 2008 [1979]).

As modernizações tecnológicas engendradas especialmente nos países centrais e difundidas seletivamente nos países periféricos são responsáveis pela produção de um campo e de uma cidade modernizados, intensivos em capital e pouco exigentes de trabalho. Extremamente seletivas social e territorialmente, tais modernizações resultam em uma produção e em um consumo específicos, o primeiro engendrando um setor econômico moderno e o segundo respondendo pelas demandas – frequentemente induzidas – de estratos populacionais de maior renda.

Com uma agricultura modernizada que acaba por liberar amplos contingentes de força de trabalho e estimular o êxodo rural, paralelamente a um processo de industrialização indiferente à necessidade real de geração de empregos, conhece-se uma deterioração do mercado de trabalho urbano, com geração de amplas massas de desempregados, subempregados e pessoas sem rendas permanentes. Excluídos tanto da produção modernizada quanto das modernas modalidades de consumo, este amplo contingente aglomerado nas cidades – a pobreza urbana de que fala

⁴ Milton Santos define as modernizações tecnológicas como generalizações de inovações vindas de períodos anteriores. Diz o autor que “em cada período, as regiões polarizadoras ou centros de dispersão do poder estruturante dispõem de energias potenciais diferenciais e de diferentes capacidades de transformá-las em movimento. A cada modernização, o sistema tende a desdobrar sua nova energia para os subsistemas subordinados. Isso representa uma pressão para que, nos subsistemas atingidos, haja também modernização” (SANTOS, 2008 [1979], p. 31).

Santos (2014 [1996]) – é a condição *sine qua non* para a segmentação da economia urbana:

A presença de uma massa populacional com salários muito baixos, dependendo de trabalho ocasional para viver, ao lado de uma minoria com altos salários, cria na sociedade urbana uma distinção entre os que têm permanente acesso aos bens e serviços ofertados e os que, mesmo apresentando necessidades similares, não podem satisfazê-las. Isto cria ao mesmo tempo diferenças qualitativas e quantitativas de consumo. *Estas diferenças são, ambas, causa e efeito da existência, isto é, da criação ou manutenção, nestas cidades, de dois sistemas de fluxo que afetam a fabricação, a distribuição e o consumo de bens e serviços* (SANTOS, 2014 [2005], p. 95, grifo nosso).

É precisamente por possuírem sua gênese associada ao mesmo conjunto de processos – as modernizações tecnológicas e seus desdobramentos – que os circuitos superior (“puro” e marginal) e inferior, originados da segmentação da economia urbana, não podem ser tratados em termos de dualismo, mas sim como constituindo uma bipolarização interdependente (SANTOS, 2008 [1979]).

Ao falar em bipolarização em vez de dualismo, Milton Santos espera evitar aqueles que considera como os equívocos mais comuns nas teorias dualistas. Em primeiro lugar, o autor assevera ser problemática a ideia recorrente do “tradicional” como algo imutável, já que os efeitos da modernização nunca são parciais e, como tal, induzem modificações totais dos modelos de consumo, do aparelho de produção e, de um modo mais geral, de todo o subsistema local:

Quanto ao circuito inferior, parece difícil chamá-lo tradicional, não somente porque é um produto da modernização, mas também porque está em processo de transformação e adaptação permanente e ainda porque, em todas as cidades, uma parte de seu abastecimento vem, direta ou indiretamente, dos setores ditos modernos da economia (SANTOS, 2008 [1979], p. 39).

Em segundo lugar, Santos (2008 [1979]) considera que a ideia de um conflito entre o tradicional e o moderno, ainda que pudesse ser válida em períodos históricos anteriores, não se justifica no período por ele chamado de tecnológico, quando a difusão das inovações torna-se, enfim, geral e fácil.

Por fim, uma terceira crítica do autor às teorias dualistas diz respeito ao estudo bastante parcial das sociedades econômicas, concentrando seus esforços quase que exclusivamente na produção. A recorrente menção, por parte dessas teorias, a um setor capitalista em oposição ao setor tradicional de produção opõe formas de produção de idades tecnológicas diferentes, sem levar em conta que, ao

lado dos aspectos de produção, é necessário analisar os da distribuição, os do consumo e também os do emprego. Baseado nessas considerações, Milton Santos rejeita explicitamente a noção de dualismo estrutural:

Da mesma maneira que no conjunto de um país, a oposição e mesmo o antagonismo das situações de desenvolvimento são fruto de um mesmo encadeamento de causas; a existência de dois circuitos na economia das cidades é resultado de um mesmo grupo de fatores que, com a preocupação de simplificar, chamamos de *modernização tecnológica*. Assim, não há dualismo: os dois circuitos têm a mesma origem, o mesmo conjunto de causas e são interligados (SANTOS, 2008 [1979], p. 65).

Diferenciados quanto a uma série de características próprias a cada um, explicitadas no Quadro 01, os dois circuitos da economia urbana permitem compreender as cidades dos países subdesenvolvidos como espaços nos quais coexistem atividades e formas de consumo extremamente desiguais entre si.

Quadro 1 – Características dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos

Características	Circuito superior	Circuito inferior
Tecnologia	Capital intensivo	Trabalho intensivo
Organização	Burocrática	Primitiva
Capitais	Importantes	Reduzidos
Emprego	Reduzido	Volumoso
Assalariado	Dominante	Não obrigatório
Estoques	Grande quantidade e/ou alta qualidade	Pequena quantidade e qualidade inferior
Preços	Fixos (em geral)	Submetidos à discussão entre comprador e vendedor (<i>haggling</i>)
Crédito	Bancário institucional	Pessoal não-institucional
Margem de lucro	Reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios	Elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios
Relações com a clientela	Impessoais e/ou com papéis	Diretas, personalizadas
Custos fixos	Importantes	Desprezíveis
Publicidade	Necessária	Nula
Reutilização dos bens	Nula	Frequente
<i>Overhead capital</i>	Indispensável	Dispensável
Ajuda governamental	Importante	Nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	Grande, atividade voltada para o exterior	Reduzida ou nula

Fonte: Santos (2008 [1979], p. 44).

Segundo Santos (2008 [1979]), cada circuito é definido tanto pelo conjunto de atividades realizadas em certo contexto quanto pelo setor da população que a ele se liga pela atividade ou pelo consumo. O circuito superior é resultado direto da

modernização tecnológica e dele fazem parte tanto as atividades diretamente tributárias de tais modernizações quanto as pessoas que delas se beneficiam. Embora também resultado do mesmo processo de modernização – daí a inadequação da denominação de “circuito tradicional” –, o circuito inferior é um produto indireto, como que um subproduto não-planejado e frequentemente indesejado da mesma. São as atividades que não se beneficiam, total ou parcialmente, dos progressos técnicos recentes, as responsáveis por animar o circuito inferior, verdadeiro abrigo para amplas parcelas da população excluídas das formas de consumo modernas.

Enquanto as atividades do circuito superior tendem a incrementar a composição orgânica⁵ de seus respectivos capitais, liberando uma força de trabalho desprovida dos meios de produção que constituem a condição de sua objetivação, o circuito inferior – no qual o “capital” variável é muito mais relevante que o “capital” constante – abriga essa imensa massa urbana empobrecida mediante uma extrema divisão do trabalho, um elevado fracionamento das atividades e uma pulverização das pequenas empresas que lhe garantem a condição de um circuito autoinflacionário (SANTOS, 2008 [1979]).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo se propôs a explorar alguns dos aspectos e das problemáticas centrais delineadas pelas teorias dualistas e de bipolarização a partir das obras de três autores, cada qual inserido em diferentes campos disciplinares, que ofereceram importantes contribuições à construção das noções de dualismo estrutural e de bipolarização em países periféricos. Ressalta-se que, a despeito das pertinentes críticas direcionadas a essas interpretações teóricas, não é recomendável ignorá-las, dado que apontaram e ainda apontam para algumas especificidades das formações sociais dependentes da periferia do capitalismo mundial.

É necessário reconhecer que as teorias analisadas no âmbito do presente artigo foram elaboradas nas décadas de 1950, 1960 e 1970; anteriormente, portanto, à consolidação da globalização e das novas realidades que a acompanham. Daí a

⁵ A composição orgânica do capital (coc) é dada pela razão entre capital constante (k) e capital variável (v) e expressa, portanto, a proporção com que o capital investe em meios de produção (trabalho morto) e em força de trabalho (trabalho vivo). O aumento da composição orgânica do capital corresponde, assim, ao incremento das forças produtivas via modernização tecnológica (MARX, 2013 [1867]).

necessidade de revisitá-las criticamente à luz das profundas transformações pelas quais vem passando a totalidade do sistema mundial desde as últimas décadas do século XX – e também à luz das novas contribuições teóricas emergentes nesse período.

Embora esse esforço de atualização crítica das teorias dualistas e de bipolarização esteja muito além do escopo deste artigo, procurar-se-á, à guisa de conclusão, apontar alguns elementos importantes nesse exercício. Em primeiro lugar, é necessário levar em conta as novas dinâmicas de regionalismo concernentes às feições espaço-temporais da globalização. Dentre as novas estratégias de redimensionamento, que vão da escala microrregional à supranacional, incluem-se os distritos industriais, a metropolização multicêntrica ou polinucleada, as regiões transfronteiriças e as redes de cidades globais (JESSOP, 2013).

Particularmente no que concerne à metropolização, enquanto dinâmica de regionalismo constitutiva da globalização, a análise deve evitar reduzi-la a apenas um grau superlativo de urbanização; como propõe Silveira (2017), esse processo é, sobretudo, caracterizado por uma extrema divisão social e territorial do trabalho atravessada por formas complexas de cooperação e conflito entre agentes de graus muito diversos de capital, tecnologia e organização. A metrópole é, assim, um vasto meio construído que abriga agentes com rendas e formas de consumo e produção muito diversificadas entre si. Essa renovada complexidade funcional que caracteriza as metrópoles engendra renovados nexos entre os “sistemas socioeconômicos” ou os “circuitos da economia urbana” que passam a compartilhar, mais do que antes, da contiguidade territorial de uma mancha urbana estendida.

A globalização também marca a presença da ciência, da tecnologia, da informação e das finanças como importantes variáveis nas formações sociais periféricas (MONTENEGRO, 2014); altera-se, sob o influxo dessas mudanças, a própria constituição dos “sistemas socioeconômicos” e/ou dos “circuitos da economia urbana”. Ao circuito superior ou ao sistema socioeconômico moderno, por exemplo, além das grandes indústrias e dos bancos, crescem-se as empresas de consultoria, de informação, a produção e os serviços de alta tecnologia, o lazer e o entretenimento, os fundos de investimento e de pensão, as firmas globais e multissetoriais e, outrossim, aumenta a importância dos bancos e dos instrumentos

financeiros que garantem a liquidez das economias urbanas e nacionais (SILVEIRA, 2017).

O circuito inferior, por sua vez, é cada vez menos passível de ser considerado como um sistema socioeconômico tradicional, nos moldes das teorias dualistas clássicas, na medida em que incorpora novos atributos que alteram a caracterização feita por Milton Santos na década de 1970. A publicidade, naquela ocasião considerada como nula nesse circuito, atualmente é já existente, seja por meios precários (boca a boca, *folders*, *banners*, rádios e jornais comunitários) ou por propaganda indireta, isto é, aquela que atinge uma parcela da demanda que não tem condições de ser abastecida no circuito superior. O crédito, antes caracterizado somente pela sua forma pessoal não-institucional (o “fiado” ou “*haggling*”), é atualmente muito mais amplamente difundido sob modalidades diversas – do crédito popular e do microcrédito ao crédito consignado – e sob arranjos organizacionais também distintos – das agências aos correspondentes bancários –, fatores que indicam um esforço de desburocratização creditícia por bancos e instituições financeiras (SILVEIRA, 2017).

Adicionalmente, é preciso mencionar as críticas que, face à presença marcante de pequenas e médias empresas atuantes nas metrópoles e nas cidades médias dos países periféricos, buscam negar a existência de um simples dualismo ou mesmo de uma bipolarização econômica. De fato, são diversas as situações – da fabricação de medicamentos (BICUDO JR., 2006) à produção de autopeças (DONATO LABORDE, 2016) – nas quais empresas de menor porte e com menor grau de capitalização exercem importantes papéis nas economias regionais e nacionais. Implicaria isso em uma refutação da noção de dualismo estrutural e, principalmente, da proposição de existência de dois circuitos da economia em prol do reconhecimento de uma espécie de *continuum* da produção?

Para Silveira (2017), a atual divisão territorial do trabalho é de tal forma complexa e diversificada que se amplifica o número de agentes e de ocupações que pode nela inserir-se com diferentes níveis de subordinação e dependência. Daí a autora falar, com base nas proposições de Milton Santos, em um circuito superior marginal, isto é, em uma porção marginal do circuito superior, como conceito que abrange tanto formas residuais – resultado da sobrevivência de formas menos modernas de organização – quanto emergentes – respostas a demandas incapazes

de suscitar atividades totalmente modernas. Conclui, assim, essa autora pela validade da ideia da bipolarização em lugar da ideia de *continuum*, dado que essa última sugere uma suposta facilidade das pequenas firmas em atingir portes superiores e também sugere que os mesmos bens são fabricados por firmas de diferentes portes e características, ignorando as limitações de ordem tecnológica e de capitalização.

Os apontamentos supracitados são apenas alguns dos elementos que precisam ser incorporados aos estudos e às pesquisas atualmente tributários, em maior ou menor grau, das teorias dualistas e de bipolarização. A globalização como nova realidade histórica deve ser considerada por todos os campos disciplinares e interdisciplinares, inclusive os estudos de desenvolvimento, os quais devem estar atentos à obsolescência de certos conceitos e noções e à emergência de novos quadros de referência. Destarte, este artigo intentou ser uma breve contribuição à reflexão sobre uma das vertentes teóricas historicamente mais influentes nos estudos de desenvolvimento em países periféricos, dada a necessidade de revisitação, atualização e, sempre que necessário, proposição crítica.

REFERÊNCIAS

BICUDO JR., E. C. **O circuito superior marginal**: produção de medicamentos e o território brasileiro. 2006. 286f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BOEKE, J. H. **Economics and economic policy of dual societies, as exemplified by Indonesia**. New York: International Secretariat, Institute of Pacific Relations, 1953.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Análise integrada do desenvolvimento. In: _____. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. p. 16-38.

DONATO LABORDE, M. Los circuitos de la economía urbana vinculados a las empresas automotrices en Argentina. In: SILVEIRA, M. L. (Org.). **Circuitos de la economía urbana**: ensayos sobre Buenos Aires y São Paulo. Buenos Aires: Café de las Ciudades, 2016. p. 131-151.

ITAGAKI, Y. Some notes on the controversy concerning Boeke's "dualistic theory": implications for the theory of economic development in underdeveloped countries. **Hitotsubashi Journal of Economics**, Tokyo, v. 1, n. 1, p. 13-28, out. 1960.

JESSOP, B. Dynamics of regionalism and globalism: a critical political economy perspective. **Ritsumeikan Social Science Review**, Kyoto, v. 5, p. 3-24, 2013.

KERR, C.; HARBISON, F.; DUNLOP, J.; MYERS, C. **Industrialism and industrial man**. Cambridge: Harvard University Press, 1969. 15 p.

LAMBERT, J. **Os dois Brasis**. São Paulo: Brasiliense, 1973 [1957]. 277 p.

LEÃO, I. Z. C. C.; OGAMA, D. F. O. Relendo “Os dois Brasis”, de Jacques Lambert: o desenvolvimento econômico e sua apologia. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 38, n. 133, p. 245-258, jul./dez. 2017.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867]. 894 p.

MEDEIROS, F. A teoria do dualismo revisitada nos países de industrialização sem modernização. **Análise social**, Lisboa, v. 29, p. 81-119, 1994.

MONTENEGRO, M. **Globalização, trabalho e pobreza nas metrópoles brasileiras**. São Paulo: Annablume, 2014. 282 p.

ROSTOW, W. W. As cinco etapas do desenvolvimento – um sumário. In: _____. **Etapas do desenvolvimento econômico (um manifesto não-comunista)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974 [1960]. p. 16-30.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2008 [1979]. 440 p. (Coleção Milton Santos, 4).

_____. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed. 3. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2014 [2005]. 176 p. (Coleção Milton Santos, 7).

SILVEIRA, M. L. Metropolização, território e circuito superior marginal. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. **O espaço e a metropolização**: cotidiano e ação. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 333-353.

HETEROGENEIDADES DOS BAIRROS SOTEROPOLITANOS E A PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA

Mariane Reis Vila Verde¹
Leonardo Silvério Santana²
Renato Barbosa Reis³

RESUMO

O território soteropolitano expande-se concomitantemente com a desigualdade e segregação sócioespacial, disparidades latentes entre os bairros, a destinação dos recursos públicos e alocação de equipamentos. O artigo objetiva comparar duas classes econômicas opostas, os bairros da Graça e de São Tomé de Paripe, quanto à sensação de segurança, a partir da percepção dos seus residentes. Para atender o objetivo buscou-se trabalhar com a pesquisa de campo, aplicação de questionários dos dois bairros, com o intuito de captar a percepção dos moradores. Desta forma, é possível ratificar que a sensação de violência, crescente no território soteropolitano, atualmente encontra-se presente em todos os extratos sociais.

Palavras-chave: Graça; São Tomé de Paripe; sensação de segurança; Violência.

HETEROGENEITIES OF THE SOTEROPOLITANOS DISTRICTS AND THE PERCEPTION OF SECURITY

ABSTRACT

The Soteropolitan territory expands concurrently with inequality and socio-spatial segregation, latent disparities between districts, the allocation of public resources and the allocation of equipment. The article aims to compare two opposing economic classes, the districts of Graça and São Tomé de Paripe, regarding the sense of security, from the perception of their residents. To meet the objective we sought to work with field research, application of questionnaires from both districts, in order to capture the perception of residents. Thus, it is possible to ratify that the sense of violence, growing in the soteropolitan territory, is present in all social extracts.

Keywords: Graça; São Tome de Paripe; sense of security; Violence.

¹ Arquiteta e Urbanista pela Universidade Salvador – UNIFACS. Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador – UNIFACS. Doutoranda em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador – UNIFACS. E-mail: mariane.vila@gmail.com

² Comunicólogo habilitado em Publicidade e Propaganda, pela Faculdade de Tecnologia e Ciências. Mestrando em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) pela Universidade Salvador – UNIFACS. Discente no PPDRU – Bolsista CNPq Brasil. E-mail: l_silverio@hotmail.com

³ Doutor em Biotecnologia, Saúde e Medicina Investigativa - Fundação Oswaldo Cruz, Brasil. Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano. Universidade Salvador, UNIFACS, Brasil. Membro do Grupo de Pesquisas em Turismo e Meio Ambiente – GPTURIS. E-mail: georeis@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

O processo de urbanização brasileira teve como estopim a revolução industrial que desenfreadamente propiciou um tecido urbano complexo, conduzido pela rápida e desordenada expansão do território, resultando em inúmeros reflexos, tais como: desigualdade de renda, segregação, degradação ambiental, déficit habitacional, ocupações irregulares, precariedades na infraestrutura básica e aumento da criminalidade. O espaço urbano fragmentado em vários territórios resulta em diversas particularidades e peculiaridades próprias, gerando uma identidade, contribuindo com a exclusão social, a criminalidade e enfraquecendo o sentido da palavra sociedade (MARICATO, 1996; SANTOS, 2009; VILLAÇA, 2003).

As disparidades na distribuição da renda são facilmente perceptíveis ao analisar o tecido urbano de Salvador. A faixa de renda da população define o seu local de moradia, agregando as áreas com características similares e dividindo a cidade em zonas de conflito, com bairros geograficamente próximos e realidades distantes. As delimitações dos espaços definem os limites da interação e segregação social, demonstram a qualidade nos serviços públicos e a supressão do sentimento de cidadania. A recorrente contenção e aglomeração da população de baixa renda nas áreas pobres da cidade, somadas aos baixos investimentos em políticas públicas, acarretam na crescente desigualdade, criminalidade e em tantas outras consequências, problemas crônicos enfrentados por grandes centros urbanos (ROCHA, 2008).

A urbanização da cidade de Salvador apresenta todos os aspectos listados anteriormente. Os diversos territórios dentro da cidade são recortes urbanos, denominados de bairros, cada qual com suas características, constituindo uma identidade única que se distingue do restante do tecido urbano, na concepção de Lynch (2006, p. 66), os bairros são “partes razoavelmente grandes da cidade na qual o observador “entra”, e que são percebidas como possuindo alguma característica comum, identificadora”.

O contexto histórico da formação e urbanização da cidade de Salvador foi delimitado, principalmente, pela segregação espacial. A área central e a Orla Atlântica são locais que concentram serviços e comércios, configurando-se como territórios com maiores investimentos em infraestrutura e moradias da classe média e alta; e a área periférica e o subúrbio, compostos por bairros populares, são

caracterizados por serem ilhas de precariedade, sendo fundando em invasões e abarcando irregularidades (CARVALHO, 2008).

A pesquisa em questão busca apresentar dois bairros distintos com realidades econômicas opostas, posteriormente, compara-los em alguns aspectos e, principalmente, analisar a percepção dos moradores quanto a sensação de segurança. Conforme dados do Atlas da Violência (IPEA, 2019), Salvador apresenta-se como a quinta capital mais violenta do país, detendo uma taxa de homicídios de 63,5 a cada 100 mil habitantes em 2017. Os números oficiais registraram 1.314 e 1.763 homicídios, nos anos de 2007 e 2017, respectivamente, correspondendo a uma variação de 34,2%.

O histórico do bairro da Graça confunde-se com a história da cidade de Salvador, tendo em vista que antes da sua fundação, as terras habitadas por índios já eram compartilhadas com o naufrago português Diogo Álvares Correia, também conhecido por Caramuru, que ao casar-se com a filha do cacique, Catharina Paraguaçu, molda o primeiro bairro de Salvador de acordo com os caprichos da índia e anseios da coroa portuguesa. O bairro abriga um dos patrimônios mais importante da cidade, o primeiro templo religioso de Salvador, a Igreja de Nossa Senhora da Graça, construída a pedido de Catharina (FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS, 2019a).

O bairro está localizado na parte alta da cidade, no extremo Sul, situando-se no vértice oceânico da entrada da Baía de Todos os Santos, em uma altitude de 80 metros acima do nível do mar. A Graça foi consolidada como um bairro residencial de alto padrão que abriga as classes altas soteropolitanas.

De acordo com o censo (IBGE, 2010), o bairro possuía em 2010 o total de 19.026 habitantes, com predominância da população do sexo feminino correspondendo a 53% e, da sua população total, 26% considerada idosa. No geral, a população do bairro da Graça possuía um alto grau de instrução e em relação à renda auferida detinha um dos maiores rendimentos domiciliares da cidade, resultando em numa média de R\$4.322,91 para cada pessoa remunerada do bairro, correspondendo a 8,47 salários mínimos.

Análises históricas apontam que as localidades de Paripe e São Tomé de Paripe antecedem a fundação da cidade de Salvador. Devido a distância, a área foi considerada como povoado de administração independente e até o século XVIII

ainda não havia sido legalmente integrada a capital baiana. Devido a sua beleza natural, o bairro inicialmente foi ocupado por casas de veraneio e chácaras (FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS, 2019b).

O bairro de São Tomé de Paripe pertencente ao Subúrbio Ferroviário, parte baixa da cidade, o seu intenso processo de ocupação entre as décadas de 60 e 70, ocasionou em uma localidade com construções irregulares, ausência de planejamento urbano, precariedade dos serviços públicos básicos e com altos índices de violência (CARVALHO, 2008).

No ano de 2010 (IBGE, 2010), o bairro possuía 9.522 habitantes, verificando-se uma divisão aproximada entre os sexos, sendo 49,5% homens e 50,5% mulheres, correspondendo a 4.717 homens e 4.805 mulheres. Ao analisar o grau de instrução da população percebeu-se que 7% da população total não eram alfabetizadas e que a maior parcela dos moradores auferia um rendimento de meio salário mínimo a um salário mínimo, correspondendo a 41% da população, tendo o segundo maior grupo auferindo renda de um a três salários mínimos, total de 22%.

Ao traçar um breve histórico e o perfil socioeconômico dos dois bairros cabe afirmar que o trabalho justifica-se em comparar duas classes econômicas opostas, sendo um grupo residente do primeiro bairro fundado de Salvador, considerado de classe alta, e o outro, o último bairro da cidade, em relação à posição geográfica e um bairro periférico, em relação à questão insegurança. Portanto, se propõe neste artigo, comparar o bairro da Graça e de São Tomé de Paripe, quanto à sensação de segurança, a partir da percepção dos seus residentes.

1.1 METODOLOGIA

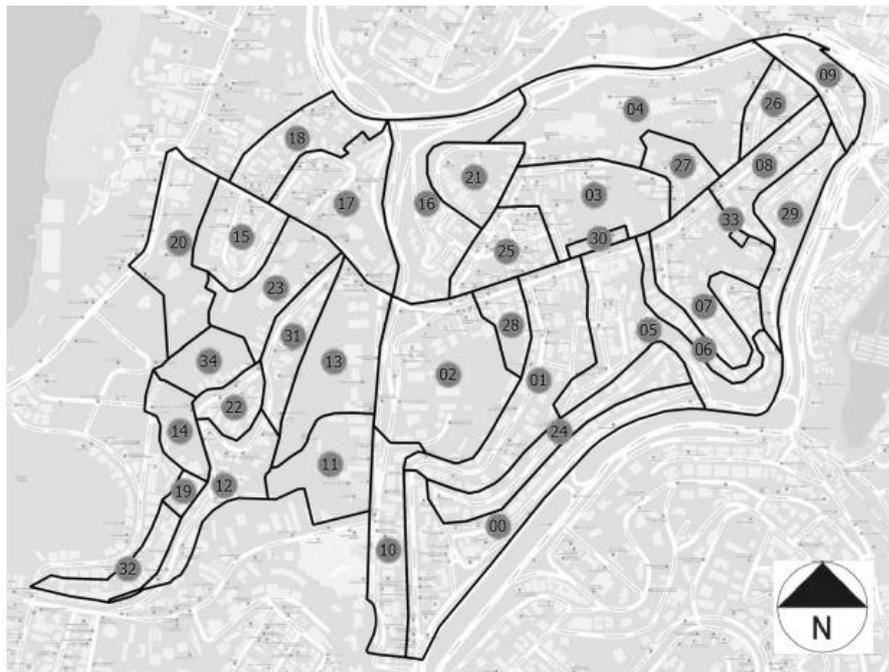
Com o intuito de captar a percepção dos moradores em relação à sensação de segurança dos bairros, buscou-se como ferramenta a coleta de dados primários, através da aplicação de questionários em ambos os bairros.

No bairro da Graça a população residente, segundo o IBGE, no ano de 2010 era de 19.026 moradores, porém, para o estudo em questão o tamanho da amostra foi composto somente por moradores acima dos 18 anos e de ambos os sexos, correspondendo a 16.134 pessoas (IBGE, 2010). Para determinar a amostra representativa da população total foi utilizada a ferramenta de cálculo do OpenEpi 3.0, considerando os seguintes parâmetros: a frequência hipotética do fator do resultado na população foi de 50%, pois não foi encontrado nenhum estudo que trate

da percepção de moradores em relação ao lugar residente com uma população total próxima do estudado; a margem de erro de 5%; efeito de desenho de 1. Desta forma, foi totalizado um tamanho de amostra de 267 questionários a serem aplicados dentro de um intervalo de confiança de 90%.

Para a aplicação dos questionários no bairro de maneira proporcional, foram utilizados os setores censitários do IBGE como unidades espaciais de referência, identificado à população de cada setor censitário e calculando a proporção desta em relação ao contingente total do bairro. A proporção de cada setor determinou a quantidade de questionários que foram aplicados setorialmente no bairro (Figura 1) (Tabela 1).

Figura 1 - Poligonal do bairro da Graça com seus 35 setores censitários enumerados



Fonte: Adaptado do IBGE (Censo 2010).

Tabela 1 - Questionários aplicados por setores censitários e população

SETORES CENSITÁRIOS	POPULAÇÃO TOTAL	POP.SETOR/ POP.TOTAL (%)	QUESTIONÁRIOS APLICADOS
0	360	2%	5
1	952	5%	13
2	949	5%	13
3	583	3%	8
4	547	3%	8
5	714	4%	10
6	588	3%	8
7	766	4%	11
8	654	3%	9
9	325	2%	5
10	728	4%	10
11	615	3%	9
12	353	2%	5
13	531	3%	7
14	451	2%	6
15	634	3%	9
16	659	3%	9
17	757	4%	11
18	712	4%	10
19	227	1%	3
20	572	3%	8
21	588	3%	8
22	344	2%	5
23	469	2%	7
24	730	4%	10

Fonte: Adaptado do IBGE (Censo 2010).

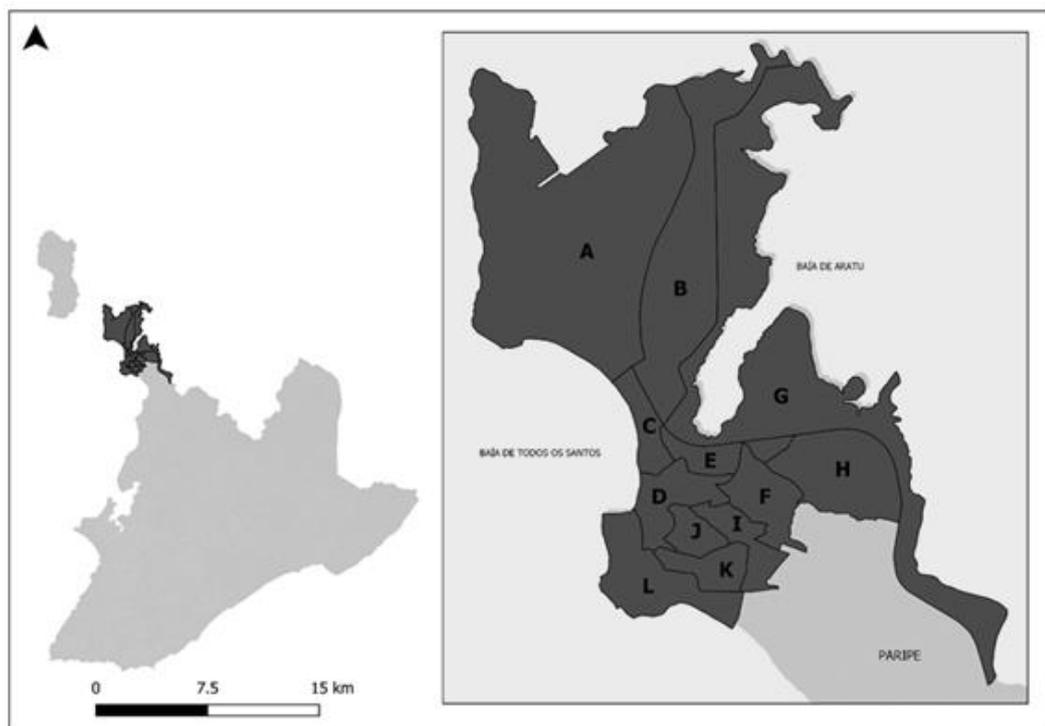
Depois de calculada as proporções, os 267 questionários foram aplicados em um intervalo de doze dias, entre os dias 30 de Julho de 2017 a 10 de Agosto de 2017, em horários distintos e em cada um dos setores censitários.

Após a aplicação dos questionários testes com os moradores, viu-se a necessidade da inclusão da população trabalhadora na pesquisa, pois ao apurar os resultados e por se tratar de um bairro de alto padrão, mais de 50% da população entrevistada não tinham o hábito de transitar a pé pelo bairro. Com o objetivo de complementar o estudo, tendo como aporte as fontes de dados primárias, foram realizados 30 questionários com os trabalhadores locais, o que corresponde a 10% dos estabelecimentos comerciais e serviços existentes no bairro.

No bairro de São Tomé de Paripe, para à delimitação dos setores censitários inseridos no bairro sobrepôs-se a delimitação da malha de setores da Prefeitura de Salvador à malha do IBGE, 2010, chegando-se ao total de 12 setores censitários (Figura 2).

Para método de análise da poligonal do bairro neste estudo, optou-se por excluir dois setores censitários: um referente a Base Naval da Marinha (setor A), por pertencer à União e, portanto, ter configurações próprias e distantes da realidade do bairro, e um segundo por ter a maior parte de seu território pertencente ao bairro de Paripe (setor K), segundo a Prefeitura de Salvador. Desta forma, para finalidade deste estudo considera-se apenas 10 setores censitários como pertencentes ao bairro de São Tomé de Paripe.

Figura 2 - Poligonal do bairro de São Tomé de Paripe com seus 12 setores censitários enumerados



Fonte: Adaptado do IBGE (Censo 2010).

Conforme os dados coletados, o bairro São Tomé de Paripe possuía 9.522 habitantes, segundo IBGE (2010). Considerando uma população heterogênea, o cálculo da amostra para aplicação dos questionários foi realizado no site do OpenEpi, uma calculadora de código aberto, que através da fórmula $n =$

$[EDFF \cdot Np(1-p)] / [(d2/Z21-\alpha/2 \cdot (N-1) + p \cdot (1-p))]$, apresentou o tamanho da amostra total de 365 questionários, com grau de confiança estabelecido em 95%.

Para aplicação dos questionários foram sorteados cinco setores censitários do total de dez, com a finalidade de obter amostras heterogêneas e representativas de todo o território do bairro. Os setores sorteados foram os representados pelas letras “B”, “C”, “D”, “E”, e “F”, conforme Tabela 2. Suas respectivas populações constam na tabela com a indicação do número de questionários aplicados, proporcionalmente à população. Vale salientar que os questionários foram aplicados, nos dias 07, 08, 10, 12, 13, e 14 do mês de junho de 2019, para pessoas de ambos os sexos e maiores de 18 anos de idade.

Tabela 2 – Divisão de questionários por setor censitário

Setor censitário	População	Quantidade de Questionários Aplicados
B	460	38
C	663	55
D	1.661	138
E	871	72
F	757	62
Total	4.412	365

Fonte: Adaptado do IBGE (Censo 2010).

Após a aplicação dos questionários, foi realizada a compilação dos dados no programa Epilinfo e através dos resultados obteve-se o embasamento para a criação de gráficos, visando a análise do grau de insegurança da população residente.

2 RESULTADOS

Este item versará em apresentar os dados separadamente dos bairros, primeiramente caracterizando a população e posteriormente apresentando os dados quanto à sensação de segurança dos residentes em cada bairro, no caso do bairro da Graça, inclui-se também os trabalhadores.

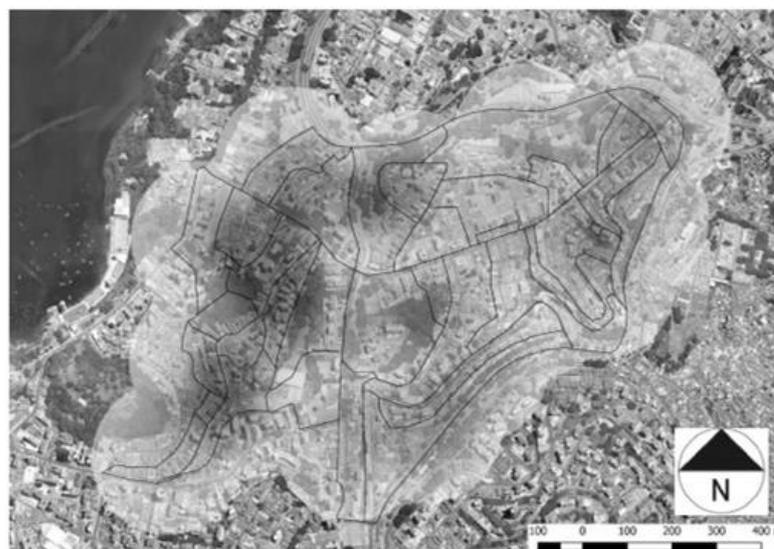
Através dos 267 questionários aplicados aos moradores do bairro da Graça, foi possível traçar uma caracterização dos entrevistados, onde 55% dos abordados corresponderam ao sexo feminino e no total tinha idade média de 48 anos, com 18

anos idade mínima e 90 anos a máxima. Destaca-se a característica do tempo de residência, onde 75% da população responderam que moravam no local há mais de 20 anos.

Em relação à renda, foram estratificadas em duas perguntas, quanto a fonte de renda e a renda média dos entrevistados, desta forma se constatou que aproximadamente, 21% da população trabalham com carteira assinada, 7% sem carteira assinada, 17% eram autônomos ou empresários, 18% aposentado ou pensionista, 16% são funcionários públicos e 21% possuem fonte de renda diferente das citadas acima. Para verificar os dados referentes à renda média, os entrevistados tiveram opções de respostas entre menos de 1 salário mínimo até mais que 10 salários mínimos. Os resultados que mais se destacaram foram os intervalos de 4 a 6 salários mínimos (19,26%) e o de 2 a 4 salários mínimos (18,52%). Destaca-se que 28,41% da população recebem mais que 6 salários mínimos, isso equivale a um valor superior a R\$ 5.500 mensal por pessoa.

Quanto a se sentir seguro no bairro, dos 267 entrevistados, 56,30% afirmou sentir-se seguro, contra 43,70%. Dos moradores que afirmaram não se sentirem seguros no bairro, podemos identificar no mapa abaixo (Figura 3) os setores censitários nos quais residem, verificando-se que os setores 12, 15, 19, 23 e 31 são considerados os mais inseguros do bairro. Dos 56,30% que afirmaram sentir-se seguros, atribuíram a sensação de segurança aos seguintes fatores: Policiamento da PMBA e guarda municipal, segurança privada na rua e prédio e a tranquilidade do bairro.

Figura 3 – Mapa de calor, indicando a população residente entrevistada que se sente insegura no bairro da Graça

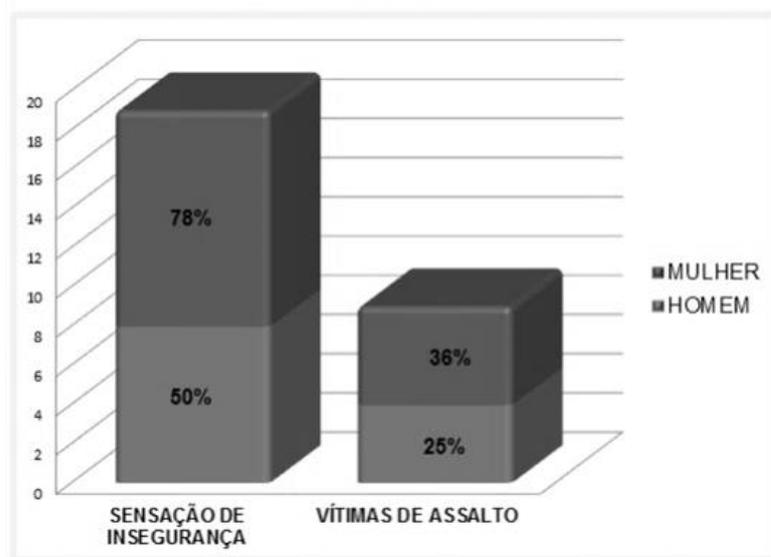


Fonte: Adaptado do IBGE (censo 2010).

Caracterizando a população trabalhadora do bairro da Graça, dentre a amostra utilizada composta por 30 trabalhadores, 53% da abordados foram homens e 47% mulheres. A média de idade dos trabalhadores foi de 35 anos (20 anos idade mínima e 66 anos idade máxima). Quanto à escolaridade, o ensino médio teve maior destaque, com 60%, seguido de ensino fundamental com 27% e nível superior com 10%.

Ao questionar os entrevistados sobre a sensação de segurança ao transitarem pelo bairro, 63% responderam que se sentem inseguros, contudo reconhecem a presença constante das viaturas da Polícia Militar circulando pelas ruas do bairro. Ao estratificar o percentual de pessoas que se sentem seguras no bairro com o percentual de sexo abordado, percebe-se que 50% dos homens se sentem inseguros e 78% das mulheres tem a mesma sensação (Gráfico 01), dentre este percentual de mulheres que se sentem inseguras, destaca-se as que saem do serviço às 14h, correspondendo a 30%, fato relacionado à baixa movimentação de transeuntes durante o período vespertino. Em relação à violência, 30% dos trabalhadores alegam que já foram vítimas de furtos e assaltados no bairro, ao estratificar as vítimas por gênero, notou-se que 25% dos homens e 36% das mulheres já foram assaltados, confirmando as mulheres como o maior contingente trabalhador que se sente inseguro no bairro (Gráfico 1).

Gráfico 1 – População trabalhadora: Sensação de insegurança x vítimas de assalto no bairro da Graça



Fonte: Elaboração própria (2017).

Em relação ao bairro de São Tomé de Paripe, dos 365 questionários aplicados foi possível traçar uma caracterização dos entrevistados, onde 56% dos abordados corresponderam ao sexo feminino e o seu total tinha idade média de 43 anos (18 anos idade mínima e 80 anos idade máxima).

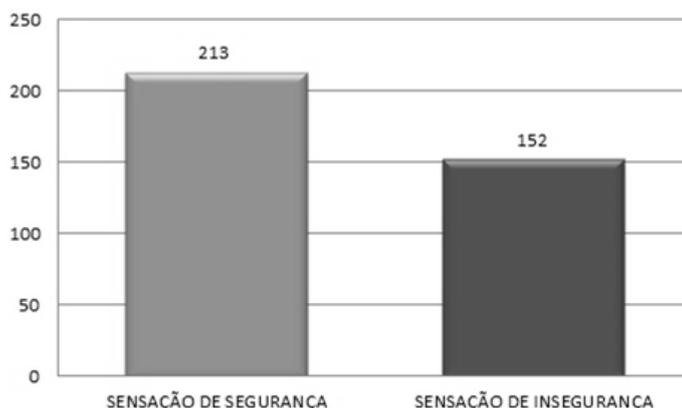
Em relação à renda, foram estratificadas em duas perguntas, quanta a fonte de renda e a renda média dos entrevistados, evidenciando que 29% das pessoas declararam se enquadrar no regime de trabalho com carteira assinada, 22% se intitularam autônomo, 17% trabalham sem a carteira assinada e dos 16% em que “não se aplica”, encontram-se os que não possuem renda ou não responderam. Dentre os respondentes que recebem alguns benefícios, 34% informaram que são beneficiários do Bolsa Família.

Para verificar os dados referentes à renda média, os entrevistados tiveram opções entre menos de 1 salário mínimo até mais de 10 salários mínimos. Desta forma, constatou-se que 60% dos entrevistados, recebem entre 1 e 2 salários mínimos, 20% recebem menos de 1 salário mínimo, o segundo maior percentual, e em terceiro, 14% das pessoas declararam não ter renda mensal.

O questionário aplicado buscou analisar a percepção dos moradores de São Tomé de Paripe sobre o sentimento de segurança, dos 365 entrevistados, 213 afirmaram que se sentem seguros, correspondendo a 58% da população

entrevistada e os 152 moradores restantes responderam que não se sentem seguros (Gráfico 2).

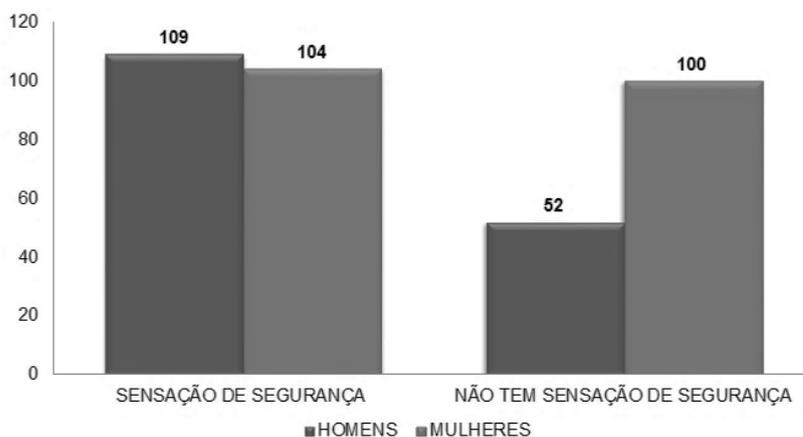
Gráfico 2– Sensação de segurança no bairro de São Tomé de Paripe



Fonte: Elaboração própria, estratificada da pesquisa de campo (2019).

Ao estratificarmos o número total de entrevistados por sexo, temos a proporção conforme Gráfico 3.

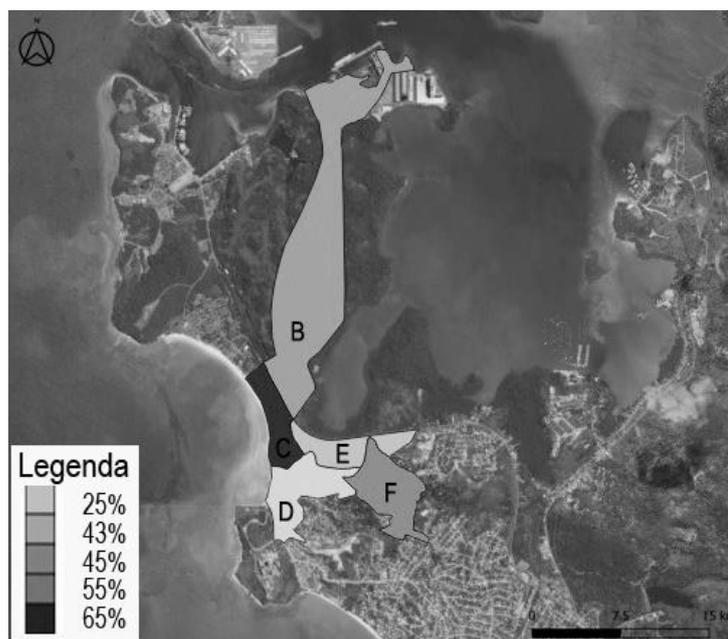
Gráfico 3 – Sensação de segurança no bairro de São Tomé de Paripe



Fonte: Elaboração própria, estratificada da pesquisa de campo (2019).

Ao estratificarmos a quantidade de residentes que não se sentem seguros no bairro e considerando o total de questionários aplicados em cada um dos setores, temos a proporção distribuída conforme Figura 4.

Figura 4 – Proporção de moradores entrevistados que não se sentem seguros



Fonte: Elaboração própria, estratificada da pesquisa de campo (2019).

No menor índice (25%) encontra-se no setor “D”, onde se localiza a maioria dos serviços e comércios, a praça, o restaurante popular e a USF (Unidade de Saúde Familiar). O maior índice (65%) no setor “C”, compreende a faixa da Orla. Tal percepção de insegurança pode ser atribuída a orla, pois nela concentra-se uma maior movimentação de transeuntes, turistas e eventos, com grandes fluxos de pessoas aos finais de semana e de onde partem os barcos de passeio, porém, contrapõe-se ao fato do setor ser limítrofe com a praia de Inema e a Base Naval de Aratu.

3 DISCUSSÃO

Os espaços urbanos soteropolitanos contribuem com a dinâmica da cidade, por sua vez, são vistos como uma complexa área de concentração populacional, em forma de segregação territorial.

Ao caracterizar os bairros escolhidos para o estudo, percebe-se duas realidades opostas e bem distintas. A Graça é um bairro de altíssimo padrão da cidade, com oferta de infraestrutura, comércios, serviços e seus residentes detém alto rendimento mensal. Aproximadamente 43% dos moradores alegaram a sensação de insegurança, números relativamente próximos, tendo uma diferença de apenas 34 pessoas entre os que se sentem seguros dos inseguros. Contudo, ao

buscar a percepção dos trabalhadores, destaca-se um alto índice da sensação de insegurança, 63% dos entrevistados.

Considerando que por se tratar de um bairro de classe alta, geralmente os residentes não possuem o hábito de transitar a pé pelas ruas do bairro ou fazer uso dos equipamentos públicos. Destaca-se também a perceptível configuração das residências “fortalezas”, condomínios dotados de cercas, muros altos, câmeras, guaritas, uma ampla estrutura na qual os moradores atribuem e depositam a sua sensação de segurança.

Em São Tomé de Paripe, bairro periférico e de ocupação popular, local historicamente marcado pela precariedade da infraestrutura e escassez de investimentos públicos, ao serem questionados quanto à sensação de segurança, 42% dos entrevistados responderam não se sentirem seguros no bairro que residem.

A simples comparação entre esses dois bairros demonstram os aspectos peculiares e facilmente compreendidos por aqueles que buscam estudar a cidade de Salvador. No quesito segurança pública, no bairro da Graça é notória a assistência dada tanto pela polícia militar, quanto pela guarda municipal. Porém, quando somados a crescente violência em Salvador com os padrões de comportamento dos residentes, percebe-se que o esvaziamento das ruas do bairro da Graça e a pouca movimentação de transeuntes, geram pontos vulneráveis para assaltos e furtos.

Em contrapartida, no bairro de São Tomé de Paripe, o maior índice de sensação de insegurança é visto nos locais de maior movimentação e trânsito de pessoas, atribuído a grande visitação aos finais de semana e em períodos de festas. Logo, pode-se infligir que o baixo efetivo de policiamento e a ausência de atuações constantes da segurança pública, permitem a livre e crescente ação da criminalidade.

Assim como em tantos outros bairros carentes da cidade, percebe-se a predominância de residências simples, sem muros altos, guaritas ou câmeras de segurança, percebe-se que nos locais mais necessitados e onde o poder paralelo atua livremente, a sensação de segurança pode ser atribuída ao tempo de residência no bairro e a perspectiva do cotidiano presente, onde os moradores aprendem a conviver com tal realidade e se acostumam à situação que vivem, ou seja, consideram normal viver em um ambiente inseguro e não tranquilo.

Mesmo com a desconstrução do estigma de que as comunidades carentes são ambientes violentos, tal rótulo ainda é dado as periferias pois os índices ratificam tal preconceito. Na dicotomia pobreza e riqueza, um favorece o avanço da criminalidade pela notável fragilidade social e o outro pelas altas condições econômicas. Os condomínios fechados tornam o ambiente urbano inseguro, renegando as ruas e os espaços públicos. Mas, a partir do momento que ocorre a segregação e diferenciação dos espaços, tanto os residentes das favelas quanto dos condomínios de alto padrão, estão expostos aos mesmos problemas de violência e medo.

Neste contexto, Marcelo Lopes Souza, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, adverte em seu livro, “Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana”, que a insegurança generalizada presente nas metrópoles fomenta a exclusão e a criminalização do outro. Baseando-se nesta sensação, o indivíduo projeta em seu semelhante a existência de um inimigo, e desta forma, a problemática da insegurança converte os espaços públicos em zonas de conflito e as residências em “fortalezas”, reestruturando os modos de interação social e de vida urbana.

A insegurança é ponto central na pauta de discussões da sociedade e do poder público, e em Salvador, embora existam perspectivas de redução das estatísticas, o medo e a sensação de uma guerra urbana oculta prevalecem nos becos, vielas e ruas por toda a cidade. Concomitantemente, tal insegurança gera o isolamento espacial, os guetos urbanos de habitações cada vez mais seguras e desconectadas do restante da cidade. Enquanto isso, o poder público adota uma postura separatista, baseada na militarização das áreas urbanas e no uso excessivo da repressão para conter (e balizar) a criminalidade nas periferias e subúrbios de Salvador.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se reflete a respeito do cotidiano dos moradores das comunidades carentes, um dos primeiros aspectos externados refere-se ao artigo terceiro da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que estabelece o direito à vida e à segurança. Contudo, o paradoxo neste estudo está no fato da sensação de insegurança ser latente em ambas as realidades estudadas, independente da classe

e padrão social, pois mesmo com elevado investimento em segurança privada, a classe mais favorecida também é afligida.

No território soteropolitano, a crescente violência aos poucos encontra maneiras de se alastrar por todos os extratos sociais, através das fragilidades presentes no ambiente urbano. A ruptura dos espaços ocorreu de tal maneira que não existe trânsito e compartilhamento de recursos igualitário entre eles. Na configuração histórica da metrópole, a população de Salvador, como um todo, ficou sujeita a violência urbana. A maior problemática vista neste estudo foi averiguar à preservação do direito fundamental do cidadão quanto a Segurança Pública, destacando a ineficácia do Estado em cumprir o seu papel.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. 2. ed. Salvador. Editora da UFBA, 2008.

FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS. Graça. **Salvador Cultura todo dia**, 2019. Disponível em: http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo-polo.php?cod_area=1&cod_polo=7. Acesso em: 28 set. 2019a.

FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS. Paripe / São Tomé De Paripe. **Salvador Cultura todo dia**, 2019. Disponível em: http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendopolo.php?cod_area=6&cod_polo=12. Acesso em: 28 set. 2019b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010> . Acesso em: 28 set. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da Violência dos Municípios Brasileiros 2019**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/21/atlas-da-violencia-dos-municipios-brasileiros-2019>. Acesso em: 10 out. 2019.

LYNCH, Kevin. **A Imagem Da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec: 1996. 141p.

ROCHA, Carla Pereira; SILVA, Liliane Ferreira Mariano da. A paisagem do medo: um estudo do bairro da Pituba, Salvador–BA. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador, v. 10, n. 17, p. 43-48, 2008. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/1024/802>. Acesso em: 2 mar. 2020.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Fobópole: O Medo Generalizado e a Militarização da Questão Urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

VILLAÇA, F. A segregação urbana e a justiça. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo, v. 11, n. 44, p. 341-34, 2003. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/Gabrieldibernardi/villaa>. Acesso em: 28 set. 2019.

SOBRE ÁGUAS REVOLTAS... CRESCIMENTO E CRISE DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA NO PRINCÍPIO DO SÉCULO XXI

**Claudiana Guedes de Jesus¹
Leda Gitahy²**

RESUMO

Nesse artigo analisamos a recente crise da indústria naval brasileira (pós-2015) devido as discontinuidades das políticas governamentais, fato que ocorre depois de forte crescimento no princípio desse século. Observa-se a diminuição das atividades, o fechamento dos estaleiros e o crescente desemprego assentados em uma perspectiva de menos encomendas e financiamento por parte da Transpetro/Petrobras. Atualmente (2018), estão em operação apenas 32 estaleiros, contra os 52 que existiam em 2014 e emprega 30 mil dos 82 mil de antes. A pesquisa foi qualitativa com revisão da bibliografia e a análise de dados secundários, como volume de emprego pela Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Emprego e Trabalho (RAIS/MTE), evolução do Fundo da Marinha Mercante (FMM) e outros indicadores setoriais do Sindicato Nacional da Indústria de Construção Naval e *Offshore* (SINAVAL).

Palavras-chave: J21 Força de trabalho e emprego; L16 Organização Industrial; 054 América Latina.

SAILING ON TROUBLED WATERS: BOOM AND BURST IN BRAZILIAN SHIPBUILDING AT THE BEGINNING OF THE 21ST CENTURY

ABSTRACT

In this article we analyze the recent crisis in the Brazilian naval industry (post-2015) due to the discontinuities of government policies, a fact that occurs after strong growth at the beginning of this century. There is a decrease in activities, the closing of the shipyards and the growing unemployment based on a perspective of less orders and financing from Transpetro / Petrobras. Currently (2018), only 32 shipyards are in operation, against the 52 that existed in 2014 and employs 30 thousand of the 82 thousand before. The research was qualitative with a review of the bibliography and analysis of secondary data, such as employment volume by the Annual List of Social Information of the Ministry of Employment and Labor (RAIS / MTE), evolution of the Merchant Marine Fund (FMM) and other sectoral indicators of the National Union of the Shipbuilding and Offshore Industry (SINAVAL).

Keywords: J21 Labor Force and Employment; L16 Industrial Organization; 054 Latin America.

¹ Doutora em Política Científica e Tecnológica/UNICAMP. Docente da UFRRJ. E-mail: Claudiana.guedes@gmail.com

² Doutora em Sociologia/Universidade Uppsala (Suécia). Docente UNICAMP. E-mail: ledagitahy@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

No início desse século a indústria de construção naval brasileira passou por dois distintos momentos, o primeiro de forte crescimento e expansão (1997-2014) seguido de posterior período de discontinuidades (declínio de produção e emprego) na indústria (pós-2015). Esse último período, mais especificamente na trajetória do setor no país, denominamos de uma nova crise, pois em meados da década de 1980 até fins da década de 1990 a indústria nacional já passou passado por uma primeira vez uma fase de declínio/desativação de estaleiros, desde a estruturação da indústria em fins dos anos 1950.

Enquanto, o princípio do século foi caracterizado pela abertura e reativação de estaleiros, desconcentração da indústria pelo país, aumento das encomendas e forte aumento da produção e do emprego. A partir de 2015, verificamos forte e rápida retração em todos os indicadores setoriais, e muitos dos novos estaleiros reduziram atividades ou até foram ou estão sendo fechados. Esse artigo tem como objetivo principal analisar como a indústria naval do país saiu de um período de forte dinamismo para uma nova crise em sua história, descrevendo esse novo momento que se configura através das (des)continuidades das políticas e dos indicadores setoriais, como produção (através do toneladas de porte bruto – TPB), volume de emprego e diminuição de investimentos públicos (como diminuição dos repasses ao Fundo da Marinha Mercante – FMM)³.

Para fins dessa pesquisa, a indústria de construção naval brasileira é entendida como o conjunto formado pelos estaleiros navais de grande e médio porte existentes no território nacional (Quadro 3). As plantas produtivas navais ou estaleiros ocupam na cadeia produtiva naval a posição central de responsáveis pela construção, montagem e reparo de embarcações, possuem complexo processo produtivo e são fornecedores de bens de capital contratados por encomenda.

De maneira sintética, em termos metodológicos, o presente estudo teve como base a pesquisa qualitativa que se estrutura a partir de revisão de literatura, indústria naval no país e no mundo, bem como análise de dados secundários, especialmente

³ O Fundo de Marinha Mercante - FMM é um fundo de natureza contábil, destinado a prover recursos para o desenvolvimento da marinha mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileira. Sua fonte básica de recursos é o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), incidente sobre o frete cobrado pelo transporte aquaviário de carga de qualquer natureza descarregada em porto brasileiro, ou seja, sobre as atividades de cabotagem e importação de mercadorias (DORES; LAGE; PROCESSI, 2012).

de duas fontes oficiais estatísticas: a Relação Anual de Informações Sociais base estatística do Ministério do Emprego e Trabalho – RAIS/MTE e do Sindicato Nacional da Indústria de Construção Naval e *Offshore* – SINAVAL. A RAIS/MTE foi a principal base para informações sobre os trabalhadores do setor. Também foi utilizado para dados históricos da indústria naval elaborados pelo Sindicato Nacional da Indústria de Construção Naval e *Offshore* – SINAVAL. O sindicato através de sua assessoria de imprensa faz pesquisas anuais com base em entrevistas com os estaleiros que são seus associados, divulgadas através de suas publicações periódicas. Contudo, o primeiro tópico desse artigo será mais detalhado sobre os métodos utilizados nessa pesquisa.

Esse artigo está estrutura em cinco partes, a contar por essa apresentação, um primeiro no qual descrevemos os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, no segundo tópico analisamos sucintamente a história da indústria naval no país, com destaque para o período de retomada (1997-2014) em especial a descrição das principais políticas setoriais que fomentaram esse forte crescimento além da desconcentração regional, como novos estaleiros para além do Rio de Janeiro. Posteriormente, analisamos o momento recente da indústria naval descrevendo a nova crise que pode ser demonstrada a partir de dois importantes indicadores setoriais o Fundo de Marinha Mercante – FMM e a evolução do volume de emprego naval no país. E por fim, tecemos as algumas principais considerações finais obtidas a partir dos resultados da pesquisa.

2 Procedimentos metodológicos adotados na pesquisa

Nesse tópico descrevemos a metodologia utilizada na pesquisa que resultou nesse artigo com destaque nos embasamentos teóricos desses procedimentos metodológicos. Além da descrição de quais foram as fases de pesquisa e quais as principais fontes de dados secundários e indicadores utilizados. Aproveitamos para definir também alguns conceitos e termos específicos da indústria naval para facilitar o entendimento das técnicas utilizadas.

A pesquisa ora proposta foi realizada a partir de um enfoque descritiva, que utilizou dados qualitativos. O uso da pesquisa qualitativa se mostrou o mais adequado a esse trabalho, uma vez que, que se busca uma compreensão detalhada do fenômeno examinado por meio do significado que os participantes atribuem ao

problema (CRESWELL, 2014). Ademais, de acordo com Creswell (2014), a pesquisa qualitativa deve começar com pressupostos, uma lente interpretativa/teórica e o estudo dos problemas de pesquisa, explorando-se o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano.

O estudo constitui-se em, de acordo com a tipologia defendida por Roesch (2015) em uma pesquisa aplicada, pois objetiva entender a natureza e a fonte de problemas específicos observados no estaleiro que foi estudado, gerando conhecimentos para formular intervenções dirigidas à solução destes. É ainda, uma pesquisa descritiva, uma vez que analisa de forma crítica os aspectos relativos a evolução de indicadores setoriais, “Nas pesquisas descritivas, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles, ou seja, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 52).

No tocante ao método, a pesquisa se caracteriza como um estudo setorial de uma atividade industrial no Brasil. "O estudo de caso é uma investigação empírica, que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre fenômeno e o contexto não são claramente definidos" (YIN, 2005, p. 32).

Para interpretação do cenário do estudo de caso setorial, a Indústria de Construção Naval no Brasil é composta pelo conjunto de estaleiros navais de médio e grande porte. A Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, indica que essa indústria faz parte da Indústria de Transformação, inserida no complexo metal-mecânico do segmento de Fabricação de Outros Equipamentos de Transportes. Os estaleiros são as instalações às margens de rios, mares ou lagos, responsáveis pela construção, montagem e reparo de embarcações. Seu processo produtivo é extremamente complexo e fornece bens de capital que são contratados por encomendas (JESUS; SILVA, 2017).

Para atingir o objetivo dessa pesquisa foi utilizada como base metodológica a pesquisa qualitativa, estruturada a partir de duas fases realizadas em alguma medida concomitantemente: a) primeiramente, será realizada uma pesquisa bibliográfica através da revisão científica da literatura acadêmica existente sobre o tema, em especial indústria naval nacional e o estaleiro Verolme e b)

sistematização analítica de dados secundários e indicadores do setor (como produção e número de trabalhadores).

Retomando a descrição dos procedimentos utilizados na pesquisa, destacamos que na primeira fase foi realizado um levantamento da literatura sobre o tema e uma revisão bibliográfica, em especial com textos acadêmicos nacionais, em especial teses e artigos científicos, sobre a indústria naval no país, além de análise de dados e informações de sites especializados do setor, como no Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e *Offshore* – SINAVAL.

Numa segunda fase um levantamento de dados e sistematização de alguns indicadores da indústria naval, em especial dois indicadores de produção dos estaleiros e de volume de emprego, no de produção medida pelo crescimento de produção através do Toneladas de Porte Bruto (TPB) produzido por estaleiros (definição no próximo parágrafo) ou pela análise da carteira de encomenda do estaleiro, principais fontes do Brasil a página institucional do SINAVAL.

Já na análise do volume de emprego na indústria, observando o número de trabalhadores ou de emprego e desemprego no setor utilizaremos os dados oficiais da Relação Anual de Informações Sociais base estatística do Ministério do Emprego e Trabalho – RAIS/MTE. Sendo que todos os atributos descreviam a situação dos detentores de vínculo em 31/12 do respectivo ano. Nessa pesquisa utilizamos a Relação Anual de Informações Sociais base estatística do Ministério do Emprego e Trabalho – RAIS/MTE, para tanto utilizamos os correspondentes abaixo: CNAE 2.0: CLASSE 30113 - Construção de embarcações e estruturas flutuantes; CLASSE 30121 - Construção de embarcações para esporte e lazer; CLASSE 33171 - Manutenção e reparação de embarcações.

Vale definir o crescimento da produção dessa indústria um dos indicadores utilizados é o de Toneladas de Porte Bruto. Em inglês *Deadweight Tons* (DWT) é a medida em toneladas métricas, de peso que um navio pode transportar em segurança. Inclui o peso da carga, tripulação, água, combustível, lubrificantes, víveres e sobressalentes (JESUS; GITAHY, 2010). Na virada da década de 1970 para 1980, essa indústria era uma das líderes mundiais em oferta de embarcações de longo curso, ficando atrás apenas da indústria japonesa. Sendo assim, no cenário da economia brasileira, representava mais de e 0,4% da receita líquida da indústria no Brasil (JESUS, 2013).

Os dados foram tratados qualitativamente, utilizando-se a técnica de análise de conteúdo, que de acordo com Bardin (2011, p. 47) consiste em: um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas.

3 TRAJETÓRIA DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO NAVAL BRASILEIRA: POLÍTICAS E CRESCIMENTO NO PERÍODO DE RETOMADA (1997-2014)

Na virada do século, dois fatores importantes de crescimento e consequente retomada dessa indústria no país merecem foco a) as constantes e sustentáveis encomendas da Petrobras/Transpetro, (ampliadas a época devido a exploração de petróleo na camada do pré-sal), e b) o aumento dos recursos desembolsados pelo instrumento de financiamento da indústria – FMM. Naquele momento, contou a vontade política em recuperar a indústria naval no país, demonstrada pelos governos brasileiros, desde 1997, e mais intensamente, nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e primeiro governo de Dilma Rousseff (DORES; LAGE; PROCESSI (2012); Jesus (2013); Jesus e Silva (2017)).

Destacamos a importância que as políticas públicas tiveram para o processo de retomada apresentado pela indústria naval brasileira, desde fins da década de 1990. A observação de tal relação se justifica não apenas pelo caso brasileiro, mas também pela experiência internacional, considerando que os grandes países produtores mundiais mantêm estratégias e políticas setoriais que passam por arranjos e decisões fortemente assentadas no Estado. Tal realidade fica clara na dependência em relação ao financiamento e às encomendas (geração de demanda)⁴ (Jesus, 2013).

De acordo com Negri, Kubota e Turchi (2009) nas políticas voltadas ao setor merece destaque a proteção ao mercado de transporte marítimo de cargas na cabotagem, na navegação fluvial, bem como a navegação de apoio marítimo e portuário, restrita aos navios brasileiros. Outro benefício de proteção diz respeito à

⁴ No caso brasileiro, vale chamar atenção para o importante papel da Petrobras, e sua subsidiária Transpetro, no processo de retomada/recuperação da indústria.

expansão do limite de afretamento de embarcações estrangeiras para empresas que constroem navios no Brasil.

No Quadro 1 a seguir descrevemos as principais políticas setoriais que fomentaram o crescimento que a indústria. A partir de fins da década de 1990, um conjunto de políticas foi importante na retomada da indústria naval brasileira, especialmente a Lei do Petróleo (Lei 9.478/97); as mudanças nas políticas de compras da Petrobras; o Programa de Apoio Marítimo – PROREFAM; o Programa Navega Brasil; o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – PROMINP; o Programa de Modernização e Expansão da Frota – PROMEF e o Programa de Empresa Brasileira de Navegação – EBN.

Quadro 1 – Evolução das Leis ou Programas nas Políticas direcionadas para Indústria Naval no Brasil 1997-2012

GOVERNOS	DATA	LEI/PROGRAMA/ POLÍTICA	DESCRIÇÃO
Fernando Henrique Cardoso (1995-2003)	1997	Lei do Petróleo (Lei 9.478/97);	Responsável pela abertura do mercado de exploração e refino de petróleo, acelerando as explorações <i>offshore</i> e o conseqüente aumento na demanda por plataformas, navios, embarcações de apoio além de reparos
	1997	Lei 9.432/1997 e Resolução Antaq 495/2005)	Regulamentação do transporte aquaviário, garantindo preferência às empresas de bandeira brasileira nas contratações de fretes e serviços de apoio em operações portuárias e marítimas, bem como na navegação de cabotagem e na navegação interior de percurso nacional
	1999	Programa de Apoio Marítimo – PROREFAM	Estabelecendo no edital de concorrência internacional a exigência de navios de bandeira brasileira.
	2000	o programa Navega Brasil	Modificou o acesso a linhas de crédito para armadores e estaleiros, aumentando a participação limite do FMM (de 85% para 90%) nas operações da indústria naval e o prazo máximo de empréstimo (de 15 para 20 anos)
		Conteúdo Local	Dois outros importantes fatores contribuíram para as mudanças na estratégia de compras da Petrobrás: a incorporação de critérios de seleção com índices de nacionalização pela Agência Nacional do Petróleo – ANP
	2003	Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – PROMINP	Criado com a finalidade de maximizar a participação da indústria nacional de bens e serviços, em bases competitivas e sustentáveis, em projetos de óleo e gás natural no Brasil e no exterior (SILVA, 2005: 78).
Lula (2003-2006) (2007-2011)	2004	Programa de Modernização e Expansão da Frota – PROMEF	A proposta do PROMEF era renovar a frota da companhia com a compra de 49 novos petroleiros, objetivando garantir maior autonomia e controle no transporte da produção da Petrobras, bem como servir de alicerce para o renascimento da indústria naval brasileira.
	2007		A indústria de Construção Naval foi inserida nos objetivos do Programa de Aceleração do Crescimento

			(PAC), como um dos setores de maior relevância para o cumprimento dos objetivos estratégicos de geração de emprego e renda.
	2008	Criação do Fundo de Garantia à Construção Naval (FGCN)	Garantir o risco de crédito das operações de financiamento para construção ou produção de embarcações e o risco de <i>performance</i> dos estaleiros brasileiros (Lei 11.786/2008)
	2010	Programa Empresa Brasileira de Navegação (EBN 1 e EBN 2)	No segmento de transporte de cargas, visando fomentar o surgimento de armadores privados nacionais e reduzir a dependência do mercado externo de fretes para a atividade de cabotagem, no qual oferecia contratos de afretamento de 15 anos de vigência a 39 embarcações a serem construídas no país (DORES, LAGE E PROCESSI, 2012) (PETROBRAS, 2013)
Dilma Rousseff (2011-2016)	2011		A política industrial denominada de “Plano Brasil Maior”, de 2011, trouxe as estratégias dos conselhos de competitividade setorial, no caso da indústria de construção naval, está contida no denominado bloco 1 - Petróleo, Gás e Naval.
	2013		Fase PROMEF

Fonte: Elaboração própria a partir de (PASIN, 2002; FURTADO et. al., 2003 ; SILVA, 2005; COSTA, PIRES; LIMA, 2008; NEGRI; KUBOTA; TURCHI, 2009; INDI, 2010; DORES; LAGE; PROCESSI, 2012; JESUS, 2013).

Historicamente, a indústria de construção naval brasileira passou por quatro fases, a saber, destacada em Jesus e Silva (2017): a) entre a década de 1960 a meados dos 1980: estruturação/consolidação da indústria no país, com destaque para o ano de 1979 quando o país ocupou o segundo lugar mundial na indústria⁵; b) de meados dos 1980 a meados dos 1990: primeira grande crise na construção naval no país com diminuição da produção, fechamento de estaleiros e desemprego; c) de 1997 a 2014 – Retomada das atividades da indústria com políticas direcionadas⁶ e grandes investimentos, aberturas de novas plantas produtivas e desconcentração regional e d) a partir de 2015: identificamos nova crise para a indústria, com diminuição da produção e emprego (Quadro 2).

⁵ O Brasil, em 1979, ocupou o segundo lugar como maior parque naval mundial, em processamento de aço, atrás apenas do Japão.

⁶ A saber, principais políticas, especialmente a Lei do Petróleo (Lei 9.478/97); as mudanças nas políticas de compras da Petrobras; o Programa de Apoio Marítimo – PROREFAM; o Programa Navega Brasil; o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – PROMINP; o Programa de Modernização e Expansão da Frota – PROMEF e o Programa de Empresa Brasileira de Navegação – EBN (JESUS, 2013).

Quadro 2 – As quatro fases de desenvolvimento da Indústria Naval no Brasil – 1950/2018

FASES DA INDÚSTRIA NAVAL BRASIL	ESTRUTURAÇÃO EXPANSÃO E AUGE HISTÓRICO	PRIMEIRA GRANDE CRISE	RETOMADA	NOVA CRISE
PERÍODOS	ANOS 1950 E MEADOS 1980	MEADOS 1980 E 1990	1997 – 2014	PÓS-2015
FATOS RELEVANTES	_ Abertura de novos e reaparelhamento de Estaleiros _ 1970: Brasil 2º Maior Parque Industrial Naval do Mundo	_ Crise econômica da dec.80 inviabilizou as encomendas (em larga escala) dos maiores armadores estatais (Petrobrás e Vale do Rio Doce) _ Sobrecarga do sistema de financiamento	_ Novo quadro devido à exploração de petróleo <i>offshore</i> _ Aumento de contratações de serviços de embarcações de apoio marítimo	_ Sete Brasil com problemas financeiros _ Diminuição de demandas pela Transpetro/Petrobras
ESTRUTURA DA INDÚSTRIA	_ número reduzido de grandes empresas nacionais e estrangeiras	_ número reduzido de grandes empresas nacionais e estrangeiras	_ Internacionalização e entrada de grandes construtores navais como sócios nos estaleiros brasileiros	_ diminuição de investimentos
TRABALHADORES	_ 1960: 1.430 _ 1979: 39.155	_ 1998: 1.880 (menor índice desde déc. 1960)	_ 2014: 82.472 (maior índice da história da ICNB)	_ 2018: 57.048

Fonte: Adaptado pela autora a partir de Jesus e Silva (2017, p. 230).

Observando a evolução de um dos principais indicadores de produção naval em toneladas de porte bruto - TPB destacamos o ano de 1979, o ápice histórico da produção Indústria de Construção Naval no Brasil quando chegou a quase 1,4 milhões (JESUS, 2013).

No Quadro 3 listamos os trinta e um (31) estaleiros de grande e médio porte espalhados pelos estados brasileiros, no ano de 2015. Sendo sete (7) de grande porte e 24 de médio. Destacamos os primeiros os estaleiros de grande porte, sendo três no estado do Rio de Janeiro, a saber BrasFELS em Angra dos Reis, Estaleiro da Ilha S. A. na cidade do Rio de Janeiro e Estaleiro Mauá na cidade de Niterói. Em Pernambuco, no município de Ipojuca se encontravam mais dois o Estaleiro do Atlântico Sul e Vard Promar, além de mais dois no Rio Grande do Sul, o Estaleiro Rio Grande e Estaleiro QSI Brasil S. A. no município de Rio Grande. Já os estaleiros de médio porte totalizam 24 e apesar de mais concentrados no Sudeste do país, também encontramos alguns no Sul, Nordeste e Norte do país como pode ser visto no Quadro.

Quadro 3 – Estaleiros de grande e médio porte no Brasil por estado – 2015

ESTALEIROS DE GRANDE PORTE	ESTADO	CARTEIRA
ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL	PE	Navios petroleiros de grande porte, sondas de perfuração e plataformas de produção
BRASFELS	RJ	Plataformas de produção e sondas de perfuração
ESTALEIROS RIO GRANDE	RS	Plataformas de produção e sondas de perfuração
EISA	RJ	Navios graneleiros, porta-contêineres, navios de apoio marítimo e navios-patrolha
ESTALEIRO MAUÁ	RJ	Navios petroleiros e de produtos
VARD PROMAR	PE	Navios gaseiros
QGI Brasil S.A.	RS	Integração de módulos a plataformas de petróleo
ESTALEIROS DE MÉDIO PORTE NO BRASIL		
ALIANÇA INDÚSTRIA NAVAL	RJ	Navios de apoio marítimo
VARD NITERÓI	RJ	Navios de apoio marítimo
WILSON, SONS	SP	Navios de apoio marítimo e rebocadores portuários
ESTALEIRO SÃO MIGUEL	RJ	Navios de apoio marítimo
ARPOADOR ENGENHARIA	RJ e SP	Navios de apoio marítimo
DETROIT BRASIL	SC	Navios de apoio marítimo e rebocadores portuários
DSN EQUIPEMAR	RJ	Navios de apoio marítimo
ENAVAL ENGENHARIA NAVAL	RJ	Navios de apoio marítimo e módulos para plataformas
ESTALEIRO NAVSHIP	SC	Navios de apoio marítimo
ESTALEIRO OCEANA	SC	Navios de apoio marítimo
ETP ENGENHARIA	RJ	Navios de apoio marítimo
INTECNIAL	RS/SC	Navios de apoio marítimo, empurradores e barcaças fluviais
KEPPEL SINGMARINE	SC	Navios de apoio marítimo
NAPROSERVICE	RJ	Manutenção e reparos navais e offshore
RIO NAVE	RJ	Navios de produtos e gaseiros
SERMETAL	RJ	Reparos e manutenção
UTC ENGENHARIA	RJ	Integração de módulos para plataformas
INACE	CE	Navios-patrolha e navios de apoio marítimo
EASA	PA	Barcaças e empurradores fluviais
ESTALEIRO BIBI	AM	Barcaças e empurradores fluviais
RIO MAGUARI	PA	Barcaças e empurradores fluviais
RIO TIETÊ	SP	Barcaças e empurradores fluviais
ESTALEIRO NAVSHIP	SC	Navios de apoio marítimo
ESTALEIRO OCEANA	SC	Navios de apoio marítimo

Fonte: SINAVAL (2018).

Entre 1997 até 2014 a indústria naval nacional teve forte expansão, incremento e desenvolvimento tecnológico acompanhado de reabertura de velhos estaleiros (que estejam fechados no decorrer da crise de fins 1980/90), aberturas de novos estaleiros e desconcentração regional da indústria naval pelo país. Historicamente, o setor produtivo sempre esteve concentrado na região Sudeste do país, com destaque ao Estado do Rio de Janeiro que detinha, entre as décadas de 1980 e 1990, mais de 90% dos trabalhadores navais no Brasil. Já em 2015 ele diminuiu para aproximadamente 40% do emprego naval.

A retomada/reativação naval nacional foi caracterizada pela desconcentração regional da indústria pelo país. O estado do Rio de Janeiro perdeu participação através da abertura de grandes e médios estaleiros pelo país. De acordo com dados

do SINAVAL (2018), em 2006, o total da capacidade produtiva (em processamento de aço) dos estaleiros brasileiros era de aproximadamente 376 mil (t/ano). Já, em 2016, contabilizando os novos estaleiros, tal capacidade aumentou para 758 mil (t/ano).

4 INDICADORES DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA NA NOVA CRISE PÓS-2015: DIMINUIÇÃO DA PRODUÇÃO E DO EMPREGO

O ano de 2015 foi um divisor de águas quando, em decorrência das descontinuidades das políticas setoriais, iniciou uma diminuição nos principais indicadores do setor, resultado, em grande medida, do contexto político vivenciado no país, que refletiram de acordo com Jesus e Silva (2017) uma nova fase para a indústria naval brasileira, com forte inflexão das inversões no setor, devido a problemas envolvendo a Transpetro, a Petrobras e a Sete Brasil.

Esse novo cenário de crise na indústria de construção naval se inicia no pós-ano 2014 e tem como cerne a crise pela qual vem passando a Petrobras, principal demandante dos serviços dos estaleiros brasileiros. Essa crise decorre tanto da queda nos preços internacionais do Petróleo, como da Operação Lava Jato, que atingiu diretamente a Transpetro e a Sete Brasil (empresa criada para intermediar a construção de sondas do pré-sal)⁷. Conseguimos observar essa baixa no dinamismo da indústria verificando a seguir alguns importantes indicadores como o Fundo de Marinha Mercante – FMM (financiamento estatal da indústria) e o volume de emprego naval de acordo RAIS/MTE⁸.

O FMM teve papel importante na retomada e esteve envolvido em boa parte dos contratos de aquisição de embarcações. Esteve também presente nos investimentos em nova capacidade, mas apresentou problemas para financiar os estaleiros antigos, que dado o patrimônio produtivo negativo não podiam contar com a referida fonte de recursos. Entre 2003 e 2006, os desembolsos do FMM ao longo

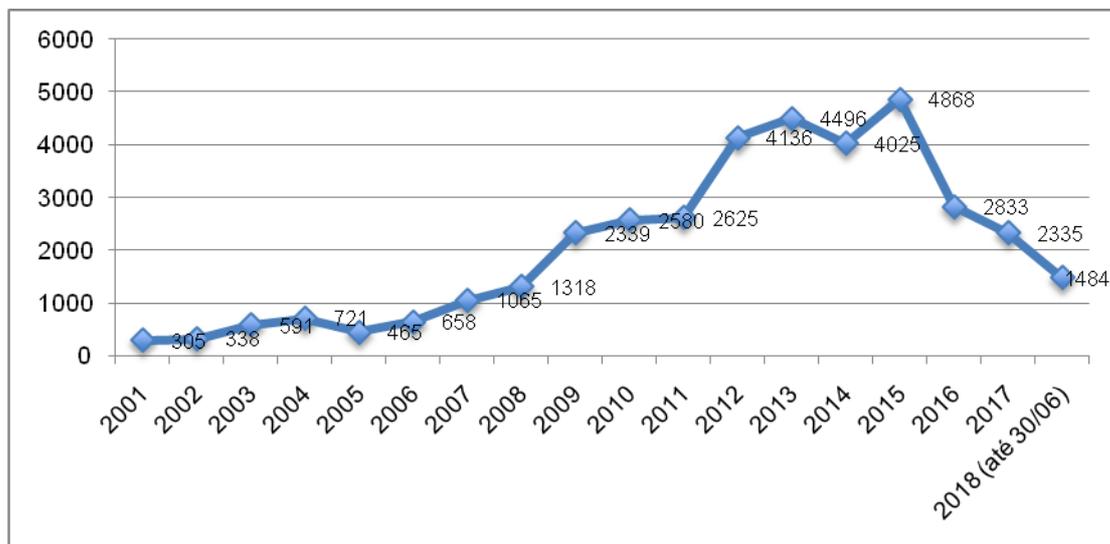
⁷ No dia 17 de março de 2014, a Polícia Federal Brasileira deflagrou a operação que viria a ser conhecida como *Lava Jato*, unificando quatro investigações que apuravam a prática de crimes financeiros e desvio de recursos públicos. Inicialmente, foi identificada a atuação dos principais personagens do mercado clandestino de câmbio no Brasil no esquema criminoso investigado. Esses doleiros eram responsáveis pela movimentação financeira e lavagem de dinheiro de inúmeras pessoas físicas e jurídicas, o que acabava por envolver uma grande diversidade de outros crimes, como tráfico internacional de drogas, corrupção de agentes públicos, sonegação fiscal, evasão de divisas, extração, contrabando de pedras preciosas, desvios de recursos públicos, dentre outros (PF, 2019).

⁸ Lei nº 3.381, de 24 de abril de 1958, lei do Fundo de Marinha Mercante (FMM) (PASIN, 2002).

do período foram superiores a US\$ 800 milhões. A cifra é bastante modesta se considerarmos que, no ano de 2007, somente para viabilizar o estaleiro Atlântico Sul, foi liberado o total US\$ 513 milhões (RODRIGUES; RUAS, 2009, p. 29).

No gráfico 1 a seguir, podemos observar a evolução do fundo de Marinha Mercante – FMM, no período de 2001 a 2017. De 2001 até o ano de 2013 observamos um ininterrupto e significativo crescimento, no ano de 2014 pequena retração, seguido de aumento no ano posterior. Contudo, a partir de 2016 forte diminuição que se apresenta o fim da análise. No ano de 2017 voltamos a um patamar menor que de 2009, uma retração em oito anos.

Gráfico 1 – Evolução do Fundo da Marinha Mercante – FMM, Brasil (2001-2017), em moeda corrente R\$ (em milhões)



Fonte: Transportes (2018).

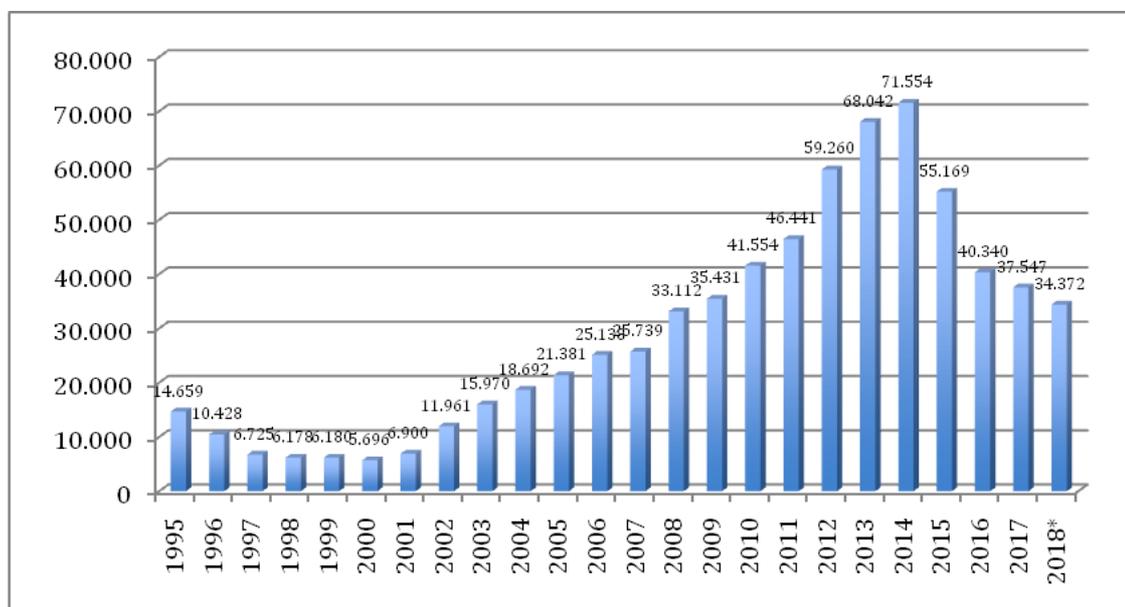
O Fundo de Marinha Mercante (FMM) é um dos principais instrumentos de política para a construção naval no Brasil, cujo objetivo é proporcionar financiamento de longo prazo a empreendimentos na indústria naval⁹. Os fundos constituídos para financiar a construção e aquisição de embarcações proveem da tributação incidente sobre as tarifas de frete recolhidas pelo governo junto aos armadores, denominada

⁹ Até 2004, o BNDES era o único agente financeiro repassador de recursos do FMM. Porém, com a publicação do decreto 5.269/2004, a condição de agente foi estendida aos bancos oficiais federais habilitados (BB, CEF, BASA e BNB). A despeito dessa mudança, o BNDES continua sendo o principal agente financeiro do fundo (NEGRI; KUBOTA; TURCHI, 2009, p. 65).

Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM (NEGRI; KUBOTA; TURCHI, 2009).¹⁰

A evolução do volume de emprego naval, no período de 1995 a 2018, demonstra os dois períodos de análise, maiores taxas de emprego no período de forte crescimento e expansão (1997-2014) e queda a partir de 2015 com a recente crise. No Gráfico 2, elaborado a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego brasileiro, a seguir observamos a evolução do volume de emprego naval no país de 1995 a 2018.

Gráfico 2 – Evolução do volume de emprego naval no Brasil – 1995-2018



Fonte: RAIS/MTE (1995-2017)

* Previsão para o ano de 2018.

Desde o início desse século ocorreu um forte aumento do volume de emprego até o ano de 2014, quando o número de trabalhadores chegou ao maior volume de emprego naval no país. A partir daí, e já em 2015, iniciou um novo ciclo marcado pela redução do número de trabalhadores, de aproximadamente 71,6 mil no ano anterior diminuiu para 55,2 mil, uma redução de 22,9% em apenas um ano. Chegando em 2017 em 37,5 mil, uma redução de 52,4%, e com projeção de

¹⁰ O AFRMM cobrado de navios brasileiros tem uma parcela importante destinada a contas vinculadas das empresas de navegação, que podem ser utilizados para a construção, reparo ou conversão de embarcação em estaleiro brasileiro, bem como amortizar dívidas junto ao FMM. O AFRMM cobrado de embarcações estrangeiras é totalmente destinado ao FMM (NEGRI; KUBOTA; TURCHI, 2009).

continuar reduzindo tendo em vista a mudança as políticas para encomendas na China e perspectivas de diminuição ainda maior de conteúdo local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, o fechamento dos estaleiros ou mesmo diminuição de suas atividades e o crescente desemprego assentados em uma perspectiva de menos encomendas e financiamento por parte da Transpetro/Petrobras definem uma nova fase na indústria naval no país, a qual se configura como nova crise da indústria. A primeira crise naval no país, ocorreu de meados da década de 1980 e até a década de 1990. Depois, uma forte retomada de atividades marcou uma expansão e crescimento do setor no país, movido em grande medida por encomendas e promessas da exploração de petróleo *offshore* em especial na camada do pré-sal.

Contudo, como ocorre em todo o mundo a dependência de políticas governamentais na indústria naval levou ao início de uma nova crise, destacando problemas de descontinuidades de políticas brasileiras para o setor, iniciadas em 2014 e percebidas nos dados a partir do ano seguinte, em muito foram causadas pela operação da polícia federal denominada de Lava Jato, as quais acarretaram imediatamente problemas financeiros na Sete Brasil e diminuição de demandas para estaleiros pela maior armadora do país Transpetro/Petrobras.

Esse conjunto de fatos desencadeou o início de um período de baixa da indústria naval no Brasil, observa-se a diminuição de atividades da maioria dos estaleiros e em muitos casos o total fechamento deles. De acordo com o Sinaival (2018) o setor naval passa por uma das maiores crises da história. O segmento se encontra praticamente paralisado, vários estaleiros foram fechados e outros apenas na manutenção. De 2014 para cá ao menos 20 estaleiros fecharam as portas, levando junto 50 mil empregos diretos. Atualmente (2018), estão em operação apenas 32 estaleiros, contra os 52 que existiam em 2014. A indústria emprega 30 mil dos 82 mil de antes.

Exemplos de recentes fechamentos de grandes e importantes estaleiros destaca-se o Mauá e o Estaleiro da Ilha do Governador – EISA, na cidade do Rio de Janeiro. Além, do novo estaleiro Enseada Paraguaçu levava prosperidade ao distrito no município de Maragogipe, recôncavo da Bahia (BA). Esse último, erguido pelo consórcio Odebrecht, Kawasaki, OAS e UTC. O empreendimento caiu em desgraça

em 2014 após três das empresas —exceto a japonesa— serem denunciadas na operação Lava-Jato, ao lado da Sete Brasil, em uma crise que paralisou o estaleiro e extinguiu 7.462 empregos diretos. Novamente, a indústria naval brasileira se encontra sobre águas revoltas, o que ocorrerá de agora em diante, dependerá dos rumos que o novo governo federal do país adotar como política industrial.

REFERÊNCIAS

ABDI, UNICAMP/IE/NEIT. **Relatório de Acompanhamento Setorial: Indústria Naval**, Projeto: Boletim de Conjuntura Industrial, Acompanhamento Setorial e Panorama da Indústria, Convênio, Campinas, São Paulo, 2007. (V. I).

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Relatório de Informações Sociais (RAIS)**, 2006-2015. Brasília: MTE.

BARBOZA, T. L. O atual cenário da construção naval civil e militar no mundo, incluindo o subcenário brasileiro”, **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro. 2004. Disponível em: http://www.emgeprom.mil.br/cenario_construcao_naval.pdf, Acesso em: 12 jan. 2018.

COSTA, R. C.; PIRES, V. H.; LIMA, G. P. S. Mercado de embarcações de apoio marítimo às plataformas de petróleo: oportunidades e desafios. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 28, set. 2008.

COUTINHO, L., SABBATINI, R.; RUAS, J. A. G. **Forças atuantes na indústria de construção naval**. Relatório de Pesquisa do Convênio Finep/Engenharia Naval EPUSP, mimeo, set. 2006.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. **Nova Economia**, Belo Horizonte, 1996.

DORES, P. B., LAGE, E. S., PROCESSI, L. D. A retomada da indústria naval brasileira. **BNDES 60 anos: perspectivas setoriais**, vo. 1, p. 274-299, 2012.

FERRAZ, J. C. **Determinants and consequences of rapid growth in the Brazilian shipbuilding industry**. London: Sussex, 1986.

FURTADO, A. T. et. al. **Política de Compras da Indústria do Petróleo e Gás Natural e a capacitação dos Fornecedores no Brasil**: o mercado de equipamentos para o desenvolvimento de campos marítimos. Rio de Janeiro Projeto: CTPETRO/ Tendência Tecnológicas, 2003.

GALLARDO, A. et. al. Construção Naval: Breve análise do Cenário brasileiro em 2007. **Série Cadernos da Indústria ABDI**, Brasília, v. II, 2008.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE MINAS INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE MINAS (INDI). Subsídios para a discussão sobre a atração de investimentos no setor de construção naval. **FIEC**, Ceará, Ano 3, n. 5, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). PETROBRAS. **Poder de compra da Petrobras**: impactos econômicos nos seus fornecedores. Brasília: Ipea, Petrobras, 2010.

JESUS, C. G. **Retomada da indústria de construção naval brasileira**: reestruturação e trabalho. 2013. Tese (Doutorado em Geociências), DPCT/UNICAMP, Campinas, São Paulo, 2013.

JESUS, C. G. Notas sobre a desconcentração regional da indústria de construção naval brasileira no princípio do século XXI, **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. XVIII, n. 34, Salvador, p. 685-703, 2016.

JESUS, C. G., SILVA, R. D. Trabalhadores a ver navios: reflexões sobre o mercado de trabalho da indústria naval na região metropolitana do Rio de Janeiro. **Cadernos Metrópole (PUCSP)**, São Paulo, v. 19, p. 47-68, 2017.

NEGRI, J. A. KUBOTA, L. C.; TURCHI, L. **Inovação e a Indústria Naval no Brasil, ABDI**: estudos setoriais de inovação, Belo Horizonte, 2009.

NEIT/IE/UNICAMP. **Estudo da competitividade de Cadeias integradas no Brasil**: impactos das zonas de livre comércio – cadeia Indústria Naval, Nota técnica, agosto, Campinas, 2002.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da Nação**. UNICAMP: IE, Campinas, São Paulo, 1998.

PASIN, J. A. B. Indústria Naval do Brasil: Panorama, Desafios e Perspectivas, **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 121-14, dez. 2002.

PIA-IBGE. **Pesquisa Industrial Anual – Empresa 2012**. Disponível em:<<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/2012/defaultempresa.shtm>>. Acesso em: 28 maio 2018.

PORTOSENÁVIOS, 2012. Disponível em:<<http://www.portosenavios.com.br/site/noticias-do-dia/industria-naval-e-offshore/14682-engenharia-naval-brasileira-tem-reconhecimento-internacional>>, Acesso em: 27 mar. 2017.

ROSA, B; ORDOÑEZ, R. Setor naval afunda: Sem novos projetos da Petrobras, estaleiros começam a fechar as portas e demitem em massa. **O Globo**, 1º de mai. de 2016. Disponível em:<<http://oglobo.globo.com/economia/setor-naval-afunda-19205832#ixzz4lkDJsto4>>, Acesso em: 12 jan. 2019.

RODRIGUES, F. RUAS, J. Documento Setorial Naval. IN: **Projeto Perspectiva do investimento no Brasil**. Campinas: UFRJ, Unicamp, 2009.

SCHUTTE, G. R. **Panorama Do Pré-Sal: Desafios e Oportunidades**. Brasília: IPEA, 2012. (Texto para Discussão, n. 1791)

SILVA, C. G. R. S. **A política de compras de entidades públicas como instrumento de capacitação tecnológica: o caso da Petrobras**. 2005. 147p. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.

SILVEIRA, D., Em três anos, 13,8 mil indústrias foram fechadas no Brasil, aponta IBGE, **Globo**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/em-tres-anos-138-mil-industrias-foram-fechadas-no-brasil-aponta-ibge.ghtml> . Acesso em: 21 jun. 2018.

SINAVAL. **Cenário do 4º trimestre de 2012 – Balanço Anual - Dez/2012**, Disponível em: www.sinaval.org.br Acesso em: 15 dez. 2017.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL E OFFSHORE (SINAVAL), 2014. Disponível em: www.sinaval.org.br. Acesso em: 3 de dez. 2014.

SINAVAL. **Perdas da Petrobras com Sete Brasil chegam perto de R\$1 bilhão**. Disponível em: < www.sinaval.org.br>, Acesso em: 25 mar. 2016.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL E OFFSHORE (SINAVAL). Disponível em: <www.sinaval.org.br>, Acesso em: 03 jan. 2018.

STOPFORD, M. **Maritime economics**. London: Routledge, 1997.

STORCH, R. L.; HAMMON, C. P.; BUNCH, H. M.; MOORE, R. C. **Ship Production, Cornell Maritime Press**. Maryland: Centreville, 1995.

THE SHIPBUILDERS' ASSOCIATION OF JAPAN, Shipbuilding Statistics (April, 2017). Disponível em: https://www.sajn.or.jp/files/view/articles_doc/src/73265e1329b4a8e0ae4fe4bcf31c7e5b.pdf. Acesso em: 20 fev. 2018.

TRANSPORTES. Fundo de Marinha Mercante (FMM). Disponível em: <http://www.transportes.gov.br/fundomarinhamercante.html>. Acesso em: 19 set. 2018.

VARELA, R.; MURPHY, H.; VAN DER LINDEN, M. (Org.) **Shipbuilding and Ship Repair Workers around the World, Amsterdam University Press**. Amsterdam, Chicago: Chicago Press, 2017.

O CHÃO DO SERTÃO EM TRANSFORMAÇÃO: PLANO DIRETOR E DILEMAS INTRAURBANOS - UM FOCO DE ANÁLISE EM PICOS/PI

Rógis Juarez Bernardy¹
Juscelino Gomes Lima²

RESUMO

Uma ampla agenda de pesquisas acadêmicas, nos últimos anos, tem sido formada no Brasil, preocupadas com a gestão urbana, em cidades localizadas fora dos quadros metropolitanos, sobretudo, as nordestinas, em franco dinamismo urbano regional. Sobre estas, os debates tem questionado o seu futuro, a partir da existência e execução de seus planos diretores. Nesse contexto, aparece Picos/PI, pois dada suas fortes interações espaciais e sua qualidade enquanto área urbana funcional, nos sertões piauienses, tem havido no intraurbano, fortes transformações, das quais, seu plano diretor não consegue dar conta de regulamentação, tampouco na indução do seu desenvolvimento. Nesse sentido, este artigo objetiva analisar o dinamismo urbano de Picos (PI), com base nas características legais do plano diretor e da lei de usos do solo municipal, no que diz respeito às concepções para a localização e espacialização das atividades econômicas na cidade, inclusive em área urbana não central. Metodologicamente, se utilizou de aporte qualitativo, com base em seleção, interpretação e análise técnica de documentos legais do município de Picos (PI): Plano Diretor vigente e a Lei municipal do Uso do Solo. Resulta disso, a observação de que as legislações analisadas possuem uma série de inconformidades com a organicidade da referida cidade. Além disso, as mesmas não respondem às atuais demandas no contexto intraurbano.

Palavras chave: Picos/PI; Plano Diretor; Transformações Urbanas.

THE CHANGING GROUND OF *SERTÃO*: DIRECTIVE PLAN AND INTRA-URBAN DILEMMAS – A FOCUS OF ANALYSIS IN PICOS (PI)

ABSTRACT

An extensive agenda of academic researches, in the past few years, has been formed in Brazil, concerned about the urban management in cities located out of the metropolitan frames, mainly the northeastern ones, in direct regional urban dynamism. About them, the debates have questioned their future, from the existence and execution of their directive plans. In this context, Picos (PI), stands out, because regarding its strong spatial interactions and its quality as functional urban area, in *Sertões* of Piauí, there have been in the intra-urban strong transformations, which the directive plan cannot handle regulating, nor the induction of its development. Therefore, this article aims at analyzing the urban dynamism of Picos (PI) based on the legal characteristics of the directive plan and the law of uses of the municipal soil, regarding the conceptions for the location and spatialization of the economic

¹ Doutor em Engenharia Civil – Área de Cadastro Técnico Multifinalitário e Gestão Territorial – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Professor do Mestrado Profissional em Administração da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, Chapecó (SC). E-mail: rogis.bernardy@unoesc.edu.br

² Mestre em Geografia, pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Doutorando em Desenvolvimento Regional, pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Professor e pesquisador do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI. E-mail: geocelino@gmail.com



activities in the city, including in the non-central urban area. Methodologically, it was used a qualitative approach, based on selection, interpretation, and technical analysis of legal documents of the municipality of Picos (PI): current Directive Plan and municipal Law of the Use of Soil. What results from this is the observation that the laws analyzed have many shortcomings with the organicity of the city. Besides, they do not meet the current demands in the intra-urban context.

Keywords: Picos (PI); Directive Plan; Urban Transformations.

1 INTRODUÇÃO

As cidades são reflexos e produtos de sua organização espacial interna. Entretanto, também são influenciadas pelos dinamismos regionais que interferem nos seus contornos urbanos, seja em relação a sua organicidade no território, seja ainda na densidade de suas atividades econômicas. Neste sentido, as áreas urbanas centrais se consolidam com base em atividades comerciais e as restrições para a sua ampliação e as novas configurações urbanas determinam a ascensão de novos ambientes lineares, para a densificação do comércio e serviços, entre os quais, aqueles localizados ao longo das vias de ligação intraurbana e regionais.

Neste contexto, Sposito; Goes; Sposito In: Bellet et al. (2015, p. 19), ressaltam que “[...] las estructuras espaciales del sector comercial han cambiado significativamente en las ultimas decadas en ciudades [...], con grados de importância diversos y diferentes posiciones en la red urbana”, pois a expansão comercial para além das áreas tradicionais, tem determinado novas configurações para as cidades, principalmente quando possuem forte capacidade de atratividade na região e se constitui como um centro de comando regional.

Outro fator que influência de forma expressiva na organização do uso do solo e, portanto, na distribuição das atividades econômicas urbanas é a legislação municipal (ou inexistência dela), neste caso, o plano diretor, pois interfere no processo de dinamização de atividades econômicas urbanas e nos demais usos, sejam conjugados, mistos ou exclusivos, com configuração poligonal ou linear.

Assim sendo, a legislação municipal do plano diretor tem expressiva capacidade de influenciar nos processos de transformações urbanas pelas atividades econômicas, quando amparada na Lei 10.257/01, Estatuto da Cidade, com a previsão da aplicação de seus instrumentos, seja de desenvolvimento urbano, de regularização fundiária ou de gestão democrática e participativa. O plano diretor também influência quanto a sua concepção de rigidez em zoneamentos ou de

flexibilização, em unidades funcionais, uma vez que são características influenciadoras na distribuição espacial das atividades econômicas urbanas.

Em continuidade a este pensamento, esta pesquisa objetiva analisar o dinamismo urbano de Picos (PI), com base nas características legais do plano diretor municipal, no que diz respeito às concepções para a localização e espacialização das atividades econômicas em ambiente monocêntrico e policêntrico, considerando a forte influência da cidade no comando do contexto regional e nos rearranjos internos proporcionados por esta convergência populacional de consumidores comerciais e de serviços não apenas autóctones.

No processo metodológico se utilizou de aporte qualitativo, com base em seleção, interpretação e análise técnica de documentos legais do município de Picos (PI): plano diretor vigente, que foi instituído pela Lei municipal 2.272 de 8 de janeiro de 2008 e outro mecanismo de planejamento e gestão municipal, que foi a Lei municipal do Uso do Solo de Picos nº 2.273/2008, portanto, complementar ao plano diretor municipal, ambas posteriores ao Estatuto da Cidade (2001).

Como resultados, observou-se que as legislações municipais analisadas possuem uma série de inconformidades com a organicidade da referida cidade, que por suas funções, em seu contexto regional de localização, é concebida como média. Nesses termos, é destacado: além de conteúdos não exclusivos de um plano diretor, a fragmentação da disposição dos elementos espaciais, acrescido de uma visão setorizada e fragmentada, definida por zoneamentos estanques, deve apostar com poucas contribuições para a equalização dos custos urbanos fixos e para a qualidade de vida dos munícipes e de transeuntes regionais.

Além desta seção introdutória, o artigo é constituído de três seções: (i): contextualização espacial da pesquisa; (ii) referente à análise da legislação do plano diretor e os processos de transformação urbana no que diz respeito à produção do uso do solo urbano pelas atividades econômicas e da lei municipal do uso do solo; (iii) por fim, estudo e análise de impacto de vizinhança de Picos (PI). Finaliza a composição, a listagem das referências bibliográficas.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO ESPACIAL DA PESQUISA

A cidade de Picos/PI, situada no Sudeste piauiense, nos recortes do semiárido piauiense, conforme é observado na figura 1, está distante 310 km da

cidade de Teresina, capital do Piauí. A localização em um espaço geoambiental sertanejo rende-lhe do ponto de vista e conteúdo paisagístico, distinção ímpar, quando comparada à capital Teresina, pois ao tempo que o período das anuais secas³, marca registrada dos sertões, causa desconforto térmico e agruras sociais graves, permite um expressivo dinamismo produtivo oriundo dos Arranjos Produtivos Locais – APL's do caju e apícola⁴. Em termos demográficos, a estimativa populacional do município para o ano de 2016, era de 76.749 habitantes (IBGE, 2016).

Tomando sua localização, como referência, enquanto ponto de partida de apresentação é importante lembrar que a mesma também influencia a sua centralidade urbana, seja no contexto interurbano, como também na escala interregional⁵. Essa condição se faz alicerçada pelo amplo cabedal de atividades comerciais e de serviços que apresenta, abastecendo e atendendo uma grande quantidade de municípios do Piauí, notadamente os localizados em sua microrregião, bem como de outros estados nordestinos, que distam no máximo 200 km⁶.

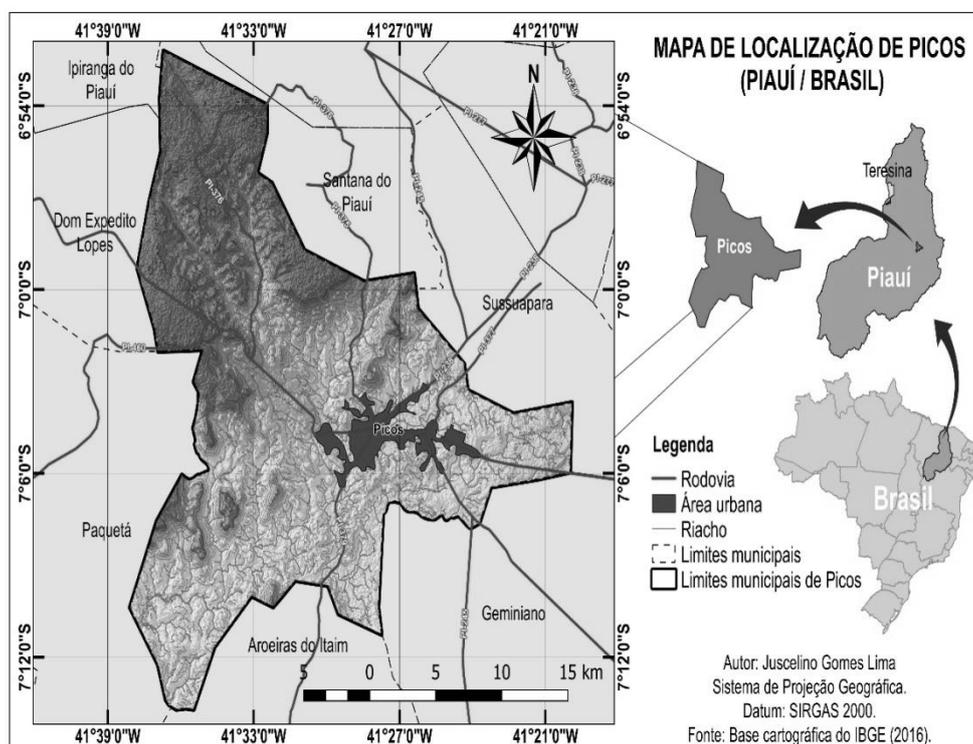
³ De junho a dezembro, com findar do período concentrado de chuvas.

⁴ Destes APL's, Picos/PI se notabiliza por ser um grande produtor de mel e seus derivados, em nível estadual e regional. No que se refere à produção de caju e derivados, o destaque fica para municípios de sua microrregião de localização – Monsenhor Hipólito, Pio IX, etc.

⁵ A cidade, em nível regional, se apresenta como o segundo maior entroncamento rodoviário do Nordeste do Brasil, atravessado pela BR Transamazônica. O de maior envergadura e importância é a cidade de Feira de Santana/BA.

⁶ A microrregião de Picos/PI, na classificação do IBGE (2010), é composta por vinte municípios. No entanto, o raio de influência desta cidade, na perspectiva da Região de Influência de Cidades (REGIC, 2007), é de trinta e sete municípios. Importa mencionar que o quadro de influências regionais desta cidade, perpassa as fronteiras geográficas do Piauí, alcançando outros espaços municipais, de outros estados: Araripina (PE), Tauá, Parambu e Campos Sales (CE).

Figura 1 – Mapa de localização de Picos/PI



Fonte: Lima (2016).

Essas atividades comerciais se fazem representadas por um amplo quantitativo de lojas, de diversos ramos, bem como de supermercados e de franquias, muitas das quais, de origens externas à cidade. A rede de serviços são múltiplas e variadas, com destaque, nos ramos de saúde, representadas pelo conjunto de clínicas privadas, em diversas especialidades. Complementa esse quadro, o setor educacional, que em nível de sistema básico educacional e de nível superior, são representados por diferentes instituições particulares e públicas.

Visualiza-se ainda a presença de novos equipamentos de consumo – shopping, boutiques, centros empresariais, clínicas de diversas especialidades, centros/lojas de compras de artefatos de luxos, bem como representações de produtos/marcas estrangeiras, que até então se centravam de forma exclusiva na capital do estado e ou importantes centros metropolitanos. Estas condições, tem decisivamente remodelado comportamentos e culturas de consumo.

Nesta perspectiva, no ambiente intraurbano, surgem novas aglomerações diversificadas de comércio e serviços, que não necessariamente estão mais localizadas na área central da cidade. Se faz ramificado, na malha urbana, locais

complementares de atividades econômicas em relação ao centro (histórico) da mesma.

Resultam disso, a formação de policentros, que influem em novas capacidades de polarização, uma vez que, ao invés de uma força centrífuga poligonal, vigora a partir de então, uma influência linear, como base no assentamento em prolongamento das vias urbanas e regionais ou de cursos d'água, chamados de corredores de descentralização do desenvolvimento intraurbano e de ligação regional. Estes policentros “[...] exercem uma atração, ou polarização, mais constante sobre um número maior de pessoas” (VILLAÇA, 2001, p. 294), neste caso, a proximidade geográfica e a maior identidade das atividades econômicas com o lugar, determinam a maior atratividade às pessoas.

Desta forma, por um lado, existe uma perspectiva de diminuição da densidade relacional ou minimização das relações no ambiente monocêntrico, por outro, o aumento da densidade relacional ou ampliação das relações pelo aumento da intensidade e da densidade de atividades econômicas no ambiente policêntrico, embora o adequado que sua organização espacial seja prevista no âmbito da legislação municipal, para que não reproduza as deficiências do ambiente urbano central (BERNARDY; SILVEIRA, 2017).

Dão motivos para o frenesi de transformações que perpassam sobre a cidade de Picos (PI), as fortes mobilidades, particularmente, as de ordem pendular que interferem na dinâmica intraurbana. Estas são incessantes, de modo que, para fins de exemplificação, pelas as informações coletadas, nos foi revelado que em um espaço de uma semana, de efetivo funcionamento dos comércios e serviços (segunda a sábado), mais particularmente, entre o final de cada mês e os dez primeiros dias do mês seguinte, chegam à cidade diariamente, entre cinco a seis mil pessoas.

Fazendo um cálculo, considerando o movimento diário em uma semana, equivale a quase metade da população urbana fixa. Dados organizados no quadro 1, nos encaminha para visualização de quais dinâmicas espaciais, nos sertões piauienses.

Quadro 1 - Picos – mobilidades e transportes

Picos – Panorama de mobilidades e transportes
<ul style="list-style-type: none">• 130 linhas transportes alternativos;• 14 empresas intermunicipais;• 4 empresas intermunicipal/interregional• Aproximadamente 200 veículos clandestinos;• Semanalmente recebe uma população 20-40 mil pessoas.

Fonte: Secretaria de Trânsito da Prefeitura de Picos e COOCAVEPI (2017).

Esse quantitativo se refere ao transporte de passageiros de cidades polarizadas por Picos, executado por transportes alternativos, que oficialmente associados e reconhecidos junto à Cooperativa dos Condutores Autônomos de Veículos da Região de Picos (COOCAVEPI), são um total de 130 linhas. Escapam desta contagem, linhas de ônibus fixas, de serviços tanto intermunicipal, quanto interestadual, elencadas em 18 empresas.

Agregam mobilidade à cidade ainda, os transportes clandestinos e de particulares. Importante mencionar que na cidade há um aeroporto, de pequeno porte, que comporta monomotores e no momento opera normalmente fazendo trechos entre as cidades de Teresina e São Raimundo Nonato, com empresa especializada.

Como se percebe, o frenesi de mobilidades sobre esta cidade é notório, fato que lhe faz agregada à perspectiva de cidades com características de forte centralidade funcional. Tais cidades, quando articuladas em rede, no espaço regional possibilitam pensar em uma organização espacial regional policêntrica, que reflete um novo quadro de dinâmicas e operacionalidades que perpassam as cidades, com forte dinamismo e centralidade regional, que se faz marcado por forte “descentralização das atividades econômicas, aumento da mobilidade, complexo ‘cross commuting’ e distribuição espacial fragmentada de atividades” (DAVOUDI, 2003, p. 994).

Entre as consequências desta hiperespecialização urbana causada pela concentração de um conjunto expressivo de atividades econômicas comerciais da área urbana central está a formação de polo de geração de tráfego, com consequências severas na mobilidade e na acessibilidade, que são intensificadas

pela infraestrutura precária. Normalmente estas áreas centrais possuem uma saturação da mobilidade em horário comercial, pela expressiva quantidade de pequenas atividades econômicas, que atraem expressivos grupos de consumidores em horário concentrado.

Nesse contexto, as mudanças na dinâmica econômica e de urbanização que esta cidade sertaneja piauiense vem apresentando, resultam de ações e condições engendradas pelas verticalidades e horizontalidades, conforme discutida por Santos (1994; 1996). Existindo aí uma referência interessante para interpretar a natureza da (re)estruturação que marca a dinâmica dos espaços socialmente produzidos.

Nessa perspectiva, os processos de verticalidades que incidem em Picos (PI), se manifestam pela presença de rede de concessionárias de automóveis de marcas globais ou ainda, pela drenagem de mercadorias de grupos empresariais, de origem externa à cidade. Tais verticalidades incidem assim, sobre a dinâmica econômica e urbana desta cidade, por meio de um espaço de fluxos, mas também de fixos instalados no território, que organizam o espaço local, a partir da funcionalidade requerida desde fora, pelos agentes externos que controlam esses setores econômicos (SANTOS, 2002).

Na abordagem das Horizontalidades, notadamente, no âmbito da região, a cidade em apontamento se faz marcada pelo ritmo das relações comerciais e produtivas oriundas do campo, pois durante os anos de 1970 e 1980, o ciclo de produção de alho, às margens do Rio Guaribas, lhe rendeu notoriedade regional e nacional. Ao lado deste fato, de importância pretérita, contribui ainda, em tempo atual, a forte capacidade produtiva do mel e caju e seus derivados, organizados em redes, desde as cooperativas, até os mercados consumidores, aos quais são destinados.

Destes fatos, resultou a expressividade da tradicional da feira livre em Picos/PI, como uma das maiores do Nordeste brasileiro. Esta se faz importante, para o contexto regional, pois se apresenta consorciada pela presença de rede de lojas e serviços, de modo que entre ambas, a concorrência não é mensurada, já que as "horizontalidades serão os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial" (*Idem*, 2002, p. 16). Para Reis (2007, p. 126)

[...] a vitalidade dos espaços urbanos não pode ser separada ou autonomizada das tensões que se vivem com as zonas de proximidade espacial, como se as cidades tivessem a capacidade de levantar dos territórios que as envolvem e, por intermédio dessa levitação, gerar uma intensidade de conexões interurbanas suficientemente poderosas para arrastar consigo outras dinâmicas de carácter mais territorial (texto original).

Dessa forma, a urbanização que a cidade de Picos/PI vem experimentando, desde o fim da década de 1990, é reflexo de um conjunto de dinâmicas e fortes transformações espaciais (local e regionalmente), induzidas por diversas forças, interesses e atividades, através de investimentos capitais. Ilustra essa realidade, a recente inauguração de um shopping center, no ano de 2016 e outro, que se encontra em fase terminal de construção.

No curso dessa realidade, tem-se ampliado a chegada de inúmeras empresas, marcadamente pela oferta de diferentes serviços, com vistas o atendimento de uma forte demanda consumista da população urbana e regional, nos setores de saúde, representados por centros de saúde e de estética. Também da construção, por meio de empresas de engenharia e de arquitetura, bem como de lojas de materiais de construção. Além destas, o setor de educação, por meio da instalação de diferentes instituições públicas e privadas, notadamente, em nível superior. Ampliam ainda a instalação de rede de lojas franqueadas, com destaque para a dos ramos alimentícios e de moda.

Já a população rural e das pequenas cidades do seu entorno, que se deslocam para Picos/PI, além de demandarem este cabedal de serviços, também vão em busca de serviços e assessorias especializadas para soluções de problemáticas que envolvam suas produções/atividades rurais e que tem em comum com o público urbano, a necessidade do consumo e satisfação material a partir da rede de lojas de eletrodomésticos, roupas e calçados, bem como mercados e supermercados, além dos serviços e produtos burocráticos e institucionais públicos e privados, conforme apontado anteriormente.

Resultam disso, o fatiamento e a constituição de diferentes usos da terra urbana, com a promoção de rebatimentos diferenciados, revelando de forma acumulada na escala intraurbana, o:

[...] aumento e diversificação na composição da renda; aceleração do processo de urbanização desordenado e o conseqüente aumento do pauperismo e da violência urbana; surgimento de um conjunto de problemas sociais (quebra de valores tradicionais, segregação socioespacial com a valorização do solo urbano – provocado pelos novos empreendimentos comerciais – dentre outros (BESERRA, 2016, p. 65).

As condições descritas nos dão elementos de convicção que a cidade de Picos/PI exerce forte influência e polarização regional por meio das relações que estabelece com vários municípios localizados em sua região de influência, fato que também lhe caracteriza como uma dada área urbana funcional (FUA).

Falar destas áreas, se faz necessário lembrar que as mesmas estão alocadas dentro de quadros regionais funcionais, com particularidades (físicas, naturais) e especificidades (capacidade produtiva). Estes fatos nos conduzem à percepção que o trato conceitual de regiões funcionais é multiforme, ou seja, há uma gama variada teórico/conceitual que a circunda.

Tal condição é dada pela variedade dos aspectos relacionais que esta categoria analítica vai abordar: relações urbano-rurais; rurais-urbanas e ou ainda ambas, de forma paralela. A definição do foco é imprescindível, pois o destaque da escala de análise é determinante na compreensão do estabelecimento da hierarquia de relações construídas.

De forma direta, Ferrão (2012, p. 10) nos diz que as regiões funcionais são caracterizadas “sempre por possuir interações relevantes e por deter, efetiva ou potencialmente, uma estrutura bem definida e hierarquizada, ainda que nem sempre facilmente delimitável”.

Interações, sinônimo de ligações/conectividades, aparecem como ideias chave destas regiões. Se pensarmos assim, tal condição pressupõe que as mesmas, mantem diálogos e laços de dependência à própria região ou outras delas próximas (ou não necessariamente) a partir de suas funcionalidades (leiam-se serventias, a um amplo quantitativo populacional diariamente desterritorializado). Contudo, não estamos falando das regiões em sentido *per se*, sem conteúdo, mas dotadas de recortes territoriais urbanos com respectivas funcionalidades.

Nessa conjuntura, a discussão norteadada pelas Áreas Urbanas Funcionais (FUA's), notadamente, no bojo das transformações sitiadas no espaço regional, é regida pela forte sinergia com a noção conceitual de rede urbana, pois, ambos:

[...] auxiliam na análise da dimensão territorial da divisão do trabalho e dos processos de interação socioespacial e das inter-relações entre as cidades de uma dada região ao possibilitarem uma melhor identificação e entendimento das configurações, das características e dos conteúdos de alguns dos principais fluxos que circulam no território regional, como os fluxos pendulares, de produtos, insumos e de capital. Permitem igualmente, verificar os diferentes níveis de centralidade urbana existentes, as inter-relações entre as cidades e identificar as suas áreas de influência no território regional (SILVEIRA *et al.*, 2017, p.187).

Presumidamente, as Áreas Urbanas Funcionais (FUA's) são constituídas pelas cidades com menor centralidade e pelas áreas rurais que funcionalmente são polarizadas por cidades com maior grau de centralidade urbana, como as cidades médias e metrópoles regionais, cuja área de influência constitui uma dada FUA.

As cidades que representam os núcleos principais das FUA's são 'elementos' conectores, dentro de diferentes quadros territoriais. São uma espécie de empório regional, com amplos quadros de negócios, comércios e serviços, que atrai anualmente avolumados investimentos e negociadores, que enxergam em tais cidades, um espaço estratégico, de fácil reprodução da mais valia, já saturados nos grandes centros urbanos.

A partir de Picos (PI), temos, portanto, uma peculiar situação, marcada por variedades, em um quadro regional, fora do contexto metropolitano: uma cidade que consegue ser referência dentro de seu quadro regional, a partir do abrigo de um cabedal de comércios e serviços que atendem parcelas amplas de um conjunto populacional, de origens diversas e com anseios em comum. Configura-se como um "polo de atração" de investimentos desterritorializados.

Esta cidade sertaneja piauiense se configura como uma "bacia" de empregos, para uma demanda social para além de suas fronteiras. É conectada por diferentes mobilidades e fluxos, a partir de estradas urbanas e rurais, por onde transitam pessoas, mercadorias, serviços, investimentos, enfim, uma fluidez de condições que justificam as transformações no formato territorial da mesma. Agrega valor nesse sentido, os diferentes usos da terra urbana, com fins capitalísticos, muito dos quais, segregadores, além da transformação da paisagem e do conteúdo espacial⁷, fatos que também se rebatem na organização interurbanas das cidades polarizadas⁸.

⁷ O fator imobiliário alarga e modifica a paisagem das franjas urbanas. Novos equipamentos comerciais são instalados. Os poderes públicos e privados são mobilizados a dar novas capacidades estruturais às mobilidades dos fluxos, convidando diferentes fixos, na expansão da malha urbana, em direções não lineares, porém intencionais, dando motivos que se percebam

Essas características e atributos revelam igualmente a importância que a cidade de Picos/PI possui e desempenha na dinâmica de organização e funcionamento da rede urbana regional e estadual do Piauí, contribuindo para uma organização mais policêntrica da rede urbana. Estes fatos, quando processados em conjunto, direcionam uma nova lógica de reestruturação da rede urbana estadual, regional e nacional.

A importância dessa cidade média no espaço regional é materializada não apenas pela estratégica condição de localização regional que possui, sobretudo, pela forte centralidade de sua economia urbana, estruturada como um dinâmico centro de comércio e de serviços da região, e pela expressiva capacidade que possui de atrair, intermediar e gerar diferentes fluxos (pessoas, mercadorias, informações e capitais) nessa parte do território estadual.

Há através e a partir desta cidade, fortes interações e relações espaciais, justificadas pela presença e oferta diversificada de uma quantidade de fixos (centros comerciais e de serviços, instituições de saúde, instituições financeiras, entre muitas outras) que movimentam diferentes fluxos econômicos, no território estadual, alcançando um amplo conjunto populacional oriundos de outras cidades.

Esta diversidade no uso do solo, embora por momentos especializado ou concentrado, como aqueles ambientes representados pelas atividades comerciais, remete a necessidade de emprego de mecanismos que são indutores do desenvolvimento urbano. Entre estes mecanismos, cita-se a legislação municipal do Plano Diretor e Códigos complementares, uma vez que devem apresentar um conjunto de novos instrumentos de natureza urbanística voltados para induzir, não apenas normatizar, as novas formas de uso ocupação do solo urbano (SAULE JUNIOR; ROLNIK, 2001).

Uma das condições básicas para a sua aplicação é que seja condizente com a realidade espacial de uma cidade orgânica, em constante transformação, como é o caso de Picos, desta forma, teria um papel importante, a partir de seu efetivo

integração física e maior proximidade entre as cidades envolvidas no circuito de comando/polarização.

⁸ Em algumas cidades, as mais próximas de Picos/PI (Valença, Dom Expedito Lopes, etc.), vêm ocorrendo um aumento de estabelecimentos comerciais, pois há um senso de garantia de abastecimento (principalmente, gêneros alimentos e de construção), em seus negócios, a partir daquela cidade de suposta capacidade de comando regional. Ao lado disso, estamos percebendo uma descentralização de agentes produtores espaciais rumo às mesmas, com fins de capitalização da terra urbana, que tem capacidade de reprodução de uma forte mais valia, notadamente, no contexto da moradia popular.

emprego, na minimização dos custos fixos urbanos e na ampliação da qualidade de vida dos municípios e dos seus usuários.

As diferentes relações e interações espaciais, além de ajudar a revelar a importância de que esta cidade sertaneja, no estado do Piauí, estamos apresentando, também nos dá motivos para a compreensão de seu posicionamento classificatório, enquanto Centro Subregional A, no bojo da hierarquia urbana, atestado pelos estudos da Região de Influências de Cidades – REGIC⁹, também vem determinando uma série de limitações em relação aos assentamentos destas atividades no interior do tecido urbano.

Nesse sentido, é assistido no interior da cidade, notadamente, em sua área central, fortes capacidades de especialização e homogeneização do uso do solo, pelas atividades de comércios, bem como dos variados serviços nela presentes. Como reflexo disso, já fazem parte da rotina da cidade inúmeros problemas, que comumente são típicos às cidades de maior concentração populacional e de tradicionais funcionalidades, sejam em nível regional e ou nacional.

Destes problemas, cita-se na parte central da cidade: quadros de congestionamentos. Estes se fazem representados pelas diferentes formas de mobilidades e trações: motoras, humanas e animais. Em paralelo, o amplo quantitativo de vias sem sinalização adequadas e sem controle de uso, de forma eficiente pelos agentes de trânsito responsáveis. As múltiplas territorialidades de uso dos espaços públicos, notadamente, as praças, pelos agentes promotores do circuito inferior da economia.

Há destaque ainda, a exagerada valorização dos imóveis, em sua parte central. Resulta disso, a paulatina, porém, forte perda de memória urbana, representada pela demolição e ou refuncionalização de fachadas e estruturas de inúmeros imóveis, de diferentes tempos históricos, testemunhas oculares de um pretencioso desenvolvimento urbano local, de outrora.

Saindo do centro, há destaque para o fatiamento da terra urbana, nas franjas urbanas, por moradias de alto valor agregado ou de conjuntos habitacionais, de cunho popular. Nesse contexto, antigos bairros, onde o poder municipal

⁹ Cabe mencionar que no contexto deste estudo, Picos/PI, além de conseguir ter um amplo raio de influência/polarização regional, sobre diferentes recortes municipais, este fato quantitativamente é maior que cidades de maior número populacional, em seu eixo de classificação – Caxias (MA), com mais de 160 mil habitantes e Parnaíba (PI), com mais de 150 mil habitantes.

historicamente pouco interferiu, em termos urbanísticos, expandiram suas malhas, ampliando o quadro de pobreza e desigualdades. Na contra mão deste fato e a partir das diferentes ações dos agentes produtores da terra urbana, mas apoiados por representações políticas municipais, sobressaem-se os bairros de caráter planejado.

Dado seu caráter, estes bairros são os melhores equipados, do ponto de vista dos equipamentos essenciais, nos processos de urbanização. A influência política se dá na medida em que tradicionais famílias, alocadas no seio político municipal, resguardam grandes parcelas de terra urbana. Estes fatos criam condições para que suas terras, ainda a serem urbanizadas, se valorizem acima da média, nas escalas regional e nacional¹⁰.

A dinâmica exercida por Picos (PI) nos lembra que por vezes, a evolução dos equipamentos de produção de comércio (aliadas aos serviços e atividades industriais de consumo imediato) - este uso em menor escala - estão diretamente relacionadas à própria evolução urbana, que se prolifera, estende-se e corroi resíduos da vida anterior (LEFEBVRE, 2002; SCHÄEFFER, 1993), sendo comum a transferência de medidas interventivas nestes espaços urbanos, com base em legislação regulatória (BERNARDY; SILVEIRA, 2017).

Nessa perspectiva, Picos (PI), possui importância estratégica e econômica para o estado do Piauí, bem como definidora de relações no contexto regional de sua localização. Estas condições permitem diário e mensalmente, por e a partir desta cidade, uma ampliada convergência de fluxos de pessoas e capitais, mercadorias e serviços, incrementando seus papéis regionais, com rebatimentos que vão além das transformações e reordenamento territorial, mas sobretudo, na perspectiva de seus conteúdos.

3 A LEGISLAÇÃO DO PLANO DIRETOR E OS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO URBANA DE PICOS/PI

O processo de dinamização de atividades econômicas urbanas é determinado por vários fatores, entre os quais, cabe lembrar: a localização geográfica; as

¹⁰ Informações levantadas junto à Delegacia do Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Piauí, em Picos/PI, revelaram que recente pesquisa desta representação, em nível nacional, junto de 16 selecionadas regiões com o metro quadrado mais caro do Brasil e, comparando os valores, a cidade de Picos/PI superou 13 das cidades com imóveis mais valorizados do país.

aptidões econômicas; as vocações regionais; a posição da cidade na rede urbana; o surgimento de novas variáveis dinamizadoras da economia urbana; as redes de suporte e logística entre os setores econômicos, além da legislação em diferentes esferas, tais como o plano diretor municipal.

As características da legislação municipal do plano diretor tem expressiva capacidade de influenciar nos processos de transformações urbanas pelas atividades econômicas, principalmente, quando amparados na Lei 10.257/01, denominada de Estatuto da Cidade.

E existência desta, aponta para a aplicação de seus instrumentos, seja de desenvolvimento urbano, de regularização fundiária ou de gestão democrática e participativa. Para além destas características as concepções do plano diretor quanto a sua rigidez (zoneamento) ou flexibilização (unidades funcionais) também são características influenciadoras na distribuição espacial das atividades econômicas urbanas.

O Estatuto da Cidade (2001), cristalizado nos municípios por meio do Plano Diretor, deve atender ao Art. 2º da política urbana, que tem por objetivo principal ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais e econômicas da cidade e da propriedade urbana. A preocupação com o ordenamento das atividades urbanas, como essência para a organização da produção econômica do uso do solo urbano, ou seja, como a cidade se organiza, permite que a população tenha uma progressiva qualidade de vida, é uma das pautas mais importantes nos processos de elaboração dos Planos diretores (BERNARDY, 2013).

No caso do município de Picos (PI), o plano diretor foi instituído pela Lei municipal 2.272 de 8 de janeiro de 2008 e a tessitura urbana está determinada pelas seguintes características: expansão urbana coincide com as áreas mais carentes da cidade, com deficiência de infraestrutura, existem evidências de práticas de especulação imobiliária, portanto, de retenção fundiária e do potencial construtivo, bem como o controle de edificações e de vulnerabilidades socioambientais. Para além destas características tem se mostrado como uma centralidade regional dinâmica, principalmente e por sua função de comando regional e de serviços (LIMA, SILVA; LUZ et al. 2016).

Com base no exposto, esta seção analisa as características do plano diretor de Picos (PI), quanto aos usos e localização das atividades econômicas urbanas, ou

seja, a confluência entre as determinações legais e a realidade espacial de centro urbano com ampliação das atividades comerciais e de serviços.

Estes têm como referência, novos equipamentos comerciais, investimentos específicos, que causam uma precificação da terra urbana, portanto, também contribuem para os processos de segregação urbana. O plano diretor possui a seguinte estrutura: Relatório Consolidado – leitura do município e realidade municipal; Propostas pactuadas – estratégias, programas e projetos; Relatório da leitura comunitária municipal.

De acordo com o Relatório Consolidado do plano diretor da Prefeitura Municipal de Picos (2006), algumas características são peculiares na área urbana: o comércio localizado na área urbana central, com baixa densidade populacional, na qual a referência é a igreja, aliado aos serviços públicos e privados; centro de convergência regional, com a urbanização nas margens do rio Guaribas e entroncamentos rodoviários (BRs 316, 407, 020 e PI 233), o que determina um espalhamento urbano linear, uma vez que as vias condicionam o uso do solo do entorno, inclusive por atividades econômicas que formam as policentralidades.

No documento de Propostas pactuadas – estratégicas, programas e projetos, define nos aspectos urbanísticos estratégicos, a necessidade de ordenamento da estrutura espacial urbana, a priorização da expansão das atividades econômicas do comércio e serviços em eixos, portanto, nos polinúcleos urbanos lineares, com parâmetros urbanísticos tecnicamente definidos, embora, necessite de aplicabilidade, gestão e monitoramento destas variáveis no plano diretor.

Também aporta para a necessidade de um zoneamento urbano, com base na definição de corredores de atividades econômicas ao longo de rios e vias, reserva de área industrial, com preservação ambiental (PREFEITURA MUNICIPAL DE PICOS, 2006).

Visando reverter os processos de segregação urbana em ambiente com uso do solo complexo, diversificado, e por vezes conflitantes, em vez de se ter como princípio geral a restrição detalhista e a monofuncionalidade de usos, no plano diretor, o princípio a ser observado no uso do solo urbano deverá ser a miscigenação de usos. Souza (2004, p. 266-267 – *grifo do autor*) chama de “espírito funcionalista, a *liberdade de regra* com a restrição sendo prevista apenas onde realmente for necessária, e a *mistura ou miscigenação de usos deve ser prioritária*”,

são as chamadas unidades funcionais urbanas, que se sobressaem ao zoneamento funcionalista.

Neste caso específico, para a utilização do uso do solo urbano prioritário, para fins comerciais, de serviços e atividades industriais não restritivas, aliada aos usos residenciais, tanto unifamiliar quanto multifamiliar, que permitem uma verticalização urbana, deveria ser considerada e condicionada “a capacidade de suporte urbano em função da infraestrutura previamente instalada”, como um critério essencial para a instalação de atividades econômicas e de uma densidade adequada de pessoas (uso residencial), no espaço urbano.

Destaca-se que os zoneamentos não se constituem mais como um elemento adequado para o planejamento urbano, pela funcionalidade e organicidade que as cidades médias apresentam, bem como a vocação urbana industrial parece não ser evidente no contexto evolutivo, das últimas décadas no município de Picos, que passa por um processo de desoneração da sua industrialização.

Também, o uso do solo por atividades econômicas, em entorno de curso de água tendem a serem conflitivos, em locais desprovidos de infraestrutura de saneamento básico, importante constituinte da minimização da qualidade de vida dos usuários destes ambientes. Nesse sentido, a presença de um rio temporário na cidade – Rio Guaribas – a expansão urbana, tem contribuído decisivamente para sua deterioração.

Importa mencionar ainda que o plano diretor de Picos (2008) enfatiza a necessidade de ordenamento das atividades econômicas em “eixo”, com base em elementos naturais, como o curso de água ou de vias, que servem como base para a descentralização de uso do solo pelas atividades de comércio e serviços, ou seja, de forma linear, infere-se que em parte se deve ao saturamento das atividades econômicas em área urbana central (Capítulo II, Das Estratégias).

Estes dois elementos (curso de água e vias) não são suficientes para que exista um ordenamento de atividades em seu entorno, mescladas com demais usos, como de residências, sendo necessária uma série de infraestrutura de suporte, para que exista um uso do solo ordenado.

Determinadas tipologias de atividades econômicas ainda necessitam de certo enclausuramento urbano quando providas de formas diferenciadas de poluição e de incomodidade para a vizinhança, neste caso, deve-se efetivar o gravame de áreas

com a finalidade industrial, desde que o município tenha a vocação para o alastramento deste setor econômico.

No caso do plano diretor de Picos (2008), existe a “reserva para a área do distrito industrial no setor nordeste da cidade”. No entanto, o Relatório consolidado (2006), não atribui importância à densificação deste setor no município. Dependendo dos padrões das atividades industriais, o ideal é o gravame de microáreas, junto das vias de ligação regional, que já tenham o provimento de infraestrutura de suporte.

No plano diretor de Picos, em sua parte denominada de Propostas Pactuadas – estratégias programas e projetos (2008) existem uma série de equívocos, uma vez que apresenta informações relacionadas ao planejamento municipal (isso é adequado), mesclados com a indicação de projetos de responsabilidade da iniciativa privada, de esferas estadual e federal.

Para, além disso, orienta o desenvolvimento de projetos executivos, função não intrínseca do planejamento, entretanto, da gestão do poder executivo municipal, muitas delas, relacionadas à funcionalidade normal da estrutura governamental, portanto, não necessárias em um documento legislativo, que orienta as estratégias de desenvolvimento do município.

Outra crítica aos elementos constituintes do Plano Diretor de Picos (2008), diz respeito à suas diretrizes, que se apresentam fragmentadas e sem a integração dos elementos socioespaciais que integram o território urbano. Como exemplo, cita-se a não integração de variáveis de usos do solo, tais como sistema viário, transporte e trânsito desvinculados da infraestrutura, desenvolvimento econômico, meio ambiente e de serviços sociais municipais. Estes estão disponíveis em forma sequência e com ínfima ligação entre si, como se não fossem complementares na tessitura urbana do município.

4 LEI MUNICIPAL DO USO DO SOLO E DE IMPACTO DE VIZINHANÇA DE PICOS/PI

Outro mecanismo de planejamento e gestão municipal de Picos é a Lei Municipal do Uso do Solo de Picos nº 2.273/2008, que poderia ser integrada no interior do plano diretor municipal, pois tem como função principal orientar a utilização do solo urbano pelos diferentes usos, tanto familiar quanto de atividades econômicas, ambiental e outros.

Quanto ao uso do solo esta Lei também divide em zoneamentos de usos, tais como o residencial, de comércio e prestação de serviços, industriais, de preservação, zonas especiais e de interesse social. Desta forma, mantém o padrão fragmentado de análise do uso do solo urbano disposto no plano diretor, no qual não observa a integração e organicidade do ambiente urbano, com base em seus diferentes ambientes físicos e espaciais.

Da mesma forma, ao relacionar o sistema viário urbano ao seu gabarito, deveria considerar as suas funções no tecido urbano, de forma que a diversidade de usos, os padrões construtivos, o adensamento, a conectividade urbana intra e entre bairros, as vias de acesso às ligações regionais, são elementos mais importantes para a definição da hierarquia do sistema viário urbano.

Exceto, em situações em que os usos causem impacto à vizinhança, como na superutilização do sistema de transporte ou incomodidade por poluição, ruído, cheiro ou outra, devem estar integradas, seguindo uma tendência mundial para as cidades médias: miscigenação do uso do solo urbano, de forma, que não se utilize mais o sistema de zoneamentos, ainda presente no plano diretor e na lei de uso do solo de Picos (2008).

Embora a área central de Picos ainda seja a principal forma centrífuga da cidade, é salutar que o uso de solo por atividades econômicas se pulverize no ambiente urbano, inclusive em locais destinados para a habitação de interesse social. Este fato é levantado, pois pode ter um processo de urbanização simplificada e independente da existência de um corredor de centralidade em formação ou consolidado (geração de trabalho e renda descentralizado). Este fenômeno é interessante para a minimização da segregação espacial urbana e da formação de uma cidade setORIZADA, com usos específicos e homogêneos.

No caso dos controles da existência de incomodidade de vizinhança, pela distribuição das atividades econômicas, pode-se aplicar o instrumento do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (Lei 10.257/01), para atividades atípicas. Neste estudo, deve-se considerar a sobrecarga da infraestrutura de entorno, viária, sistema de drenagem e saneamento, rede de abastecimento de água, energia e demais, impactos no sistema natural e na qualidade de vida da população do entorno (ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA DE PICOS, 2008).

Por fim, destaca-se que a legislação municipal relacionada ao planejamento deve ter dois objetivos principais: minimização dos custos públicos, portanto, de ordem social, que oneram o processo de urbanização e a ampliação da qualidade de vida da população. Neste sentido, a legislação necessita estar em consonância com os cenários atuais e futuros do desenvolvimento urbano. Nesses termos, reconhecer a organicidade do processo de urbanização que impõe conflitos entre os diferentes usos, pode e deve vir a compor a seara urbana.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa centrou na análise da legislação municipal, como um determinante para a espacialização e concentração de atividades econômicas urbanas, pois o plano diretor e legislações complementares do uso do solo têm expressiva capacidade de influenciar nos processos de transformações urbanas, em locais de uso do solo prioritário para atividades econômicas.

Para isso, uma condição *sine qua non*, é que a legislação deve ser elaborada com base em critérios técnicos, sociais e jurídicos adequados, atuais e pretéritos e vinculada à realidade espacial municipal e urbana, e que sua aplicação seja efetiva e irrestrita.

Nesta seara, um dos objetivos de um plano diretor, é o ordenamento pleno do desenvolvimento das funções econômicas da cidade e da propriedade urbana. Neste caso, deveria determinar a confluência entre as determinações legais e a realidade espacial de centro urbano com ampliação das atividades comerciais e de serviços. Estes devem ter como base, a existência dos novos equipamentos comerciais e investimentos específicos, possíveis contribuintes para a minimização da precificação da terra urbana e para a segregação urbana.

Assim sendo, as áreas centrais da cidade, com a função de comando intraurbano, tendem a se conformar como ambiente de “monocultura comercial”, sendo que a legislação tem um papel interessante na reversão nesta perspectiva, de aumento da miscigenação de usos, atribuindo espaços para outros fins, como o residencial e de serviços, usos que têm sido repulsivos de área centrais de cidades médias.

Também se deve considerar que a legislação tem que prever a utilização do uso do solo urbano prioritário, para fins comerciais, de serviços, aliada aos usos

residenciais, que deveria ser condicionada à capacidade de suporte urbano, em função da infraestrutura previamente instalada, como um critério essencial para a instalação de atividades econômicas e de uma densidade adequada de pessoas e de atividades econômicas.

Considera-se também que os zoneamentos que definem o plano diretor de Picos (PI), não se constituem mais como elemento adequado para o planejamento urbano, seja pela funcionalidade e organicidade que este centro de comando regional apresenta, seja ainda, pela vocação urbana industrial. Este fato parece não ser evidente no contexto evolutivo do município, o que desonera a necessidade de gravame para áreas industriais do município.

Outra inconformidade diz respeito à formação de ambiente policêntrico, uma vez que o plano diretor de Picos (2008) enfatiza a necessidade de ordenamento das atividades econômicas em “eixo”, com base em elementos naturais, como o curso de água ou de vias, que servem como base para a descentralização do uso do solo pelas atividades de comércio e serviços.

Estes elementos, rios e vias, não são suficientes para que exista um ordenamento de atividades em seu entorno, sendo necessária uma série de infraestrutura de suporte, para que exista um uso do solo ordenado e que a saturação urbana percebida no centro não se repita nestes ambientes.

Outra constatação preocupante que reside no conteúdo legislativo do plano diretor de Picos (PI) é a falta de vínculo de temas de forma exclusiva ao planejamento e a gestão da cidade e do município, uma vez que apresenta elementos não essenciais e que não são de responsabilidade do Poder Executivo Municipal. Acrescenta-se a não integração essencial de variáveis de usos do solo, tais como do sistema viário, transporte e trânsito desvinculados da infraestrutura, desenvolvimento econômico, meio ambiente e de serviços sociais municipais.

Por fim, observa-se que o plano diretor municipal e a lei de uso do solo de Picos (PI), não respondem às demandas espaciais e da organicidade urbana, desta cidade de forte polarização regional, tampouco devem contribuir de forma efetiva para a minimização dos custos públicos urbanos, que oneram o processo de urbanização e a ampliação da qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS

- BERNARDY, R. J. O planejamento urbano de pequenos municípios com base no Plano Diretor. **Desenvolvimento em Questão**, v. 11, n. 22, p. 4-34, 2013. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/9705/o-planejamento-urbano-de-pequenos-municipios-com-base-no-plano-diretor>. Acesso em: 5 jul. 2017.
- BERNARDY, R. J. & SILVEIRA, R. L. L. da. **A cidade média monocêntrica e policêntrica: análise da sustentabilidade do uso do solo urbano**. 2017, 196p. Pesquisa de Estágio pós-doutoral (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR) Universidade de Santa Cruz do Sul, 2017.
- BESERRA, M. R. **Segregação socioespacial e planejamento urbano em Picos (PI): entre as demandas da população e as decisões do Poder Público Municipal**. 2016. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, 2016.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- DAVOUDI, S. European Briefing: Polycentricity in European Spatial Planning: from na Analytical Tool to a Normative Agenda. **European Planning Studies**, Abingdon: Carfax Publishing, v.11, n.8, 2003, p.979-999.
- ESTATUTO DA CIDADE. **Lei 10.267, de 28 de agosto de 2001**: Altera dispositivos das Leis nos 4.947, de 6 de abril de 1966 e outras...e dá outras providências. Brasília. 2001.
- FERRÃO, J. **Regiões Funcionais, Relações urbano-rurais e Política de Coesão Pós-2013**. Lisboa: ICS. Relatório Final. Julho, 2012. Disponível em: http://www.qren.pt/np4/np4/?newsId=1334&fileName=regioes_funcionais.pdf.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens E. Frias. São Paulo: Centauro. 2001.
- LIMA, J. G.; SILVA, C. E. da; LUZ, F. J. L. A. Dinâmicas Urbanas em Espaços Sertanejos Piauienses (DUESPI): riscos e vulnerabilidades socioambientais em Picos/PI. In: SEABRA, Giovanni (Org.). **Educação Ambiental & Biogeografia**. Ituiutaba, MG, 2016. (V. I.).
- O'NEILL, M. M. V. C. **As bases territoriais institucionais: novas configurações no espaço nordestino**. Tese de Doutorado - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, 2004.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PICOS. **Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança de Picos**. Picos (PI), 2008.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PICOS. **Leis do Plano Diretor: o Plano Diretor Participativo Municipal – parte IV**. Picos (PI), 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PICOS. **Lei Municipal do Uso do Solo de Picos**. Picos (PI), 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PICOS. **Propostas Pactuadas**: Programas e Projetos – realidade municipal – parte integrante do Plano Diretor. Picos (PI), 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PICOS. **Relatório Consolidado**: Leitura do Município – realidade municipal – parte integrante do Plano Diretor. Picos (PI), 2006.

REIS, J. **Ensaio de Economia Impura**. Coimbra – Portugal: Almedina, 2007.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

SAULE JÚNIOR, N.; ROLNIK, R. **Estatuto da Cidade**: novos horizontes para a reforma urbana. São Paulo: Polis, 2001.

SCHÄEFFER, N. O. Do armazém da esquina ao shopping Center: a transformação do consumo de Porto Alegre. In: PANIZZI, W. M.; ROVATTI, J. F. **Estudos urbanos**: Porto Alegre e seu planejamento. Editora da Universidade da UFRGS, 1993.

SILVEIRA, R. L. L.; BRANDT, G. B. FACCIN, C. R., SILVEIRA, L. L., KUMMER, D. C. . Policentrismo, Áreas Urbanas Funcionais (FUAs) e Dinâmica Territorial: Um estudo exploratório desde a região do Vale do Rio Pardo - RS - Brasil. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 22, p. 184-217, 2017.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SPOSITO, M. E. B.; GOES, E. M.; SPOSITO, E. S. Reestructuración y cambio en dos centros comercial es tradicionales. Visiones comparadas: Presidente Prudente (Brasil) y Lleida (España). In: BELLET, C. et. al. **Urbanización, producción y consumo en ciudades medias/intermedias**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista; Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2015.

VILLAÇA, F. **Espaço intraurbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp; Lincoln Institute, 2001.

TRABALHO NO RECÔNCAVO: AUGES, RUPTURAS E DINÂMICA RECENTE

Josias Alves de Jesus¹
Elinaldo Santos Leal²
Weslei Gusmão Piau Santana³

RESUMO

A história do Recôncavo é marcada por lutas, resistências e trabalho, sobretudo trabalho negro e escravo. Homens e mulheres negras com seu trabalho, seja na cana de açúcar, nas roças de fumo ou nas roças de mandioca contribuíram por consolidar umas das regiões mais prósperas do Brasil. Primeira região do Brasil a passar por um processo de urbanização. Durante quase três séculos foi a região a mais importante do Brasil. No Recôncavo se desenvolveu uma importante indústria açucareira. Os engenhos de cana de açúcar ajudaram a moldar a economia e a sociedade do Recôncavo com sua produção extensiva, latifundiária e a mão-de-obra escrava, primeiramente indígena e, depois, negra. No limiar do século XXI, o Recôncavo recebeu importantes investimentos nos setores educacional que provocaram mudanças importantes no perfil do trabalhador. Há na verdade múltiplos "recôncavos" nos quais as mudanças impactaram cada um de uma forma diferente. Dessa forma, dentro dessa perspectiva tem-se o seguinte problema de pesquisa: Levando-se em consideração as mudanças ocorridas nos diversos processos de trabalho porque passou o Recôncavo desde o período da Escravidão, qual é a natureza do trabalho no Recôncavo no século XXI?

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Trabalho; Recôncavo.

LABOR IN RECONCAVO: RISE, RUPTURES AND RECENT DYNAMICS

ABSTRACT

The history of the Recôncavo is marked by struggles, resistance and work, especially black and slave labor. Black men and women with their work, whether in sugar cane, in the tobacco plantations or in the manioc orchards contributed to consolidate some of the most prosperous regions of Brazil. First region of Brazil to undergo a process of urbanization. For almost three centuries it was the most important region of Brazil. In the Recôncavo an important sugar industry was developed. Sugar cane mills helped to shape the economy and society of the Recôncavo with its extensive production, landlord and slave labor, first indigenous and then black. At the threshold of the 21st century, the Recôncavo received important investments in the education sector that caused important changes in the profile of the worker. There are in fact multiple "recôncavos" in which the changes impacted each one of a different form. Thus, within this perspective the following research problem arises: Taking into account the changes that have occurred in the various work processes because the Recôncavo has passed since the period of slavery, what is the nature of the work in the Recôncavo in the 21st century?

¹ Doutor em desenvolvimento regional. Professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas. Líder e pesquisador do Grupo de Pesquisa em Economia, Meio Ambiente e Inovação(Gremi). e-mail: josiasalves@uesb.edu.br

² Doutor em Administração. Professor de administração UESB. Líder do GPAP. Pesquisador administração política do desenvolvimento. E-mail: elinaldo@gmail.com

³ Doutor em Administração. Professor de administração UESB. Líder do GPAP. Pesquisador administração política do desenvolvimento. E-mail: wpiau@hotmail.com



Keywords: Regional Development; Labor; Recôncavo.

JEL: B10

1 INTRODUÇÃO

A Bahia e o Brasil nasceram no Recôncavo. É um território muito rico em termos culturais, gastronômicos e artísticos. Várias expressões populares e culturais tomaram forma ou se desenvolveram no Recôncavo. Além disso, muitas lutas e revoltas tiveram no Recôncavo o seu nascedouro. Nunca é demais lembrar que as últimas lutas para tornar nosso país independente se deram no Recôncavo a Dois de Julho de 1823. Todavia, em termos econômicos a história do Recôncavo é marcada por períodos de ascensão e períodos de estagnação, no qual as riquezas culturais e artísticas não conseguiram se reverter em desenvolvimento econômico.

O centro dinâmico da economia do país se desloca primeiro no século XVIII com a mudança da capital do Império de Salvador para o Rio de Janeiro. Segundo, com as descobertas de ouro e pedras preciosas nas Minas Gerais também no século XVIII e, finalmente, com a cafeicultura de São Paulo em 1850. Esses eventos contribuíram de forma decisiva para que o Recôncavo experimentasse uma verdadeira estagnação em sua economia.

Todavia, podem ser identificadas pelo menos três grandes lavouras agrícolas no Recôncavo: O açúcar (para exportação), o fumo (utilizado primeiramente para troca de escravos e depois para exportação) e a farinha de mandioca (para alimentação). Na historiografia brasileira, autores como Prado Jr. (1987), Furtado (1969), Freire (1986) e Holanda (1995) afirmam em seus trabalhos que a produção agrícola brasileira voltada para exportação foi uma grande *plantation* e que as atividades acessórias não tiveram nenhum peso na constituição do mercado interno. A visão desses autores é chamada de visão *plantacionista* para usar a linguagem empregada por Linhares (1990).

Contudo, há outros autores que defendem uma visão diferente da *plantacionista*; uma visão chamada de *multilateral*. Esta defende que as chamadas atividades acessórias, a exemplo da produção de fumo e farinha, tiveram papel importante na complementação dos rendimentos da agricultura de exportação e foram fundamentais na constituição do mercado interno da colônia. Os trabalhos de Linhares (1990), Gorender (1978), Barickman (2003) e Schwartz (2011) fazem parte

desta segunda linha de análise. Nas análises defendidas pela presente investigação, as discussões acerca da força de trabalho no Recôncavo encontram-se em consonância à segunda linha teórica acima apresentada.

Da lavoura da cana passando pela lavoura do fumo e da mandioca, a força de trabalho no Recôncavo alterou-se em natureza e em essência. O processo de industrialização perpetrada no Recôncavo a partir da segunda metade do século XX, principalmente com a indústria petroquímica, contribuiu para alterações no perfil do trabalhador no Recôncavo.

Discutir os problemas inerentes a esse território é contribuir para indicar alternativas de ação que possam modificar o atual estágio de estagnação assim como suas perspectivas frente a projetos que alterem as relações entre as demais regiões da Bahia.

Assim, dentro dessa perspectiva, tem-se o seguinte problema de pesquisa: Levando-se em consideração as mudanças ocorridas nos diversos processos de trabalho porque passou o Recôncavo desde o período da Escravidão, quais são as características do trabalho no Recôncavo no século XXI? O objetivo geral da presente investigação é discutir as mudanças observadas na categoria trabalho no Recôncavo tendo como recorte temporal as modificações ocorridas nos anos 2000.

Os objetivos específicos são:

- a) Discutir como se deu o processo da formação social e econômica do Recôncavo;
- b) Discutir o as mudanças do trabalho ao longo da história do Recôncavo;
- c) Apresentar e discutir a dinâmica recente do trabalho no Recôncavo.

Além desta introdução e das conclusões, o trabalho é composto por mais três seções. Na seção dois são discutidos os aspectos relacionados à metodologia da pesquisa. Na seção três discute-se o papel da divisão como categoria central para o entendimento das questões relativas ao desenvolvimento regional. As seções quatro e cinco discutem o papel das três importantes lavouras para a formação social econômica do Recôncavo que são o açúcar, a farinha de mandioca e o fumo. Finalmente, a seção traz o debate atual acerca do trabalho no Recôncavo com sua natureza e características. Essa seção é o trabalho empírico da investigação.

2 A METODOLOGIA DA PESQUISA

O método de abordagem utilizado pela presente investigação foi o materialismo-histórico e dialético. Por consequência, o método de procedimento é o método histórico. A dialética sob a concepção do materialismo histórico parte do conceito fundamental de que o mundo não pode ser considerado um complexo de coisas acabadas e imutáveis, mas um processo de complexos e um processo em construção permanente. As coisas e suas representações refletem conceitos na mente, os quais estão em mudanças contínuas e ininterruptas de devir.

As fontes secundárias e históricas pesquisadas buscaram resgatar através dos cronistas de cada época as características do trabalho no Recôncavo. Os cronistas eram sacerdotes ou escritores empregados da Coroa e a serviço igreja católica que relataram a vida social e econômica do Brasil ao longo dos séculos XVI a XVIII. Assim, os trabalhos de Gabriel Soares de Sousa, José Antonio Caldas, André João Antonil, Pero Gândavo, Luís dos Santos Vilhena e Frei Vicente de Salvador foram amplamente utilizados. Além desse material, os livros de Stuart B. Schwartz, B.J. Barickman, Wanderley Pinho e Maria de Azevedo Brandão formam um conjunto de quatro obras clássicas sobre o Recôncavo que não podiam deixar de ser consultadas.

Em relação às técnicas de pesquisa empírica, a presente investigação usou dados secundários oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com relação aos censos e também na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e as Pesquisas de Emprego e Desemprego (PED) do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED) foram as bases de dados consultadas para a montagem das tabelas e figuras.

O recorte espacial da pesquisa utilizou-se do conceito de Território de Identidade, conforme destacado na figura 01. Assim, o Território de Identidade do Recôncavo com seus municípios foi utilizado composto por 20 municípios: Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e

Varzedo. Conta com população de 576,6 mil habitantes, de acordo com dados do Censo 2010 do IBGE e possui área total de 5,2 mil quilômetros quadrados.

Figura 1 – Territórios de Identidade da Bahia



Fonte: SEPLAN (2017)

3 A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO COMO CATEGORIA CENTRAL PARA A COMPREENSÃO DOS FENÔMENOS ECONÔMICOS

Uma das primeiras dificuldades impostas para a análise regional ou territorial é identificar os elementos, processos, conceitos e categorias que são mais representativos para a discussão de determinado fenômeno que se apresenta. É preciso identificar e reconhecer quais instrumentos podem ser utilizados para melhor analisar o problema e que consiga responder às hipóteses levantadas.

O desenvolvimento do capitalismo no século XX, sobretudo a partir da década de 1970, tornou a produção cada vez mais internacionalizada e complexificada. Os circuitos de produção deixaram de ser locais, em sua maioria, e são cada vez mais

internacionalizados, interdependentes da relação local/global com um alcance cada vez maior de produtos e serviços. Houve um aumento da financeirização da economia, conforme apontado por Chesnais (1996), aliado ao aumento do poder dos oligopólios. Além disso, as novas tecnologias de informação e comunicação (TIC's) desenvolvem um papel importante nesse novo contexto (CASTELLS, 2002). Esse novo estágio do desenvolvimento do capitalismo demanda instrumentos cada vez mais precisos de análise.

Na década de 1980, o geógrafo marxista Neil Smith (1988) publicou o livro *Desenvolvimento Desigual* no qual discute o processo de desenvolvimento desigual do capitalismo a partir da divisão do trabalho, seguindo a ideias de Trotsky acerca do desenvolvimento desigual e combinado desse mesmo capitalismo. Nesse trabalho, Smith (1988) analisa a tendência de diferenciação espacial do capitalismo, a partir da divisão do trabalho e de sua base natural, conforme pode ser conferido abaixo:

A divisão do trabalho na sociedade é a base histórica da diferenciação espacial de níveis e condições de desenvolvimento. A divisão espacial ou territorial do trabalho não é um separado, mas está implícito desde o início no conceito de divisão do trabalho [...]. Sob condições naturais diferentes, o mesmo gasto de trabalho resultará em diferentes qualidades de uma dada mercadoria, e isto implica a possibilidade (mas somente a possibilidade) de produção excedente em um lugar embora não em outro. Além disso, a diferenciação qualitativa da natureza coloca certos limites para os processos de produção possam ocorrer numa dada área. Assim, o algodão não pode naturalmente ser cultivado no Ártico e o carvão não poder ser extraído de camadas geológicas que não o contenham. Esta é base natural para a produção de excedente (SMITH, 1988, p. 152).

Ainda segundo Smith (1988), existem quatro escalas em que correm a diferenciação social, a saber:

- a) a divisão social geral do trabalho (e do capital) em diferentes departamentos;
- b) a divisão do trabalho (e do capital) em diferentes setores particulares;
- c) a divisão do capital social entre diferentes capitais individuais;
- d) a divisão específica de trabalho no interior da fábrica.

Seguindo na mesma direção dos escritos de Marx (1984) e de Smith (1988), Brandão (2004) argumenta que a divisão social do trabalho é a categoria capaz de perceber as transformações no modo de produção capitalista. A divisão do trabalho se aprofunda recorrentemente em todas as escalas:

Sob o regime capitalista de produção, a divisão social do trabalho se aprofunda e sofisticada recorrentemente, as articulações entre espaços diferenciais se processam de forma regular e ordenada – embora com natureza desigual, complexa e de forma combinada e sujeita a um processo de evolução hierárquica – submetida a leis, centros de controle e padrões diversificados e específicos de inserção (BRANDÃO, 204 p.39).

De acordo com Brandão (2004), a divisão social do trabalho é a categoria básica e explicativa acerca da dimensão espacial do desenvolvimento porque permeia todos os processos em todas as escalas. A divisão do trabalho expressa o estágio de desenvolvimento das forças produtivas, suas heterogeneidades, hierarquias e especializações quer sejam *inter* e *intra* em qualquer escala desde a internacional até a regional. Revela as mediações e as formas concretas de reprodução social no espaço, além da constituição sócio-produtiva.

Outro autor que destaca a importância da divisão social do trabalho é Sormani (1977). De acordo com o autor, a divisão social do trabalho exerce um papel fundamental ao designar os papéis precisos dos indivíduos ou grupo de indivíduos no processo produtivo, o que vai acarretar, também, uma contradição de interesses entre os vários grupos sociais e em diferentes áreas ou regiões.

Sormani (1977) aproxima-se das idéias defendidas por Brandão (2004) ao destacar que, apesar de sofrer variações ao longo do tempo, o conceito de divisão social do trabalho torna-se um bom indicador do grau de desenvolvimento das forças produtivas, principalmente localizadas em dado território:

El desarrollo de las fuerzas productivas impulsa, a su vez, la división del trabajo en el seno de la sociedad y constituye un buen indicador del grado de adelanto de aquellas. La división del trabajo ha sufrido variaciones y diferenciaciones a partir de las formas primitivas de adscripción de diversos individuos a determinadas órbitas profesionales derivadas de razones puramente fisiológicas. Pero, de la misma manera que dentro de la sociedad se evidencian formas de división del trabajo cada vez más complejas, se producen desarrollos diferenciados en función del medio natural y del tipo y grado de adelanto de las diversas comunidades localizadas en un dado territorio (SORMANI, 2012 p. 03).

4 A CONTRIBUIÇÃO DO AÇÚCAR NA FORMAÇÃO SOCIO-ECONÔMICA DO RECÔNCAVO DO SÉCULO XVI A XIX

A Capitania do Recôncavo ou Capitania do Paraguaçu surge no contexto da recompra da Capitania da Bahia pela Coroa portuguesa após o donatário Francisco Pereira Coutinho ser devorado por índios em Itaparica e seus herdeiros reivindicar

pagamentos por benfeitorias. Após a recompra, foi concedida por El-Rey em 29 de março de 1566 a Álvaro da Costa que era filho do segundo governador-geral Duarte da Costa em recompensa à sua participação militar na guerra contra os índios Tupinambás (TAVARES, 2004). Segundo o Dicionário *on-line* de Português a palavra recôncavo significa cavidade funda, enseada, gruta, antro e cavidade entre rochedos. Para descrever a região do estado da Bahia que abrange alguns municípios da Baía de Todos os Santos, e dessa forma grafada em maiúsculas (Recôncavo).

Uma definição (quase que poética) é apresentada por Costa Pinto. Para ele o Recôncavo:

É a região que circunda a Bahia de Todos os Santos, formando o grande anfiteatro no qual, há mais de quatrocentos anos, se vem desenrolando um dos mais antigos capítulos da colonização do Brasil, que ali teve o seu começo e que exatamente ali tem, hoje, uma das perspectivas mais promissoras do seu futuro (COSTA PINTO, 1988 p.103).

De acordo com Barickman (2003), no final do século XVIII o Recôncavo abrigava três zonas agrícolas. Os colonizadores descobriram que os solos pesados da parte Norte do Recôncavo, também chamados de massapés, eram ideais para a cultura da cana-de-açúcar, principalmente em períodos chuvosos. Haviam aprendido também que a cana cresceria tão bem nos salões e nas terras mais leves. Ainda segundo o autor, a distribuição de massapés e salões teve grande influência na geografia da indústria açucareira no Recôncavo. "Onde quer que encontrassem terras com esses solo argilosos em distritos próximos às margens da baía, os colonizadores e seus descendentes plantaram cana e construíram engenhos" (BARICKMAN, 2003, p. 39).

Assim, as lavouras de cana-de-açúcar se estendiam desde as freguesias de Salvador como Cotegipe e Pirajá até o oeste até abranger a freguesia de Santiago do Iguape. Nas vilas de São Francisco do Conde e Santo Amaro passando por São Sebastião do Passé e de São Pedro do Rio do Fundo. Juntas essas freguesias e vilas concentravam cerca de 90% dos 221 engenhos que fabricavam açúcar na década de 1790 (ANTONIL, 1711, BARICKMAN, 2003).

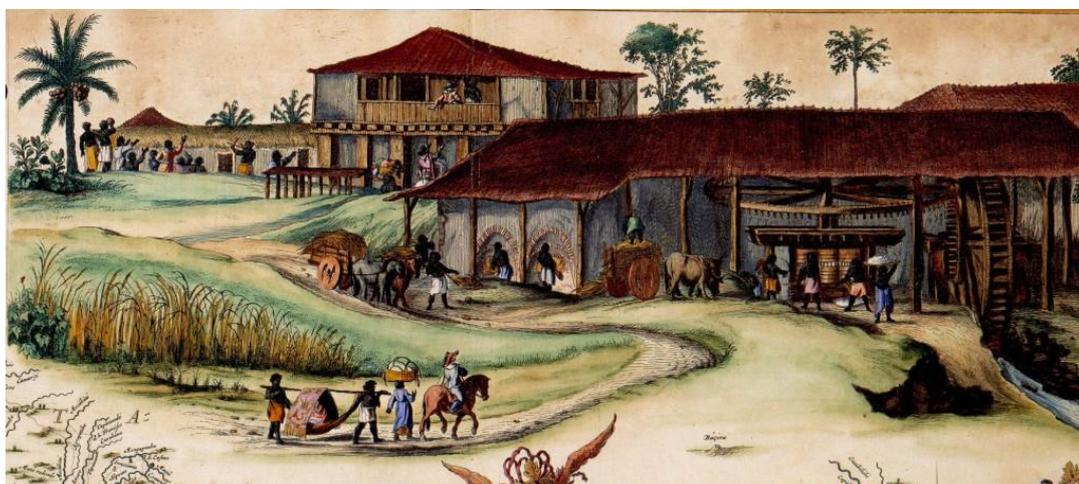
Na estrutura da produção de açúcar, identificam-se quatro tipos de trabalhadores, de acordo com Schwartz (2011); os senhores de engenho, os lavradores de cana, os trabalhadores do campo, e os trabalhadores assalariados.

Ferlini (1996) ao analisar o que ela chamou de civilização açúcar também concorda com a classificação de Schwartz (2011) sobre os lavradores de cana, porém acrescenta que a organização do Engenho comportava quatro funções; a administração, a manutenção, o transporte e o processamento da cana.

Apesar de não serem considerados trabalhadores no sentido formal da palavra, os senhores de engenho representaram um dos pilares sobre os quais estava assentada a produção açucareira do Nordeste e, em especial, do Recôncavo. Os senhores de engenho eram responsáveis por toda a administração do engenho. Eles estavam presentes em toda a safra e residiam na fazenda, diferentemente dos senhores de engenho antilhanos que residiam na Metrópole, conforme assinalado por Ferlini (1996). Ainda segundo a autora, grandes engenhos como o Sergipe do Conde, o senhor de engenho contava com o apoio legal e contábil de escrivães e padres. Contudo, em geral aos senhores de engenho cabia o trabalho de administrar e supervisionar toda a produção de açúcar nas fazendas.

Para Pedrão (1998), os ganhos monetários proporcionados pelo açúcar criaram uma classe subalterna e rica. Os senhores de engenho tornaram-se poderosos com um poder ambivalente. Ao mesmo tempo que extraía sua identidade do Recôncavo, faziam-se representar politicamente em Salvador. Segundo levantamento de Schwartz (2011, p.233) para o período 1680-1729 e 1780-1821, quase 51% dos ocupantes do cargo de vereador de Salvador eram de senhores de engenho enquanto que 12,7% eram de lavradores de cana, o que representa quase 2/3 dos vereadores estavam comprometidos com questões relacionadas com a cana. Na figura abaixo, vê-se um típico engenho movido a água retratado por Frans Post.

Figura 2 - Pintura “Engenho” de Frans Post 1651



Fonte: Azevedo (2009).

Já os lavradores de cana e os senhores de engenho formaram uma dupla importante na produção do açúcar. Pinho (1982) chama a atenção de que muitos lavradores tornaram-se senhores de engenho. Os lavradores de cana eram os fornecedores da matéria-prima do açúcar. A cana podia ser plantada dentro da área dos engenhos ou fora destes. Como havia uma necessidade crescente de fornecimento de cana, pois as terras do engenho não eram capazes de atender toda a demanda, terras eram arrendadas para suprir a necessidade. De acordo com Frei Vicente do Salvador (1918), estimava-se que, no século XVII, para cada engenho era necessário cerca de 10 a 12 lavradores de cana para suprir as necessidades.

Conforme destacado por Ferlini (1996), a existência de lavradores de cana no Brasil tornou-se uma particularidade brasileira. Segundo a mesma autora não se verificou a ocorrência de lavradores de cana na produção de açúcar na Madeira nem no México. Essa hipótese também é corroborada por Schwartz (2011) que não verificou esse tipo de procedimento nas colônias portuguesas e espanholas produtoras de açúcar. Ainda segundo Schwartz (2011) parece que a figura do lavrador de cana após a experiência brasileira foi “exportada” para Cuba e Porto Rico.

Seguindo a classificação proposta por Schwartz (2011) e com contribuições de Ferlini (1996), havia mais dois tipos de trabalhadores (além dos lavradores e dos senhores de engenho). Os trabalhadores do campo e os trabalhadores assalariados.

Os trabalhadores do campo eram em sua maioria escravos negros (havia também mulatos), com pouca qualificação para as atividades açucareiras, salvo algumas exceções, enquanto que os trabalhadores assalariados possuíam qualificação profissional e eram muito bem remunerados, a exemplo do mestre de açúcar.

O trabalho nos canaviais começava com o plantio da cana, com a preparação do campo e a escavação dos buracos. Era um trabalho especialmente pesado em solos duros como o massapê. Os escravos eram postos em turnos diurnos e noturnos. A carga horária de trabalho era de 12 a 18 horas a depender da época do ano. Um pequeno café era servido às nove da manhã com duração de meia hora e o almoço era de duas horas quando a moenda não estava funcionando. Quando a moenda estava em funcionamento o intervalo para o almoço e o café era muito mais reduzidos. O corte da cana era feito aos pares ou “fouce”, nome dado a partir do instrumento de trabalho, sendo um homem e uma mulher. O homem era responsável pelo corte da cana e enquanto que a mulher era responsável por atar os feixes da cana com suas próprias folhas. Esse corte de cana era feito através de cotas. Dava-se aos escravos um certo número de “mãos” que ele teria de cortar. No Engenho Sergipe do Conde (um dos maiores da Bahia) citado por Schwartz (2011, p.129) “exigia-se a cota diária de 7 mãos X 5 dedos X 10 feixes X 12 canas, ou seja, 4.200 canas no total”. Era uma carga bastante pesada para uma pessoa apenas fazer.

Além do corte da cana os escravos eram obrigados também a cortar a lenha responsável pelo abastecimento das fornalhas dos engenhos. A lenha utilizada nas fornalhas eram compradas no Recôncavo sul, contudo conforme lembra Schwartz (2011) não eram raras as vezes em que o senhor de engenho cortava lenha da própria propriedade para serem utilizadas nas caldeiras, o que representava um sobre-trabalho para os escravos. O corte da cana e da lenha era um trabalho extremamente árduo, difícil e estressante, o que o tornava pior sob o sol e a umidade do clima da Bahia. Essas condições desumanas do trabalho nas roças chamaram atenção de alguns cronistas, a exemplo do luso-brasileiro Nuno Marques Pereira que escreveu um compêndio narrativo no início do século XVIII comparando as condições de tratamento dos animais em Portugal com os escravos do Recôncavo.

Colhida a cana, esta era transportada para o engenho, do porto para a moenda e do açúcar para os armazéns por pelo menos três barcas, sendo em média três barqueiros e 18 escravos. Já os carros de bois usava-se em média três carros com dois escravos em cada, perfazendo seis escravos. Ferlini (1996) lembra que cronistas do século XVIII e XIX fazem referência a apenas barqueiros escravos e não livres como observado nos séculos XVI e XVII.

Na moenda ficava um feitor-pequeno, um levadeiro e 15 escravos. Os serviços das moendas eram realizados por mulheres. Segundo Antonil(1711 p,16) “o Feitor da moenda chama a seu tempo as escravas, recebe a canna, & a manda vir, & meter bem nos eixos e tirar o bagaço”. A força de prensagem da moenda era muito grande e este transformava-se em um trabalho muito perigoso, pois caso a moendeira estivesse desatenta corria o risco de ter sua mão esmagada pela moenda. O próprio Antonil (1711) adverte para esse risco, já que uma das funções do feitor pequeno era de ficar atento para que nenhuma negra fosse esmagada junto com a cana.

A cozinha representava o coração do engenho, dela depende toda a qualidade do açúcar. Na operação de cozimento há, ainda, duas operações importantes que são as unidades de fornalhas e as caldeiras. Os trabalhadores escravos na cozinha estavam restritos a atividades menos especializadas. Esses trabalhadores eram responsáveis por alimentar as fornalhas e as caldeiras com lenha. Era um trabalho iminentemente masculino, apesar de relatos de que algumas mulheres também exerceram essas funções (SCHWARTZ, 2011; FERLINI, 1996).

Na casa de purgar e no processo de secagem, pesagem e embalagem do açúcar, as atividades dos escravos eram atividades sem qualificação. Na casa de purgar o trabalho se restringia a fazer as fôrmas com as quais o açúcar era formatado (amassador de barro) e no processo de encaixotamento, o trabalho se restringia ao carregamento das caixas. As atividades mais especializadas na grande indústria açucareira eram exercidas por trabalhadores livres mesmo em uma economia escravista que serão discutidas na seção seguinte.

5 LAVOURAS DE POBRE, NEGÓCIOS DE RICO: AS CONTRADIÇÕES DO TRABALHO NAS CULTURAS DE FUMO DE MANDIOCA

No Recôncavo, os relatos de cronistas lembram que a cultura do fumo tem início no século XVI. Anfilóbio de Castro (1941 apud PORTO FILHO, 2011), memorialista muritiba, afirma que em 1559 as primeiras sementes de fumo foram enviadas para Portugal a partir do Recôncavo. Antonil (1711) escrevendo no início do século XVIII afirma que já naquela época a cultura do fumo no Recôncavo já durava mais de cem anos. Nardi (2006) marca mais precisamente como 1570 o ano do início da produção do fumo no Brasil iniciando por Pernambuco e Bahia.

O processo de cultivo e processamento do fumo ocorrem em várias etapas e podem ser dividido em dois momentos da história do fumo na Bahia; um é o trabalho no campo ou na roça propriamente dito e o outro é o trabalho nas fábricas. O trabalho na roça não desaparece com o surgimento das fábricas, contudo para fins didáticos serão abordados em momentos distintos. Primeiramente, serão discutidos os aspectos do processo de trabalho no campo e, posteriormente, o processo de trabalho nas fábricas de charutos a partir do final do século XIX quando do surgimento destas.

O trabalho no campo era feito por homens, mulheres e crianças. A família participava de todas as etapas do trabalho na lavoura, não havia um feitor a comandar o processo de trabalho como havia na cana de açúcar, mas essa função era exercida pelo chefe da família. O trabalho escravo também persistia no fumo (assim como no açúcar), apesar de homens livres estarem trabalhando. Borba (1975, p.13) citando Cunha Maciel também identifica em sua pesquisa a presença de homens livres já que o braço escravo havia abandonado o trabalho no canavial. Ainda segundo Borba (1975), o grupo de pequenos proprietários de terras para a produção de fumo em sua maioria está na faixa de 2 a 5 ha, o que corresponde a 37,4% das propriedades do Recôncavo como um todo. Fazendo-se um contraponto com a cana, enquanto que o açúcar do Recôncavo era produzido em grandes *plantations*, o fumo ficava restrito a pequenas propriedades rurais. Como relação à remuneração, nas pesquisas realizadas não foram encontradas evidências quanto à remuneração dos trabalhadores envolvidos no processo. Como o trabalho era realizado em pequenas propriedades rurais, os registros acerca de renda média dos trabalhadores ou salários não existem.

Conforme observado por Almeida (1983), no início do século XIX começaram a surgir as primeiras manufaturas de fumo no Recôncavo. Como já ocorrera em outras regiões do Brasil, a exemplo de São Paulo com o café, o capital comercial transformou-se no capital industrial. No caso do fumo do Recôncavo, havia vários armazéns que eram responsáveis por importar e exportar o fumo. Aproveitando-se desse conhecimento do negócio aprimorado ao longo de décadas, surgem as manufaturas no Recôncavo.

As manufaturas de charutos, aproveitando-se das vantagens locacionais, localizaram-se próximas das regiões produtoras e instalaram-se em Salvador, Cahoeira, São Félix, Muritiba, Maragogipe e Cruz das Almas. Nessas manufaturas a mão-de-obra utilizada continuou sendo negra e escrava. A partir da proibição do tráfico negreiro em 1850 e a conseqüente abolição da escravidão em 1888, essa mão-de-obra foi sendo modificada para assalariada. Contudo, o contingente de trabalhadores nas manufaturas era basicamente de mulheres e crianças. O trabalho poderia ser feito na fábrica e também na residência. “Era o caso da manufatura Juventude que possuía 150 trabalhadores, sendo 130 na fábrica e 20 em suas residências (ALMEIDA, 1983, p. 29).

Ao lado do fumo, a produção de farinha exerceu um papel importante na chamada agricultura de subsistência. Esse tipo de agricultura contribuiu para alimentar uma população crescente em um Recôncavo que urbanizava-se muito rapidamente e, por outro lado, absorvia uma população que não mais servia para os trabalhos nos canaviais. Dois dos primeiros cronistas do século XVI, Pêro de Magalhães Gândavo (2008) escrevendo em 1576 e Gabriel Soares de Sousa em 1587, ficaram um tanto quanto entusiasmados com a produção de farinha feita a partir da mandioca pelos índios que habitavam o Brasil e como estes se alimentavam deste “pão da terra”.

Depois de plantada e colhida há todo um processo para a fabricação da farinha. De acordo com Barickman (2003), dentre todos os estabelecimentos rurais do Recôncavo, os lavradores de mandioca eram os menores e mais pobres se comparados aos senhores de engenho e até mesmo aos produtores de fumo. A posse de escravos era sinônimo de riqueza. Utilizando-se de levantamento feito em 1781, 170 lavradores de mandioca tinham escravos. Deste total, apenas 13 lavradores possuíam dez ou mais escravos. A maioria dos lavradores (68,2%)

tinham menos de cinco escravos. O que significa esses lavradores não tinham grandes inversões de capital.

Ainda de acordo com Barickman (2003) fora da indústria açucareira é raro encontrar trabalhadores assalariados. É mais comum encontrar agregados, pessoas que vagavam pelo Recôncavo rural sem ter uma ocupação específica. Essas pessoas “agregavam-se” a um fogo (casa) e ajudavam nos serviços do campo e também nos serviços domésticos. O pagamento não era feito de forma monetária. Normalmente era feito em troca de refeições ou uma pequena parte da produção local.

O trabalho na agricultura de subsistência (fumo e farinha) era de natureza diferente daquela encontrada na agricultura de exportação. Enquanto que no açúcar podemos encontrar alguns trabalhadores livres e assalariados, na lavoura de subsistência os dados não comprovam esse tipo de trabalhador. O trabalho nas roças de fumo e mandioca era realizado por toda a família desde mulheres e até crianças. No caso da mandioca esse serviço era realizado também com o auxílio de pessoas que se agregavam a um fogo e permanciam ajudando no trabalho diário seja no campo seja doméstico.

Outro aspecto diferencial dentre as duas lavouras (exportação e subsistência) se refere à qualificação técnica. Na lavoura de exportação percebe-se um início de algumas atividades especializadas enquanto que na lavoura de subsistência esse tipo de trabalho mais especializado é bastante diminuto. Ressalva feita nas fábricas de charutos e cigarrilhas implantadas no Recôncavo a partir do século XX com a Suerdieck, principalmente. Nas fábricas de charutos vamos ter uma divisão sexual do trabalho, na qual o ofício de fazer charutos será predominantemente feminino, tornando o trabalho um pouco mais especializado.

6 O TRABALHO NO RECÔNCAVO: NATUREZA E DINÂMICA RECENTE

Discutiram-se nas seções anteriores as questões relativas ao trabalho na formação social e econômica do Recôncavo. Na seção atual, analisar-se-á como comporta-se o trabalho atualmente nesse território. As análises sobre a estrutura do emprego fomal no Recôncavo, de acordo com a tabela 01, revelaram que houve um aumento significativo do numero de celetistas que eram 50.602 em 2000 e passaram para 75.133 em 2010. Essa variação é de quase 50% (48,14%) em 10 anos. Nesse

mesmo período os estatutários aumentaram quase 30%, passando de 7.419 em 2000 para 9.631 em 2010. Porém, contrastando com os números positivos acima, o número de pessoas ocupadas no setor informal aumentou significativamente passando de 39.542 pessoas em 2000 para 126.807 pessoas em 2010. Em números relativos, o setor informal é maior que o número de pessoas ocupadas com carteira assinada somadas ao número de pessoas estatutárias.

Nunca é demais lembrar que uma grande parte do setor informal é composta por ocupações precarizadas sem cobertura do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), sem acesso a plano de saúde, salário mínimo de outras garantias sociais advindas da formalização do emprego. Assim, o aumento de ocupações nesse setor revelam que o mercado de trabalho formal é pouco dinâmico e incapaz de gerar empregos que possam retirar pessoas da informalidade.

Nas análises intraterritório, no que se refere às pessoas ocupadas no regime estatutário, quatro municípios merecem destaque. O primeiro desses municípios é Muniz Ferreira que teve um aumento de 19% entre 2000 e 2010, seguido de Varzedo com 16,7%, São Sebastião do Passé com 14,7% e Maragogipe com 11,5%. Quanto aos celetistas, a maior geração de emprego do território ficou por conta de Governador Mangabeira com ampliação de 11% para o período 2000 a 2010, seguido por Varzedo com 10,3% e Cabaceiras do Paraguaçu com 9,5%. Praticamente todos os municípios do território tiveram aumento do emprego com carteira assinada com exceção de Muniz Ferreira que teve uma leve queda de 0,1%.

Tabela 1 - Pessoas ocupadas, segundo a posição na ocupação — Brasil, Nordeste, Bahia e municípios do Território de Identidade Recôncavo — 2000/2010

Item Geográfico	Estatutário			Celetista			Informal		
	2000	2010	Var. % Média	2000	2010	Var. % Média	2000	2010	Var. % Média
Brasil	3.693.162	4.651.128	2,6	25.827.292	40.810.451	5,8	12.261.534	37.432.622	20,5
Nordeste	885.340	1.080.008	2,2	4.159.340	6.822.835	6,4	3.607.794	10.991.720	20,5
Bahia	200.974	244.834	2,2	1.264.423	1.987.262	5,7	1.122.014	3.064.958	17,3
Recôncavo	7.419	9.631	3,0	50.602	75.133	4,8	39.542	126.807	22,1
Cabaceiras do Paraguaçu	190	164	-1,4	462	902	9,5	909	3.442	27,9
Cachoeira	294	311	0,6	2.920	4.112	4,1	1.536	6.966	35,4
Castro Alves	215	420	9,5	1.433	2.584	8,0	2.036	5.330	16,2
Conceição do Almeida	237	126	-4,7	1.193	1.580	3,2	2.011	2.542	2,6
Cruz das Almas	543	876	6,1	7.834	10.442	3,3	3.588	10.138	18,3
Dom Macedo Costa	81	22	-7,3	153	239	5,6	522	919	7,6
Governador Mangabeira	244	248	0,2	1.212	2.543	11,0	1.283	3.757	19,3
Maragogipe	327	702	11,5	1.604	2.668	6,6	1.426	11.435	70,2
Muniz Ferreira	31	90	19,0	417	412	-0,1	785	2.044	16,0
Muritiba	215	267	2,4	3.435	3.986	1,6	1.608	4.955	20,8
Nazaré	315	263	-1,7	2.493	3.445	3,8	2.121	6.480	20,6
Salinas da Margarida	143	96	-3,3	661	938	4,2	547	4.663	75,2
Santo Amaro	947	541	-4,3	5.761	7.590	3,2	3.640	12.290	23,8
Santo Antônio de Jesus	843	1.571	8,6	10.331	17.519	7,0	6.909	22.019	21,9
São Félix	101	134	3,3	1.402	1.776	2,7	606	3.014	39,7
São Felipe	244	308	2,6	637	1.159	8,2	2.031	6.031	19,7
São Francisco do Conde	1.361	2.284	6,8	2.369	3.822	6,1	1.655	4.739	18,6
São Sebastião do Passé	329	812	14,7	4.474	6.978	5,6	3.236	6.610	10,4
Sapeaçu	403	162	-6,0	1.047	1.355	2,9	942	3.852	30,9
Saubara	317	130	-5,9	521	589	1,3	978	2.993	20,6
Varzedo	39	104	16,7	243	494	10,3	1.173	2.588	12,1

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — Censo Demográfico, Dados da Amostra

Quando o quesito é pessoas ocupadas no setor informal, três municípios tiveram destaque negativo. Com 75% de ampliação do das pessoas ocupadas no setor informal, Salinas das Margaridas ficou em primeiro lugar seguida por Maragogipe com 70,2% e São Felix com 39,7%. O destaque positivo nesse quesito ficou por conta de Conceição do Almeida que teve ampliação de apenas 2,6%. É importante observar mais uma vez que a ocupação no setor informal em geral é uma ocupação muito precarizada e não é desejada em nenhum modelo de política econômica ou social.

Outra informação importante se refere ao estoque de emprego formal. Com essa informação podemos inferir se as ocupações são mais qualificadas ou menos qualificadas. A partir dessas informações podemos analisar como essas ocupações se comportam ao longo do tempo como é sua estrutura e dinâmica. Através da tabela abaixo, listou-se as 10 maiores ocupações registradas no Recôncavo para o período 2000, 2005, 2010 e 2015.

Em 2000, a ocupação mais importante no Recôncavo foi a de professor de ensino fundamental com 3.482 indivíduos. A partir de 2005 essa classificação teve

uma subdivisão para professor graduado e não graduado de ensino fundamental, mas mesmo assim continuou com números representativos. Em 2005, os professores de ensino fundamental graduados foram 2.552 e os não graduados foram 1.629. Adicionalmente, o professores de ensino médio somavam 2.213. Se somarmos as três categorias teremos um total de 6.394 professores no território. Em 2015, o número de professores do ensino fundamental foi de 4.349 pessoas.

Outra categoria de trabalhador presente na ocupação no Recôncavo é o de escriturários. Essa ocupação aparece em primeiro lugar em 2005, 2010 e 2015. Sendo que em 2015 são 9.076 pessoas. Outra ocupação que teve um crescimento importante foi a de vendedores. Em 2000 essa ocupação estava em terceiro lugar com 2.728 indivíduos e em 2015 já eram 7.662 ocupando o segundo lugar e o seu aumento percentual foi de quase 200%.

Tabela 2 — Estoque de emprego formal, segundo as dez maiores ocupações — Território de Identidade Recôncavo — 2000, 2005, 2010, 2015

Ocupações	2000	Ocupações	2005
Professor - Ens. Fundamental	3.482	Escriturários	4.395
Trab. Manutenção de Edifícios	3.318	Vendedores	4.305
Vendedores	2.728	Trab. Manutenção de Logradouros	3.136
Trab. Serviços Administrativos	1.859	Trab. Manutenção de Edifícios	3.113
Trab. Não Classificados	1.668	Professor Graduado - Ens. Fundamental	2.552
Condutores de Veículos	1.183	Professor - Ens. Médio	2.213
Agentes Administrativos	1.110	Dirigentes do Serviço Público	1.765
Trab. Proteção e Segurança	1.034	Professor N. Graduado - Ens. Fundamental	1.629
Técnicos e Auxiliares de Enfermagem	981	Técnicos e Auxiliares de Enfermagem	1.130
Trab. da Construção Civil	897	Agricultores	1.117
Ocupações	2010	Ocupações	2015
Escriturários	9.091	Escriturários	9.076
Vendedores	6.544	Vendedores	7.662
Dirigentes do Serviço Público	3.917	Dirigentes do Serviço Público	4.804
Professores do Ens. Fundamental	3.338	Professor Graduado - Ens. Fundamental	4.349
Ajudantes de Obras Cíveis	3.158	Trab. Carga e Descarga	1.999
Trab. Manutenção de Logradouros	2.088	Trab. Manutenção de Logradouros	1.958
Motoristas de Veículos de Carga	1.564	Trab. Manutenção de Edifícios	1.913
Trab. Carga e Descarga	1.529	Motoristas de Veículos de Carga	1.783

Técnicos e Auxiliares de Enfermagem	1.383	Caixas e Bilheteiros (exceto de banco)	1.683
Professor N. Graduação - Ens. Fundamental	1.301	Técnicos e Auxiliares de Enfermagem	1.659

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Nota(1): Inclui pessoas sem instrução.

Na tabela 03, abaixo, encontram-se o número de pessoas ocupadas de acordo com o setor de atividade para o ano de 2010. Diferentemente da tabela 02, na qual havia as 10 maiores ocupações do Recôncavo agrupadas no território com um todo, esta tabela traz as informações de cada município e de cada ocupação encontrada, detalhadamente.

Tabela 3 - Estoque de emprego formal, segundo o grau de instrução do trabalhador - Brasil, Nordeste, Bahia e municípios do Território de Identidade Recôncavo - 2000, 2005, 2010, 2015

Item Geográfico	Fundamental Incompleto ¹				Fundamental Completo				Ensino Médio Completo				Superior Completo			
	2000	2005	2010	2015	2000	2005	2010	2015	2000	2005	2010	2015	2000	2005	2010	2015
Brasil	8.776.931	7.659.453	7.237.508	5.591.350	6.831.318	8.083.846	9.296.453	8.296.985	7.466.576	12.466.989	20.262.449	24.440.413	3.153.804	5.028.329	7.271.945	9.732
Nordeste	1.531.574	1.444.651	1.424.921	1.065.776	921.486	1.147.999	1.463.627	1.267.519	1.418.868	2.394.505	3.898.802	4.846.990	502.922	821.435	1.223.489	1.718
Bahia	376.346	364.411	349.099	249.611	235.519	293.577	332.473	280.523	447.234	728.273	1.180.285	1.394.907	118.244	210.729	277.375	387
Recôncavo	12.329	15.180	11.534	7.768	7.015	11.213	13.687	9.561	13.104	28.079	46.441	50.507	1.165	4.009	6.712	14
Cabaceiras do Paraguaçu	197	242	158	132	53	84	77	92	173	344	526	599	6	22	85	
Cachoeira	625	596	522	442	229	498	550	370	800	1.582	1.854	1.919	106	242	338	
Castro Alves	336	479	588	575	183	291	426	650	335	1.076	1.761	2.126	4	116	119	
Conceição do Almeida	297	405	207	274	195	421	164	254	233	628	857	1.200	8	28	31	
Cruz das Almas	2.396	3.048	1.482	1.181	1.125	1.543	1.239	903	1.814	3.860	6.450	7.248	182	316	1.405	2
Dom Macedo Costa	67	116	110	52	13	42	53	34	36	96	124	168	0	15	25	
Governador Mangabeira	270	553	331	287	71	168	586	840	248	962	1.053	1.151	14	102	117	
Maragogipe	380	744	573	177	136	706	769	186	359	1.752	2.543	1.611	9	160	362	
Muniz Ferreira	167	87	26	25	61	77	21	36	127	167	273	263	2	17	29	
Muritiba	324	335	347	269	154	220	286	285	412	510	1.029	1.345	16	47	194	
Nazaré	532	500	417	209	315	328	561	265	798	1.077	1.631	1.560	51	92	227	
Salinas da Margarida	51	90	45	31	98	131	167	84	161	389	326	360	11	39	121	
Santo Amaro	996	932	563	257	525	787	478	408	1.409	2.391	3.816	4.970	91	226	243	
Santo Antônio de Jesus	2.876	3.029	2.576	1.611	2.228	3.265	4.466	3.462	2.819	4.832	8.989	15.866	230	490	1.134	1
São Félix	333	324	366	940	122	164	251	202	284	377	652	731	4	25	121	
São Felipe	205	314	213	171	129	226	156	206	216	387	802	990	1	23	66	
São Francisco do Conde	1.418	2.393	2.074	513	747	1.252	1.971	482	1.746	5.219	9.679	3.382	345	1.792	1.223	5
São Sebastião do Passé	432	651	661	332	420	689	919	474	830	1.897	3.075	3.489	75	229	377	
Sapeacu	310	139	91	140	156	151	108	213	233	131	311	723	3	8	455	
Saubara	28	21	46	62	23	124	306	84	8	235	464	498	0	2	10	
Varzedo	89	182	138	88	32	46	133	31	63	167	226	308	7	18	30	

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)

Nota (1): Inclui pessoas sem instrução.

Como são muitas as informações, serão destacadas apenas algumas delas. O total geral de todas as pessoas ocupadas é de 241.002 tendo como referência o ano de 2010. Desse total, cerca de 32% do pessoal ocupado está na agropecuária o

que corresponde a 76.542 pessoas. Este setor foi o que mais ocupou pessoas em 2010 seguido pelo comércio com 39.783 e pelo setor da construção com 19.224 pessoas ocupadas. Assim, nota-se que o Recôncavo como tomado como um todo ainda mostra resquícios do seu passado agrícola no qual a agropecuária ainda tem um peso significativo em sua economia. Por outro lado, percebe-se o aumento do setor de serviços e do comércio.

Dentro desse contexto, por setor de atividade o município de Cabaceiras do Paraguaçu possui quase 76% da sua população ocupada na agropecuária. São 6.466 pessoas ocupadas com essa atividade. Em números absolutos, Maragogipe possui quase 10.000 pessoas ocupadas neste setor com 9.829 indivíduos. O setor primário representa, ainda, um importante setor no interior do Recôncavo, pois são 76.542 pessoas ocupadas; é quase quatro vezes o somatório de pessoas ocupadas em indústrias extrativas (1.052) e indústria de transformação (17.142 pessoas).

Apesar de não possuir grande representatividade no território, o setor secundário é importante para alguns municípios. A indústria de transformação ocupa 4.952 pessoas em Santo Antonio de Jesus e é o maior contingente desse subsetor no território. Em segundo lugar está Cruz das Almas com 2.574 pessoas e em terceiro lugar está o município de Santo Amaro com 2.017 pessoas. São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé, que possuem unidades de exploração da Petrobrás, não figuram entre os maiores números de pessoas ocupadas nesse subsetor.

Em relação a comércio e serviços, a pesquisa confirmou aquilo que se observava empiricamente. A liderança nesse quesito é de Santo Antonio de Jesus com 11.487 pessoas ocupadas de um total de 39.783 de todo o Recôncavo. Assim, quase 1/3 de todas as pessoas ocupadas no comércio no Recôncavo está em Santo Antonio de Jesus. Outro município que possui o subsetor de comércio forte é Cruz das Almas com 5.048 pessoas ocupadas e em terceiro lugar destaca-se o município de Santo Amaro com 3.576.

Dentro do setor de serviços, chamou dois subsetores chamaram atenção. O primeiro foi educação; em todo o Recôncavo são 14.100 pessoas ocupadas neste subsetor e os destaques são novamente os três municípios descritos anteriormente. Santo Antonio de Jesus possuía 2.238 pessoas ocupadas, enquanto Cruz das Almas tinha 1.729 e Santo Amaro estava com 1.674. esses números refletem a

importância de um setor estratégico para alavancar o processo de crescimento/desenvolvimento econômico de um território.

Outro número que chamou a atenção, só que negativamente, é o pequeno número de pessoas ocupadas em atividades científicas no Recôncavo. Desde o século XIX há um grande entrelaçamento entre ciência, tecnologia e inovação. As nações mais desenvolvidas do mundo são aquelas que conseguiram interiorizar seus processos científicos e aplicaram esse conhecimento em produtos e serviços agregando valor. Nas nações desenvolvidas, os investimentos em ciência básica são cada vez mais altos e esses investimentos se transformam em tecnologia e inovação. No século XXI, estas questões se tornaram mais primordiais. O papel da universidade e dos centros de pesquisa e desenvolvimento são fundamentais no processo de desenvolvimento econômico e social. Nesse contexto, são apenas 2.412 pessoas ocupadas em atividades científicas em toda a extensão do território e estão concentradas no eixo Cruz das Almas/Santo Antonio de Jesus com 60% do pessoal ocupado. Santo Antonio de Jesus possuía 752 indivíduos e Cruz das Almas tinha 709 em 2010.

No que se refere ao rendimento do trabalho, analisou-se a distribuição do rendimento para População em Idade para Trabalhar (PIT) por sexo e classe de renda. Na faixa de sem rendimentos, das 180.050 pessoas, 87.483 são do sexo masculino e 96.567 são do sexo feminino. Há, portanto, uma taxa maior entre as mulheres sem rendimento em relação aos homens. Na faixa seguinte que envolve pessoas com rendimento de até um salário mínimo, as mulheres também são maioria com 120.522 enquanto que os homens perfazem 94.734 indivíduos. Na outra faixa entre 1 e 2 salários mínimos, os homens são maioria com 29.780 pessoas enquanto que as mulheres são 25.478

Esta análise feita sobre a População em Idade para Trabalhar revela o grande problema estrutural acerca da renda no Recôncavo que remonta o tempo do açúcar. Quando se somam as três primeiras faixas (sem rendimento, até 1 SM e entre 1 e 2 SM) tem-se um total de 450.564 pessoas que ganham até 2 salários mínimos. São valores muito baixos e incapazes de gerar efeitos positivos sobre o mercado local. Por outro lado, as faixas com melhores rendimentos entre 5-10 SM são apenas 2.563 pessoas em todo o território dos quais 1.971 são homens e 592 mulheres. O

drama é ainda maior quando avalia-se a última faixa entre 10-20 SM em que apenas 71 homens tem esse rendimento.

Ainda em relação aos rendimentos do trabalho, a tabela 04 traz o rendimento médio das pessoas ocupadas segundo o grau de instrução para os anos de 2000 e 2010. Em todas as faixas do estudo seja no ensino fundamental incompleto, fundamental completo, médio completo e no superior completo os rendimentos das pessoas ocupadas no Recôncavo são menores do que a Bahia, o Nordeste e o Brasil.

No Brasil, o rendimento médio das pessoas ocupadas com ensino fundamental incompleto foi de r\$845,00 em 2000 e de r\$768,00 em 2010. Na Bahia esses números foram de r\$498,00 e r\$487,00 respectivamente. Todavia, no Recôncavo o rendimento foi de apenas r\$178,00 para o ano 2000, o que representou um pouco mais de 20% da média do Brasil e para o ano de 2010 foi r\$455,00.

Na faixa de rendimento médio das pessoas com ensino fundamental completo em 2010 enquanto a média nacional foi r\$972,00 a média do Recôncavo foi de apenas r\$594,00. Na faixa de ensino médio completo e superior completo as diferenças são ainda maiores. Enquanto que a média no Brasil foi de r\$1.369,00 para o ano 2010, no Recôncavo esse rendimento foi de apenas r\$904,00, o que representa mais de 30% menor que a média nacional. No ensino superior completo, a desvantagem do Recôncavo é maior em relação ao Brasil e à Bahia. Para o ano de 2010, o rendimento médio das pessoas ocupadas no Brasil foi r\$4.251,00 contra r\$3.965,00 da Bahia e r\$2.749,00 no Recôncavo. Quem trabalha no Recôncavo com ensino superior completo recebe cerca de 35% a menos de remuneração em relação à média do Brasil. Esses números refletem negativamente a capacidade de demanda e de retenção de trabalhadores qualificados dentro do território já que para o trabalhador que tem ensino superior completo é melhor que ele saia do Recôncavo para perceber salários melhores.

Ao se fazerem análises dentro do território, os municípios que pagam melhor às pessoas ocupadas com nível fundamental incompleto para o ano de 2010 foram São Francisco do Conde com r\$784,00 seguido por Santo Antonio de Jesus (r\$652,00) e São Sebastião do Passé (r\$631,00). Esses três municípios ainda continuam em destaque quando se avalia o rendimento médio das pessoas

ocupadas com fundamental completo. São Francisco do Conde continua em primeiro lugar com r\$930,00 seguido por Santo Antonio de Jesus (r\$787,00) e São Sebastião do Passé (r\$752,00).

Quando o recorte é ensino médio completo, a composição dos três municípios líderes se altera. A liderança agora é de São Sebastião do Passé que tem um rendimento médio de r\$1.185,00. Os municípios de Muritiba e Nazaré são boas surpresas nesse quesito. Muritiba tem rendimento médio de r\$1.155,00 e Nazaré tem r\$1.142,00. Os três municípios citados possuem rendimento superior à média estadual (r\$1.090,00) e também maior que a média do Nordeste (r\$1.060,00).

Tabela 4 – Rendimento¹ médio das pessoas ocupadas, segundo o grau de instrução do trabalhador - Brasil, Nordeste, Bahia e municípios do Território de Identidade Recôncavo - 2000/2010

Item Geográfico	Fundamental Incompleto ²			Fundamental Completo			Ensino Médio Completo			Superior Completo		
	2000	2010	Var. % Média	2000	2010	Var. % Média	2000	2010	Var. % Média	2000	2010	Var. % Média
Brasil	R\$ 845	R\$ 768	-0,9	R\$ 715	R\$ 972	3,6	R\$ 1.314	R\$ 1.369	0,4	R\$ 3.987	R\$ 4.251	
Nordeste	R\$ 455	R\$ 478	0,5	R\$ 393	R\$ 661	6,8	R\$ 985	R\$ 1.060	0,8	R\$ 3.287	R\$ 3.671	
Bahia	R\$ 498	R\$ 487	-0,2	R\$ 412	R\$ 679	6,5	R\$ 1.049	R\$ 1.090	0,4	R\$ 3.665	R\$ 3.965	
Recôncavo	R\$ 178	R\$ 455	15,6	R\$ 199	R\$ 594	19,9	R\$ 433	R\$ 904	10,9	R\$ 1.550	R\$ 2.749	
Cabaceiras do Paraguaçu	R\$ 74	R\$ 248	23,6	R\$ 89	R\$ 233	16,2	R\$ 510	R\$ 525	0,3	-	R\$ 1.125	
Cachoeira	R\$ 220	R\$ 361	6,4	R\$ 178	R\$ 477	16,8	R\$ 412	R\$ 932	12,6	R\$ 1.335	R\$ 1.812	
Castro Alves	R\$ 179	R\$ 370	10,7	R\$ 168	R\$ 548	22,7	R\$ 360	R\$ 756	11,0	-	R\$ 1.793	
Conceição do Almeida	R\$ 187	R\$ 409	11,9	R\$ 163	R\$ 562	24,4	R\$ 324	R\$ 867	16,8	R\$ 1.569	R\$ 3.242	
Cruz das Almas	R\$ 217	R\$ 507	13,4	R\$ 199	R\$ 598	20,0	R\$ 435	R\$ 892	10,5	R\$ 1.881	R\$ 3.263	
Dom Macedo Costa	R\$ 197	R\$ 579	19,4	R\$ 184	R\$ 471	15,5	R\$ 234	R\$ 536	13,0	-	R\$ 1.691	
Governador Mangabeira	R\$ 90	R\$ 337	27,4	R\$ 132	R\$ 334	15,3	R\$ 343	R\$ 600	7,5	R\$ 1.097	R\$ 3.418	
Maragogipe	R\$ 124	R\$ 295	13,8	R\$ 130	R\$ 584	35,0	R\$ 332	R\$ 811	14,4	-	R\$ 1.395	
Muniz Ferreira	R\$ 157	R\$ 440	18,0	R\$ 181	R\$ 365	10,2	R\$ 504	R\$ 714	4,2	-	R\$ 1.768	
Muritiba	R\$ 204	R\$ 472	13,1	R\$ 217	R\$ 570	16,3	R\$ 348	R\$ 1.155	23,2	R\$ 1.250	R\$ 2.444	
Nazaré	R\$ 133	R\$ 476	25,8	R\$ 209	R\$ 486	13,3	R\$ 392	R\$ 1.142	19,1	R\$ 1.503	R\$ 3.191	
Salinas da Margarida	R\$ 132	R\$ 297	12,5	R\$ 111	R\$ 297	16,7	R\$ 240	R\$ 643	16,8	R\$ 870	R\$ 1.042	
Santo Amaro	R\$ 228	R\$ 432	9,0	R\$ 208	R\$ 622	19,9	R\$ 375	R\$ 739	9,7	R\$ 1.201	R\$ 4.369	
Santo Antônio de Jesus	R\$ 218	R\$ 652	19,9	R\$ 247	R\$ 787	21,9	R\$ 531	R\$ 1.034	9,5	R\$ 1.537	R\$ 2.830	
São Félix	R\$ 203	R\$ 376	8,5	R\$ 173	R\$ 443	15,6	R\$ 460	R\$ 613	3,3	R\$ 1.066	R\$ 2.156	
São Felipe	R\$ 157	R\$ 331	11,1	R\$ 176	R\$ 331	8,8	R\$ 321	R\$ 564	7,6	-	R\$ 3.316	
São Francisco do Conde	R\$ 235	R\$ 784	23,4	R\$ 266	R\$ 930	25,0	R\$ 639	R\$ 1.112	7,4	R\$ 1.992	R\$ 1.599	
São Sebastião do Passé	R\$ 247	R\$ 631	15,6	R\$ 271	R\$ 752	17,8	R\$ 620	R\$ 1.185	9,1	R\$ 866	R\$ 2.280	
Sapeaçu	R\$ 163	R\$ 412	15,2	R\$ 226	R\$ 552	14,4	R\$ 288	R\$ 916	21,8	-	R\$ 2.171	
Saubara	R\$ 150	R\$ 313	10,9	R\$ 162	R\$ 376	13,2	R\$ 288	R\$ 563	9,6	-	R\$ 1.053	
Varzedo	R\$ 138	R\$ 387	18,0	R\$ 131	R\$ 413	21,4	R\$ 231	R\$ 645	17,9	-	R\$ 1.429	

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico, Dados da Amostra

Nostas: (1) Real, quantias a preços de 07/2010, via IPCA/IBGE. (2) Inclui sem instrução.

Por fim, as análises concernentes aos rendimentos médios das pessoas ocupadas com nível superior completo também revelaram gratas surpresas. Era de se esperar que, com esse nível de qualificação, os municípios de São Francisco do

Conde e São Sebastião do Passé em função das atividades da Petrobrás e os municípios de Cruz das Almas e Santo Antonio de Jesus por causa do crescimento vigoroso do comércio pudessem impactar positivamente. Contudo, os municípios que melhor remuneraram em 2010 as pessoas ocupadas com ensino superior completo foram Santo Amaro, Governador Mangabeira e São Felipe, respectivamente. Santo Amaro se destacou com rendimento médio de r\$4.369,00. Em Governador Mangabeira foi de r\$3.418,00 e em São Felipe o rendimento médio das pessoas ocupadas foi de r\$3.316,00.

Através da tabela 05 abaixo, o rendimento médio das pessoas ocupadas segundo a ocupação dentre os estatutários, celetistas e informais aumentou no período 2000 a 2010. A categoria estatutário teve uma variação positiva de quase 10% passando de um rendimento médio de r\$807,00 para r\$1.583,00 no Recôncavo. Os celetistas passaram de r\$842,00 para r\$1.065,00 e o rendimento médio na categoria informais aumentou de r\$371,00 para r\$573,00 em 2010. Nas três categorias (estatutário, celetista e informal) o rendimento médio do território é mais baixo do que a média nacional, da região Nordeste e, também, do Estado da Bahia.

Dos municípios que compõem o Recôncavo, o maior rendimento médio na categoria estatutário foi observado em Sapeaçu com r\$3.095,00 para 2010. Em segundo lugar tem-se Cruz das Almas com r\$2.978,00 e Conceição do Almeida com r\$2.301,00. Dentre os celetistas, observa-se que São Francisco do Conde tem o maior rendimento médio com r\$1.405,00. Logo em seguida está Nazaré (r\$1.326,00) e Maragogipe (r\$1.202,00).

Já em relação ao setor informal, o Recôncavo tomado como um todo teve um crescimento médio de 5,4% nos rendimentos para o período 2000-2010. Em termos de crescimento relativo, os destaques foram observados em Dom Macedo Costa com 13,8% de crescimento seguido por Conceição do Almeida (12,1%) e Muritiba (8,7%). Em termos absolutos, o maior rendimento médio das pessoas ocupadas no setor informal em 2010 foi em Santo Antonio de Jesus com r\$796,00. Em segundo lugar foi Muritiba (r\$756,00) e, em terceiro, Cruz das Almas (r\$739,00).

Tabela 05 — Rendimento¹ médio das pessoas ocupadas, segundo a posição na ocupação — Brasil, Nordeste, Bahia e municípios do Território de Identidade Recôncavo — 2000/2010

Item Geográfico	Estatutário			Celetista			Informal		
	2000	2010	Var. % Média	2000	2010	Var. % Média	2000	2010	Var. % Média
	R\$						R\$		
Brasil	1.920	2.933	5,3	1.695	1.631	-0,4	711	913	6,0
	R\$						R\$		
Nordeste	1.351	2.458	8,2	1.278	1.328	0,4	442	689	5,6
	R\$						R\$		
Bahia	1.230	2.316	8,8	1.309	1.384	0,6	424	700	6,5
	R\$						R\$		
Recôncavo	807	1.583	9,6	842	1.065	2,7	371	573	5,4
	R\$						R\$		
Cabaceiras do Paraguaçu	364	1.092	20,0	788	795	0,1	217	374	7,2
	R\$						R\$		
Cachoeira Castro	1.089	1.395	2,8	895	909	0,2	356	570	6,0
	R\$						R\$		
Alves	897	1.020	1,4	627	871	3,9	300	441	4,7
	R\$						R\$		
Conceição do Almeida	903	2.301	15,5	734	846	1,5	288	635	12,1
	R\$						R\$		
Cruz das Almas	929	2.978	22,1	903	1.059	1,7	413	739	7,9
	R\$						R\$		
Dom Macedo Costa	581	1.727	19,7	449	734	6,3	277	659	13,8
	R\$						R\$		
Governador Mangabeira	820	1.654	10,2	620	949	5,3	301	425	4,1
	R\$						R\$		
Maragogipê	703	936	3,3	720	1.202	6,7	401	338	-1,6
	R\$						R\$		
Muniz Ferreira	603	1.173	9,5	530	964	8,2	250	456	8,2
	R\$						R\$		
Muritiba	954	1.799	8,9	640	936	4,6	403	756	8,7
	R\$						R\$		
Nazaré	778	1.717	12,1	744	1.326	7,8	353	527	4,9
	R\$						R\$		
Salinas da Margarida	678	1.363	10,1	464	870	8,8	330	347	0,5
	R\$						R\$		
Santo Amaro	786	1.672	11,3	800	1.067	3,3	394	614	5,6
	R\$						R\$		
Santo Antônio de	888	1.948	11,9	965	1.101	1,4	434	796	8,3

Jesus										
	R\$	R\$		R\$	R\$		R\$	R\$		
São Félix	699	1.532	11,9	883	801	-0,9	331	427	2,9	
	R\$	R\$		R\$	R\$		R\$	R\$		
São Felipe	561	1.978	25,3	1.106	810	-2,7	235	330	4,0	
São										
Francisco do	R\$	R\$		R\$	R\$		R\$	R\$		
Conde	980	1.027	0,5	973	1.405	4,4	552	732	3,3	
São										
Sebastião do	R\$	R\$		R\$	R\$		R\$	R\$		
Passé	828	1.475	7,8	928	1.191	2,8	462	601	3,0	
	R\$	R\$		R\$	R\$		R\$	R\$		
Sapeaçu	414	3.095	64,8	732	1.007	3,8	312	497	5,9	
	R\$	R\$		R\$	R\$		R\$	R\$		
Saubara	491	607	2,4	704	757	0,8	254	396	5,6	
	R\$	R\$		R\$	R\$		R\$	R\$		
Varzedo	349	1.194	24,2	445	821	8,5	265	468	7,7	

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — Censo Demográfico, Dados da Amostra.

7 CONCLUSÕES

O problema de pesquisa levantado buscou analisar as características do trabalho no Recôncavo no século XXI. As hipóteses que a pesquisa buscou comprovar foram três. A primeira hipótese afirmara que o trabalho que se desenvolveu no Recôncavo ao longo de sua história foi sempre de baixa qualificação técnica. Essa característica permanece até os dias atuais. Essa hipótese foi comprovada parcialmente. Um dos indicadores utilizados para analisar a hipótese acima foi a taxa de analfabetismo. A pesquisa mostrou que a taxa de analfabetismo vem declinando em todos os municípios do Recôncavo, mas ainda é mais alta que a média nacional (8,3%) e mais alta que a média da região Nordeste (16,9%).

Além do analfabetismo, as ocupações de emprego formal mais frequentes no Recôncavo não são de funções de alta qualificação. Ocupações como escriturários e vendedores não possuem alta qualificação e nas análises sobre as 10 maiores ocupações em diferentes momentos ao longo do tempo essas ocupações sempre apareceram nas primeiras colocações.

Por outro lado, as análises sobre as ocupações no Recôncavo mostraram números positivos quanto às questões relacionadas à qualificação, principalmente acerca do setor educacional. Esse subsetor mostrou-se vigoroso. São 14.100 pessoas ocupadas no setor educacional em todo o território do Recôncavo, o que demonstra que este território tem potencial para modificar a estrutura da região já

que os investimentos públicos e privados na região tendem a aumentar. Apesar de estarem concentrados em 4 municípios, o setor educacional pode promover um efeito transbordamento para todos os outros municípios que compõem o Recôncavo, alterando as taxas de analfabetismo e atraindo empreendimentos que demandem ocupações mais qualificadas.

A segunda hipótese da pesquisa foi em relação aos baixos salários pagos no território. A pesquisa demonstrou que a remuneração média dos trabalhadores no Recôncavo é muito abaixo da média do Estado da Bahia, da região Nordeste e da média Nacional em todas as faixas pesquisadas que foram ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo, ensino médio completo e superior completo.

A pesquisa além de identificar que os salários pagos em todas as faixas de escolaridade e, também, identificou um drama ainda maior; os baixos salários na parte mais qualificada da estrutura das ocupações que é a faixa de ensino superior completo. Os baixos salários nessa categoria de trabalhadores fazem com que o território acabe por expulsar as pessoas melhores qualificadas. Devido à maior possibilidade de mobilidade, as pessoas melhores qualificadas são atraídas para regiões que pagam melhores salários. Assim, para o território há uma dupla perda já que não amplia sua base de trabalhadores qualificados e não consegue prover uma massa crítica capaz de liderar o processo de crescimento econômico devido ao problema de retenção desses trabalhadores.

A pesquisa demonstrou, também, que uma parte considerável da população em idade para trabalhar do Recôncavo tem rendimentos muito baixos. Quando são somadas as pessoas sem rendimento mais as pessoas que recebem até dois salários mínimos tem-se um total de 450.564 pessoas que ganham até 2 salários mínimos. A literatura nacional, a exemplo de Spinola (2003) discute que, com valores de salários tão baixos, a região não consegue desenvolver um mercado local forte que traga efeitos a montante e a jusante sobre as empresas locais. Assim, não há efeito multiplicador da renda como demonstrado pela teoria keynesiana. Tendo como parâmetro o que ocorreu com o café em São Paulo, a massa salarial paga nos cafezais foi de suma importância para o desenvolvimento das outras indústrias no município paulista espraiando os efeitos positivos.

Aliado aos baixos salários, a pesquisa revelou que no período 2000-2010 houve um crescimento muito grande do setor informal no Recôncavo; são mais de 120.000 pessoas nessa situação. Como um dos aspectos da pesquisa foi analisar a dinâmica recente do trabalho no Recôncavo, a principal conclusão nesse aspecto é que o território ainda é de baixo dinamismo. A parcela de trabalho informal ainda é um problema sério no território, apesar do avanço do emprego estatutário.

Por fim, a divisão social do trabalho é a base histórica da diferenciação dos espaços e dos níveis de desenvolvimento de uma sociedade e aponta como estão conformados os estágios de desenvolvimento das forças produtivas. Nesse aspecto, o desenvolvimento do capitalismo sobre os espaços produz diferenciação entre esses espaços naquilo que a literatura chama de desenvolvimento desigual e combinado. Com o Recôncavo não foi diferente. No desenvolvimento deste território, alguns municípios se sobressaíram enquanto outros não. As pesquisas mostraram que há na verdade três “recôncavos”; três espaços diferenciados. O primeiro é o Recôncavo tradicional e histórico no qual as atividades agropecuárias ainda tem um peso grande em suas economias. Os municípios de Cabaceiras do Paraguaçu, Maragogipe, Governador Mangabeira, Castro Alves e Cachoeira são exemplos desse Recôncavo.

O segundo Recôncavo é aquele em que as atividades relativas à indústria de petróleo tem maior peso. São os exemplos de São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé. Nesses municípios as rendas auferidas pelo petróleo permitem uma elevação dos seus respectivos PIB's que destoam do restante do território o que os fazem liderar alguns quesitos de crescimento econômico. O terceiro Recôncavo é o que podemos chamar de Recôncavo moderno. São municípios que o setor de serviços e comércio são os principais vetores de crescimento. Dentro do setor de serviços, saúde e educação são destaques nesse Recôncavo. Fazem parte deste território os municípios de Santo Antonio de Jesus, Cruz das Almas, Santo Amaro e Cachoeira que, apesar de também pertencer ao Recôncavo tradicional, vem aos modificando a base de sua economia com a chegada dos investimentos educacionais com a UFRB.

À guisa de conclusão, esta investigação mostrou que o trabalho no Recôncavo modificou bastante a sua natureza e assumiu outras características. Existem no território ocupações qualificadas convivendo com ocupações sem

qualificação. As ocupações manuais típicas de um Recôncavo iminentemente agrícola estão sendo modificadas por ocupações mais especializadas notadamente no setor de comércio e serviços. Além disso, as ocupações ligadas ao setor educacional experimentaram crescimento considerável. Todavia, mesmo com o crescimento deste tipo ocupação, com as mudanças em curso da natureza do trabalho, o rendimento do trabalho no Recôncavo ainda continua baixo se comparado a outras regiões tornando-se um sério entrave ao seu processo de crescimento/desenvolvimento econômico.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paulo Henrique de. **A Manufatura do fumo na Bahia**. 1983. 192f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia. UNICAMP, Campinas.
- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Lisboa: Oficcina Real, 1711.
- BORBA, Silza Fraga Costa. **Industrialização e exportação de fumo na Bahia: 1870-1930**. 1975. 328f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais. UFBA. Salvador.
- BARICKMAN, B.J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. Cidade e Recôncavo da Bahia. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). **Recôncavo da Bahia: Sociedade e economia em transição**. Bahia: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998. p. 27-58
- BRANDÃO, Carlos. **Recôncavo da Bahia: Sociedade e economia em transição**. Bahia: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998. p. 27-58.
- BRANDÃO, Carlos Antonio. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Unicamp, 2004.
- CASTELLS, Manuel . **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CHESNAIS, François . **A mundialização do capital**. São Paulo: Saraiva, 1996.
- COSTA PINTO, L.A. Recôncavo: Laboratório de uma experiência humana. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). **Recôncavo da Bahia: Sociedade e economia em transição**. Bahia: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998. p. 101-184
- FERLINI, Maria Lúcia. **A civilização do açúcar séculos XVI a XVIII**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

FURTADO, Celso. **A formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

FREIRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: Nacional, 1986.

GÂNDAVO, Pêro de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2008.

GORENDER, Jacob. **Escravidão colonial**. São Paulo: Perseu Abramo, 1978.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LINHARES, Maria Yeda. **História do Brasil** (Org.). São Paulo: Campos, 1990.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Coleção Os Economistas. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, Livro primeiro, Volume I, Tomo 1, 1984.

NARDI, Jean Baptiste. **O Fumo no Brasil-Colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1980.

PEDRÃO, Fernando Cardoso. Novos rumos, novos personagens. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). **Recôncavo da Bahia**: Sociedade e economia em transição. Bahia: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998. p. 217-242

PINHO, Wanderlei. **História de um Engenho**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PORTO FILHO, Ubaldo Marques. **Suerdieck**: Epopéia do gigante. Salvador: Biblioteca Nacional, 2011.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SORMANI, Horacio A. Formación Social y Formación Espacial: hacia una dialéctica de los asentamientos humanos. **Estudios Sociales Centroamericanos**. Ano VI, n. 17, .147-173, may./ ago. 1977.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1971.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas. 1987.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. Salvador: Itapuã, 1969.

EFEITOS DOS GASTOS PÚBLICOS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA (UESB) E TRÊS MUNICÍPIOS BAIANOS (VITÓRIA DA CONQUISTA, JEQUIÉ E ITAPETINGA)

**Esdras Antunes do Nascimento¹
Elinaldo Leal Santos²**

RESUMO

Este trabalho analisa os efeitos dos gastos públicos educacionais na esfera municipal, com base empírica em gastos executados pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e três municípios baianos (Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga). Trata-se de um estudo exploratório, qualitativo, instrumentalizado por meio de dados secundários, disponibilizados em bancos de dados de instituições públicas, fundamentado nas teorias do desenvolvimento regional e dos gastos públicos. O resultado, constata-se a influência da Universidade no sistema econômico local, em razão das vantagens provenientes da aglomeração e das externalidades produzidas (*spillovers*), verificadas por meio dos efeitos multiplicadores dos gastos com pessoal, custeio e investimentos sobre os municípios. Verifica-se uma influência positiva entre a gradualidade ascendente dos gastos públicos realizados pela Universidade e a evolução do PIB nos municípios pesquisados, tanto em razão das contribuições para a produtividade dos setores econômicos como pela sua força motriz na atração de novos negócios e no fomento endógeno de novos empreendimentos.

Palavras-chave: Gastos Públicos; Universidade e Desenvolvimento Regional.

EFEITOS DOS GASTOS PÚBLICOS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA (UESB) E TRÊS MUNICÍPIOS BAIANOS (VITÓRIA DA CONQUISTA, JEQUIÉ E ITAPETINGA)

ABSTRACT

This paper analyzes the effects of public educational spending at the municipal level, based empirically on expenditures carried out by the State University of Southwest Bahia (UESB) and three municipalities in Bahia (Vitória da Conquista, Jequié and Itapetinga). This is an exploratory, qualitative study, instrumentalized through secondary data, available in databases of public institutions, based on theories of regional development and public spending. The result shows the influence of the University in the local economic system, due to the advantages arising from the agglomeration and the externalities produced (*spillovers*), verified through the multiplier effects of spending on personnel, costs and investments on the municipalities. There is a positive influence between the upward gradual public spending made by the University and the evolution of GDP in the municipalities surveyed, both because of the contributions to the productivity of the economic sectors and because of its driving force in attracting new businesses and endogenous promotion. new ventures.

¹ Mestre em Administração Universidade Federal de Sergipe. E-mail: eanascimento7@gmail.com

² Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Professor Adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: elinaldouesb@gmail.com.



Keywords: Public Spending; University and Regional Development.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a sociedade tem exigido cada vez mais transparência, eficiência, eficácia e efetividade das organizações públicas, especificamente das universidades e dos municípios (RAMÍREZ-GUTIÉRREZ et al., 2020). Uma das possibilidades de verificação dessas prerrogativas pode se dar através da análise qualitativa dos gastos públicos e seus efeitos no desenvolvimento regional, estratégia utilizada para a elaboração deste estudo.

As universidades públicas são importantes instrumentos de promoção e consolidação das políticas educacionais em nível nacional e regional, pelas contribuições que desenvolvem para com o ensino superior, bem como pela articulação com o processo de formação continuada da educação básica (MOTA; GONÇALVES, 2020).

Atreladas à função alocativa de governo, as universidades atuam como interlocutoras das políticas públicas de educação frente à comunidade regional dos municípios onde elas se inserem, realizando a aplicação de recursos públicos como mecanismo para geração de emprego e renda (MOTA; GONÇALVES, 2020).

Nesse sentido, este estudo parte da premissa que as organizações universitárias, além de proporcionarem a formação e qualificação de recursos humanos, também contribuem para o desenvolvimento econômico dos municípios, sobretudo, daqueles que compõem suas áreas de abrangência territorial, precisamente, na distribuição das finanças públicas.

Para efeito de verificação empírica, selecionamos para análise o caso da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), uma instituição multicampi, com localização em três municípios - Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga, atuando há quatro décadas no sudoeste baiano.

Isso posto, face a premissa apresentada, considerando a literatura existente, questionamos: *Quais os efeitos dos gastos públicos executados pela UESB no desenvolvimento econômico dos municípios que sediam seus campi universitários?* Considerando o problema evidenciado, buscou-se neste trabalho avaliar e caracterizar os efeitos dos gastos públicos da UESB na economia dos municípios baianos de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga.

O trabalho, além desta introdução, está estruturado em quatro seções, sendo que a primeira traz uma síntese das discussões teóricas sobre gastos públicos sociais e seus efeitos no desenvolvimento regional, com ênfase em gastos com educação superior. A segunda seção versa sobre as estratégias metodológicas escolhidas para o desenvolvimento da investigação.

A terceira seção evidencia os resultados do estudo, destacando a composição e o comportamento dos gastos públicos de uma universidade pública em relação aos municípios que ela abrange e, por fim, a última seção apresenta as considerações finais sobre o estudo, que trazem ao debate o papel da universidade como importante agente do sistema econômico local.

2 EFEITOS DOS GASTOS PÚBLICOS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ESTADO DA ARTE

Esta seção apresenta uma síntese das discussões teóricas sobre gastos públicos e seus efeitos no desenvolvimento regional, sob a ótica das implicações econômicas geradas por uma universidade pública. Para tanto, com o intuito de evidenciar o estado da arte sobre o campo de estudo, foram realizadas consultas às bases de dados dos periódicos *Scientific Periodicals Electronic Library (Spell)* e *SciVerse Scopus (Scopus)*, em relação aos últimos seis anos.

Preliminarmente, foram evidenciadas as principais correntes teóricas sobre o desenvolvimento. Conforme revisão bibliográfica realizada por Bellingieri (2017), o debate sobre o desenvolvimento se sustenta nas escolas das Teorias Clássicas da Localização e das Teorias do Desenvolvimento Regional (Base de Exportação, Causação Circular Cumulativa, Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento, Polos de Crescimento), bem como nas Teorias de Desenvolvimento Local, vinculadas ao paradigma do desenvolvimento endógeno (Nova Teoria do Crescimento, Distrito Industrial, *Milieu Innovateur*, *Cluster*, *Capital Social*, *Cidade Criativa*).

Em face dessa retomada teórica, Bellingieri (2017, p. 7) aponta para uma vasta literatura que percorre por diversos campos de estudo (Economia, Sociologia, Geografia e etc.) na investigação sobre fenômeno do desenvolvimento (o que é, como e por que ocorre, e como, e se, pode ser medido). Objeto de análise disciplinar no campo da administração, o desenvolvimento tem sido concebido como saber

disperso e fragmentado que sobrevive em diversos campos do conhecimento científico (SANTOS; SANTOS; BRAGA, 2016, p. 281).

Santos (2014, p. 74), ao abordar sobre a influência do termo no pensamento moderno em face ao comportamento humano, explana que o conceito de desenvolvimento é fruto de uma construção histórica sustentada em três visões paradigmáticas, as quais tornam possível a compreensão do fenômeno: desenvolvimento como crescimento econômico, desenvolvimento como satisfação das necessidades básicas e desenvolvimento como elemento de sustentabilidade socioambiental.

No que concerne as suas raízes, o debate sobre o desenvolvimento tem seu início na economia, a partir das contribuições de Adam Smith (1776), Thomaz Malthus (1798), David Ricardo (1817) e Karl Marx (1867) com fundamento no acúmulo de riquezas perante o estrato de uma sociedade industrial (SANTOS, 2014), e, historicamente, tem incorporado em seu conceito aspectos relativos as novas configurações políticas e intelectuais, coexistindo em um debate multiparadigmático (BELLINGIERI, 2017).

Ante a influência da escola keynesiana, que enfatiza os fatores aglomerativos, as bases para o desenvolvimento têm sido estabelecidas sob a perspectiva de uma melhor utilização do acúmulo de riquezas (crescimento) para a promoção do bem estar social, junto ao conjunto da população de um país ou região, confirmando uma dimensão social para o fenômeno (BELLINGIERI, 2017). Sustenta-se, então, o crescimento econômico como necessário, mas não suficiente para que ocorra o desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2019).

No campo da causalidade, Bellingieri (2017) aborda que o desenvolvimento pode se relacionar com fatores externos ou exógenos, tais como a instalação de grandes empresas ou projetos governamentais, bem como determinar ou sofrer a influência de outros fenômenos. Amparado por Santos (2006, p. 106-7), Bellingieri (2017) salienta que “nenhum acontecimento pode ser sozinho, nem completamente, a causa de outro evento” quando se trata de desenvolvimento.

Esse pressuposto reforça que a mensuração do desenvolvimento deve considerar a análise de aspectos quantitativos, comparando números com indicadores do Produto Interno Bruto – PIB (crescimento), por exemplo, em associação com aspectos qualitativos, com relevância para as questões sociais

(desenvolvimento). Nesse interim, a causalidade para o desenvolvimento, em que pese o seu caráter social, pode ser observado sob a lente da educação superior (universidades), importante instrumento que influencia melhoria da qualidade de vida, a partir da formação/qualificação de pessoas e da disseminação do conhecimento (MOTA; GONÇALVES, 2020).

As abordagens teóricas sobre a teoria dos pólos de crescimento, por sua vez, contribuem para o desenvolvimento regional a partir da explicação de como se comportam os agentes em mercados não competitivos (JESUS; SPINOLA, 2015). Com base nos pressupostos de Perroux, Boudeville e Paelinck, essa abordagem parte da ideia de que o crescimento econômico se realiza de maneira desequilibrada, em decorrência do encadeamento dos efeitos de forças motrizes em torno de um espaço econômico e geográfico.

Deste modo, argumenta-se que um polo é formado a partir do surgimento de uma unidade econômica, ou seja, manifesta-se em pontos ou polos específicos e, sucessivamente, se amplia, para toda a economia em vista das vantagens da aglomeração (JESUS; SPINOLA, 2015). Tal premissa auxilia na compreensão das realidades regionais que evidenciam ritmos de crescimento diferenciado umas das outras, onde as cidades e/ou regiões de menor porte dependem da estrutura de certos polos e dos recursos distribuídos em certas regiões.

Evidências no campo teórico também apresentam uma discussão clássica marshalliana (Marshall, Arrow, Romer e Jacobs) sobre os efeitos da atuação de agentes externos, referenciado como externalidades (BEZERRA et al., 2018). No campo da teoria econômica regional, as externalidades indicam os impactos positivos (*spillovers*) e negativos (efeitos adversos) sobrepostos de uma entidade (pessoa física e/ou jurídica) para outra, tal como uma universidade em relação ao seu município de inserção, em determinado espaço produtivo, de maneira não intencional, em detrimento do consumo ou produção realizados, (BEZERRA et al., 2018).

Esse debate parte da notabilização do desenvolvimento econômico desequilibrado, em razão das falhas de mercado e dos equívocos na adoção de certas políticas públicas para a redução de desigualdades peculiares de cada região. Nesse sentido, debate-se que uma das formas de dirimir as desigualdades sociais se sustenta no controle sobre os efeitos negativos das externalidades, provocadas

pelo mercado ou pelos próprios agentes públicos, por meio de políticas públicas que repercutam em alocação de recursos mais eficientes (BEZERRA *et al.*, 2018).

Contribuindo sobre outro prisma, a teoria do desenvolvimento endógeno surge para incitar o desenvolvimento por meio do fortalecimento da ambiência interna, fomentando valorização do território e dos atores locais e ao desenvolvimento de baixo para cima, em contraposição ao de cima para baixo (BELLINGIERI, 2017). Essa abordagem contribui para o desenvolvimento regional, sob a ótica contemporânea da territorialidade, governança e pertencimento, frente ao debate político sobre as potencialidades produtivas e competitivas de cidades e/ou regiões, em um processo onde o conhecimento e a inovação se tornam elementos essenciais (ALMEIDA, 2020).

Nesse sentido, as universidades, e seu papel no desenvolvimento, podem ser pensadas, na perspectiva da sua inclusão nos sistemas regionais, não apenas como um agente externo, mas como um ator a ser observado (PANIZZI; MEIRELLES; HOPPE, 2018). Nesse campo, depreende-se que estudar e pensar as cidades e o seu desenvolvimento, perpassa por uma compreensão de sistemas tidos dinâmicos, complexos e adaptativos que sofrem influências da transferência de conhecimento e da inovação provenientes das universidades (PANIZZI; MEIRELLES; HOPPE, 2018; ALMEIDA, 2020).

No cerne das abordagens teóricas, as universidades podem ser concebidas como unidades econômicas que, por meio das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão comunitária, geram atratividade para cidades e regiões próximas, favorecendo o encadeando atividades subjacentes via processo de aglomeração (BONHO, 2020). Além disso, pela disponibilização de suporte científico e tecnológico, além do desempenho de uma terceira missão voltada para a inovação, as universidades contribuem para a atração de novos negócios, bem como para o surgimento endógeno de novos empreendimentos (ALMEIDA, 2020).

As evidências das implicações socioeconômicas das universidades nos territórios, por sua vez, podem ser avaliadas a partir do gasto público realizado. O gasto público é tratado nas finanças públicas como provenientes da execução das despesas orçamentárias públicas, sendo analisado sob a ótica dos gastos correntes (pessoal, encargos e custeio), bem como dos gastos de capital (investimentos), ou ainda, interpretado em detrimento de suas funções e subfunções (MTO, 2020).

Segundo Fittipaldi, Costa e Araújo (2017), o gasto público, classificado por função de Estado, pode ser concebido pelo: a) gasto mínimo, que se relaciona com os dispêndios básicos de governo; b) gasto econômico, que visa a adoção de medidas frente as interfaces de mercado; e c) gasto público social, atrelado aos investimentos realizados nas áreas de educação, saúde, moradia, cultura, saneamento, assistência social e previdência social, conforme também indica Reis e Bueno (2019).

Em relação aos efeitos dos gastos públicos, Reis e Bueno (2019), a partir da investigação dos efeitos dos gastos públicos sociais no crescimento econômico, destacam duas tendências principais em debate na literatura: a) uma frente que defende a aplicação direta de recursos no combate a vulnerabilidade de populações pobres; e b) outra vista que sustenta a educação enquanto investimento que incrementa a produtividade das economias e, conseqüentemente, a qualidade de vida das pessoas.

Segundo Brandão (2019), pesquisas recentes no campo do desenvolvimento regional brasileiro, como as investigações realizadas por Resende (2014) e Monteiro Neto (2015), revelam que as diminuições das desigualdades regionais também se pautam em políticas não explicitamente regionais, como as sociais, o que reforça a importância da alocação de recursos com o gasto público social, como na educação superior.

Tendo em vista o efeitos dos gastos sobre os indicadores socioeconômicos, Costa e Gartner (2017), destacam a importância da alocação de recursos de governo, a partir da provisão de bens semipúblicos, como a educação, ao citarem vários estudos que relacionaram os gastos públicos com o impacto sobre a redução das desigualdades de renda e emprego. Os gastos públicos sociais, relacionados com a educação e cultura estaduais, também são notabilizados por Hiromoto (2018), em relação às variáveis que apresentam melhores resultados com a diminuição dos índices de pobreza.

As universidades geram impactos econômicos de curto prazo, que podem ser analisados a partir da movimentação de recursos financeiros. Os impactos diretos da atuação das universidades, relacionados as externalidade positivas (*spillovers*), podem ser observadas sobre algumas formas: a) gastos com pessoal das universidades, provenientes do pagamento de salários a servidores e colaboradores;

e b) gastos para a manutenção e expansão das universidades, que se traduzem nas despesas com custeio e investimentos em obras e equipamentos.

Outra perspectiva que pode ser evidenciada são os efeitos do gasto público das universidades em relação às transformações econômicas provenientes do crescimento do Produto Interno Bruto – PIB dos municípios de inserção, a partir da composição do valor adicionado das atividades econômicas da administração pública. A composição no VA por meio das despesas realizadas, avalia a participação da universidade no sistema econômico local (ROMANATTO *et al.*, 2015).

Portanto, a presente pesquisa, ao admitir o papel das universidades no desenvolvimento regional, seja na perspectiva dos polos de crescimento, das externalidades e dos fatores endógenos, considera ser possível evidenciar empiricamente alguns resultados dessas contribuições avaliando o gasto público social realizado pela UESB em comparação aos números dos municípios onde esta se articula, conforme análises expostas na próxima seção.

3 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Em adequação ao objetivo proposto, esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa, com caráter descritivo e exploratório (GIL, 2009). É descritiva dado ao interesse de descrever os gastos públicos realizados por uma universidade estadual. É exploratório porque analisa a influência desses gastos com o PIB e os valores adicionados dos setores econômicos dos seus municípios de inserção, Vitória da Conquista (BA), Jequié (BA) e Itapetinga (BA). Além disso, a investigação adota o estudo de caso único como estratégia de pesquisa (YIN, 2015), considerando o caso da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, elegida em razão da sua trajetória e relevância no sudoeste baiano, uma vez que se trata da primeira instituição de ensino superior, pública na região, com quatro décadas de existência.

As estratégias metodológicas implementadas para o desenvolvimento da pesquisa partiram dos dados decorrentes das despesas orçamentárias públicas (valores pagos) executadas pela Universidade e pelos municípios, deflacionadas pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ano base dez/2020 (IBGE, 2020), além dos valores dos PIBs, deflacionadas pelo IPCA, ano base dez/2017

(IBGE, 2020), para fins de análise dos valores correntes (FEITOSA; SCHULL HEIN, 2014).

O deflacionamento das séries de dados do PIB e dos valores adicionados dos setores econômicos dos municípios baianos analisados foram realizados conforme metodologia do IBGE (2020), considerando a taxa de crescimento do PIB apurada em razão do ano/base dez/2017. A metodologia do IBGE calcula a taxa de crescimento do PIB com base no PIB real do ano base e do ano anterior, conforme fórmula abaixo:

$$\text{Taxa de Crescimento ano atual} = \frac{\text{PIB Real ano atual} - \text{PIB Real ano anterior}}{\text{PIB Real ano anterior}}$$

Para tanto, com base na indicação da taxa de crescimento do ano base, apurou-se o valor do PIB real do ano anterior, como segue:

$$\text{PIB Real ano anterior} = \frac{\text{PIB Real ano atual}}{(1 + \text{Taxa de Crescimento ano atual})}$$

Por fim, o cálculo do deflator é mensurado considerando o PIB nominal e o PIB real do ano em análise, através da fórmula apresentada abaixo:

$$\text{Deflator} = \frac{(\text{PIB Nominal ano analisado}) \times 100}{\text{PIB Real ano analisado}}$$

Os dados em análise seguiram um recorte temporal equivalente ao período de 2013 a 2020, considerando a migração dos dados para o sistema FIPLAN ao final de 2012, em razão da adequação da contabilidade do estado da Bahia às novas normas de contabilidade aplicada ao setor público.

Em relação aos dados, a pesquisa foi realizada a partir de fontes secundárias, com coleta operacionalizada em bancos de dados de instituições públicas. Os tipos de dados, suas fontes e procedimentos de coleta e análise, bem como sua finalidade são demonstrados no Quadro 1.

Quadro 1 – Medidas operacionais utilizadas para alcance do objetivo de pesquisa

Objetivo geral: Avaliar e caracterizar os efeitos dos gastos públicos da UESB na economia dos municípios baianos de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga. Pesquisa Documental (GIL, 2009)		
Tipos de dados	Fontes e procedimentos de coleta e análise dos dados	Finalidade
Gastos públicos realizados pela UESB	Extração dos dados por meio do Portal da Transparência do Governo do Estado da Bahia e Sistema Corporativo Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia (FIPLAN).	a) Verificar a composição e o comportamento dos gastos públicos executados a cada ano, caracterizando-os em relação aos gastos públicos municipais. b) Avaliar os efeitos dos gastos da UESB no crescimento econômico dos municípios de inserção.
Gastos públicos realizados pelos municípios baianos	Aferição dos dados a partir do Portal da Transparência do Governo Federal, bem como por intermédio do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM/BA) e Portal de Transparência dos Municípios.	Verificar a composição dos gastos públicos orçamentários executados a cada ano e seu comportamento no PIB e, respectivos, VA's por setor produtivo.
Deflator oficial IPCA	Cálculo realizado a partir do IBGE (2020)	Deflacionar as séries de dados dos gastos públicos da UESB e dos municípios aos valores de preços do ano/base dez/2020.
PIB total dos municípios baianos de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga.	Aferição do PIB nominal, por município e ano, a partir dos dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia - SEPLAN (BAHIA, 2020a) e IBGE (2020).	Caracterizar o crescimento econômico dos municípios baianos ao longo do período analisado.
Valor adicionado bruto dos setores agropecuária, indústria, serviços e administração público por município.	Aferição do PIB total e valor adicionado corrente total, por município e ano, a partir dos dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia Bahia - SEPLAN (BAHIA, 2020a) e IBGE (2020).	Caracterizar o crescimento dos setores produtivos que integram a composição do PIB dos municípios.
Deflator oficial do PIB	Cálculo realizado a partir do IBGE (2020)	Deflacionar as séries de dados dos valores nominais à valores reais em cada ano, considerando o ano/base dez/17.

Fonte: Elaborado pelos autores.

4 ANÁLISE DOS GASTOS PÚBLICOS DA UESB E SEUS EFEITOS NA ECONOMIA DOS MUNICÍPIOS

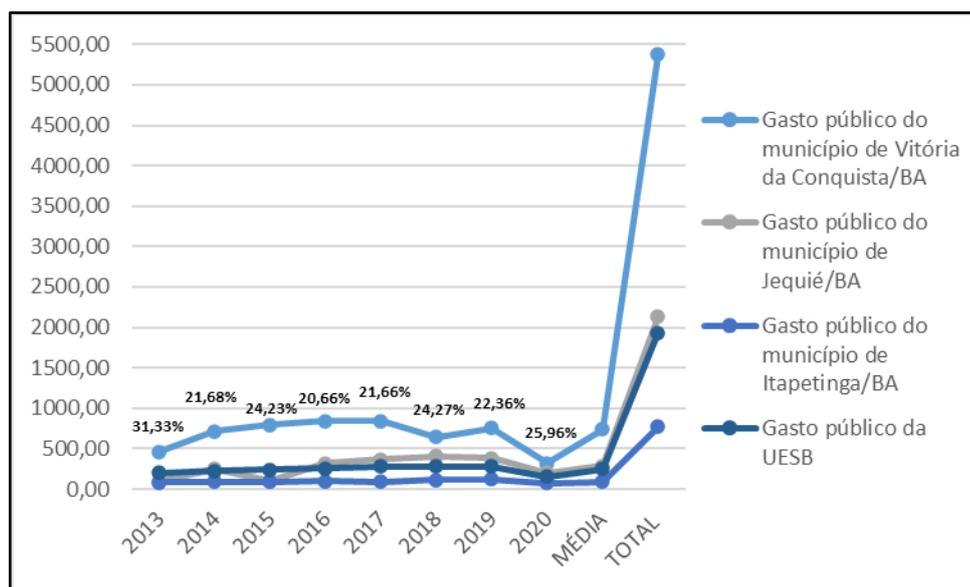
4.1 Composição e comportamentos dos gastos públicos

A análise da composição e do comportamento dos gastos públicos da UESB teve o intuito de avaliar os impactos diretos da atuação da universidade sobre

municípios baianos de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga, considerando o somatório das despesas correntes (pessoal, encargos e custeio) e de capital (investimento) em relação aos valores pagos em cada exercício financeiro, considerados *inputs* da investigação.

Assim, a Figura 1 apresenta os gastos públicos sociais da UESB em comparação aos gastos públicos realizados pelos municípios, com destaque percentual relativamente à participação da Universidade no somatório dos números municipais. Foram consideradas as despesas realizadas pela UESB informadas nos relatórios de execução orçamentária do FIPLAN e as despesas realizadas pelos municípios informadas no balanço financeiro do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO.

Figura 1 - Gastos públicos realizados pela UESB em comparação com os gastos dos municípios pesquisados, período de 2013-2020, deflacionados em pelo INPC dez/2020, em R\$ milhões



Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme observa-se na Figura 1, a participação do gasto público da UESB em relação ao somatório dos gastos dos municípios é bastante representativa, superiores em 20% na análise ano a ano.

Além disso, nota-se que a Universidade ultrapassa, na realização de suas despesas, os gastos executados pelo município de Itapetinga/BA (R\$ 769 milhões) e se aproxima do total gasto pela cidade de Jequié/BA (R\$ 2,132 bilhões), além de

compreender cerca de 35% das despesas auferidas na localidade de Vitória da Conquista/BA (R\$ 5,376 bilhões). Os números ainda evidenciam um aumento do gasto público ao longo do período, com um total de quase 2 bilhões (R\$) executados em 8 anos.

Os principais gastos realizados pela UESB foram alocados em pessoal e encargos, perfazendo um valor alocado de 1,551 bilhões ao longo do tempo e uma média de 204,15 milhões em cada ano. Os números demonstram a participação da Universidade na geração de emprego para região por meio da contratação de professores e servidores (efetivos e temporários), o que reflete a aplicação de recursos em capital intelectual visando à formação/qualificação de profissionais inseridos no Sudoeste Baiano e em outras regiões do estado.

Os valores dispendidos com custeio representam, em média, 45,25 milhões por ano e 355,50 milhões no período, o que corrobora para a manutenção, mas também com o desenvolvimento e a qualidade da educação, fornecendo meios para as atividades fins. Destaca-se, também, que as contratações e compras realizadas com os recursos desse grupo de despesas, proporcionam o fomento da economia local através da participação de fornecedores em licitações, e outros tipos de contratações, nos municípios sediados pela UESB.

Em relação ao grupo de investimentos, foram evidenciados dispêndios na média de 3,24 milhões (R\$) por ano e 26,15 milhões no recorte temporal. O montante alocado decorre do investimento em infraestrutura para expansão do ensino e da pesquisa, com a oferta e qualificação de cursos e com o incremento em laboratórios de pesquisa e centros de inovação, respectivamente. São mais de duzentos laboratórios implantados nos três campi da universidade, com equipamentos de última geração, visando o desenvolvimento de pesquisas e inovações como alternativas para suprir as necessidades da sociedade.

De forma geral, a representatividade dos números da Universidade e aplicação crescente de recursos, traduzidos nos gastos públicos realizados, evidenciam os efeitos da economia da aglomeração resultante da expansão do ensino superior na região.

Ao comparar os gastos públicos da UESB em relação aos municípios, constata-se uma convergência teórica sobre os benefícios obtidos por um agente econômico (município) em razão da implantação de um serviço público relevante

(universidade), ou seja, as vantagens provenientes das externalidades (BEZERRA et al., 2018). Neste contexto, UESB exerce diversas influências sobre os municípios e cidades próximas, que carecem de outras fontes de economias externas, seja por meio dos efeitos multiplicadores dos gastos com pessoal, custeio e investimentos, da provisão de conhecimento e/ou da atração de negócios.

Assim, nota-se preliminarmente o fomento que a Universidade exerce sobre a circulação de recursos financeiros, através dos pagamentos de salários aos profissionais da educação superior, ou pelo dinheiro gasto por seus alunos, inclusive aqueles vindos de outras cidades. Essa movimentação implica em atratividade aos setores de consumo e habitação, estimulando os investimentos em obras e equipamentos, e proporciona diversidades culturais, contribuindo para melhoria da qualidade de vida.

Outra influência das externalidades provocadas pela atuação da Universidade, assume destaque o seu poder formativo, seja pela oferta de cursos de graduação e pós-graduação, pelas contribuições científicas provenientes das pesquisas ou pelas ações extensionistas junto à sociedade, contribuindo para maiores níveis de capital humano na economia local. Os investimentos realizados promovem o desenvolvimento e valorização do conhecimento, imprescindível para emancipação de pessoas.

Nesse contexto, Oliveira (2019) afirma que o investimento realizado pelo Estado na educação, em especial gerando oportunidades para que a população acesse o ensino superior, possui relação direta melhores números junto aos indicadores de desenvolvimento. Rocha *et al.* (2017) argumenta que um maior nível de educação e qualificação profissional influi em indicadores socioeconômicos, tais como aumento da consciência política, redução das distâncias sociais entre os indivíduos, além da diminuição da criminalidade e da elevação dos níveis de saúde populacional.

Além disso, há evidências da importância da UESB enquanto vetor de desenvolvimento socioeconômico da região de articulação, a partir da teoria de polos de crescimento, uma vez que a Universidade se apresenta como um centro de conhecimento científico em territórios com características identitárias distintas que se somam. Enquanto centro de atração, a Universidade atua como indutora do conhecimento e das inovações nos municípios, atraindo diversas atividades ao seu

redor que repercutem em efeitos finais distintos para a economia baiana em seu conjunto (JESUS; SPINOLA, 2015).

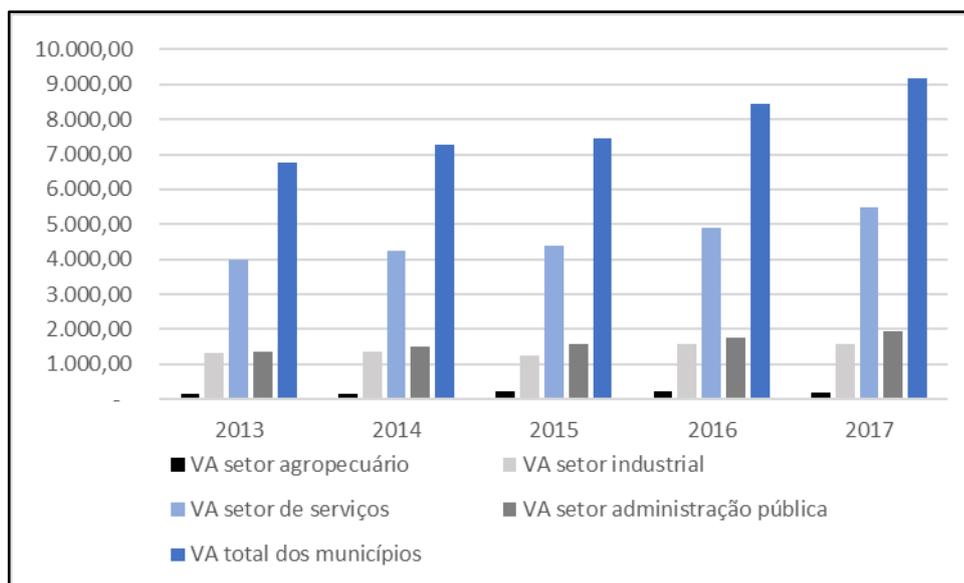
Nessa perspectiva, Almeida (2020) faz destaque para a terceira missão inerente às universidades, a inovação, que emerge das implicações econômicas e da transferência de conhecimento, e faz frente à realidade regional. Numa lógica endógena, a universidade inova ao conduzir a pesquisa até a sociedade, propiciando a resolução de problemas locais e abertura de novas possibilidades de desenvolvimento, considerando aspectos territoriais e de pertencimento dos atores locais (BELLINGIERI, 2017).

4.2 Efeitos dos gastos públicos da UESB na composição do PIB

Os efeitos dos gastos públicos realizados da UESB no desenvolvimento regional, podem ser observados a partir da sua participação nos Valores Adicionados – VAs dos municípios, atividades que compõem a aferição do PIB, considerados *inputs* da investigação.

Para tanto, a Figura 2 apresenta, primeiramente, o somatório dos valores adicionados nos municípios baianos de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga para, em seguida, evidenciar a participação da UESB sobre esses valores. A demonstração dos VAs segue a classificação por atividade econômica em relação ao período de 2013 a 2017, uma vez que os dados mais atualizados da SEPLAN/BA são concernentes ao ano de 2017.

Figura 2 – Somatório dos VAs nos municípios pesquisados, por atividade econômica, 2013-2017, deflacionados pelo INPC em dez/2017, em R\$ bilhões



Fonte: Elaborado pelos autores.

Com base na Figura 2, nota-se o crescimento do valor agregado dos setores produtivos ao longo do período e, conseqüentemente, da taxa de evolução do PIB dos municípios, havendo uma correlação com o gasto público realizado pela UESB, também ascendente. Nota-se, também, um perfil da economia dos municípios com preponderância para o setor de serviços na composição do VA, que, em 2017, alcançou o seu maior valor, em torno de 5,469 bilhões (R\$).

Os valores adicionados dos setores industrial e administração pública apresentaram comportamento similar no tempo, com somatório médio anual de 1,365 bilhões (R\$) e 1,579 bilhões (R\$), respectivamente. Ao longo do período analisado (2013-2017), o VA dos municípios fez um valor médio de 7,441 bilhões (R\$) e valor total em quase 39,116 bilhões (R\$). As evidências apontam para uma economia, de certo modo, bem desenvolvida, com menor dependência da administração pública, apesar da sua representação.

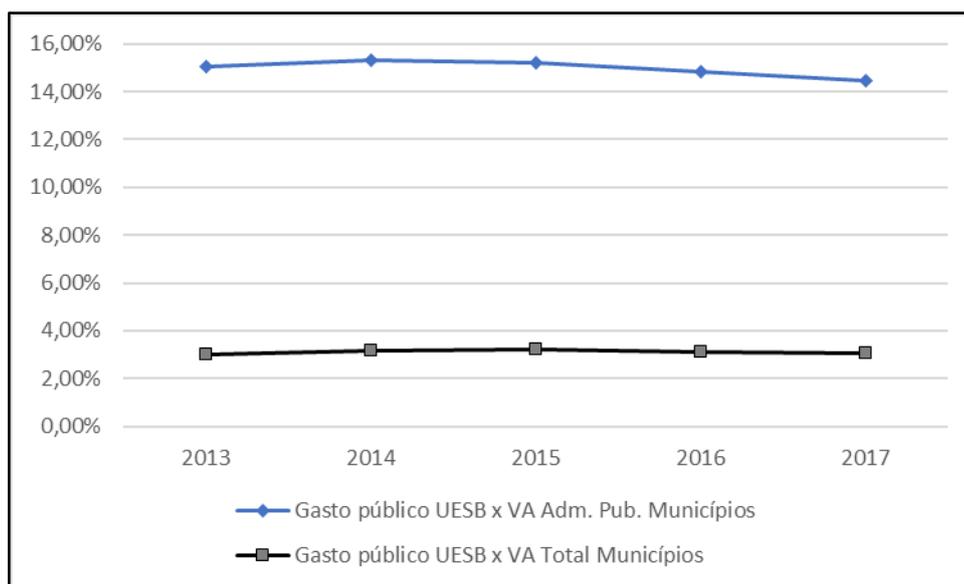
Uma relação que se faz aos números, é a correlação positiva entre a gradualidade ascendente dos gastos públicos e o crescimento econômico. Apesar de ser assunto controverso na literatura, alguns estudos trazem conclusões sobre o fato de o aumento dos gastos públicos impulsionarem a produtividade dos demais setores econômicos (BRAATZ; GONÇALVES; FOCHEZATTO, 2019). Nessa lógica, os diferentes níveis do produto interno bruto podem exercer influência sobre o

desenvolvimento, uma vez que este perpassa pelo crescimento econômico (BRESSER-PEREIRA, 2019).

Salienta-se, no entanto, que transformações estruturais e sociais mais profundas são imprescindíveis para o bem estar social, uma vez que o desenvolvimento não se sustenta com o simples crescimento econômico (BRESSER-PEREIRA, 2019). Ademais, o desenvolvimento se entrelaça com a melhoria da eficiência na alocação de recursos públicos que resulte em uma distribuição mais equânime das riquezas produzidas e do emprego, corroborando com a satisfação das necessidades da população (BONHO, 2020).

Especificamente em relação à participação da UESB, a Figura 3 demonstra, em valores percentuais, a composição do gasto público realizado pela Universidade no somatório do VA do setor da administração pública e no somatório do VA total dos municípios, também em relação ao período de 2013 a 2017. A comparação em relação a participação da UESB no valor adicionado, possibilita visualizar como a Universidade está contribuindo economicamente com o segmento ao qual ela se relaciona, bem como para com os municípios, fomentando o produto interno bruto gerado.

Figura 3 - Participação da UESB no somatório do VA da Administração Pública e no VA total dos municípios, 2013-2017, deflacionado pelo IPCA em dez/2017, em R\$ bilhões



Fonte: Elaborado pelos autores.

Verifica-se por meio da Figura 3 que, em razão do gasto público realizado, a participação da UESB no VA total dos municípios representa em torno de 3% da atividade produtiva. Em comparação ao VA total dos municípios em separado, a participação da UESB aumenta para 4,74% em Vitória da Conquista/BA, 12,04% em Jequié/BA e 28,28% em Itapetinga/BA.

Em específico quanto ao VA da administração pública dos municípios, o gasto público da UESB torna-se mais relevante, em torno de 15% da atividade produtiva. Observado separadamente, por município, essa participação se aproxima de 25,64% em Vitória da Conquista/BA, 49,44% em Jequié/BA e 106,89% em Itapetinga/BA.

A UESB integra a atividade econômica da administração pública, enquanto agente econômico que oferta serviços para o sistema econômico regional.

A relevante participação da Universidade neste setor evidencia suas contribuições para a geração e distribuição de riqueza na sua região de articulação (BEZERRA *et al.*, 2018). Através da oferta do ensino superior, a instituição incrementa mercados locais e gera atratividade para diversas atividades econômicas subjacentes em razão de fatores aglomerativos (ROMANATTO *et al.*, 2015).

A análise dos números também contribui para a avaliação de políticas públicas de desenvolvimento regional ao proporcionar evidências do retorno econômico em face do gasto público social em educação.

Nesse contexto, ao se comparar os investimentos na expansão do ensino superior em relação a outros tipos de investimento, como por exemplo, em novas indústrias, a implantação/ampliação de universidades e seus campi tem um impacto ambiental significativamente menor, além de suas diversas externalidades positivas geradas para a economia local (FERREIRA; SANTOS, 2018), conforme discutido ao longo desse trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa traz ao debate o reconhecimento da universidade pública como importante ator no desenvolvimento socioeconômico regional. Para além da sua natureza no processo de formação e qualificação profissional, bem como na produção, valorização e disseminação do conhecimento e da inovação, que produzem efeitos na emancipação de pessoas, as universidades são influentes

agentes do sistema econômico regional local. Na dinâmica da regionalidade, a universidade contribui para a circulação de recursos financeiros e estimula o crescimento econômico, contribuindo para a geração de emprego e renda.

Ao investigar os efeitos dos gastos públicos realizados pela UESB no contexto dos municípios baianos de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga, foram constatadas diversas influências exercidas por esta instituição sobre desenvolvimento econômico regional. Essas implicações emergem em razão das vantagens provenientes das externalidades produzidas pela Universidade (*spillovers*), verificadas por meio dos efeitos multiplicadores dos gastos com pessoal, custeio e investimentos sobre os municípios, ao prover a comunidade regional com conhecimento, pesquisa e inovação.

Além disso, os efeitos dos gastos públicos da UESB são evidenciados em relação ao crescimento do Produto Interno Bruto – PIB dos municípios de inserção, a partir da composição do valor adicionado das atividades econômicas da administração pública. Existe uma influência positiva entre a gradualidade ascendente dos gastos públicos realizados pela UESB e a evolução do PIB dos municípios pesquisados tanto em razão das contribuições para a produtividade dos demais setores econômicos como pela sua força motriz na atração de novos negócios e no fomento endógeno de novos empreendimentos.

Desta forma, como principal contribuição desta pesquisa, constata-se a causalidade entre o gasto público realizado por uma universidade e os efeitos desses gastos no desenvolvimento econômico regional. Assim, o estudo se relaciona com a teoria de finanças públicas (gasto público social) e de desenvolvimento regional (polos de crescimento, econômicas externas e desenvolvimento endógeno), ao verificar a expansão da educação superior, enquanto bem semipúblico reconhecido pela comunidade regional.

Os resultados dessa pesquisa fornecem subsídios para a realização de investigações quanto às vantagens do investimento nas universidades públicas, enquanto agentes que integram o sistema econômico local. Além disso, aspectos qualitativos relacionados aos gastos públicos das Universidades podem ser investigados.

Como recomendações para estudos futuros, são sugeridas as seguintes propostas: a) análise da eficiência do gasto público realizado pela universidade

objeto de estudo, evidenciando uma maior variação dos (*outputs*) relacionados ao bem estar social; b) análise do gasto público realizado pelas demais universidades estaduais baianas, em comparação aos outros territórios de identidade que se inserem, dentre os 27 existentes; c) utilização de indicadores de desempenho para acompanhamento das variações do gasto público realizado pelas universidades estaduais baianas; e c) análise dos impactos da crise sanitária instalada nos diversos níveis de estado e governo, em relação ao gasto público das universidades estaduais baianas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. M. F. de. **Universidade pública e seu entorno: bibliometria, estado das artes e evidências empíricas: lições para a universidade de Brasília no seu relacionamento com sua comunidade.** 2020. 82 p. Dissertação (Mestrado profissional em Economia - Gestão Econômica de Finanças Públicas) - Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2020.

BAHIA. Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia. Portal da Transparência Bahia. **Gastos diretos por unidade orçamentária.** Disponível em: <http://www.transparencia.ba.gov.br/Pagamentos> Acesso em: 25 ago. 2020.

BAHIA. Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia. Superintendência Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEPLAN). **PIB Municipal**, 2020a. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=561&Itemid=335. Acesso em: 26 ago. 2020.

BAHIA. Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia. Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia (FIPLAN), 2020b.

BELLINGIERI, J. C. Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 2, n. 37, 2017.

BEZERRA, D. S. S., LIBONATI, J. J., OLIVEIRA MACEDO, M. R. G. de; BARROS RIBEIRO, M. V. J. de; BARROS RIBEIRO, M. T. J. de. Análise da relação entre receitas e despesas públicas e o desenvolvimento educacional dos municípios brasileiros baseada no índice FIRJAN. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 37, n. 2, p. 89-106, 2018.

BONHO, F. T. **A Universidade Federal do Pampa e o seu papel no desenvolvimento regional: estudo de caso do campus Caçapava do Sul/RS.** 2020. 82 f. Dissertação (Desenvolvimento Regional) - Faculdades Integradas de Taquara, Rio Grande do Sul, 2020.

BRAATZ, J.; GONÇALVES, R. da R.; FOCHEZATTO, A. Composição do gasto público estadual e crescimento municipal: Aplicação ao Rio Grande do Sul, 2004-2012. **Revista Estudo & Debate**, v. 26, n. 3, 2019.

BRANDÃO, C. A. **Dinâmicas e transformações territoriais recentes**: o papel da PNDR e das políticas públicas não regionais com impacto territorial. Rio de Janeiro: IPEA, 2019 (Texto para Discussão n. 2460).

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Manual Técnico de Orçamento - MTO**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www1.siof.planejamento.gov.br/mto/doku.php/mto2020>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Portal da Transparência. **Gastos diretos por órgão executor**. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/localidades>. Acesso em: 25 ago. 2020.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Desenvolvimento, sofisticação produtiva, valor-trabalho e salários. **Nova Economia**, v. 29, n. 1, p. 135-160, 2019.

CALIXTO, L. Estudos de caso sobre custos ambientais: ênfase nos procedimentos metodológicos. **RAM - Revista de Administração Mackenzie**, v. 10, n. 2, p. 87-109, 2009

COSTA, G. P. C. L.; GARTNER, I. R. O efeito da função orçamentária alocativa na redução da desigualdade de renda no Brasil: uma análise dos gastos em educação e saúde no período de 1995 a 2012. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, 2017.

FEITOSA, C. G.; SCHULL, A. N.; HEIN, A. F. Análise da eficiência dos gastos em segurança pública nos estados brasileiros através da análise envoltória de dados (DEA). **Revista Capital Científico-Eletrônica (RCCe)**, v. 12, n. 3, p. 91-105, 2014.

FERREIRA, A.; SANTOS, E. A. Expansão da universidade pública e o seu impacto na economia local: microevidências da ampliação dos campi da UFF em volta redonda. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 1, 2018.

FERREIRA, B.; RAPOSO, R. Evolução do (s) Conceito (s) de Desenvolvimento. Um Roteiro Crítico. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 34, p. 113-144, 2017.

FITTIPALDI, I.; COSTA, S. F.; ARAÚJO, C. M. C. de. O gasto público federal brasileiro: um perfil incrementalista? **Revista do Serviço Público**, v. 68, n. 3, p. 611-630, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009

HIROMOTO, M. H. Análise do efeito do gasto social dos governos federal, estadual e municipal sobre a pobreza no Brasil-1988 a 2010. **Pesquisa e Planejamento Econômico - PPE**. Rio de Janeiro, IPEA, v. 48, n. 1, p. 71-102, abr. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Índice de Preços ao Consumidor Amplo**. Disponível em: <https://sindusconpr.com.br/ipca-ibge-4023-p>. Acesso em: 19 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Deflator oficial IBGE**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6784>. Acesso em: 19 dez 2020.

JESUS, J. A.; SPINOLA, N. D. Seis décadas da Teoria dos Polos De Crescimento: Revisitando Perroux. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. v. 17, n. 32, 2015.

MORGAN, D. L. Paradigms lost and pragmatism regained - methodological implications of combining qualitative and quantitative methods. **Journal of Mixed Methods Research**, v.1, n. 1, p. 48-76, 2007.

MOTA, M. R. A.; GONÇALVES, S. da R. V. O papel da universidade pública frente ao Plano Nacional de Educação. **TEXTURA-Revista de Educação e Letras**, v. 22, n. 49, 2020.

PANIZZI, W.; MEIRELLES, M.; HOPPE, L. As inter-relações entre universidade e o desenvolvimento regional e seus nexos com o conceito de rede. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 2, 2018.

RAMÍREZ-GUTIÉRREZ, Z.; BARRACHINA-PALANCA, M.; RIPOLL-FELIU, V. Eficiencia en la Educación Superior. Estudio Empírico em Universidades Públicas de Colombia y España. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 3, p. 468-500, 2020.

REIS, A. G. B.; BUENO, N. P. O efeito dos gastos públicos sociais no crescimento econômico: uma análise comparativa entre os países membros da CEPAL e OCDE. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 19, n. 1, p. 73-89, 2019.

ROCHA, R. H., MENEZES-FILHO, N., OLIVEIRA, A. P. D., KOMATSU, B. K. A relação entre o Ensino Superior público e privado e a renda e emprego nos municípios brasileiros. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 47, p. 39-69, 2017.

ROMANATTO, E., CRUVINEL, C. de E., ARAÚJO, E. S., SATEL, C. R. I. Caracterização econômica dos municípios goianos segundo valor adicionado dos setores de atividade. **Revista Economia Ensaios**, v. 30, n. 1, 2015.

SANTOS, E. L. **Administração do desenvolvimento: um campo em busca da relevância ou a relevância em busca de um campo?** 2014. 353 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2014.

SANTOS, E. L.; SANTOS, R. S.; BRAGA, V. Administração do desenvolvimento: percepções e perspectivas da comunidade científica da AnPAD. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 77, p. 263-284, 2016.

OLIVEIRA, J. A. J. **Eficiência dos gastos públicos com ensino superior nas universidades federais brasileiras**: uma aplicação da análise envoltória de dados. 2019. 126 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Manufatura) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo, 2019.

TCM. Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia. Portal do TCM/BA. **Gastos por município**. Disponível em: <https://www.tcm.ba.gov.br/consulta-de-despesas/>. Acesso em: 26 ago. 2020.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: Planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman editora, 2015.

RESENHA CRÍTICA: A PRÁTICA DO URBANISMO

Hugo Portela Silva¹

RESUMO

Configurada no período pós Segunda Guerra, a Escola de Belas Artes cria uma aliança caricata entre duas tendências metodológicas contrastantes: a tradição acadêmica e o movimento moderno (PANERAI, 1996). Devido ao formalismo moderno, ignora-se, na perspectiva do planejamento urbano, os estudos formais que associam as práticas arquitetônicas ao processo do desenvolvimento urbano, incitando uma crise na relação entre o urbanismo e a arquitetura. Apresenta-se como objetivo a discussão das lógicas territoriais de acordo com as práticas e técnicas desenvolvidas no período pós-moderno, sendo essas: escalas territoriais; traçado e tecido urbano; tipos construídos; e tecidos e formas urbanas. Avalia-se então, através da revisão bibliográfica de “A Prática do Urbanismo” de Philippe Panerai (1996), a análise mais aprofundada da importância dos estudos tipológicos e formais do tecido urbano em oposição ao período que remete ao planejamento moderno e seu impacto no planejamento urbano.

Palavras-chave: A Prática do Urbanismo; História Urbana; Infra-estrutura Urbana; Philippe Panerai.

CRITICAL REVIEW: THE PRACTICE OF URBANISM

ABSTRACT

Configured in the post-World War II period, the School of Fine Arts creates a caricatural alliance between two contrasting methodological trends: the academic tradition and the modern movement (PANERAI, 1996). Inviting to modern formalism, from the perspective of urban planning, the formal studies that associate architectural practices to the process of urban development are ignored, inciting a crisis in the relationship between urbanism and architecture. The objective is to discuss the territorial logic according to the practices and techniques developed in the postmodern period, which are: territorial scales; layout and urban fabric; built types; and urban fabrics and shapes. Through bibliographic review of “The Practice of Urbanism”, by Philippe Panerai (1996), a more in-depth analysis of the importance of typological and formal studies of the urban fabric and its relation with the period that refers to modern planning and its impact on the city development projects.

Keywords: The Practice of Urbanism; Urban History; Urban Infrastructure; Philippe Panerai.

1 INTRODUÇÃO

Nascido em 1940 na França, Philippe Panerai estudou arquitetura na Escola de Belas-Artes e urbanismo no Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris, no qual é indissociável de sua perspectiva teórica abordada no artigo apresentado. A partir de 1969 se tornou professor na Escola de Arquitetura de Versalhes, intervindo

¹ Universidade Potiguar. E-mail: hugoportela.silva@gmail.com



diretamente em suas pesquisas de análise do tecido urbano que serão abordados. Fundou o Laboratório de Pesquisa História Arquitetônica e Urbana, Sociedades (LADRHAUS), no Instituto Francês de Urbanismo (IFU). Recebe o Grande Prêmio Nacional de Urbanismo, em 1999, e a medalha de prata da Academia de Arquitetura, em 2001, recompensaram uma atividade que mescla prática profissional e pesquisa, a qual é comprovada por algumas obras de base sobre a questão urbana.

Com o modernismo em evidência, pode-se observar uma quebra nos modelos gráficos com a substituição da composição de Belas Artes por um desenho racionalizado proposto pelo neoplasticismo do modernismo. Este método pragmático, atribui uma visão unitária de métodos construtivos, ocasionando em apelos formais esvaziados de identidade cultural e marcando uma época de grandes renovações urbanas, onde é evidenciado a prática e ascensão do *International Style*, onde as diretrizes voltadas para os projetos urbanos agora enfatizavam, internacionalmente, o planejamento e execução de megaestruturas e largas vias automobilísticas, excluindo do processo de intervenção urbana e arquitetônica os estudos formais, estéticos e demográficos. Devido a isso, surge, na malha urbana, uma série de problemáticas referente aos espaços públicos e aos programas de habitação, que negligenciavam as demandas dos usuários e dos agentes urbanos circunvizinhos.

2 RESENHA CRITICA: A PRÁTICA DO URBANISMO

O movimento moderno se esvazia de qualquer referência à cidade existente e suas problemáticas, causando uma precariedade e comodidade nas análises do tecido urbano, conseqüentemente gerando uma crise da relação entre a arquitetura e as cidades. Devido a isto, surge um conjunto de estudos e problemáticas comuns, apresentadas pelo autor (PANERAI, 1996), buscando discutir e solucionar as demandas populacionais e habitacionais urbanas, estudos que envolvem a observação da morfologia do tecido urbano e seu entorno, sendo estes os fatores que organizam a análise da malha e a compreensão do espaço (escala territorial), formas urbanas/tipologia (análise do construído), a quadra como um estudo lógico do tecido antigo relacionando o problema atual com os edifícios do espaço (traçado e tecidos), a relação dos elementos de uma configuração espacial e sua localização

(tipos construídos e tecidos urbanos), desta forma encontra-se uma maneira de integrar os estudos sociológicos, geográficos, demográficos, históricos e arquitetônicos à análise da formação do tecido urbano e suas demandas.

Como citado pelo autor (PANERAI, 1996), os estudos análogos de Aymonimo e Muratori, defendem que a cidade demanda de um estudo particular e uma redefinição dos conceitos empregados, algo não praticado pela tecnocracia do modernismo, devido a tal mudança econômica e social (Revolução industrial e as grandes guerras), se torna necessária a análise da logística do solo e do espaço, tornando evidente a importância do estudo técnico de gabarito das edificações e do traçado urbano como ferramenta para atribuir soluções para o déficit populacional, habitacional e construtivo. Como destaca Panerai (1996):

Muratori orienta o seu ensino para o duplo objetivo de evitar a ruptura entre as disciplinas técnicas e as disciplinas históricas e teóricas, e de recolocar a arquitetura (e a crise da arquitetura) na crise urbana. Durante 10 anos ele realiza, com os professores e estudantes do Instituto de Arquitetura de Veneza, um estudo do tecido urbano da cidade baseado no método tipológico. Cursos e trabalhos práticos formam um todo que integra o estudo histórico, a análise arquitetônica, o levantamento construtivo e que pode ser definido como uma história do construído.

Com intuito de evitar a ruptura entre a cidade e arquitetura, é apresentada como soluções, dada as problemáticas, a importância de se discutir o espaço público, o parcelamento, e dos estados anteriores (heranças) para intervir na situação atual do espaço analisado, observando o tecido urbano como um processo de permanência/transformação, tópicos que, durante o artigo, explicitam o desenvolvimento estrutural no parcelamento urbano que surge devido aos fatores socioeconômicos, conseqüentemente, gerando intervenções no espaço público.

A forma da cidade não aparece aí como o produto de uma decisão voluntária (a fundação e o traçado que a acompanha), nem como fruto de uma longa maturação em que se superpõem os traços da história: a cidade medieval reorganizada na época barroca e no século XIX. Ela é a consequência de uma extensão, frequentemente rápida, devida ao crescimento da população. Ela tira partido da lógica dos grandes itinerários que estruturam o território, ligando a cidade ao campo e às cidades vizinhas, e da configuração do território cultivado que fornece, às vezes quase sem modificações, o suporte da edificação (PANERAI, 1996).

Derivados da análise das formas urbanas, o estudo molda o argumento bem desenvolvido do surgimento das análises que buscam evitar o rompimento da arquitetura e do urbanismo, como supracitado anteriormente.

A análise das figuras e sua vinculação com a implementação do loteamento permite uma observação do crescimento, da organização do solo (traçado e parcelamento), e da estabilidade da área em questão, permitindo concluir a questão da permanência das disposições espaciais e seu impacto socioeconômico.

3 CONCLUSÃO

Panerai (1996) desenvolve, em seu artigo, uma corrente de pesquisa sobre a cidade e as formas urbanas na intersecção da arquitetura, da geografia e da antropologia, desenvolvendo assim uma séria de análises cartográficas e sociais sobre as cidades francesas, criando um molde de problemáticas comuns que podem ser analisadas individualmente de acordo com a demanda e a formação histórica de cada espaço, evidenciando os apelos formais e sociais presentes na malha urbana.

O autor mostra-se crítico ao modelo de planejamento puramente racional modernista quando relativiza o produto resultante da formação do traçado urbano das cidades europeias e enfatizando a importância da herança cultural:

A autonomia dos edifícios e da arquitetura com relação à cidade começa no século XIX com o isolamento dos monumentos que, mesmo que ainda implantados em situação urbana (praças, esplanadas, perspectivas), já se libertam das restrições de parcelamento às quais as outras edificações continuam submetidas. Com o Movimento Moderno, assiste-se a uma monumentalização geral da construção, notadamente da habitação social que concentra a grande parte dessa produção. Essa monumentalização se faz acompanhar da segregação das atividades e do isolamento das formas arquitetônicas (PANERAI, 1996).

Sendo assim, é possível determinar que, através das análises bibliográficas e técnicas produzida pelo autor (PANERAI, 1979), fica evidente os déficits do planejamento urbano e arquitetônico proposto pelo movimento modernista, expondo a negligência do movimento em se aprofundar nas demandas propostas pelo espaço e seus usuários, ignorando não só os espaços que apresentam relevância histórica, como organização volumétrica das quadras e edifícios que foram herdados dos períodos anteriores, concentrando os usos principais no tecido urbano e a configuração tipológica de gabarito e uso, mudando drasticamente as dinâmicas urbanas presentes no espaço.

REFERÊNCIAS

PANERAI, Philippe. **A prática do urbanismo**. Paris: R.D.A e Urbanismo, 1996.